

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Heber de Oliveira Costa e Silva

A TRADUÇÃO NA PERSPECTIVA DIALÓGICA: A re-enunciação da teoria de
Austin em português

Recife
2018

HEBER DE OLIVEIRA COSTA E SILVA

A TRADUÇÃO NA PERSPECTIVA DIALÓGICA: A re-enunciação da teoria de
Austin em português

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientadora: Dóris de Arruda Carneiro da Cunha

Recife
2018

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

S586t	Silva, Heber de Oliveira Costa e A tradução na perspectiva dialógica: a re-enunciação da teoria de Austin em português/ Heber de Oliveira Costa e Silva. – Recife, 2018. 203 f.: il., fig. Orientadora: Dóris de Arruda Carneiro da Cunha. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Letras, 2018. Inclui referências. 1. Dialogismo. 2. Tradução. 3. Nominação. 4. Ponto de vista. I. Cunha, Dóris de Arruda Carneiro da (Orientadora). II. Título. 410 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2018-94)
-------	---

HEBER DE OLIVEIRA COSTA E SILVA

A tradução na perspectiva dialógica: a re-enunciação da teoria de Austin em português

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Doutor em LINGÜÍSTICA em 21/2/2018.

TESE APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Doris de Arruda Carneiro da Cunha
Orientadora – LETRAS - UFPE

Prof^a. Dr^a Evandra Grigoletto
LETRAS - UFPE

Prof. Dr. Pedro Farias Francelino
LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS - UFPB

Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Soares Rodrigues
LETRAS - UFRN

Prof^a. Dr^a. Sheila Vieira de Camargo Grillo
LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS - USP

Recife
2018

Para **Andréa Veruska**, por tudo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, **Irineu** e **Iraneide**, pelo apoio constante.

Aos amigos **Bruno Galiza**, **Orlando Borges** e **Flávia Botelho**, pelas conversas e discussões teóricas, não teóricas e lúdicas.

Aos meus amigos **Adriano Alves** e **Eurico Junior**, pela preocupação e companhia.

À minha amiga **Michelle Valois**, por estar sempre presente.

À **Consultexto**, especialmente a **Paulo Gustavo** e **Inge Neumann**, pela revisão, mas principalmente pelos ensinamentos e pela amizade.

À minha orientadora, Profa. Dra. **Dóris Cunha**, pela compreensão, orientação e parceria.

Aos pesquisadores que gentilmente disponibilizaram seus trabalhos pela internet ou pelos correios, em especial à Profa. Dra. **Ute Heidmann** (Université de Lausanne) e à Profa. **Dra. Kristiina Talvaikoski-Shilov** (Helsinki University), mas também aos Profs. Drs. **Brian Mossop** (York University – Toronto) e **Nicholas Fotion** (Emory University – Atlanta).

À **Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe)**, pelo suporte concedido durante todo o período da pesquisa.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo investigar os fenômenos encontrados na tradução de *How to do things with words* (1962), de J. L. Austin, para o português brasileiro, feita por Danilo Marcondes, lançada sob o título *Quando dizer é fazer – palavras e ação* (1990). O foco são as relações dialógicas que se dão na tradução epistêmica, especialmente nos processos de nominação. Na primeira parte, discutimos visões tradicionais da relação entre tradução e ciência e o cientificismo enquanto visão de mundo e abordagem da tradução. O aparato teórico adotado neste trabalho é a visão dialógica da linguagem, tal como proposta por Valentin Volóchinov e Mikhail Bakhtin; bem como a noção de tradução como re-enunciação apresentada por Brian Mossop (1983, 1987, 1998) e Barbara Folkart (1991). Também estão na base as noções dialógicas de *ponto de vista* (Dóris Cunha, 2015; Frédéric François, 2015) e *nominação* (Paul Siblot, 1998, 2001, 2004; Sophie Moirand, 2004, 2011) para analisar os dados. A metodologia adotada foi uma comparação entre texto-fonte e texto-alvo tendo como diretriz o método comparativo diferencial, tal como proposto por Ute Heidmann (2010, 2011). Em relação aos paratextos da obra, escritos pelo tradutor, foi feita uma análise dialógica do discurso. As análises mostram que o processo tradutório é multilateral, envolvendo diversas relações dialógicas (e não apenas a relação texto-fonte/texto-alvo), e que na tradução, em especial nos processos de nominação, é possível entrever um ou mais pontos de vista daquele que re-enuncia.

Palavras-chave: Dialogismo. Tradução. Nominação. Ponto de vista.

ABSTRACT

The purpose of this research is to investigate discursive phenomena in the translation of *How to do things with words* (1962), by J. L. Austin, to Brazilian Portuguese by Danilo Marcondes, published as *Quando dizer é fazer – palavras e ação* (1990). The focus are dialogic relations that take place in the field that we call *epistemic translation*, especially in naming processes. In the first part, we discuss traditional perspectives on the relation between translation and science as well as scientificism as worldview and an approach to understand translation. The theoretical framework we adopt here is the dialogic theory of language such as Valentin Voloshinov and Mikhail Bakhtin have construed, but also the idea of translation as re-utterance presented by Brian Mossop (1983, 1987, 1998) and Barbara Folkart (1991). The analysis is also based on the dialogic notions of *point of view* (Dóris Cunha, 2015; Frédéric François, 2015) and *naming* (Paul Siblot, 1998, 2001, 2004; Sophie Moirand, 2004, 2011). As a general methodology of approach to the corpus we used the comparative-differential method devised by Ute Heidmann (2010, 2011) to contrast source text and target text. The paratexts by the translator were discussed in light of a dialogic discourse analysis. The research shows that the translation process is heterogenous and multilateral, involving several dialogic relations (not simply the source/target relationship). Furthermore, in translation, especially in naming processes, it is possible to have a glimpse of one or more points of view related to the re-utterer.

Keywords: Dialogism. Translation. Naming. Point of view.

RESUMÉ

Cet étude se consacre à la traduction brésilienne de *How to do things with words*, de J. L. Austin, lancée par Danilo Marcondes en 1990, sous le titre *Quando dizer é fazer – palavras e ação*. Il est question d'analyser les relations dialogiques qui se tissent dans la traduction épistémique, surtout dans les processus de nomination. La première partie discute quelques perspectives traditionnelles sur la relation entre traduction et science, ainsi que le scientisme en tant que vision du monde et approche théorique de la traduction. L'analyse s'appuie sur la conception dialogique du langage proposée par Valentin Volóchinov et Mikhail Bakhtine, de même que sur la notion de traduction comme ré-énonciation avancée par Brian Mossop (1983, 1987, 1998) et Barbara Folkart (1991), celle de *point de vue* (Dóris Cunha, 2015; Frédéric François, 2015) et celle de *nomination* (Paul Siblot, 1998, 2001, 2004; Sophie Moirand, 2004, 2011). En ce qui concerne notre méthodologie, pour la traduction elle-même nous avons entrepris une comparaison entre texte source et texte cible, en nous servant de la méthode comparative différentielle proposée par Üte Heidmann, tandis que les paratextes écrits par le traducteur ont fait l'objet d'une analyse dialogique du discours. Les résultats nous montrent la traduction comme un processus qui engage de multiples acteurs ainsi que de multiples relations dialogiques (pas seulement celles entre le texte source et le texte cible) et qui laisse entrevoir, surtout dans la nomination, les points de vue de l'instance responsable de la ré-énonciation.

Mots-clés: Dialogisme. Traduction. Nomination. Point de vue.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO - TRAJETÓRIAS TEÓRICAS.....	10
1.1	PERSPECTIVA CIENTIFICISTA DA TRADUÇÃO.....	17
1.2	CIÊNCIA E CONHECIMENTO NA VISÃO DE BAKHTIN.....	33
1.3	A CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM.....	46
1.3.1	Significado e sentido (ou significação e tema).....	54
1.3.2	Ponto de vista.....	62
1.3.3	Nominação.....	67
1.4	A TRADUÇÃO NA PERSPECTIVA DIALÓGICA.....	75
2	METODOLOGIA.....	92
2.1	ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO (ADD).....	92
2.2	MÉTODO COMPARATIVO DIFERENCIAL.....	96
3	CORPUS.....	100
3.1	POR QUE AUSTIN? POR QUE <i>HOW TO DO THINGS WITH WORDS</i> ?.....	100
3.2	RELEVÂNCIA DA OBRA E DO AUTOR.....	101
3.3	A TRADUÇÃO E O TRADUTOR.....	105
3.3.1	Sobre um trabalho preexistente.....	106
4	ANÁLISES.....	113
4.1	APRESENTAÇÃO.....	114
4.2	NOTAS DO TRADUTOR.....	120
4.3	CORPO DO TEXTO (TRADUÇÃO).....	133
4.3.1	Expansão.....	137
4.3.2	Condensação terminológica.....	150
4.3.3	Reacentuação.....	171
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	188
	REFERÊNCIAS.....	194

1 INTRODUÇÃO

Não é novidade que, ao longo dos séculos, a tradução tem sido um dos principais meios de difusão do conhecimento. Foi através dos tradutores que obras essenciais da ciência, da filosofia e da literatura se tornaram universais, tanto que uma das missões da Federação Internacional dos Tradutores (FIT), segundo o artigo 6º do seu estatuto, é “ajudar a difundir a cultura pelo mundo”. E a Unesco (1976, p. 41), na *Recomendação de Nairóbi*, destaca esse aspecto ao afirmar que a tradução favorece a compreensão entre os povos e a cooperação entre nações facilitando a difusão de obras literárias e científicas, incluídas as obras técnicas.

Sem dúvida, o papel do tradutor para esses fins é fundamental e inquestionável. É por essa razão que decidimos investigar mais a fundo o que está envolvido na tradução de textos para fins de difusão do conhecimento — o que estamos chamando aqui de *tradução epistêmica*¹ —, especialmente à luz de uma concepção dialógica da linguagem, segundo a qual não existe enunciado neutro, como explicitamos mais adiante. Nesse sentido, nossa proposta é analisar que relações dialógicas se estabelecem entre o texto-fonte, o texto-alvo e o conjunto de enunciados do conhecimento do próprio tradutor, além, obviamente, do seu contexto sociocultural e histórico. É especialmente relevante para nós observar esse processo também na própria palavra traduzida, enquanto arena em que se desenrolam os confrontos e alianças entre múltiplos discursos.

A palavra, logicamente, é um dos pontos-chaves de discussão em tradução. É comum encontrarmos comentários de tradutores em seus textos (apresentações, introduções, prefácios, posfácios, notas, etc.) sobre as dificuldades específicas da tradução epistêmica, geralmente com referência a questões terminológicas e de estilo. Rodolfo Ilari, por exemplo, na sua *Nota do Tradutor* à versão brasileira do *Dicionário de Linguagem e Linguística*, de R. L. Trask, que ganhou o Prêmio União Latina de Tradução Especializada², ressalta que exemplos foram adaptados e apêndices e referências bibliográficas foram acrescentados, comentando também sobre

¹ Esta é, claro, uma decisão que revela nossa postura sobre o tema. Palavras como *acadêmica*, *científica*, *técnica* ou *especializada* nos pareciam por demais restritas para tratar do tipo de tradução que estudamos. O termo é usado aqui no sentido corriqueiro relacionado a conhecimento ou saber.

² A União Latina diz que o intuito do prêmio é “promover a língua portuguesa como língua de comunicação científica e técnica, premiando traduções de boa qualidade, que tenham contribuído para o enriquecimento da terminologia científico-técnica em língua portuguesa, valorizando a profissão do tradutor especializado, favorecendo seu acesso às novas tecnologias e incentivando o desenvolvimento da terminologia em português”.

“as diferenciações terminológicas pouco usuais e até certo ponto forçadas” que teve de fazer (ILARI, 2008, p. 12). Por fim, afirma que:

Diante dos problemas encontrados na tradução, outras decisões poderiam ter sido tomadas. Mas o texto final encontra um ponto de equilíbrio possivelmente interessante entre a fidelidade³ às ideias do autor e a preocupação de colocar à disposição do leitor brasileiro um texto compreensível e útil (ILARI, 2008, p. 12).

Para dar ideia do tipo de fenômeno com que o tradutor lida e que pretendemos abordar, vale a pena apresentar algumas situações tradutórias que podemos encontrar em praticamente qualquer obra de difusão do conhecimento.

Quando Sylvain Auroux, no livro *Filosofia da Linguagem* (2009), explica as ideias de Gottlob Frege e menciona a palavra *Bedeutung*, diz (referindo-se ao francês) que geralmente se traduz por *denotação* ou *referência*. O tradutor Marcos Marcionilo, então, abre uma nota para dizer, sobre a palavra alemã, que “a tradução brasileira canônica desse termo é ‘significação’”. Neste caso, o tradutor parece querer apontar e preservar a divergência entre as traduções francesa e brasileira. Essa diferença terminológica não é simples substituição de palavras: pelo contrário, tem implicações teóricas decorrentes de como esses três termos (*denotação*, *referência*, *significação*) foram e vêm sendo usados historicamente nos estudos da linguagem. Tanto é que o tradutor faz referência à tradição da área, classificando a tradução como *canônica*. Percebe-se que o tradutor tem conhecimento dessas implicações, razão pela qual não optou por simplesmente substituir “denotação ou referência” por “significação” (segundo ele, a palavra mais corrente no Brasil), sem adicionar qualquer nota de rodapé ou chamar a atenção para o fato. As relações dialógicas já estabelecidas nesses termos da cultura-alvo foram determinantes na hora de o tradutor decidir esclarecer o contexto brasileiro, recorrendo a uma autoridade maior que ele (o cânone) para justificar a discrepância. De toda forma, ao dar voz à tradição linguística brasileira, o tradutor não simplesmente acrescenta mais uma palavra à lista de possíveis traduções, mas amplia a discussão sobre o termo *Bedeutung*, abrindo uma brecha em que se entrevê outra perspectiva teórica.

³ Argumentamos (COSTA E SILVA, 2011, pp. 53-65) que um dos problemas da fidelidade é até hoje não ter sido definida de modo a se tornar um conceito útil, razão pela qual não se consolidou nem mesmo como teoria da tradução, tornando-se uma noção por demais imprecisa — e de modo geral impraticável. Razão pela qual não a utilizamos como instrumento de análise.

Um outro caso relevante é o da tradução para o português de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1929), de V. Volóchinov⁴, feita a partir do francês por Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. Em dado momento, o texto traduzido traz a expressão *ato de fala*. Um leitor familiarizado com a área, ao se deparar com essa expressão, certamente vai estabelecer associações com a teoria dos atos de fala, formulada por J. L. Austin na década de 1950. Teria Volóchinov, por coincidência, usado uma noção semelhante à que Austin usou duas décadas depois? Teriam os tradutores entendido que a expressão usada no texto russo seria coerente, do ponto de vista teórico, com a tradução de *speech acts* em português, representando assim um ponto de contato entre as teorias?

Em conversa com Paulo Bezerra e Sheila Grillo, tradutores das obras de Bakhtin, Volóchinov e Medvedev para o português, pudemos confirmar que a expressão *ato de fala* (tal como veio a ser empregada para traduzir Austin) não consta do texto russo. É possível inferir, então, que esse termo veio da tradução francesa, onde a expressão *actes de parole* é usada onze vezes. É importante lembrar que, na cultura-alvo, a obra traduzida faz as vezes do texto-fonte: não há cotejamento por parte do leitor da obra em português brasileiro com o texto russo ou francês. Em outras palavras, para o leitor brasileiro, pode ter ficado uma “primeira impressão” de que há uma ligação direta entre Volóchinov e Austin, visto que ambos usam a mesma terminologia. Pode-se dizer que, ao adotar essa solução, o tradutor do russo para o francês tomou uma decisão que revela um ponto de vista teórico; do mesmo modo, o tradutor da obra do francês para o português adotou também uma posição: ao não questionar, reiterou o uso de *ato de fala*, provocando uma alusão imprevista e, portanto, um novo feixe de relações dialógicas.

Um terceiro e último caso que poderíamos usar para exemplificar nossa problemática vem do próprio Ilari. Na obra acima mencionada, Ilari opta por deixar o verbete *discourse analysis* em inglês, explicando sua decisão da seguinte forma:

A tradução usual para a expressão inglesa ***discourse analysis*** seria ***Análise do Discurso***, que preferimos evitar. Para os linguistas brasileiros, “*Análise do Discurso*” evoca uma linha de estudo do discurso que se inspira na *Analyse du Discours* francesa e é, de fato, mais próxima daquilo que se descreve, neste dicionário, no verbete ***análise crítica do discurso*** (ILARI, 2008, p. 85-86).

⁴ Adotamos a grafia usada na mais recente tradução de *Marxismo e Filosofia da Linguagem* para o português (VOLÓCHINOV, 2017). Nas referências, porém, mantivemos a grafia usada na publicação que tiver sido citada.

Nessa nota, vemos que a decisão é embasada em questões teóricas e culturais. O contexto de chegada (a tradição de estudos linguísticos no Brasil) é fator preponderante para que Ilari não só tome a decisão de não traduzir, como também é o principal motivo da existência da nota. No prefácio desse dicionário, Ilari cita essa exceção como exemplo dos casos em que “as traduções mais naturais induziriam o leitor em erro”. Não é só questão de salvaguardar o leitor incauto, mas também evitar a celeuma que poderia ter sido causada em torno da definição do que viria a ser “Análise do Discurso”. Note-se que o termo⁵ em inglês não estabelece na cultura brasileira as mesmas relações que o termo traduzido — usar a expressão “Análise do Discurso” seria ativar os conhecimentos e discursos prévios que o tradutor quer evitar. O termo inglês vai estabelecer outras relações, menos problemáticas ao que parece, na cultura de chegada. Fica clara também a orientação dessa re-enunciação: Ilari antecipa as aquiescências, discordâncias, observações de possíveis leitores — neste caso, principalmente, “os linguistas brasileiros”.

É preciso também destacar que esse caso também revela a divergência conceitual entre autor e tradutor. No prefácio, Ilari afirma que respeitou os silêncios de Trask, acrescentando que “o silêncio sobre certos assuntos e escolas é também um aspecto importante da definição de um campo de estudos” — foi o caso da Análise do Discurso Francesa, sobre a qual, diz Ilari, “o dicionário silencia” (2008, p. 12). Tendo em vista que, no Brasil, o “lugar” da Análise do Discurso “já está ocupado” por outras teorias discursivas (ADF, ACD, etc.), Ilari opta por não dar a essa concepção de Trask (segundo o tradutor, “uma abordagem que se baseia nos conceitos e termos gramaticais tradicionais”) a oportunidade de disputar o espaço discursivo como mais uma das acepções do verbete “Análise do Discurso”. Em outras palavras, traduzir *discourse analysis* por *análise do discurso* nesse caso seria aquiescer com essa visão, coisa que ele se nega a fazer: o tradutor assume uma posição de discordância em relação ao autor, estabelecendo tacitamente seu ponto de vista. Traduzir ou não traduzir implica assumir uma posição em relação ao que está sendo re-enunciado⁶.

⁵ Entendemos *termo* como unidade lexical usada para nomear um objeto, conceito, etc. em dada área do conhecimento. Para Krieger & Finatto (2004, p. 78), “um termo é, antes de uma unidade linguística, uma unidade de conhecimento, cujo valor define-se pelo lugar que ocupa na estrutura conceitual de uma especialidade”. Discutiremos esses conceitos na seção sobre nomenclatura.

⁶ É importante reforçar que, na nossa opinião, essa tomada de posição não implica “erro”, é apenas consequência das inevitáveis escolhas com que o tradutor se depara nesse processo.

As situações acima mostram o tipo de fenômeno que pretendemos investigar. Esses dilemas, comuns na atividade tradutória em geral, tornam-se ainda mais críticos quando se trata do texto de caráter epistêmico, em que as informações ou teorias podem sofrer por anacronismo, defasagem ou podem divergir daquelas adotadas pelo tradutor. Diante disso, que soluções tradutórias seriam possíveis? Manter “cristalizado” o miolo da obra, tentando suprir “lacunas” através de paratextos, indicando pesquisas posteriores do mesmo ou de outros autores? Ou fazer uma abordagem mais direta, direcionando a tradução para esse caminho através do próprio texto principal da obra? É nessas decisões que reside o papel indelegável do tradutor do texto epistêmico, cuja presença discursiva, enquanto alguém que ocupa uma posição sociocultural, histórica e geográfica, não pode ser negada, tal como discutimos em Costa e Silva (2011) e veremos novamente adiante.

Um fator a se considerar é que, na maioria dos casos, as pessoas envolvidas na tradução epistêmica são especialistas que muitas vezes estão em contato direto com as novas publicações do campo em questão. Antes da internet e da atual forma de difusão das informações, a nova obra e/ou teoria chegava a uma nova língua através de pioneiros que a traziam de fora, como ocorreu com a chegada de Bakhtin à França através de J. Kristeva e T. Todorov, por exemplo. Isso acabava gerando uma chegada gradual das teorias, um canal estreito pelo qual a nova terminologia chegava; ou seja, é bem provável que a própria precariedade da difusão de informações contribuísse para que as ideias e termos de uma ou poucas traduções se consolidassem gradativamente na língua-alvo, passando a ser a referência da teoria na nova língua. Na chamada *era da informação*, no entanto, as novas contribuições são muitas vezes acessadas simultaneamente por um grande número de pesquisadores atentos às publicações de suas áreas, muitos dos quais traduzem o novo arcabouço teórico e sua respectiva terminologia e rapidamente passam a divulgá-la em sua própria cultura acadêmica. Essas traduções simultâneas frequentemente fazem com que os novos termos sejam traduzidos de diferentes maneiras, gerando uma profusão terminológica, isto é, um corpo terminológico muito mais amplo do que aquele que foi cunhado na cultura de partida⁷.

⁷ Como aconteceu no caso da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) no Brasil, que nos últimos anos viu surgir um embate terminológico, mais perceptível no debate entre Orlando Vian Jr. (2009, 2012) e Ladjane Souza (2011). Cada autor/tradutor defende sua visão de como traduzir os termos *appraisal*, *engagement* e *valuation* no âmbito do *appraisal framework* da LSF.

Todos esses fatores nos levaram a pensar em fazer um estudo cuidadoso — baseado na Análise Dialógica do Discurso e partindo do método comparativo que adotamos — das relações dialógicas que são estabelecidas durante o processo tradutório, buscando trazer novas contribuições para compreender a tradução, tanto do ponto de vista prático quanto teórico.

Assim, esta tese será constituída de quatro capítulos distribuídos em duas partes. No Capítulo 1, exploramos trajetórias históricas e teóricas que envolvem um estudo da tradução como o que propomos. Buscamos primeiramente discutir qual a perspectiva dominante em relação à tradução e como tal perspectiva tem afetado tanto os estudos quanto a prática. Depois, em contraponto a essa primeira, discutimos nossa própria perspectiva teórica, começando por uma discussão sobre ciência e conhecimento (e como isso afeta a visão de uma teoria da tradução), seguida de uma visão geral da concepção dialógica da linguagem de Mikhail Bakhtin e Valentin Volóchinov. Dentro desse tópico, discutimos o dialogismo da nomenclatura tal como trabalhado por Paul Siblot e Sophie Moirand, como forma de focar no uso das palavras enquanto ato de nomear. Ainda nesse primeiro capítulo, abordamos a noção de ponto de vista, que também pode ser vista como consequência do caráter dialógico da linguagem. Então, passamos a expor como essa visão afeta o estudo da tradução, isto é, como podemos entender e analisar a tradução dialogicamente, partindo do que propuseram autores como Brian Mossop e Barbara Folkart.

Depois passamos aos procedimentos metodológicos e as análises, expostos nos capítulos 2, 3 e 4. No capítulo *Metodologia*, explicamos as duas bases que nortearam a análise do *corpus*. A primeira é a Análise Dialógica do Discurso. Essa opção teórica é menos um procedimento específico e mais um olhar para o *corpus* buscando enxergar as relações dialógicas do texto e os discursos que circulam ali, especialmente na escolha das palavras. A segunda é o método comparativo, proposto por Ute Heidmann, que tem base também no próprio dialogismo e que usamos majoritariamente para analisar/comparar textos traduzidos. Como se vê, a visão dialógica permeia toda a investigação que nos propomos a fazer.

No Capítulo 3, explicamos os critérios de escolha do *corpus*, que consiste na tradução de *How to do things with words*, de J. L. Austin, para o português brasileiro, comentando alguns detalhes biográficos do autor, do tradutor e das obras para fins de contextualização histórica e teórica. No Capítulo 4, discutimos primeiramente a noção de paratexto — de modo geral e no âmbito da tradução — para depois

examinarmos a apresentação e as notas dos tradutores. Ainda nesse capítulo, analisamos a tradução da obra em si. Por fim, apresentamos nossas considerações finais a respeito da pesquisa.

Ao final, tentamos mostrar que as análises e argumentos colocados contribuem para corroborar a visão de que a tradução é um processo que envolve muito mais do que uma relação bilateral, hermética e exclusiva entre dois textos e/ou dois autores; que a tradução, em especial a epistêmica, é um lugar onde circulam vários discursos estabelecendo relações dialógicas às quais o tradutor não fica indiferente ou neutro, muito menos invisível.

1.1 PERSPECTIVA CIENTIFICISTA DA TRADUÇÃO

Na introdução, dissemos que a tradução teve, reconhecidamente, grande importância para a ciência. Mas a ciência também deixou sua marca na tradução. Embora o rigor e a postura científica sejam, em geral, algo desejável, a ânsia por obter resultados precisos e automáticos não se coaduna com uma atividade como a tradução. Apesar disso, esse ideal ainda hoje é perseguido, o que nos leva a abordar os contatos entre tradução e produção científica para identificar discursos que foram surgindo ao longo da história e acabaram embasando concepções que se consolidaram no âmbito dos estudos da tradução, como a visão cientificista.

Consideramos essa revisão (mesmo que sucinta) como fundamental, pois entendemos, como Meschonnic (2012, p. 38)⁸, que pensar a teoria da tradução e pensar sua história são coisas inseparáveis; ou seja, não há teoria da tradução sem sua história e não há história da tradução sem implicar a teoria (2012, p. 41). Esse caminho histórico, cuja análise, se não pode explicar as ideias por inteiro, ao menos nos dá indícios de como melhor compreender como se tornaram o que são hoje e quais as consequências disso.

É claro que os povos sempre buscaram adquirir conhecimento técnico e científico de vizinhos, o que acabou por levar às práticas de difusão e desenvolvimento tecnológico — e, desde a invenção da escrita, os tradutores estiveram na vanguarda desse processo. É preciso, porém, estabelecer um recorte histórico relevante. Assim, para fins desta pesquisa, entendemos que seria o período que se inicia no Ocidente com o declínio do latim, a partir dos séculos XII e XIII⁹, em especial na Renascença, quando os vernáculos europeus começaram a ganhar espaço de língua da ciência — ou seja, um período de vernacularização —, processo que durou até meados do século XVIII, quando o latim deixa definitivamente de ser a língua franca da ciência.

⁸ Todas as citações cuja referência for de língua estrangeira foram traduzidas por nós. De acordo com o que defendemos nesta tese, adotamos a posição de não reforçar a ilusão de que estamos citando *ipsis litteris* um autor que traduzimos, razão pela qual usamos sempre que possível o discurso indireto, tentando deixar claro de onde vieram as ideias sem reproduzir os trechos-fonte.

⁹ Período também em que uma invenção chinesa do século VIII, o papel, chega à Europa (que ainda utilizava velino, pergaminho ou papiro em seus códices). Como se sabe, o papel possibilitou mais tarde a invenção da imprensa, que viria a ser fundamental na difusão do conhecimento.

Sobre essa questão, Auroux (2009, p. 94) aponta que:

Enquanto uma diversidade de línguas não se levantou, clamando pela igualdade de direito à universalização e à expressão do pensamento científico, podíamos nos contentar com o grego ou latim [...]. Com o surgimento dos Estados-nações europeus, a questão se põe em termos de tradução e de comunicação entre línguas naturais.

Nessa época, os vernáculos começaram a se equipar com literatura, tratados científicos, gramáticas e dicionários, e nisso a tradução teve papel fundamental, como indica José Chabás (2003, p. 244):

Como acontece sempre que se pretende criar uma disciplina inexistente em certo âmbito linguístico, o primeiro passo consiste em traduzir. Nesse sentido, o ocidente latino do século XII e da primeira metade do XIII não foi exceção. Esse fato vem novamente reforçar que traduzir ciência é fazer ciência; de fato, em muitos casos, é o primeiro passo para fazer ciência.

Surgem então as tentativas de atingir uma universalidade na ciência, principalmente através da catalogação e da codificação da nomenclatura usando dicionários multilíngues e glossários simples, como tabelas que indicavam termos para cada palavra latina. A premissa por trás dessa ideia era a de que, se duas palavras são tradução uma da outra, então elas possuem o mesmo significado, sendo assim o pensamento seria universal e haveria uma “língua universal implícita subjacente a toda expressão linguística”, como diz Auroux (2009, p. 94). Essa ideia advém da concepção aristotélica de que o pensamento e as coisas se mantêm os mesmos, sendo apreendidos de formas diversas pelas diferentes línguas, que não passariam de nomenclaturas.

Desse modo, começa uma busca pela língua universal. Da forma que se buscava, essa língua seria “tão universal e intangível quanto a verdade científica de que ela seria depositária” (AUROUX, 2009, p. 39) — uma língua universal poderia suprir as falhas dessas línguas naturais, evitando a polissemia e a falta de equivalentes perfeitos. Porém, como se sabe, o projeto se revelou inócuo; e logo as instituições passariam a recusar a enxurrada de ensaios que tentavam abordar a temática da língua universal. As ciências eventualmente se confrontariam com o fato de que uma língua desse tipo é impossível: as línguas naturais não se prestam à mera transposição e, ao nosso ver, não guardam em si significados cristalizados e estáveis, mas potencial de sentido que pode ser ativado no uso real da língua, como discutimos fartamente ao longo deste trabalho.

À ciência, restavam apenas essas mesmas línguas naturais, imprecisas e ambíguas. Isso pôs sérios problemas ao projeto racionalista e cientificista de

investigação da realidade. Afinal, a imprecisão da linguagem e a diversidade linguística eram obstáculo à credibilidade da ciência, como diz Aurox (2009, 81):

O problema do racionalismo é transferir para a linguagem a transparência, a autorreflexão e a autossuficiência concedida à razão pela filosofia transcendental. Língua e gramática universal constituíam candidatas perfeitas para essa transferência. Seus limites intrínsecos tornam o projeto completamente utópico.

Esse acabou se tornando também um dos grandes dilemas da filosofia: como superar a imprecisão da linguagem para exprimir com a mesma “transparência” o que o cálculo matemático exprime? Mesmo quando estuda um objeto “real”, concreto, a ciência não pode falar na linguagem comum sobre ele sem que esse relato seja afetado pela natureza da linguagem. E isso ainda hoje é um problema.

Por exemplo, em um debate sobre divulgação da ciência¹⁰, o físico teórico e divulgador Sean Carroll afirma que na maioria das vezes eles não conseguem ser totalmente precisos, dadas as restrições de tempo e vocabulário, de modo que seu objetivo ao comunicar sobre a ciência é sempre tentar aproximar o público da “verdade”, ainda que essa “verdade” seja incompleta. O astrofísico Dave Goldberg, interlocutor de Carroll, complementa dizendo que:

Nós [cientistas] nos comunicamos com a linguagem da matemática, mas, para o resto do mundo, temos que usar a linguagem comum, então qualquer coisa que dissermos não terá o mesmo rigor. Mas, se fizermos do jeito certo, deve ficar a impressão de que há rigor sob as palavras.

Essa “comunicação matemática”, se é que se pode chamar de *comunicação*, fica restrita à compreensão de cálculos: todas as outras atividades da ciência (explicação, discussão, divulgação, etc.) se dão através da linguagem verbal. Ao discutir a visão cientificista do processo tradutório mais adiante, mostramos que houve um esforço por encontrar na tradução essa mesma “comunicação” direta e inequívoca proporcionada pelo cálculo. É a mesma pretensão que tinha a filosofia analítica quando buscava uma forma de eliminar as ambiguidades e polissemias da linguagem para se alcançar o rigor na descrição da realidade.

Independentemente de qual seja a pretensão de objetividade da ciência, ela inevitavelmente precisará passar pelo “filtro” semiótico da linguagem para se comunicar. Assim como a linguagem jornalística não consegue ser “imparcial”, muito menos relatar diretamente “fatos” que existam independentemente do discurso,

¹⁰ *When Talking About Science, We Need More Tony Stark and Less Big Bang Theory*. Disponível em: <http://www.wired.com/2013/08/why-physics-needs-more-tony-starks-and-less-time-travel-scenarios/>. Acesso em: 08 dez. 2015.

também a ciência é discursivamente situada. Borges (apud KRIEGER & FINATTO, 2004, p. 7) coloca-se muito bem quando diz que: “Na verdade, não existe ciência encerrada em si mesma [...]. É necessário, então, comunicar ciência”. De fato, no que toca à difusão do conhecimento (e não aos produtos tecnológicos decorrentes dos avanços científicos, por exemplo), é inegável que a ciência chega à sociedade através da comunicação verbal, processo que implica no uso do discurso, com tudo que ele carrega de valores, ideologias, posicionamentos teóricos, emoções, crenças, julgamentos, etc. Assim sendo, ao “comunicar ciência”, mesmo a mais exata das ciências, estamos voltando ao humano.

Mas, retomando o viés histórico, Harden (2010, p. 1) diz que, na virada do século XVIII para o XIX, a tradução de textos científicos e técnicos era uma questão de Estado para o governo português, que impôs um ritmo frenético de publicação de obras técnicas e científicas com base na crença de que a tradução era o instrumento para importar conhecimento do inglês e do francês. A autora diz que esse fenômeno foi influenciado pela visão utilitarista da ciência, dos fisiocratas franceses.

Harden estuda a obra de Manoel Nogueira da Gama¹¹, sobre o qual ela afirma:

A conclusão a que se chega com a leitura do prefácio de Nogueira da Gama é que a realidade linguística, em suas duas formas opostas, colocou-se como um desafio aos ideais iluministas. Nesse sentido, a tradução e as práticas aceitáveis de tradução revelam uma das grandes contradições do Século das Luzes, quando noções como universalidade, racionalidade, comportamentos regulados e possibilidade de entendimento entre os homens eram confrontadas com a realidade da diferença linguística, que comprometia o entendimento mesmo nas ciências, que seriam por excelência a área regida por princípios universais (HARDEN, 2010, p. 12).

Foi também no século XVIII que Pedro I, o Grande, czar da Rússia, abriu as portas à Europa, o que levou ao surgimento das primeiras traduções de línguas europeias “ocidentais” para o russo. Assim como D. João VI, em Portugal, o imperador russo estava interessado sobretudo em traduções técnicas (como manuais de construção naval, por exemplo), mas também surgiram as traduções literárias e filosóficas (SERIOT, 2008, p. 7). Em ambos os casos, isto é, no português e no russo, o uso de neologismos por parte dos tradutores foi necessário para lidar com a terminologia dessas áreas.

¹¹ Nogueira da Gama (1765-1847), doutor em Matemática pela Universidade de Coimbra, foi tradutor de ciências naturais para o governo português e, posteriormente, ministro da Fazenda, senador e presidente do Senado brasileiro, além de ser conselheiro de Estado de D. Pedro I e de ter participado da elaboração da Constituição de 1824.

Apesar de ser reconhecida como “essencial para a disseminação do conhecimento científico, a tradução era sem dúvida vista como um mal menor, um paliativo para as complicações trazidas pela diferença linguística” (HARDEN, 2010, p. 15), pois, além de ser algo produzido *a posteriori*, não superava as imprecisões postas pela linguagem à ciência. Ainda assim, a autora afirma que as traduções de Nogueira da Gama, tendo sido adotadas por instituições de ensino superior no século XIX, contribuíram “para o estabelecimento de uma relação que marcou o processo de desenvolvimento em Portugal e no Brasil e definiu as estruturas utilizadas na linguagem científica em português”.

Ainda de acordo com Harden (2010, p. 16-17), os tradutores que participaram do movimento de tradução científica em português no fim do século XVIII “viveram um período em que a divisão entre as humanidades e as ciências exatas ainda não havia sido estabelecida pela epistemologia moderna, o que permite ver esse momento como um ponto de encontro privilegiado entre essas áreas do saber”. Como se sabe, essa divisão viria a acontecer mais tarde, impingindo às ciências humanas e à tradução o fardo de tentarem ser científicas ao modo positivista.

Nesse período, segundo Steiner (2005, p. 260), os questionamentos sobre a natureza da tradução começaram a ser respondidos dentro de abordagens linguísticas e cognitivas, que geralmente têm uma visão normativa de como deve ser a tradução. Já abordamos antes (COSTA E SILVA, 2011) as diversas correntes de tradução, mas para fins de clareza vamos retomar essa que chamamos de *tradição linguístico-cientificista*, que ganhou fôlego principalmente no século 20, impulsionada pelos ventos do estruturalismo, do gerativismo e do funcionalismo. Trata-se de uma vertente que ainda hoje tem influência entre os tradutores de modo geral, conforme apontam Bohunovsky (2001) e Coracini (2005), e que está diretamente relacionada com o nosso objeto de pesquisa.

Alexander Fraser Tytler (1747-1819) reforçou a visão mais normativa da tradução. Em seu *Essay on the Principles of Translation* (1791), Tytler (2006, p. 190) estabeleceu o que considerava regras de uma boa tradução: (1) que a tradução deve prover uma reprodução, em sua totalidade, das ideias da obra original; (2) que o estilo e o modo de escrita da tradução devem ter a mesma natureza do original; e (3) que a tradução deve ter toda a fluência do original. Para Hatim e Mason (1990, p. 16), o problema com essas “leis” é que subjaz a ideia de que os três objetivos são compatíveis e atingíveis, quando na verdade são, ao menos em parte, mutuamente

excludentes. Já Meschonnic (2012, p. 57) diz que esses três princípios não trouxeram nada de novo, apenas retomavam preceitos, como os de Du Bellay, que dizia que “somente um poeta pode traduzir um poeta”. Ainda assim, Tytler teve grande influência, especialmente na questão em tela aqui.

Para Tytler (2006, p. 191), é sempre uma falha do tradutor acrescentar “ao sentimento do autor original” o que não está estritamente de acordo com seu modo característico de pensar ou se expressar. A tradução seria perfeita, então, quando o tradutor acha na sua própria língua uma expressão idiomática correspondente àquela do original (TYTLER, 2006, p. 193). Ou seja, “como no discurso científico, é o objeto que fala, que se mostra, que se diz: o tradutor, como o cientista, desaparece para dar lugar ao objeto, suposto equivalente do original” (CORACINI, 2005, p. 106).

Quanto a isso, uma crítica que podemos fazer desde já é que, quando definiu como objeto da ciência o estudo da realidade para separar a ciência experimental da metafísica e de outros campos considerados não objetivos, o positivismo não levou em consideração a natureza semiótica da relação que o ser humano estabelece com o mundo quando tenta compreendê-lo. Em outras palavras, o fato de o objeto da ciência ser o “real” não torna nossa apreensão do mundo automaticamente objetiva. O estudioso tem acesso ao dado apenas através da sua própria cognição, que é conformada pela cultura e pela linguagem em que ele está inserido, isto é, o dado puro não pode ser realmente experimentado. Em qualquer experimento, o estudioso empregará a linguagem. O tradutor, por sua vez, trabalha com a palavra. Sobre essa relação entre palavra e realidade, Bakhtin afirma:

[...] a palavra viva, a palavra plena, não conhece o objeto como algo totalmente dado: o simples fato de que eu comecei a falar sobre ele significa que eu já assumi uma certa atitude em relação a ele — não uma atitude indiferente, mas uma atitude interessada-efetiva. E é por isso que a palavra não designa meramente um objeto como uma entidade pronta, mas também expressa por sua entonação minha atitude valorativa com relação ao objeto [...] (BAKHTIN, 1993, p. 32).

Podemos recorrer também a Faraco (2009, p. 49) para explicar com outras palavras esse ponto na visão de Bakhtin:

Nós, seres humanos, não temos relações diretas, não mediadas, com a realidade. Todas as nossas relações com nossas condições de existência — com nosso ambiente natural e contextos sociais — só ocorrem semioticamente mediadas. Vivemos, de fato, num mundo de linguagens, signos e significações. Em outros termos, o real nunca nos é dado de forma direta, crua, em si.

No que toca à tradução, Meschonnic (2012, p. 16) diz que, nessa perspectiva mais científica (que ele chama de *empiricista*), a busca da fidelidade e o apagamento

do tradutor eram os preceitos principais, isto é, fazer esquecer que se tratava de uma tradução, visando a naturalidade e a transparência. Obviamente, houve influência da linguística estruturalista, como bem explica Fawcett (2003), no sentido de privilegiar aspectos da *langue*. Havia o receio de que abandonar a abordagem orientada para a *langue* seria desistir da tentativa de transformar a teoria da tradução em teoria científica (FAWCETT, 2003, p. 4).

Bohunovsky (2001, p. 52) afirma que essa visão cientificista atingiu as ciências humanas e marcou profundamente os estudos da tradução. De fato, esse foi o tom na segunda metade do século 20. O marco foi o trabalho de autores como John Catford (1917-2009) e Eugene Nida (1914-2011). No Brasil, vale a pena uma passagem pelo que dizem Paulo Rónai (1907-1992), Erwin Theodor (1926-2016) e Boris Schnaiderman (1917-2016). A visão desses autores teve um papel importante na forma como a tradução é mais comumente vista nos dias de hoje, por isso vamos abordá-las e comentá-las.

Para Catford, a tradução consistia na “substituição do material textual de uma língua pelo material textual equivalente em outra língua” (1980, p. 22). A lógica dele era a de que a tradução é uma questão de linguagem, portanto cabia à linguística. E, como aponta Oustinoff (2011, p. 58) falando sobre Catford, “quem diz linguística diz ciência”, no sentido de que a intenção era chegar à uma ciência da tradução. O autor afirma que o problema central da prática tradutória seria encontrar equivalentes na língua-alvo; e a tarefa da teoria, definir a natureza e as condições da equivalência (CATFORD, 1980, p. 23). Segundo Fawcett (2003, p. 54), Catford era inflexível na sua opinião de que não era possível transferir significados entre línguas.

Bassnett (1994, p. 6) assevera que, apesar de sua contribuição linguística, a teoria de Catford sofre com uma concepção restrita de significado (algo fixo e identificável, que poderia ser substituído por um equivalente na outra língua), pois a tradução envolve mais do que a substituição de componentes lexicais e gramaticais da língua-fonte, podendo até requerer que estes sejam descartados em algumas situações, como diz a autora (1994, p. 25). Snell-Hornby (2001, p. 19) vê a definição de Catford como circular e considera datada a abordagem dele, baseada na gramática sistêmica de Michael Halliday. Como vemos, era mais uma tentativa de dar exatidão a uma concepção do que a tradução seria (ou deveria ser).

Essa era a tendência no período após a Segunda Guerra. Meschonnic (2012, p. 17) aponta que nesse período surgiram as tentativas de tradução automática, que

estão ligadas ao aparecimento de uma “linguística da tradução”, que amalgamou desde a gramática gerativa até a pragmática contemporânea. Ele diz que essa “linguística da tradução” era uma conceitualização da língua nos termos dualistas do signo (a forma e o sentido). Um exemplo disso está na influência que o behaviorismo americano exerceu sobre Nida, como aponta também o autor francês (2012, p. 17).

De fato, segundo Gentzler (2009, p. 75), Nida é considerado o primeiro a estabelecer a chamada “ciência da tradução”, muito difundida nas décadas de 1970 e 1980 e ainda hoje presente. Para Nida e seu colega Charles Taber (1982, p. 12), traduzir é reproduzir, na língua do receptor, o equivalente natural mais próximo da mensagem do texto-fonte; primeiro, em termos de significado; segundo, em termos de estilo¹². Vale chamar atenção para sua visão de significado. Na obra *Para uma ciência da tradução*, ele expõe três tipos de significado (NIDA, 1964, p. 57-58):

- *significado linguístico*, que seriam as relações significativas que existem dentro da língua, não remetendo a nada fora dela própria.
- *significado referencial*, que seriam as relações entre símbolos (palavras)¹³ e itens do contexto cultural (as coisas a que as palavras se referem).
- *significado emotivo*, que seriam as relações entre símbolos (palavras) e as reações psicológicas dos participantes da comunicação.

Resumindo, como ele mesmo diz, lidar com significado é, basicamente e em qualquer instância, identificar uma relação e tentar descrevê-la. Por exemplo, quanto ao “significado linguístico”, Nida (1964, p. 58) diz que se trata de descrever padrões recorrentes de associação entre símbolos (palavras) e determinar maneiras pelas quais símbolos lexicais estão associados uns aos outros, passando então a exemplificar com diagramas sintáticos.

Várias perspectivas linguísticas, como a que adotamos, contestam essa abordagem frásica por entender que não é possível abarcar a complexidade da linguagem analisando apenas sentenças — e podemos afirmar o mesmo da tradução. Falaremos mais à frente por que Bakhtin considera insuficiente esse nível, defendendo uma abordagem do discurso.

¹² Embora tendo uma preocupação maior com o contexto, Nida ainda fala em *reproduzir o significado* (NIDA, 2001, p. ix) até as últimas obras que escreveu antes de falecer (em 2011). Comentando o princípio triplo da tradução chinesa (fidelidade, expressividade e elegância), Nida (2001, p. 1) diz que essa ordem deve ser seguida, com a *equivalência fiel ao significado* em primeiro lugar.

¹³ Introduzindo a natureza do significado, Nida (1964, p. 30) diz que a língua é um código, consistindo de símbolos organizados em um sistema; e as palavras, símbolos convencionais desse sistema.

Assim, de acordo com Arrojo (2000, p. 12), Nida entende a sentença como um trem cuja carga é o significado. Para ele, o importante é que toda a “carga” chegue ao seu destino, ou seja, que os componentes significativos do texto-fonte cheguem à língua-alvo, “de tal forma que possam ser usados pelos receptores”. Não surpreende então que, em obra tardia, Nida (2001, p. 2) afirme que para os tradutores profissionais o que conta é a transferência do significado.

Outro problema, já conhecido em tradução, é a equivalência. Fawcett (2003, p. 56) afirma e mostra que, apesar da “fachada de respeitabilidade científica”, a definição de equivalência de Catford esconde uma imprecisão notória e uma metodologia duvidosa. Também Snell-Hornby (2001, p. 16) entende que não só Catford como Nida falham em definir de forma satisfatória o termo em que baseiam suas teorias (seja *equivalência*, seja *correspondência*). Vale ressaltar que, segundo a mesma autora, a dicotomia (ou polarização rígida) sempre foi um modo de construir teoria da tradução. Snell-Hornby (2001, p. 26) explica que:

Na linguística do século 20, a dicotomia como modo de categorização está associada em especial a Saussure, cuja distinção entre forma e substância em componentes linguísticos se refletiu diretamente na dicotomia *equivalência formal x dinâmica* de Nida e na dicotomia *correspondência formal x equivalência textual* de Catford.

A dualidade perceptível aqui é traço característico dessa fase dos estudos de tradução, de acordo com Meschonnic (2012). Para Gentzler (2009, p. 72), Nida se baseou na gramática transformacional gerativa (também baseada em distinções dicotômicas), que, “com sua legitimidade no campo da linguística, trouxe credibilidade e influência à ‘ciência’ da tradução de Nida”, opinião compartilhada por Snell-Hornby (2001, p. 14). Gentzler (2009, p. 74-75) afirma que “a teoria da tradução de Nida sondava estruturas profundas próprias de todas as línguas, encontrando meios de transformar essas entidades em línguas diferentes”.

Nida queria encontrar nas estruturas profundas chomskianas a prova de que uma tradução pode transpor, em essência, a mesma mensagem de uma língua para outra. Ao que parece, chegar a esses universais da tradução era, portanto, um dos objetivos da ciência tradutória. Segundo Gentzler (2009, p. 83), Nida acreditava que “a mensagem do texto original não só pode ser determinada, mas também traduzida, para que sua recepção seja a mesma que foi percebida pelos receptores originais”¹⁴,

¹⁴ No capítulo intitulado *A natureza do traduzir*, Nida & Taber (1982, p. 12) listam preceitos como: “reproduzir a mensagem”, “equivalência em vez de identidade”, “o equivalente mais próximo”, “a prioridade do significado”, “prioridade da equivalência dinâmica sobre a correspondência formal”.

mas essa mensagem “é retirada da história, compreendida como unificada, essência de si, convertida num conceito atemporal”, conclui Gentzler. Após dissecar a teoria de Nida, Fawcett (2003, p. 71) conclui que, apesar do impacto que teve na linguística, a gramática das estruturas profundas e das regras transformacionais parece ter pouco a oferecer ao estudo da tradução.

É preciso dizer que a luta de Nida era contra a tradução palavra por palavra (chamada “literal”). Lembremos que Nida, assim como o colega Taber, era um tradutor da Bíblia — tanto é que suas obras mais antigas foram publicadas no âmbito de sociedades bíblicas e com foco no ensino de tradução bíblica. Sua preocupação era com a mensagem do evangelho: ela deveria ser clara, daí sua enorme preocupação com o significado, que ele enxergava como o receptáculo do conteúdo da mensagem, tanto que um dos seus preceitos é “para preservar o conteúdo da mensagem, a forma deve ser mudada” (NIDA & TABER, 1982, p. 5). Isso é consequência de Nida ser partidário da conhecida ideia de que “cada língua tem seu gênio” (p. 3-4), que por sua vez deveria ser respeitado. Daí que, para ele (p. 12), “a melhor tradução não soa como uma tradução”.

Hatim e Mason (1994, p. 16) chamam a atenção para o fato de que Nida coloca alguns “requisitos básicos” de uma tradução¹⁵, mas que tais requisitos são essencialmente os mesmos que os de Tytler, adicionando apenas uma preocupação com a resposta do ouvinte, explicada pelo fato de Nida ter um foco na cultura-alvo.

Podemos dizer que, não só nos princípios, mas na concepção de linguagem como um todo, Nida está muito próximo de Tytler e principalmente de Catford: ele enxerga a língua como um sistema homogêneo e autônomo, uma linguagem idealizada, excluindo o sujeito da produção de sentido e desconsiderando fatores cruciais, como a situação social. Embora levasse em consideração a cultura, era apenas do ponto de vista de uma equivalência funcional, voltada para a ideia de referentes do mundo real, como no clássico exemplo em que sugere a troca de *cordeiro de Deus* por *foca* no caso de a cultura-alvo não ter conhecimento sobre cordeiros. A visão de Nida nesse ponto era a mesma de Catford, para quem a língua era uma representação abstrata e formal da “substância” que havia no mundo (FAWCETT, 2003, p. 55) — era questão de encontrar nas línguas a correspondência entre representações. Talvez por isso Mittmann (2003, p. 18) conclua que Nida enxerga a tradução como “um tipo de mecanismo capaz de transportar uma mensagem de uma língua para a outra”.

¹⁵ Nida (1964, p. 164): “1. making sense; 2. conveying the spirit and manner of the original; 3. having a natural and easy form of expression.; 4. producing a similar response”.

Nessas opiniões e em outras expostas até aqui, vemos uma busca por uma exatidão positivista, como se a produção da tradução perfeita (espelho de um texto em outra língua) fosse simplesmente questão de refinar o método tradutório.

Obviamente, não é a intenção aqui demonizar o positivismo, que certamente contribuiu para o avanço de certas áreas do conhecimento, mas sua aplicação universal e irrestrita muitas vezes se prova uma utopia e, no caso da tradução, leva a uma visão mecanicista que não abarca a totalidade do fenômeno. Talvez por isso a proposta científicista começou a sofrer constantes ataques, especialmente dos anos 1980 em diante, quando houve uma virada cultural nos estudos de tradução.

Para Snell-Hornby (2001, p. 16), nessa perspectiva o texto é uma mera sequência linear de unidades, e a tradução é um processo de *transcodificação*, cuja base é o pressuposto falacioso de que há simetria suficiente entre as línguas para viabilizar uma equivalência. Mossop (1983, p. 255) e Snell-Hornby (2001, p. 22) consideram que a *equivalência*, cujos usos remontam a Jakobson (1959), é um conceito que não serve para a teoria da tradução — além de impreciso, traz uma ilusão de espelhamento entre línguas e uma concepção abstrata da linguagem. Assim, a conclusão de Newmark (1981, p. x) nos parece acertada: a noção de equivalência acaba sendo inútil, porque é arbitrária e vaga demais.

Vindo para o escopo brasileiro, Mittmann considera Paulo Rónai, famoso tradutor húngaro-brasileiro, e Erwin Theodor, germanista radicado no Brasil, como partidários dessa visão linguístico-científicista sobre a tradução. De fato, a visão de linguagem que reconhecemos em Rónai diverge muito pouco do que Nida propõe. Por exemplo, para Rónai (1987, p. 15), “há certas ideias que só podem nascer na consciência de pessoas que falam determinada língua, ou mesmo que nascem unicamente por certa pessoa falar determinada língua”. Esse tipo de afirmação carrega uma concepção de significado cristalizado no corpo material da língua. O foco de Rónai era a “mensagem”. Mittmann (2003, p. 21) sintetiza as ideias desse autor dizendo que ele pensa a tradução como uma reformulação interlingual de uma mensagem, isto é, o resgate do pensamento original da palavra usada pelo autor — o que, mesmo dentro dessa concepção, seria impossível, já que no máximo será sempre uma projeção do que se imagina que seja o pensamento do autor¹⁶.

¹⁶ Arrojo (2000) e Aubert (1994), cada um de sua perspectiva, discutem muito bem essa questão.

Theodor se concentra ainda mais na “interpretação correta” (THEODOR, 1976, p. 13) do texto-fonte. Para ele (1976, p. 21), “traduzir não significa exclusivamente substituir palavras de um idioma por palavras do outro, mas transferir o conteúdo de um texto com os meios próprios de outra língua”, cujo primeiro passo “tem de ser a decodificação apropriada das informações contidas no original e sua conversão em código equivalente na língua para a qual traduz”.

O ucraniano Boris Schnaiderman, que, embora cite Rónai, apresenta uma visão mais flexível da tradução, incorre também em afirmações que revelam uma visão idealista. Por exemplo, afirma que “A tradução perfeita não existe, o erro nos espreita a cada esquina” (SCHNAIDERMAN, 2017, p. 55). Ou seja, ela existiria enquanto ideal inalcançável, mas não na prática, por causa da falibilidade humana. Entendemos, ao contrário, que ela não existe por conta da natureza da linguagem.

Segundo Schnaiderman (2017, p. 161):

Deixando de lado a fidelidade mecânica, frase por frase, tratando o original como um conjunto de blocos a serem transpostos, e transgredindo sem receio, quando necessário, as normas do “escrever bem”, o tradutor poderá trazê-lo, com boa margem de fidelidade, para a língua com a qual está trabalhando.

Mesmo quando critica a “fidelidade mecânica”, Schnaiderman não consegue fugir do conceito de fidelidade, nunca explicando, porém, no que consiste essa fidelidade. Uma tendência que vimos diversas vezes nos autores que apresentamos.

Com tudo que apresentamos até este ponto, vemos que a linha linguístico-cientificista tinha uma pretensão de objetividade, visto que a função do tradutor é somente transportar a mensagem para outro código, reproduzir o original sem interferências subjetivas. Em teoria, se o procedimento for executado “corretamente”, o produto resultante seria a tradução “certa” do texto-fonte — e um tradutor que não deixa qualquer traço de sua presença discursiva. Mas essas ideias são pura abstração, fruto de uma visão objetivista dos processos languageiros.

A nosso ver, a concepção de língua desses autores produz posições teóricas que não dão conta da complexidade do fenômeno da linguagem e, portanto, da tradução. Assim, concordamos com Snell-Hornby (2001, p. 28) quando afirma que a teoria da tradução “científica”, sob essa orientação linguística, acabou ficando fragmentária e desconectada da linguagem na sua realização concreta. Ainda segundo a autora (2001, p. 67), os conceitos e procedimentos linguístico-cientificistas são inapropriados para a tradução, como, por exemplo, a restrição do estudo ao nível da palavra e da oração. Long (2005, p. 5) também argumenta que as

teorias linguísticas não forneceram estratégias para lidar com aspectos metafóricos e ideológicos da tradução. Argumentamos em favor disso mais adiante, quando é apresentada a concepção dialógica da linguagem, que contrastamos com a visão estruturalista das teorias de tradução.

Mas, se há tantos problemas nessa concepção de tradução e nós obviamente não a adotamos, por que dedicar-lhe tanto espaço aqui? A resposta é sucinta: porque não só nossa própria experiência na área de tradução profissional como também vários pesquisadores apontam que o cientificismo ainda tem grande influência nos tradutores de hoje em dia. O fato é que, apesar de todos os problemas elencados aqui, o legado linguístico-cientificista na tradução conseguiu se tornar um marco, tanto é que é raríssimo encontrar um autor que deixe de citar Catford e Nida ao abordar a trajetória dos estudos de tradução. E não é preciso procurar muito para encontrar (em entrevistas, depoimentos, artigos e vídeos na mídia) tradutores definindo sua atividade por meio de terminologia e ideias que, embora talvez não saibam, se baseiam nessa visão.

Bohunovsky (2001, p. 55-56) aponta, por exemplo, que ainda hoje “os tradutores parecem defender uma visão tradicional”, preocupando-se em “transferir o sentido de cada palavra” e em “aderir a uma concepção de tradução que corresponde muito mais àquela de teóricos como Nida ou Catford que àquela defendida por teóricos mais contemporâneos”. Coracini (2005, p. 93) também revela “a concepção de linguagem como transparente” que ela encontrou ao fazer um estudo sobre autorrepresentações dos tradutores a partir das entrevistas do livro *Conversa com Tradutores* (2003), organizado por Ivone Benedetti e Adail Sobral.

É relevante também notar que, junto com outros fatores, como princípios de neutralidade e invisibilidade e questões de autoria — que já questionamos em trabalho anterior (COSTA E SILVA, 2011) —, tais teorias estabeleceram uma relação hierárquica entre o texto-fonte e a tradução, que afeta diretamente a forma como se analisa o texto traduzido, como discutimos mais adiante, no capítulo sobre o método comparativo.

Enfim, importa ter em mente que essas teorias de tradução foram dominantes por muito tempo e ainda encontram espaço no discurso dos tradutores. E, como diz Mittmann (2003, p. 59), “as definições de tradução são sempre apresentadas com base nas concepções sobre a língua”, o que implica que “a noção de língua é de fundamental importância para qualquer estudo sobre o processo tradutório”. De fato,

no início de sua clássica obra *Poética do Traduzir*, Henri Meschonnic (1999, p. 12) afirma que traduzir é o ponto fraco das concepções de linguagem, pois é o ponto onde a confusão entre língua e discurso é mais frequente e mais desastrosa.

Vimos que os autores apresentados compartilham uma visão em que a tradução é um processo quase automático, com significados bem definidos, sem sujeitos envolvidos e independente de contextos. Essas ideias refletem a visão abstrata e estruturalista da língua que ganhou força no início do século XX, especialmente a vertente tomada por Roman Jakobson, que teorizou especificamente sobre tradução.

Jakobson (2000, p. 114) defende que o significado do signo só pode ser alcançado através da tradução em outros signos linguísticos. A partir disso, ele faz a distinção clássica entre as três formas de interpretar o signo verbal (JAKOBSON, 2000, p. 114): *tradução intralingual* (paráfrase ou reformulação), ou seja, interpretação de signos verbais por meio de outros da mesma língua; *tradução interlingual* (tradução propriamente dita), isto é, interpretação de signos verbais por meio de outra língua; *tradução intersemiótica* (transmutação), ou seja, interpretação de signos verbais por meio de signos de um sistema não verbal. O viés cientificista de Jakobson fica claro em uma afirmação que ele faz no mesmo texto (2000, p. 114), a saber que a prática da comunicação interlingual, em especial a atividade tradutória, deveria ser mantida sob constante investigação da “ciência linguística”.

Os alicerces dessa visão estão no que Volóchinov chama de *objetivismo abstrato*, uma das tendências dominantes nas ciências da linguagem, cujas origens estão no racionalismo e no cartesianismo dos séculos XVII e XVIII. Diz o autor russo (2017, p. 163) que a ideia da arbitrariedade da língua, bem como a comparação entre o sistema da língua e o sistema de signos matemáticos, é característica do racionalismo — só interessa “a lógica interna do próprio sistema de signos”. “O centro organizador de todos os fenômenos linguísticos, que os transforma em objeto específico da ciência da língua”, é transferido para “o sistema das formas fonéticas, gramaticais e lexicais da língua”, diz Volóchinov (2017, p. 155).

Essa língua sistêmica “contrapõe-se ao indivíduo como uma norma inviolável e indiscutível, à qual só lhe resta aceitar”, prossegue Volóchinov (2017, p. 156), como um todo fechado sobre o qual ele não tem qualquer influência. Nessa

perspectiva, não existe espaço para distinções ideológicas¹⁷ de caráter apreciativo (pior, melhor, belo, repugnante, etc.): só existe o critério da correção linguística — certo ou errado, conformidade ou não conformidade com uma dada norma do sistema da língua. Referindo-se ao tratamento dado por essa corrente linguística formalista ao enunciado, Bakhtin (2010, p. 270) diz:

A língua é deduzida da necessidade do homem de autoexpressar-se, de objetivar-se. A essência da linguagem nessa ou naquela forma, por esse ou aquele caminho se reduz à criação espiritual do indivíduo. [...] a linguagem é considerada do ponto de vista do falante, como que de *um* falante sem a relação necessária com *outros* participantes da comunicação discursiva. Se era levado em conta o papel do outro, era apenas como papel de ouvinte que apenas compreende passivamente o falante. [...] Em essência, a língua necessita apenas do falante — de um falante — e do objeto da sua fala, [...]. (grifos do autor)

Adiante, o autor passa a criticar os cursos de linguística geral (“inclusive alguns tão sérios quanto o de Saussure”, diz ele) por apresentarem representações “esquemáticas” da comunicação em que o falante tem papel ativo e o ouvinte é um mero receptor passivo. Pode-se incluir claramente aí esquemas como o que propôs Jakobson e se tornou popular no ensino. Bakhtin (2010, p. 271) chama esses esquemas de “ficções” e conclui: “Tais ficções dão uma noção absolutamente deturpada do processo complexo e amplamente ativo da comunicação discursiva”. Como se sabe (e abordaremos novamente adiante), para Bakhtin a comunicação não existe sem um interlocutor que tenha uma compreensão ativa¹⁸.

Assim, Bakhtin (2010, p. 272) afirma que “o ouvinte com sua compreensão passiva, que é representado como parceiro do falante nos desenhos esquemáticos das linguísticas gerais, não corresponde ao participante real da comunicação discursiva”. E, antecipando críticas que visassem diferenciar enunciados escritos dos orais, o autor acrescenta: “Tudo o que aqui dissemos refere-se igualmente, *mutatis mutandis*, ao discurso escrito e lido”. Ora, é exatamente esse tipo de ouvinte que temos nos modelos teóricos de tradução que discutimos: um ouvinte-leitor passivo,

¹⁷ Adotamos a definição proposta por Volóchinov (VOLOŠINOV, 2010b, p. 533) quando diz: “Por ideologia, entendemos o conjunto de reflexos e refrações no cérebro humano da realidade social e natural, expressos e fixados por ele sob a forma verbal, de desenhos, esboços ou qualquer outra forma semiótica”. O autor (2017, p. 91) diz ainda que tudo que é ideológico possui um sentido: isso representa, substitui, alguma coisa que lhe é exterior, ou seja, tudo que é ideológico é um signo. Onde não há signo, não há ideologia.

¹⁸ Sériot (2007) faz algumas críticas a esse texto de Bakhtin, entre elas o fato de Bakhtin ser por demais categórico em suas afirmações. Se por um lado Sériot tem razão em alguns pontos, parece-nos que as conclusões de Bakhtin partem de pressupostos e seriam consequências da sua filosofia da linguagem.

que recebe uma mensagem transportada por um tradutor entre dois códigos (línguas); um receptor que não tem qualquer influência sobre o processo tradutório.

Bakhtin (2010, p. 273) até concede que esse tipo de visão tem um lugar nos estudos, quando diz: “Por si mesma, essa abstração científica é perfeitamente justificada, mas sob uma condição: a de ser nitidamente compreendida apenas como abstração, e não apresentada como fenômeno pleno, concreto e real”. Podemos, assim, concluir que os modelos cientificistas de tradução baseados numa visão de língua como sistema são também abstrações que não correspondem ao fenômeno real da tradução.

De modo sintético, essas são as ideias que permeiam as teorias cientificistas da tradução, pois enxergar a língua como um sistema estável de regras nítidas possibilita que defendam uma tradução como um intercâmbio transparente de formas ou mensagens definidas entre duas ou mais línguas. Assim, a conclusão de Volóchinov (2017, p. 199) sobre o objetivismo abstrato serve também para nossa crítica em relação às teorias linguístico-cientificistas da tradução:

A língua como sistema de formas normativas e idênticas é uma abstração que pode ser justificada de modo teórico e prático apenas do ponto de vista da decifração e ensino de uma língua alheia e morta. Esse sistema não pode ser a base à compreensão e explicação dos fatos linguísticos em sua vida e formação. Ao contrário, ele nos desvia da realidade viva e em formação da língua e das suas funções sociais, embora os defensores do objetivismo abstrato pretendam que o seu ponto de vista tenha uma significação sociológica. A base teórica do objetivismo abstrato se origina nas premissas do pensamento racionalista e mecanicista, dificilmente capazes de fundamentar a compreensão correta da história, apesar de a língua ser um fenômeno puramente histórico.

Embora a crítica a essa visão estruturalista da língua continue a aparecer pontualmente à medida que explicamos a visão dialógica da linguagem, não mais nos demoraremos nela aqui (em relação à tradução), pois o que fizemos em trabalho anterior (COSTA E SILVA, 2011) foi justamente questionar essa visão de linguagem (como sistema fechado, homogêneo e transparente) e propor o estudo da tradução sob uma ótica que dê conta da complexidade da linguagem — ao nosso ver, a visão dialógica. Para justificar nossas críticas à visão cientificista e para contextualizar a visão dialógica da linguagem, faz-se necessário discutir a questão mais ampla da ciência e do conhecimento — especialmente da forma que Bakhtin enxerga.

Depois disso, passamos a expor essa visão de linguagem que adotamos, que se contrapõe radicalmente à dos teóricos apresentados até aqui. Em seguida, explicamos nossa visão de tradução dentro dessa perspectiva.

1.2 CIÊNCIA E CONHECIMENTO NA VISÃO DE BAKHTIN

Abordar a visão bakhtiniana da ciência é algo que requer, antes de tudo, compreender as raízes filosóficas do pensador russo e o contexto histórico em que estava mergulhado.

No século XX, os filósofos neopositivistas, como Schlick, “o primeiro” Wittgenstein, Carnap, Ayer e o mesmo Russell, tentavam a dividir as ciências em experimentais e lógico-matemáticas, sendo estas últimas constituídas de proposições analíticas. Com essa fase da lógica, começa um estudo mais detalhado da linguagem, mas de um modo objetivista que será confrontado pelas proposições do “segundo” Wittgenstein, que virá a inaugurar a chamada *virada linguística*, simbolicamente consolidada na afirmação de que o sentido é dado pelo uso. Nesse meio tempo, mais precisamente em 1916, como se sabe, a publicação das ideias de Saussure marca o nascimento da linguística, profundamente preocupada em se constituir como ciência, razão pela qual estabelece como objeto a língua dentro dos limites do sistema, visto que sua realização na fala (*parole*) representava um obstáculo epistemológico às pretensões científicas do momento.

Mas, em sua obra de 1932, Bréhier aponta que, já no período iniciado nos anos 1910, “a tendência geral da filosofia [era] um retorno ao imediato, à margem das construções mais ou menos frágeis que a inteligência criou” e que, nas profundas revoluções científicas da época, “em toda parte se manifesta um mesmo espírito, [...] que parece envolver toda nossa civilização intelectual” (BRÉHIER, 1980, p. 146). O autor se refere em especial ao desmoronamento do determinismo¹⁹ das ciências exatas ante as novas teorias da física (a física quântica, por exemplo), em especial a teoria da relatividade (1905), de Albert Einstein. Descobertas como a entropia, a radiatividade e a própria relatividade trazem mudanças à física, que passa a ser dinâmica, probabilista e relativista, em vez de estática e mecanicista. Ele resume o problema crítico da época do seguinte modo:

[...] determinar, em cada ordem de questões, o ponto de vista necessário do espírito acerca das coisas [...] A teoria da relatividade, em física, ilustra bem esse movimento de ideias, já que seu problema é exprimir as leis físicas fazendo abstração de todo ponto de vista particular a qualquer observador. [...] nossa representação do universo é então mescla do que vem de nós e do que vem das coisas; depende do ponto de vista do

¹⁹ Sobre as críticas à ciência, ver Kuhn (2010[1962]), Feyerabend (2010[1975]), Lakatos (1989[1978]).

observador. Poder-se-ia descobrir noções de espaço e de tempo de tal modo que os acontecimentos do universo fossem descritos como se apresentam em si, independentemente de todo ponto de vista particular? (BRÉHIER, 1980, p. 147).

Algumas das bases do criticismo ao modelo cientificista ganharam força, na verdade, bem antes, com a crítica do conhecimento, de Kant. Segundo Russell (1967, p. 244), essa crítica kantiana dava importância “à mente em oposição à matéria, o que leva, no fim, à asserção de que só a mente existe”. Kant defendia que “não podemos conhecer as coisas tais como são em si mesmas, mas apenas no modo como elas aparecem” (NIELSEN NETO, 1986, p. 156), ao que ele chamou *fenômeno* — aquilo que se percebe pelos sentidos, que não está no objeto, mas na sua relação com o sujeito. Isso colocaria por terra as pretensões de conhecer as coisas através dos sentidos (empirismo) ou da intuição pura (racionalismo).

Para resumir um ponto que interessa sobre a visão de Kant, retomamos o que diz Russell (1967, p. 249): “o mundo exterior só produz a matéria da sensação, mas o nosso aparelho mental ordena esta matéria no espaço e no tempo e proporciona conceitos por meio dos quais compreendemos a experiência”; assim, para Kant, “as coisas em si mesmas, que são as causas de nossas sensações, são incognoscíveis”. Contrapondo-se à hegemonia empirista²⁰, Kant postulou que só podemos ter conhecimento *a priori* do espaço e do tempo porque estes são formas impostas à experiência pela nossa própria mente (BLACKBURN, 1997, p. 214). O conhecimento deverá reger e organizar os objetos do mundo através de formas de entendimento (conceitos puros), que Kant chamou de *categorias* (NIELSEN NETO, 1986, p. 157). Passamos a introduzir alguns pontos da visão do neokantismo e sua relação com Bakhtin.

Dentith (1995, p. 11) aponta que o neokantismo era, de modo geral, uma orientação filosófica que buscava retomar Kant em parte como reação ao que era percebido como excessos do positivismo e do empirismo do século XIX. Sabe-se que Bakhtin, em grande parte graças ao seu amigo Matvei Kagan, que estudou na Universidade de Marburg e depois foi para São Petersburgo, teve contato com aquela escola neokantista, da qual se destacam Hermann Cohen, Paul Nartop, Ernst Cassirer. Alguns autores, como Holquist, comentam que Kagan foi aluno de Cohen.

Holquist (2002, p. 5-6), apontando aspectos do neokantismo que influenciaram Bakhtin, diz que um dos principais era:

²⁰ Representada no século XVIII principalmente pelos britânicos, em especial John Locke (1632-1704), George Berkeley (1685-1753) e David Hume (1711-1776).

[...] o desejo neokantiano de relacionar problemas tradicionais da filosofia com as novas descobertas sobre o mundo e a natureza que estavam surgindo nas ciências exatas e biológicas na transição entre os séculos XIX e XX. O próprio Bakhtin tinha grande interesse em ciência, particularmente na nova física de Planck, Einstein e Bohr, bem como nos então atuais avanços em fisiologia, mais precisamente o estudo do sistema nervoso central, uma área em que Petesburgo tinha destaque mundial. Seus amigos mais próximos eram matemáticos como [Matvei] Kagan ou, anos depois, o biólogo (e historiador da ciência) Ivan Kanaev. [...] O dialogismo compartilha do esforço geral dos pensadores pós-Einstein e Bohr de lidar com os novos problemas levantados pela relatividade e pela teoria quântica [...] Einstein argumentava que objetos físicos não eram matéria estática, mas formas de energia volátil. [...] As nítidas distinções que, na juventude de Bakhtin, tinham sido, de forma tão descomplicada, consideradas tradicionais (binárias) entre matéria e mente, ou corpo e alma, estavam ruindo rapidamente.

Para Dentith (1995, p. 11), talvez a atração do neokantismo para os intelectuais esteja no fato de que este concede uma importância especial à atividade da consciência; nessa linha de pensamento, a consciência não pode ser explicada como mero reflexo do mundo exterior, pois a mente não é uma página branca sobre a qual os objetos do mundo exterior são impressos; pelo contrário, a consciência tem suas próprias formas independentes de apreender e explicar o mundo fora dela, especialmente concepções de tempo e espaço que não podem ser deduzidas do próprio mundo. O interesse de Bakhtin, no entanto, não surge dessas questões gerais da teoria do conhecimento (na verdade, ele é consistentemente hostil aos argumentos conduzidos apenas nessa dimensão), mas na forma particular pela qual ele pode moldar esse modo de pensar neokantiano em uma forma de discutir o relacionamento entre o eu e o outro.

Em *Para uma filosofia do ato*, Bakhtin aborda o dualismo existente entre o mundo da cultura (aqui entendido como o conhecimento no sentido teórico) e o mundo da vida (mundo da real existência, dos atos irrepetíveis e únicos). Ali ele concentra suas críticas contra o teoreticismo e vai dizer que todas as tentativas de superar de dentro da cognição teórica o dualismo da cognição e da vida, o dualismo do pensamento e da realidade única concreta, são totalmente sem esperança (BAKHTIN, 1993, p. 24-25).

É nesse ponto que ele reafirma a “revolução copernicana”²¹ de Kant, mas também enseja sua crítica à visão apriorística kantiana:

²¹ Em nota à edição americana de *Para uma filosofia do ato* (BAKHTIN, 1993), Holquist explica a “conquista copernicana” de Kant, ou, mais comumente, a “revolução copernicana” na teoria da cognição: exatamente como Copérnico afirmou que a Terra gira em torno do Sol, Kant sustenta que para conhecer a realidade finita, empírica, essa realidade precisa se conformar à estrutura da mente humana, e não a mente à realidade (BAKHTIN, 1993, p. 98, nota 23).

A descoberta de um elemento *a priori* na nossa cognição não abre um caminho para fora da cognição, isto é, de dentro de seu aspecto conteudístico para o ato real cognitivo, historicamente individual; ele não supera a sua dissociação e mútua impenetrabilidade (BAKHTIN, 1993, p. 24).

De acordo com Holquist, em seu prefácio a *Para uma filosofia do ato* (PFA) (1993, p. 5), o principal diálogo de Bakhtin era “não tanto com Cohen e seus seguidores, mas com o próprio Kant”. Pechey (2007, p. 205) também confirma que a visão bakhtiniana difere da dos neokantistas quando afirma que os outros herdeiros da tradição neokantiana simplesmente não rompem, como ele, com toda a epistemologia e ontologia do sujeito transcendental.

A isso, some-se a observação de Faraco (2009, p. 16-17) quando diz que:

Bakhtin, de fato, parece ter encarado como relevantes os problemas formulados por filósofos neokantianos (em especial a questão axiológica) e aproveitou-os como fio condutor de suas próprias reflexões. Contudo, manteve sempre uma postura crítica frente àqueles filósofos e, mais importante, avançou respostas bastante originais àqueles problemas, respostas que dificilmente poderiam ser classificadas como neokantianas.

De fato, Bakhtin reconhece os avanços, mas também as limitações do neokantismo, como aponta no seguinte trecho (BAKHTIN, 1993, p. 37):

Pode-se e deve-se reconhecer que no domínio das tarefas especiais a que ela se impôs, a filosofia moderna (e o neokantismo em particular) obviamente alcançou grandes alturas e foi capaz, finalmente, de articular métodos perfeitamente científicos (algo que o positivismo, em todas as suas variedades, incluindo o pragmatismo, foi incapaz de fazer). O nosso tempo merece plenamente o crédito de trazer a filosofia para mais perto do ideal de uma filosofia científica. Mas essa filosofia científica pode ser apenas uma filosofia especializada, isto é, uma filosofia dos vários domínios da cultura e de sua unidade na forma de uma transcrição teórica do interior dos objetos de criação cultural e da lei imanente de seu desenvolvimento. E é por isso que essa filosofia teórica não pode pretender ser uma filosofia primeira.

Uma das divergências de Bakhtin em relação aos neokantistas reside na questão do conceito, muito forte nessa escola filosófica. Por exemplo, Bréhier (1980, p. 152) aponta que “o fim da filosofia de Cohen, nos antípodas da filosofia da natureza, é, pois, expulsar, em todas as oportunidades, a intuição imediata, substituindo-a pelo conceito²²”. O problema é que, para Bakhtin, o conceito não dá conta do sentido²³, que é uma das partes do ser e não pode ser compreendida senão sob o pano de fundo de sua unicidade, razão pela qual afirma: “É impossível

²² Na mesma página, o autor explica que “o conceito é, como Kant entrevira, um dos fios do tecido que constitui o objeto, e o objeto nada mais é do que uma trama de conceitos”.

²³ Diz Amorim (2009, p. 24) que, no início de *PFA*, Bakhtin usa indiscriminadamente *sentido* para se referir tanto ao conteúdo quanto ao ato do pensamento. Somente depois, no decorrer da obra, passa a usar *significação* para distinguir o primeiro (conteúdo) do segundo (sentido).

dissolver o sentido em conceitos” (BAKHTIN, 2010, p. 399)²⁴. Focar no conceito é extirpar o conteúdo do ato a conhecer, separando sua significação de sua concretização. Sobre essa visão, diz Bakhtin (1993, p. 19 e 39):

O momento que o pensamento teórico discursivo (nas ciências naturais e na filosofia), a descrição-exposição histórica e a intuição estética têm em comum, e que é de particular importância no nosso estudo, é este: todas essas atividades estabelecem uma cisão entre o conteúdo ou sentido de um dado ato-atividade e a realidade histórica do seu ser, a real e única experiência dele. E é em consequência disso que o ato dado perde sua validade e a unidade de seu real devir e autodeterminação. [...] O ato realizado ou ação é cindido em um conteúdo-sentido objetivo, e um processo subjetivo de realização. Do primeiro fragmento se cria uma única unidade sistêmica da cultura que é realmente esplêndida em sua rigorosa clareza. Do segundo fragmento, se ele não é descartado como completamente inútil (ele é pura e inteiramente subjetivo, uma vez que o seu conteúdo-sentido foi retirado), pode-se no máximo extrair e aceitar alguma coisa estética e teórica [...]. Mas nem no primeiro mundo nem no segundo há espaço para a execução real e responsável de uma ação.

É nesse ponto que ocorre uma ruptura com Kant, pois a partir disso Bakhtin (1993, p. 44-45) conclui que “o teoreticismo fatal (a abstração do meu único eu) ocorre também na ética formal: o seu mundo da razão prática é na realidade um mundo teórico, e não um mundo no qual um ato ou ação é realmente executado”.

De fato, Auroux (2009, p. 79) diz sobre essa linha de pensamento:

A tradição racionalista, amplamente dominante na história da filosofia, engaja a “razão” em uma orientação mais fundamental. Para ela, a razão não poderia ter exterioridade. Transparente, reflexiva, a razão é autofundadora. Esse é o sentido profundo da filosofia transcendental: que a razão seja *a priori*, e não o produto de uma história contingente; significa que ela é a própria origem de si mesma. A linguagem não é necessariamente recrutada para esse projeto.

Segundo Bakhtin (1993, p. 47), o problema está no fato de que toda a filosofia moderna nasceu do racionalismo e está completamente impregnada pelo preconceito do racionalismo de que apenas a lógica é clara e racional, quando, na verdade, ao contrário, é elementar e cega fora dos limites de uma consciência responsável, exatamente como qualquer ser-em-si é. Ou seja, de modo geral, a filosofia prática se distingue da teórica apenas quanto ao seu objeto, não no seu método ou modo de pensar (BAKHTIN, 1993, p. 39). É por isso que Holquist (1993, p. 6) afirma que, para Bakhtin, o sistema kantiano é altamente abstrato: ele ganha autoridade marcando uma distância do específico, do local de qualquer coisa, em outras palavras, que tenha um toque subjetivo em torno de si.

Pechey (2007, p. 189) resume bem o problema racionalista na ótica bakhtiniana ao dizer que a falácia do racionalismo é supor que só o que é lógico é

²⁴ Adiante, veremos que Bakhtin também fala da impossibilidade de se alcançar o sentido pela coisificação.

expressável — é o abstrato que é (estritamente) não enunciável; não o ato em sua concretude, mas a pura conceitualidade que acaba sempre por ficar aquém do entendimento completo. Assim, Bakhtin (1993, p. 45) conclui que são infundadas e essencialmente sem esperança todas as tentativas de orientar uma filosofia primeira (a filosofia do Ser-evento unitário e único) em relação ao aspecto do conteúdo-sentido, ou do produto objetivado, fazendo-se abstração do ato-ação real, único, e de seu autor²⁵. O que Bakhtin critica nesse trecho é o processo (típico do racionalismo das ciências exatas) que ele depois vai nomear de *coisificação*²⁶.

Para Bakhtin, a coisificação a que o objeto de pesquisa está submetido nas ciências exatas e na visão racionalista da filosofia que avançava sobre as ciências humanas inviabiliza o conhecimento do ato. O próprio conceito de *coisa*²⁷ é, para ele, totalmente abstrato: seria o conteúdo-sentido objetificado e dissociado do ato, que em última instância seria a pura coisa morta, dotada apenas de aparência, desprovida de interior próprio inalienável e não utilizável. Essa coisa só “pode ser apenas objeto de interesse prático”, pois, na verdade, “não existe no limite, é um elemento abstrato (convencional)”; ela só existe de fato para o outro e só pode “ser totalmente revelada por um ato unilateral do outro (o cognoscente)” (BAKHTIN, 2010, p. 393-394).

O grande problema desse recurso racionalista para produzir o conhecimento teórico é que a coisificação completa, extrema, levaria fatalmente ao desaparecimento da infinitude e da insondabilidade do sentido (de qualquer sentido) (BAKHTIN, 2010, p. 401). Ele prossegue dizendo que a coisa, ao permanecer coisa, pode influenciar apenas as próprias coisas; para influir sobre os indivíduos ela deve revelar *seu potencial de sentidos*, isto é, deve incorporar-se ao eventual contexto de palavras e sentidos (2010, p. 404). Na mesma página, ainda falando sobre o sentido, Bakhtin faz uma ressalva:

o sentido não quer (e não pode) mudar os fenômenos físicos, materiais e outros, não pode agir como força material. Aliás, ele nem precisa disso: ele mesmo é mais forte que qualquer força, muda o sentido total do acontecimento e da realidade sem lhes mudar uma vírgula na composição real (do ser); tudo continua como antes, mas adquire um sentido inteiramente distinto (a transfiguração do ser centrada no sentido).

²⁵ “Olhar para o ato cognitivo real como uma ação realizada no conteúdo-sentido é o mesmo que tentar puxar-se a si mesmo pelos próprios cabelos” (Bakhtin, 1993, p. 25).

²⁶ No texto *Metodologia das ciências humanas*.

²⁷ Sobre isso, Holquist (2002, p. 17) diz que Bakhtin, a princípio, aceita o argumento de Kant quanto a haver um lapso irreconciliável entre mente e mundo, contudo discorda da premissa kantiana de que existem coisas em si; admitindo que podem existir coisas fora da mente, mas estas não seriam coisas em si.

Assim, ele afirma que “a interpretação dos sentidos não pode ser científica [na acepção de índole científica das ciências exatas, diz ele], mas é profundamente cognitiva” (Bakhtin, 2010, p. 399). Entretanto, “a certeza cognitiva”, nos diz Pechey (2007, p. 191), fundada na unidade das relações universais do ato só pode ser um momento “técnico” da realidade performativa mais ampla do ato.

Daí, Bronckart e Bota (2012, p. 302) concluem que, para superar o dualismo:

A única solução provável é então aceitar que os conhecimentos teóricos (como o mundo da cultura) não passam — não obstante sua relativa futilidade — de um dos elementos que entram na composição do mundo vivido dos sujeitos e aceitar que é apenas nesse “mundo real singular” que podemos reencontrar a verdade, sem recorrer a teoria alguma. Portanto, Bakhtin está convicto da possibilidade de elaborar uma espécie de filosofia não gnosiológica e participante, que não tentaria inutilmente duplicar a experiência com conteúdos de sentido abstratos e inertes, mas que simplesmente exprimiria esse vivido.

Ressaltamos, com Fiorin (2011, p. 207), que “Bakhtin não se coloca contra o pensamento abstrato, mas contra o teorismo, isto é, a pretensão universalizante das correntes filosóficas, das teorias estéticas ou dos sistemas éticos”. Faraco (2009, p. 19) diz algo semelhante e acrescenta: “ao contrário, Bakhtin reconhece sua validade; o que ele recusa é sua total desvinculação do mundo da vida”.

Tanto é que, segundo Dentith (1995, p. 19), nos anos 1920, ele se interessou pela nova física einsteiniana e pela biologia, e um de seus conceitos, o *cronotopo*, surgiu após uma palestra de biologia. Assim, não surpreende que Bakhtin (2010, p. 400) reserve um espaço para a ciência, dizendo que a filosofia começa onde termina a cientificidade exata e começa a heterocientificidade. Segundo ele, a filosofia pode ser considerada “a metalinguagem de todas as ciências (e de todas as modalidades de conhecimento e consciência)”.

Bakhtin (1993, p. 7) diz ainda que, desde que o mundo abstrato, teórico permaneça dentro de seus limites, sua autonomia é justificável e inviolável. Mas não é isso que ocorre, como ele próprio indica (BAKHTIN, 1993, p. 8):

O mundo como objeto de cognição teórica tenta se fazer passar pelo mundo inteiro, isto é, não apenas como um Ser abstratamente unitário, mas também como Ser concretamente único em sua possível totalidade. Em outras palavras, a cognição teórica tenta construir uma filosofia primeira [...].

A despeito dessa concessão, Bakhtin (1993, p. 29) adverte que a claridade e a necessária consistência da lógica, quando separadas do centro unitário e único constituído pela consciência responsável, são forças cegas e elementares precisamente por causa da lei inerente à lógica — a lei da necessidade imanente. Na mesma obra, Bakhtin (1993, p. 7) explica melhor essa ideia:

Separado do ato cognitivo, o conteúdo passa a ser governado por suas próprias leis imanentes, de acordo com as quais ele se desenvolve como se tivesse vontade própria. Na medida em que nós entramos nesse conteúdo, isto é, realizamos um ato de abstração, nós somos agora controlados por suas leis autônomas, ou, para ser exato, nós simplesmente não estamos mais presentes nele como seres humanos individual e responsavelmente ativos.

Nisso, Pechey (2007, p. 184) aponta uma semelhança com Heidegger, no sentido de que ambos veem uma analogia entre cognição e tecnologia. Retomando Bakhtin, Pechey (2007, p. 184) conclui que não podemos viver no mundo puramente teórico da cognição; se esse fosse o único mundo, não estaríamos aqui, a única coisa que o legitima é que ele “enriquece” o ser como um dos momentos do ser, tornando-se ilegítimo quando tenta abarcar o ser como um todo.

Bakhtin (1993, p. 7) pondera sobre os riscos dos produtos dessa ciência que segue uma lei própria e imanente, dissociada do ato responsável:

Isso é como o mundo da tecnologia: ele conhece sua própria lei imanente, e se submete a essa lei em seu desenvolvimento impetuoso e irrefreável, apesar do fato de que há tempos fugiu da tarefa de compreender o propósito cultural desse desenvolvimento, e pode servir antes ao mal que ao bem. Assim, os instrumentos são perfeitos de acordo com sua lei interna, e, como consequência, eles se transformam, a partir do que era inicialmente um meio de defesa racional, numa força terrível, mortal e destrutiva. Tudo que é tecnológico, quando divorciado da unidade única da vida e entregue à vontade da lei imanente de seu desenvolvimento, é assustador; pode de tempos em tempos irromper nessa unidade única como uma força terrível e irresponsavelmente destrutiva.

Bronckart e Bota (2012, p. 303), ponderando sobre isso, dizem que os produtos/instrumentos do mundo da cultura, por terem adquirido uma independência diante do sujeito e em relação à sua responsabilidade pessoal, seguem a partir disso um curso de desenvolvimento que escapa ao controle desse mesmo sujeito.

Em suma, não só os conhecimentos puramente teóricos não dão conta da vida na totalidade como podem gerar produtos que, isolados do ato, podem se tornar perigosos, apesar de serem coerentes e lógicos. Ou seja, o conhecimento precisa também ser ético, mas não abordaremos aqui esta questão.

O fator de atração desse mundo dotado de lei imanente é grande porque, como diz Pechey (2007, p. 187), nós nos sentimos à vontade onde não somos nós mesmos e onde estamos interiormente possuídos pela lógica imanente de determinado campo do conhecimento. Para ele, a filosofia contemporânea em geral é sintomática da crise causada por essa possessão — uma filosofia que não pode incluir nela o processo do meu pensamento. A conclusão de Pechey pode ser associada ao seguinte trecho do pensador russo:

O homem contemporâneo se sente seguro de si, próspero e esclarecido onde ele próprio não está essencialmente e fundamentalmente presente: no mundo autônomo de um domínio da cultura e de sua lei de criação imanente. Mas ele se sente inseguro, deficiente e destituído de compreensão quando se trata dele mesmo, quando ele é o centro emissor de atos ou ações responsáveis, na vida real e única. Isto é, nós agimos com segurança apenas quando o fazemos não como nós mesmos, mas como alguém possuído pela necessidade de significado imanente de algum domínio da cultura (BAKHTIN, 1993, p. 20-21).

Bakhtin (2010, p. 179) chama isso de “positivismo ingênuo” e critica a ideia subjacente de que o conhecimento pode dar acesso direto ao mundo:

O positivismo ingênuo supõe que operamos no mundo — ou seja, no acontecimento do mundo, porque nele nós vivemos, agimos e criamos — com matéria, com psiquismo, com número matemático, que estes têm relação com o sentido e o objetivo do nosso ato e podem explicar o nosso ato, a nossa criação precisamente como ato, como criação (o exemplo de Sócrates em Platão). Entretanto, esses conceitos explicam apenas o material do mundo, o dispositivo técnico do acontecimento do mundo. Esse material do mundo é superado de forma imanente pelo ato e pela criação. Esse positivismo ingênuo hoje se entrelaça também com as ciências humanas (a concepção ingênua de cientificidade).

Grigoletto (2005, p. 19) também faz uma crítica pertinente a essa questão:

[...] no objetivismo, o conhecimento transcende as crenças e estados de consciência dos indivíduos, enfatizando somente itens do conhecimento. As teorias científicas têm uma estrutura objetiva externa à mente dos cientistas individuais, [...] a ciência basta por si só e o sujeito não é considerado constitutivo desse saber. Assim concebido, o conhecimento científico não tem nenhuma relação com o social, tampouco com o ideológico.

Como poderiam, então, as ciências humanas partirem da abstração do conhecimento teórico para compreender o humano? A resposta de Bakhtin é: não poderiam. É por isso que Bakhtin traça uma distinção fundamental entre as ciências exatas e as ciências humanas:

As ciências exatas são uma forma monológica do saber: o intelecto contempla uma *coisa* e emite enunciado sobre ela. Aí só há um sujeito: o cognoscente (contemplador) e falante (enunciador). A ele só se contrapõe a *coisa muda*. Qualquer objeto do saber (incluindo o homem) pode ser percebido e conhecido como coisa. Mas o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado como coisa porque, como sujeito e permanecendo sujeito, não pode tornar-se mudo; conseqüentemente o conhecimento que se tem dele só pode ser *dialógico* (ativismo do outro sujeito cognoscente) (BAKHTIN, 2010, p. 400).

Para Bakhtin, “o objeto das ciências humanas é o ser *expressivo* e *falante*. Esse ser nunca coincide consigo mesmo e por isso é inesgotável em seu sentido e significado” (BAKHTIN, 2010, p. 395). Ou seja, como resume Dentith (1995, p. 19), as ciências exatas são monológicas porque estão preocupadas com *objetos* do conhecimento; as ciências humanas são necessariamente *dialógicas* porque estão preocupadas com outros sujeitos.

Disso surge o problema da validade (em termos de precisão e a profundidade) das ciências humanas. Isso porque, enquanto “o limite da precisão nas ciências naturais é a identidade ($a = a$)” — ou seja, a coincidência consigo mesmo; “nas ciências humanas, a precisão é a superação da alteridade do alheio sem sua transformação no puramente meu (substituições de toda espécie, modernização, o não reconhecimento do alheio, etc.)” (BAKHTIN, 2010, p. 408-409).

Segundo Bakhtin (2010, p. 395), “a exatidão pressupõe a coincidência da coisa consigo mesma”, mas “o ser que se autorrevela não pode ser forçado e tolhido. Ele é livre e por essa razão não apresenta nenhuma garantia”²⁸; por isso, conclui ele, “o conhecimento aqui não nos pode dar nada”, referindo-se, é claro, ao conhecimento teórico. Assim, faz sentido que ele defina *conhecimento*, em dado momento, como “compreensão do passado em sua índole inacabável (em sua não coincidência consigo mesmo)” (BAKHTIN, 2010, p. 396).

Podemos aproveitar esse gancho para dizer que é a partir dessa não coincidência consigo mesmo que é possível discutir a questão do não *álibi*, já que, de acordo com Holquist (1993, p. 9), não seria o caso de pensar:

[...] [o não *álibi*] como uma carência que eu deva preencher, mas como uma carência no Ser, um buraco no tecido do mundo. O vácuo que o não *álibi* parece nomear para Bakhtin é alguma coisa de que todos nós temos consciência. É o espaço entre o conhecimento objetivo e subjetivo que, especialmente em face do poder indubitável das ciências exatas desde o século XVII, manifesta-se com frequência crescente. A diferença entre a ordem do mundo matemático e o mundo da experiência humana sempre tem sido reconhecida. A impessoalidade do mundo objetivo da geometria era justamente o que a recomendava para Platão como um modelo de perfeição que poderia proveitosamente se opor ao mundo desajeitado dos reflexos no qual os seres humanos reais vivem suas breves existências, confundidos por imitações degradadas e sombras bruxuleantes.

Como se vê, o conhecimento teórico (da visão racionalista) não pode penetrar o objeto das ciências humanas — que seria exatamente o propósito de um cientificismo aplicado à tradução. Aliás, no entender de Bakhtin, pode até ser o contrário: o próprio objeto das ciências exatas não estar isento de certo subjetivismo. Ele levanta essa possibilidade quando aborda o experimento matemático: “Formular uma pergunta e receber uma resposta já constitui uma interpretação individual do conhecimento das ciências naturais e do seu sujeito (o experimentador)” (BAKHTIN, 2010, p. 407).

²⁸ Essa é uma questão fundamental para a noção de *ponto de vista*, que veremos adiante.

Essa “subversão” bakhtiniana foi bem percebida por Pechey (2007, p. 190) quando comenta a trajetória filosófica de Bakhtin:

O itinerário de Bakhtin pelo pensamento ocidental não para em Kant, mas retorna até o *cogito: ergo sum*. Como o imperativo categórico²⁹, o *cogito* é aqui sujeito a uma certa reformulação paródica, uma reacentuação no sentido mais literal. Se na sua solução elementar da dúvida ontológica Descartes enfatiza o verbo em sua premissa “Eu penso”, a ênfase de Bakhtin está sobre o pronome pessoal dessa sentença. Tem muito mais peso do que minha experiência de *pensar* — experiência essa que imediatamente é tornada existencialmente nula por aquele brutal *ergo*, vaporizada no ar da dedução lógica — o fato de que a experiência é *minha*.

Isso pode conduzir a uma leitura equivocada de que Bakhtin é totalmente subjetivista (cf. BRONCKART & BOTA, 2012). Mas ele próprio, questionando se haveria correspondência com o contexto nas ciências naturais, afirma:

O contexto é sempre personalista (o diálogo sem fim, onde não há a primeira nem a última palavra); nas ciências naturais o sistema é objetificado (sem sujeito). Todavia a personalização não é, de maneira nenhuma, uma subjetivação. O limite aqui não é o *eu*, porém o *eu* em relação de reciprocidade com outros indivíduos, isto é, *eu e o outro*, *eu e tu*. Esse personalismo não é um fato psicológico, mas de sentido (BAKHTIN, 2010, p. 407 e 410).

Para Pechey (2007, p. 188), acusar a filosofia do ato bakhtiniana de ser subjetivista ou irracional é enxergar essa proposta pela ótica da visão racionalista dominante na filosofia moderna. Longe disso, afirma ele, o pensamento que informa e compreende o ato responsável é hiper-racional — uma subsunção³⁰ do racional como uma luz fraca ofuscada por uma forte, mas que não deixa de ser luz. Seguindo na analogia da luz, isso pode ser melhor explicado quando Bakhtin (p. 1993, 30) diz que, no interior do ato, aquele que age enxerga uma luz clara e distinta, na qual se orienta. Não se trata de uma clareza que esse agente entende de forma lógica, conceitual, mas uma clareza fundada na relação valorativa e concreta que tem com as pessoas que ama, com a terra, com o tempo presente. É por isso que Bakhtin entende que, na filosofia moderna, o erro do racionalismo está na contraposição do objetivo (como *racional*) ao subjetivo, individual, singular (como *irracional* e *fortuito*).

²⁹ Nesse ponto, Bakhtin (1993, p. 25) também critica Kant, dizendo que o imperativo categórico determina o ato realizado como uma lei universalmente válida, mas como uma lei desprovida de um conteúdo particular, positivo. Segundo ele, o ato realizado deve ser conformável à lei; por sua vez, a lei, que aplica uma norma ao meu ato ou ação, deve ser justificada como capaz de se tornar uma norma de conduta universal. Ele questiona: Mas como essa justificação se dá? E responde: apenas por meio de determinações puramente teóricas. Bakhtin, por fim, afirma que a ação real é deslocada para o mundo teórico com uma exigência vazia da legalidade.

³⁰ No inglês, *sublation*, do termo hegeliano *aufheben* (negação + conservação), que é o movimento de transformação no fluxo temporal “caracterizado pela conservação relativa do que foi superado através da manifestação de potencialidades e tendências antes latentes” (HOUAISS, 2001, *aufhebung*).

Por fim, vale abordar uma questão cara tanto à ciência positivista quanto a Bakhtin: a verdade. Uma das primeiras coisas que Bakhtin diz, em *Para uma filosofia do ato*, sobre a verdade é que, de sua visão do ato como algo único e irrepetível, ligado à experiência subjetiva, não decorre “nenhuma espécie de relativismo, que nega a autonomia da verdade e tenta torná-la alguma coisa relativa e condicionada precisamente com respeito à sua veracidade” (BAKHTIN, 1993, p. 27). Ele faz uma importante distinção entre dois tipos de verdade: *pravda* e *istina*.

A primeira está relacionada ao ato real — composto de uma validade teórica, uma fatualidade histórica e um tom emocional-volitivo (p. 46). Diz Bakhtin (p. 47):

Em sua responsabilidade, o ato coloca diante de si sua própria verdade [*pravda*] como algo-a-ser-alcançado³¹ — uma verdade que une os momentos subjetivo e psicológico, exatamente como une o momento do que é universal (válido universalmente) e o momento do que é individual (real). Essa verdade [*pravda*] unitária e única do ato responsavelmente realizado é postulada como algo-a-ser-alcançado enquanto verdade [*pravda*] sintética.

Já a outra verdade (*istina*) é a do conteúdo do ato, passível de precisão, conforme explica Bakhtin em outro trecho (p. 64): “A verdade (*pravda*) do evento não é a verdade que é autoidêntica e autoequivalente em seu conteúdo (*istina*), mas é a posição justa e única de cada participante”. Segundo Capogna Bardet, tradutora francesa de Bakhtin, citada por Amorim (2009, p. 25), *istina* está associado ao que é real, autêntico e exato.

Marília Amorim (2009, p. 22-26) aprofunda a explicação, da qual citamos:

[...] a verdade do conteúdo de uma teoria diz respeito a leis universais e a um universo de possibilidades. E, a essa forma de verdade, Bakhtin atribui o termo russo *istina*. [...] Enquanto abstração, o único dever da teoria é ser verdadeira. Mas o próprio dever de buscar a verdade, aquilo que me obriga a pensar veridicamente enquanto estou pensando, não decorre do conteúdo do pensamento, mas do ato de pensar. Uma teoria verdadeira, ao virar ato, isto é, ao ser pensada por alguém singular e único, vira ética. E pode, assim, completar sua verdade universal com a verdade singular a que Bakhtin chama de *pravda*. Somente assim completada, a palavra da teoria se torna plena.

Ainda durante o século XX, a verdade do conteúdo (*istina*) era o cálice sagrado da filosofia da ciência³², o que, como já disse Bakhtin, não é problema algum, desde que restrita e reconhecida como abstrata. É por isso que ele faz a seguinte advertência:

É um engano infeliz (herança do racionalismo) imaginar que a verdade [*pravda*] só pode ser a verdade [*istina*] composta de momentos universais; que a verdade de uma situação é precisamente o que é repetível e constante nela. Mais ainda, que o que é universal e idêntico (logicamente idêntico) é fundamental e essencial (Bakhtin, 1993, p. 55).

³¹ Por oposição ao que é dado.

³² Cf. Popper, [1935] 2002, p. 4; Kuhn, [1962] 2012, p. 169-170.

Explicando a visão bakhtiniana, Pechey (2007, p. 190) comenta que a verdade na visão racionalista é composta unicamente de momentos que são universais, no sentido de estarem em uma série comutável entre pessoas e serem iteráveis de forma autoequivalente por mim ou qualquer outro. “Sendo a verdade assim concebida”, diz Pechey, “essa tonalidade afirmativa de ativamente possuir um pensamento ou sentimento é relegada à escuridão exterior daquilo que é meramente impressionista e individual. Não pode ser a base da unidade de um ato de pensamento ou sentimento”³³. Vale ressaltar, como diz Grigoletto (2005, p. 22), que embora “existam críticas em relação a essa concepção empírica de ciência, ainda predomina a imagem da ciência como algo objetivo, que busca verdades”.

Podemos fechar este subtópico com o que diz Holquist (1993, p. 6) sobre a obra *Para uma filosofia do ato*, resumindo as motivações filosóficas de Bakhtin:

Bakhtin está procurando recuperar a imediatez nua da experiência como ela é sentida de dentro da máxima particularidade de uma vida específica, a lava fundida dos eventos enquanto eles acontecem. Ele procura a qualidade pura do acontecer na vida antes que o magma de tal experiência esfrie, endurecendo-se em teorias do fogo, ou relatos do que aconteceu. E justo como a lava difere da pedra que ela se tornará, assim os dois estados da experiência vivida, de um lado, e sistemas para registrar tal experiência, de outro, são fundamentalmente diferentes um do outro.

Então, resumindo a visão bakhtiniana sobre a ciência e o conhecimento: (1) Bakhtin se opõe à visão racionalista do conhecimento, adotada pela ciência exata e sua filosofia; (2) a abordagem científica tem aplicação restrita, mas é válida para lidar com o objeto abstrato; (3) as noções dominantes nas ciências exatas não se coadunam com o objeto das ciências humanas; (4) a verdade do conteúdo, ainda hoje almejada pelas ciências exatas, é apenas a parte abstrata de uma verdade mais ampla (*pravda*), relativa ao ato vivo como um todo único; (5) a alternativa de Bakhtin para superar o dualismo mundo teórico x mundo da vida é a filosofia primeira do ato responsável.

As influências filosóficas de Bakhtin não se restringem às que abordamos aqui. Certamente é possível estabelecer relações entre Bakhtin e diversos outros filósofos anteriores e posteriores. Dentre esses, acreditamos que uma aproximação frutífera em relação ao tema abordado seria com Paul Feyerabend³⁴, por sua

³³ No trecho em que aborda essa questão, Bakhtin propõe que o termo *unidade* seja descartado por estar “excessivamente teorizado” e que seja substituído por *unicidade* (Bakhtin, 1993, p. 56).

³⁴ Em *Contra o método* (2010, p. xix-xx), ele diz que os eventos, procedimentos e resultados que constituem as ciências não têm uma estrutura em comum; como consequência, o sucesso da “ciência” não pode ser usado como argumento-padrão para lidar com problemas ainda sem solução.

oposição ao avanço do racionalismo e às pretensões racionalistas de universalidade, mas este não é nosso foco aqui.

Diante dessa exposição, fica claro por que as teorias científicas de base racionalista não podem subjazer a teorias sobre a tradução — visto que é um objeto que não se presta à reificação, à abstração, assim como os fenômenos linguageiros em suas diversas dimensões. Qual seria então a forma de abordar a linguagem e a tradução de uma forma que possa contemplar essas dimensões? A resposta pode estar na concepção dialógica da linguagem e em uma teoria da tradução que se fundamente nessa visão.

1.3 A CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM

“Quanto a mim, em tudo eu ouço vozes e relações dialógicas entre elas.”

Mikhail Bakhtin

A concepção de língua subjacente às teorias científicas da tradução é bem diferente da visão baseada na teoria dialógica da linguagem desenvolvida por Bakhtin e Volóchinov, para os quais a linguagem é um fenômeno social, histórico e dinâmico (e não algo homogêneo, fechado sobre si mesmo, sem variação no tempo e no espaço).

Na visão linguístico-filológica, o estudo da língua equivale à autópsia em um ser vivo: embora tenha valor por tentar explicar o funcionamento interno do ser, não dá conta da totalidade desse ser — isto é, de sua história, seu meio, sua cultura, enfim, de sua vida. Daí que Volóchinov (2017, p. 193) conclua: “Do modo formal, o pensamento sistemático sobre a língua é incompatível com a sua compreensão viva e histórica”. Em outro ponto, o autor (2017, p. 218-219) ratifica o que disse antes, revelando sua visão da linguagem:

A realidade efetiva da linguagem não é o sistema abstrato de formas linguísticas nem o enunciado monológico isolado, tampouco o ato psicofisiológico de sua realização, mas o acontecimento social da interação discursiva, que ocorre por meio de um ou de vários enunciados. Desse modo, a interação discursiva é a realidade fundamental da língua.

Neste ponto, é necessário explicitar algumas noções que são decorrentes da visão da linguagem como *acontecimento social da interação discursiva* e, portanto, centrais no dialogismo. São elas: *relações dialógicas*, *enunciado*, *palavra*.

Começamos pelas relações dialógicas, que consideramos o fenômeno mais amplo e basilar. Em *Problemas da Poética de Dostoiévski*, Bakhtin (2015a, p. 209) explica a principal consequência de uma visão baseada nas relações dialógicas:

A linguagem só vive na comunicação dialógica daqueles que a usam. É precisamente essa comunicação dialógica que constitui o verdadeiro campo da *vida* da linguagem. Toda a vida da linguagem, seja qual for o seu campo de emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.), está impregnada de relações dialógicas.

Em outras palavras, as relações dialógicas são constitutivas da linguagem e ocorrem entre enunciados e sujeitos concretos, sendo, portanto, relações pessoais, como diz Grillo (2006, p. 122). Por isso, Bakhtin (2015a, p. 47) explica:

As relações dialógicas — fenômeno bem mais amplo do que as relações entre as réplicas do diálogo expresso composicionalmente — são um fenômeno quase universal, que penetra toda a linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana, em suma, tudo que tem sentido e importância.

A existência das relações dialógicas decorre também do fato de Bakhtin (2015a, p. 207) entender que a manifestação concreta e viva da linguagem é o *discurso*, e não a língua no sentido compreendido pela linguística objetivista (*langue*). Para Bakhtin (2015a, p. 208), essas relações (“incluindo as relações dialógicas do falante com sua própria fala”) são o objeto da metalinguística — ciência que, partindo da materialidade da língua, estudaria a linguagem do ponto de vista extralinguístico, isto é, observando enquanto fenômeno discursivo. Grillo (2006, p. 122), discutindo justamente a ideia de uma metalinguística, esclarece que “o sentido aparece sempre como produzido no diálogo, ou, em outros termos, a relação dialógica é uma relação semântica”.

Segundo Cunha (1998, p. 131), na perspectiva bakhtiniana, “todo discurso se constrói a partir de outros sobre o mesmo tema, sendo, portanto, constituído, habitado por diferentes vozes não mostradas explicitamente”. Mas a linguística estrutural não reconhece, por exemplo, o discurso bivocal, que o autor russo considera como sendo exatamente um dos principais objetos da metalinguística (BAKHTIN, 2015a, p. 211).

Sobre as limitações da linguística de sua época, Bakhtin (2015a, p. 208) diz:

Na linguagem, como objeto da linguística, não há e nem pode haver quaisquer relações dialógicas: estas são impossíveis entre os elementos no sistema da língua (por exemplo, entre as palavras no dicionário, entre morfemas, etc.) ou entre os elementos do “texto” num enfoque rigorosamente linguístico deste. Elas tampouco podem existir entre as unidades de um nível nem entre as unidades de diversos níveis. Não podem existir, evidentemente, entre as unidades sintáticas, por exemplo, entre as orações vistas de uma perspectiva rigorosamente linguística.

Ele conclui que relações dialógicas, portanto, são extralinguísticas. Mas ao mesmo tempo não podem ser separadas do domínio do *discurso* (BAKHTIN, 2015a, p. 209). No mesmo trecho, prossegue dizendo que essas relações não são redutíveis nem a relações lógicas nem a relações orientadas semanticamente para o objeto referencial, ou seja, relacionamentos em e para si mesmos, desprovidos de qualquer elemento dialógico. Esses elementos precisam se revestir no discurso, tornar-se enunciados, assumir as posições dos vários sujeitos expressos no discurso, para que as relações dialógicas surjam entre eles, acrescenta o autor na mesma página.

Arrematando a questão das relações dialógicas, podemos retomar o seguinte trecho de Bakhtin (2015a, p. 210):

Relações dialógicas são possíveis não apenas entre enunciações integrais (relativamente), mas o enfoque dialógico é possível a qualquer parte significativa do enunciado, inclusive a palavra isolada, caso esta não seja interpretada como palavra impessoal da língua, mas como signo da posição semântica de um outro, como representante do enunciado de um outro, ou seja, se ouvirmos nela a voz do outro. Por isso, as relações dialógicas podem penetrar no âmago do enunciado, inclusive no íntimo de uma palavra isolada se nela se chocam dialogicamente duas vozes [...]. Por outro lado, as relações dialógicas são possíveis também entre os estilos de linguagem, os dialetos sociais, etc., desde que eles sejam entendidos como certas posições semânticas, como uma espécie de cosmovisão da linguagem, isto é, numa abordagem não mais linguística.

As relações dialógicas, portanto, estão presentes em qualquer situação enunciativa concreta, em que se dê o uso concreto da linguagem para dizer alguma coisa. Mais do que isso: são fios que compõem o tecido fundamental das relações de sentido entre enunciados, palavras, sujeitos, pois a própria vida é dialógica.

Assim, na visão de Bakhtin as relações dialógicas ocorrem quando a unidade da língua deixa de ser mera materialidade sonora/gráfica para se tornar *enunciado*, isto é, linguagem em uso na interação. Sobre isso, Bakhtin (2015b, p. 49) afirma:

O enunciado vivo, que surgiu de modo consciente num determinado momento histórico em um meio social determinado, não pode deixar de tocar milhares de linhas dialógicas³⁵ vivas envoltas pela consciência socioideológica no entorno de um dado objeto da enunciação, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social. É disto que ele surge, desse diálogo, com sua continuidade, como uma réplica e não como se ele se relacionasse à parte.

Note-se que o autor fala em “determinado momento histórico” e “meio social determinado”. Isso não é à toa. Bakhtin quer ressaltar que o enunciado é sempre cronológica, social e historicamente situado. Como veremos um pouco mais adiante,

³⁵ A tradução do francês (BAKHTIN, 1998) usa *fios dialógicos*, metáfora que foi bastante difundida e que também é muito produtiva para explicar o fenômeno.

a esses fatores, que chama de *horizonte social*, Volóchinov também acrescenta o parâmetro da situação mais imediata. Além disso, tanto ele quanto Bakhtin vão ressaltar a importância do endereçamento, isto é, para quem o enunciado é dirigido e o papel dele como elo do fluxo da comunicação verbal (cadeia infinita de enunciados). Todos são fatores que situam o enunciado de forma concreta e viva.

Então, para Bakhtin (2010, p. 274), o enunciado é “a *real unidade* da comunicação discursiva”, porque “o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes, sujeitos do discurso”. Passemos a discutir um pouco mais a natureza do enunciado.

Antes de tudo, cabe um esclarecimento sobre a natureza do enunciado com vistas principalmente a descolar a noção da ideia de *oração*. Para isso, tomamos as palavras do tradutor Paulo Bezerra em sua introdução a *Estética da criação verbal*:

Muito tem se falado de *enunciação* e *enunciado* na obra de Bakhtin. Neste livro, o autor emprega um só termo — *viskázivanie* — quer para o ato de emissão do discurso, que seria a enunciação, quer para um discurso já pronunciado e até um romance, que seria um enunciado. Portanto, para ele o discurso de um passado remoto, um texto filosófico ou a emissão de um discurso são *viskázivanie*. Ele associa o termo à *parole* saussuriana, o que permite falar de enunciação. (BEZERRA, 2010, p. XI)

A partir dessa citação, ressaltamos duas coisas: primeiro, que os limites do enunciado não são determinados apenas pela materialidade da língua (como a oração); segundo, questão de ordem metodológica, é que poderá ocorrer aqui, em nossa escrita, tanto *enunciado* (discurso concretizado) quanto *enunciação* (ato de emissão do discurso).

A principal preocupação do autor russo é distinguir *enunciado* (unidade real da comunicação) de *oração* (unidade do sistema linguístico). Para tanto, ele passa a apresentar algumas propriedades do enunciado.

A primeira é que todo enunciado tem início e fim, mas não só no sentido material: “Os limites de cada enunciado concreto como unidade da comunicação discursiva são definidos pela *alternância dos sujeitos do discurso*, ou seja, pela alternância dos falantes”; isto é, “antes do seu início, os enunciados dos outros; depois do seu término, os enunciados responsivos dos outros” (BAKHTIN, 2010, p. 275). Em outra parte, o autor (2010, p. 299) diz, complementando: “mas no âmbito desses limites o enunciado [...] reflete o processo do discurso, os enunciados do outro, e antes de tudo os elos precedentes da cadeia [da comunicação verbal]”.

Grillo (2006, p. 123) explica de forma sucinta a questão:

Por um lado, o enunciado tem um contato imediato com os enunciados alheios: ele é estabelecido nos laços dialógicos — de reflexo, de desacordo, de filiação — com os outros enunciados da esfera de comunicação discursiva à qual ele pertence. Por outro lado, ele suscita a atitude responsiva do outro locutor que se manifesta por meio de enunciados.

Em suma, o enunciado é aquilo que responde a outros enunciados (já-dito) e permite réplicas. As réplicas, no sentido de relações estabelecidas na comunicação (afirmação-objeção, proposta-aceitação, ordem-execução, etc.), “são impossíveis entre unidades da língua (palavras e orações)”, diz o autor no mesmo trecho. Em outra obra, Bakhtin (2010, p. 297) afirma: “Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *resposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo ([...] ‘resposta no sentido mais amplo’): ela os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, [...] de certo modo leva-os em conta”.

Assim, o enunciado está sempre retomando de alguma forma aquilo que já foi dito, ou seja, outros enunciados — o conhecido, a opinião pública, etc. Em trecho que ficou célebre, Bakhtin (2010, p. 300) diz que “o falante não é um Adão bíblico”, que se relaciona pela primeira vez com objetos virgens ainda não nomeados. A partir disso, Bakhtin (2010, p. 289) fará uma afirmação crucial e que será repetida em diversos pontos de sua obra: “Todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva”, acrescentando que “não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas” (BAKHTIN, 2010, p. 300).

Para o autor (2010, p. 289), o enunciado é “a posição ativa do falante nesse ou naquele campo do objeto e do sentido”. Essa questão da posição discursiva é fundamental para a perspectiva teórica bakhtiniana. Por isso, vale retomar a explicação de Bakhtin (2010, p. 297) sobre isso:

[...] o enunciado ocupa uma posição definida em uma dada esfera da comunicação, em uma dada questão, em um dado assunto, etc. É impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições. Por isso, cada enunciado é pleno de variadas atitudes responsivas a outros enunciados de dada esfera da comunicação discursiva.

É importante destacar que, a partir da propriedade do enunciado como uma unidade situada entre enunciados dos outros e que possibilita a réplica, Bakhtin (2010, p. 279) entende que obras especializadas de diferentes gêneros são também unidades da comunicação discursiva: “A obra é um elo na cadeia da comunicação discursiva; como réplica do diálogo, está vinculada a outras obras — enunciados”.

A segunda propriedade que Bakhtin (2010, p. 280) destaca é que o enunciado tem uma *conclusibilidade*, isto é, a ideia de que “o falante disse (ou escreveu) *tudo* que quis dizer em dado momento ou sob dadas condições”, o que torna possível responder a ele. Essa relativa conclusão pode ser detectada por três critérios: (1) exauribilidade do objeto e do sentido; (2) projeto ou vontade de discurso do falante; (3) formas típicas composicionais do gênero do acabamento. É claro que, como tudo o mais em Bakhtin, os critérios não são absolutos ou estanques. A exauribilidade, por exemplo, varia bastante: enquanto em alguns campos ela é quase plena (como nas ordens militares), em outros (como no texto científico) ela é relativa³⁶.

Não discutiremos a fundo essas subpropriedades, pois basta-nos observar que todos esses critérios apontam para a capacidade de se responder ao enunciado, o que liga a segunda propriedade à primeira e à terceira. Vale destacar o terceiro critério, já que é através dele que Bakhtin introduz o tema maior desse texto: os gêneros do discurso. Muito já se falou sobre o assunto (tornou-se clássica a definição de “tipos relativamente estáveis de enunciados”), mas interessa-nos aqui não a classificação que a teoria pode oferecer, mas ressaltar o papel dos gêneros na entrada do homem na linguagem, como explica Bakhtin (2010, p. 283):

A língua materna — sua composição vocabular e sua estrutura gramatical — não chega ao nosso conhecimento a partir de dicionários e gramáticas, mas de enunciações concretas que nós mesmos ouvimos e nós mesmos reproduzimos na comunicação discursiva viva com as pessoas que nos rodeiam. Nós assimilamos as formas da língua somente nas formas das enunciações e justamente com essas formas. As formas da língua e as formas típicas dos enunciados, isto é, os gêneros do discurso, chegam à nossa experiência e à nossa consciência em conjunto e estreitamente vinculadas. Aprender a falar significa aprender a construir enunciados (porque falamos por enunciados, e não por orações isoladas e, evidentemente, não por palavras isoladas).

Volóchinov (2017, p. 180) diz algo parecido em relação ao uso da linguagem como um todo (e não apenas em sua aquisição):

Para o falante nativo, a palavra se posiciona não como um vocábulo de dicionário, mas como uma palavra presente nos enunciados mais variados da combinação linguística A, B, C, etc., e como palavra dos seus próprios enunciados multiformes.

Colocando de outro modo, a palavra não existe de forma abstrata e isolada de seu uso — a palavra no cotidiano é sempre um enunciado concreto. Assim, a palavra enquanto entidade viva não pode ser confundida com o significado (nível mais baixo de possibilidade de sentido, como se verá).

³⁶ “O objeto é objetivamente inexaurível, mas ao se tornar *tema* do enunciado (por exemplo, de um trabalho científico) ele ganha uma relativa conclusibilidade em determinadas condições, em certa situação do problema, em dado material, em determinados objetivos colocados pelo autor, isto é, já no âmbito de uma ideia *definida pelo autor*” (BAKHTIN, 2010, p. 281, grifos do autor).

Outro traço constitutivo do enunciado é sua entonação expressiva, ou seja, “a relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado” (BAKHTIN, 2010, p. 289). O juízo do falante sobre determinada realidade, isto é, a posição responsiva ativa em relação à palavra, é justamente a expressão dessa relação valorativa. Segundo Bakhtin (2010, p. 290): “Se uma palavra isolada é pronunciada com entonação expressiva, já não é mais uma palavra, mas um enunciado acabado expresso por uma palavra (não há nenhum fundamento para desdobrá-la em oração)”. Essa propriedade é fundamental porque guia a escolha das palavras por parte do falante: “selecionamos aquelas que pelo tom correspondem à expressão do nosso enunciado e rejeitamos as outras” (BAKHTIN, 2010, p. 291). Ele prossegue explicando:

Quando escolhemos as palavras, partimos do conjunto projetado do enunciado, e esse conjunto que projetamos e criamos é sempre expressivo e é ele que irradia a sua expressão (ou melhor, a nossa expressão) a cada palavra que escolhemos; por assim dizer, contagia essa palavra com a expressão do conjunto. E escolhemos a palavra pelo significado que em si mesmo não é expressivo, mas pode ou não corresponder aos nossos objetivos expressivos em face de outras palavras, isto é, em face do conjunto do nosso enunciado (BAKHTIN, 2010, p. 292).

São esses juízos de valor, presentes no tom expressivo do enunciado, que conduzem “a seleção de palavras do autor e a recepção desta seleção (a co-seleção) pelo ouvinte”, pois as palavras “não são selecionadas do dicionário, mas do contexto da vida onde se impregnaram de avaliações” (VOLOSHINOV, 1981a, p. 201). Sobre isso, Bakhtin (2010, p. 292-293) diz, na linha de Volóchinov, que:

Quando escolhemos as palavras no processo de construção de um enunciado, nem de longe as tomamos sempre do sistema da língua em sua forma neutra, *lexicográfica*. Costumamos tirá-las de *outros enunciados* e antes de tudo de enunciados congêneres com o nosso, isto é, pelo tema, pela composição, pelo estilo; conseqüentemente, selecionamos as palavras segundo a sua especificação de gênero. [...] as palavras podem entrar no nosso discurso a partir de enunciações individuais alheias, mantendo em menor ou maior grau os tons e ecos dessas enunciações individuais.

É nítida a relevância dessa visão para o que nos propomos a estudar aqui. A tradução envolve obviamente a escolha de palavras para verter outras, mas entender esse processo como algo puramente mecânico, que visa correspondência entre vocabulários de línguas transparentes, é criar uma ficção, abstrair o processo real de comunicação. Bakhtin é claro: não há enunciado sem entonação expressiva, sem valoração da parte de quem enuncia. O tradutor não foge a essa imposição da linguagem em uso. Ele também retira suas palavras de outros enunciados e, ao re-enunciar, estabelece a sua própria entonação expressiva — crítica, aquiescência,

etc. Aliás, Bakhtin (2010, p. 293) afirma que os gêneros do discurso (que, não esqueçamos, são conjuntos de enunciados) “se prestam de modo bastante fácil a uma reacentuação”. A tradução é uma enunciação e, portanto, necessariamente reacentua os enunciados.

A última propriedade relevante do enunciado para discutirmos aqui é o direcionamento, ou endereçamento, a alguém. Bakhtin faz questão de destacar que o enunciado, ao contrário das unidades da língua (que são impessoais), tem autor e destinatário, que pode ser desde o interlocutor da conversa face a face até correligionários, especialistas de um campo cultural, um povo ou até mesmo um *outro* totalmente indefinido (BAKHTIN, 2010, p. 301). No contexto do *grande tempo*³⁷, do diálogo universal, a réplica sempre e necessariamente envolve o *outro*. Em *Metodologia das ciências humanas*, Bakhtin (2010, p. 408) dirá que “*pergunta e resposta* não são relações (categorias) lógicas; não podem caber em uma só consciência (una e fechada em si mesma)”. E esse outro, o destinatário do enunciado, na visão de Bakhtin, não é o receptor passivo dos esquemas de comunicação estruturalistas: ele é co-participante na construção do enunciado e, claro, da comunicação, tal como diz Bezerra (2015, p. XIII):

[...] Bakhtin diz que a díade saussuriana falante-ouvinte é uma *ficção*, uma vez que aí o falante é “o fluxo único da fala”, ao passo que o ouvinte é totalmente passivo, é só ouvinte (diga-se, função! – P.B.), nunca um falante sequer em potencial. Logo, como é possível a comunicação se só um fala? Bakhtin não considera que os esquemas de Saussure sejam falsos e inaplicáveis a certos momentos da realidade. Mas está interessado no diálogo, na comunicação pelo discurso.

Ainda de acordo com Bakhtin (2010, p. 301-302), o gênero, a composição e o estilo do enunciado dependem justamente de fatores ligados ao destinatário, como por exemplo: a percepção que o falante/autor tem do destinatário e a representação que faz deste para si mesmo; a força e a influência do destinatário no enunciado; o grau de conhecimento do destinatário; concepções, convicções e preconceitos desse destinatário, bem como suas simpatias e antipatias. Diante disso, Bakhtin (2010, p. 305) concluirá que “o endereçamento do enunciado é sua peculiaridade constitutiva, sem a qual não há nem pode haver enunciado”. Para ele:

Se uma palavra isolada ou uma oração está endereçada, direcionada, temos diante de nós um enunciado acabado, constituído de uma palavra ou de uma oração, o direcionamento pertence não a elas como unidades da língua, mas ao enunciado (BAKHTIN, 2010, p. 306).

³⁷ “[...] o diálogo infinito e inacabável em que nenhum sentido morre” (BAKHTIN, 2010, p. 409).

Do mesmo modo, para Volóchinov (2017, p. 204), sendo produto da interação entre indivíduos socialmente organizados, todo enunciado presume um interlocutor — mesmo quando não há um interlocutor real, “a palavra é orientada para o interlocutor”. Note-se que isso não significa um interlocutor abstrato ou isolado. Esse ouvinte “projetado” é alguém com quem o falante tem algum tipo de relação social (íntima ou distanciada, hierarquicamente superior ou inferior, do mesmo grupo social ou não, etc.). Toda pretensão de falar universalmente está baseada e condicionada pelo horizonte social (cultura, ciência, moral, regras, etc.) em que o falante está mergulhado. Em parte, vem disso a noção de ponto de vista que apresentamos.

Assim como Bakhtin, Volóchinov defende que o interlocutor tem uma *compreensão responsiva ativa* da palavra: ele apreende o enunciado sempre com uma réplica, um comentário atualizado. Desse modo, o interlocutor está previsto no enunciado, já que o falante está sempre se antecipando ao conhecimento, às crenças e às opiniões, enfim, ao discurso do “ouvinte” e construindo seu próprio discurso com base na ideia que tem do seu interlocutor. E isso não se aplica apenas à conversação, mas também à escrita. “A percepção do ouvinte e do leitor, bem como suas reações possíveis, fundamenta a divisão do discurso em partes que, na linguagem escrita, são designadas como parágrafos”, diz Volóchinov (2017, p. 244).

Enfim, é nessas propriedades do enunciado que estão as bases do pensamento dialógico e sua posição contrária à visão abstracionista da comunicação verbal. Mas devemos, a partir deste ponto, para fins de contraste, expor as características do que Bakhtin chama de *unidades da língua* para explicar sucintamente a diferença entre elas e a *unidade da comunicação discursiva*, o enunciado. Com base nessa explanação sobre unidades do sistema linguístico, discutimos também a diferença entre significado e sentido — distinção relevante para a nossa visão teórica.

1.3.1 Significado e sentido (ou significação e tema)

A oração (ou palavra da língua) carece de tudo que faz do enunciado uma unidade real de comunicação: não é delimitada pela alternância dos sujeitos do discurso, não tem contato com a realidade, não tem relação com outros enunciados (relações dialógicas), não é capaz de suscitar resposta, não tem entonação expressiva, não pertence a ninguém e não é direcionada a alguém — portanto, não representa uma tomada de posição discursiva (não se pode concordar ou discordar dela, avaliá-la como falsa ou verdadeira, executá-la ou não se for uma ordem).

A questão é que — e Bakhtin dirá isso em diversas partes do seu texto sobre os gêneros do discurso — as orações e as palavras, quando consideradas no sistema, são neutras e impessoais. “A oração como unidade da língua, à semelhança da palavra, não tem autor”, diz ele (BAKHTIN, 2010, p. 289) e prossegue: “[A oração] é de *ninguém*, como a palavra, e só funcionando como um enunciado pleno ela se torna expressão da posição do falante individual em uma situação concreta de comunicação discursiva”. Mais adiante, o autor explica:

A língua como sistema possui, evidentemente, um rico arsenal de recursos linguísticos — lexicais, morfológicos e sintáticos — para exprimir a posição emocionalmente valorativa do falante, mas todos esses recursos enquanto recursos da língua são absolutamente *neutros* em relação a qualquer avaliação real determinada. [...] As palavras são de ninguém, em si mesmas nada valorizam, mas podem abastecer qualquer falante e os juízos de valor mais diversos e diametralmente opostos dos falantes. (BAKHTIN, 2010, p. 289-290)

Falar da língua enquanto sistema nos leva a discutir, como mencionamos, a diferença entre *significado* e *sentido*, que afeta diretamente a tradução. Bakhtin e seus colegas russos fazem uma distinção clara entre as duas noções. O ponto de partida para entender essa distinção é ver como Bakhtin enxerga a compreensão. Já vimos que, por parte do ouvinte, essa compreensão é sempre ativa e responsiva. Mas, do ponto de vista da sua estruturação, Bakhtin diz que a compreensão envolve atos particulares, que — numa situação de compreensão efetiva, real e concreta — “se fundem indissolivelmente em um processo único” (BAKHTIN, 2010, p. 398). Para ele, esses atos seriam:

- 1) A percepção psicofisiológica do signo físico (palavra, cor, forma especial).
- 2) Seu *reconhecimento* (como conhecido ou desconhecido). A compreensão de seu significado reprodutível (geral) na língua.
- 3) A compreensão de seu *significado* em dado contexto (mais próximo e mais distante).
- 4) A compreensão ativo-dialógica (discussão-concordância).

A compreensão ativa por parte do outro se refere especificamente ao quarto ponto acima, mas em níveis anteriores (no sentido de profundidade, não cronológico, já que a compreensão é um ato indissolúvel) há processos que envolvem percepção e reconhecimento da materialidade verbal (sonora/escrita). É nesse nível que, segundo Bakhtin, podemos falar em um *significado*. Para o autor (2010, p. 287), a palavra e, portanto, a oração são unidades significativas da língua: “cada oração isolada, por exemplo ‘o sol saiu’, é absolutamente compreensível, isto é, nós compreendemos o seu *significado* linguístico, o seu papel *possível* no

enunciado”. Mais adiante (p. 288), diz: “Como a palavra, a oração possui conclusibilidade de significado e conclusibilidade de forma gramatical”, mas essa conclusibilidade “é de índole abstrata e por isso mesmo tão precisa: é o acabamento do elemento, mas não o acabamento do todo”.

A tradução focada na correspondência/equivalência é especialmente afeiçoada a esse acabamento, isto é, a esse significado isolado da oração e da palavra. Essa noção, ainda que indiretamente, afeta o cotidiano do tradutor. Para dar um exemplo de ordem prática: qualquer profissional acostumado a ferramentas de auxílio à tradução sabe que estas recortam o texto-fonte em segmentos, que são colocados lado a lado com espaços para o tradutor inserir os segmentos “correspondentes” do texto-fonte. Isso não raro gera, no mínimo, problemas de organização e coesão do texto (oculta a paragrafação, complica soluções sintáticas, etc.), mas não seria exagero dizer também que esse modelo direciona o tradutor para lidar mentalmente com fragmentos isolados em detrimento da visão do texto como um enunciado, um todo.

Retomando a questão da distinção, o que seria então o significado?

O *significado*, ou *significação*³⁸, de acordo com Volóchinov (2017, p. 228), são todos os elementos do enunciado que são reiteráveis, ou seja, que podem ser repetidos, mas que não têm existência concreta independente, ao mesmo tempo que são indispensáveis por serem parte integrante do enunciado. Ele resume a questão da seguinte forma: o tema é o limite superior real da capacidade linguística de significar, enquanto a significação é o limite inferior, pois a significação em si não significa nada, ela não passa de potencial, isto é, “uma possibilidade de significação dentro de um tema concreto” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 231).

Ponzio (2012, p. 92) explica a visão dos autores russos sobre esse potencial, que possui um certo grau de reiterabilidade:

Encontramos o signo já usado em determinados contextos comunicativos, com um sentido que, por sua vez conecta-se dialeticamente com o sentido dos contextos próximos ou distantes dos que já haviam sido usados. E, no uso que fazemos dele em um determinado momento, a autoidentidade, a sinalidade, que tem que ser dialeticamente superada para que adquira a eficácia de um signo vivo, não é nada mais que a acumulação de sentidos anteriores.

³⁸ Volóchinov usa os termos *significação* e *tema*, que, para efeito geral da teoria dialógica, são o mesmo que *significado* e *sentido* na terminologia de Bakhtin, respectivamente.

Ainda segundo Ponzio (2012, p. 91), significado/significação na perspectiva dialógica é, então, “tudo aquilo que dentro da expressão apresenta-se com o caráter do reproduzível, do estável e do que está sujeito a um processo de identificação”. De modo que, diz Volóchinov (2017, p. 232), não cabe dizer que a significação pertence à palavra — como quer a tradição científico-linguística da tradução, pois é efeito da interação entre os interlocutores, ou seja, que só se realiza de fato no processo de compreensão ativa, que implica resposta.

Sobral (2008, p. 63) resume bem essa ideia quando afirma:

Todo sistema semiótico, sistema de produção de sentidos, vem de vivências fixadas dinamicamente, vivências que vão se articulando progressivamente ao longo da história do sistema na sociedade em que surgiu. As vivências são fixadas, ou melhor, cristalizadas, tornadas habituais, porque assim exige todo sistema semiótico humano; é da natureza desses sistemas certa fixação de sentidos, certa estabilidade, pois caso contrário os sentidos produzidos não seriam compreensíveis, se é que se produziriam sentidos, pois não haveria um critério para identificar os novos sentidos que o sistema permite.

Fica então cada vez mais clara a ideia de “potencial de sentido” da palavra. Ou seja, a palavra só significa quando esse potencial de sentido se concretiza no uso. Volóchinov (2017, p. 233) diz também que aqueles que ignoram o tema e tentam precisar a significação de uma palavra, buscando chegar ao limite inferior (o nível semântico mais básico), onde a significação seria estável e autossuficiente, estão tentando “acender uma lâmpada desligando-a da corrente elétrica”, mas, como diz o autor, só a corrente da comunicação discursiva fornece à palavra a luz de sua significação. Bakhtin (2010, p. 292) diz algo semelhante, de forma um pouco mais direta: “só o contato do significado linguístico com a realidade concreta, só o contato da língua com a realidade, o qual se dá no enunciado, gera a centelha da expressão: esta não existe nem no sistema da língua nem na realidade objetiva existente fora de nós”.

De acordo com o próprio Bakhtin (2010, p. 294):

Os significados lexicográficos neutros das palavras da língua asseguram para ela a identidade e a compreensão mútua de todos os seus falantes, contudo o emprego das palavras na comunicação discursiva viva sempre é de índole individual-contextual. Por isso, pode-se dizer que qualquer palavra existe para o falante em três aspectos: como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra *alheia* dos outros, cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como a *minha* palavra, porque, uma vez que eu opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada com a minha expressão.

Somente nestes dois últimos aspectos a palavra tem expressão e, portanto, sentido (ou *tema*, na visão de Volóchinov). É no contato do significado com a situação real que se constrói o *sentido*, que “é a expressão de uma situação histórica concreta”, define Cereja (2003, p. 202). Volóchinov ressalta (2017, p. 229), porém, que embora a significação, por si só, não seja capaz de proporcionar a comunicação real e concreta, o tema precisa se apoiar nessa relativa estabilidade da significação, caso contrário perde “sua conexão com aquilo que veio antes e que veio depois, ou seja, perderá completamente o sentido”.

Ainda segundo o autor russo (2017, p. 196), o sentido da palavra é totalmente determinado pelo seu contexto e ela terá tantos sentidos quantos forem os contextos em de uso. Para ele, aliás, isso é propriedade constitutiva da palavra. Por fim, vale destacar que essa distinção não implica separação, muito pelo contrário, como afirma Ponzio (2012, p. 89): “Na realidade linguística, tema e significação são inseparáveis e não existe entre eles nenhuma fronteira precisa de demarcação”.

De fato, são inseparáveis, mas não se confundem. Pelo contrário, não só é possível fazer essa distinção como Volóchinov considera essencial fazê-lo e afirma que até então isso tinha sido feito de forma equivocada, considerando supostas camadas de significação e deixando-se o tema de lado, como diz no trecho a seguir:

A diferença entre a significação *usual* e a *ocasional* da palavra, entre significação principal e significação secundária, entre significação e cossignificação, e assim por diante, é totalmente insatisfatória. A principal tendência em que se baseia esse tipo de diferenciação — a de atribuir o maior valor ao aspecto principal, usual da significação, compreendido como realmente existente e estável — é totalmente errônea (VOLÓCHINOV, 2017, p. 231).

Assim, tornam-se impraticáveis distinções do tipo *denotativo x conotativo* ou *literal x livre* (não por acaso baseadas num significado cristalizado e muito correntes nos discursos sobre tradução), já que o nível considerado “literal” não possui capacidade de comunicar em si mesmo, mas apenas o potencial para tanto, como vimos. Falando da linguagem de modo geral, Bezerra (2015, p. XVI) aponta justamente essa limitação do significado:

Ora, em *Estética da criação verbal*, o próprio Bakhtin afirma que “o significado está excluído do diálogo”. Mesmo admitindo aí que no significado existe uma “potência de sentido”, Bakhtin jamais opera com a categoria de significado por considerar que ele fecha em si mesmo a possibilidade de diálogo, daí a sua opção pelo termo *sentido*, que é “de índole responsiva... sempre responde a certas perguntas”, ao passo que “aquilo que a nada responde se afigura sem sentido, afastado do diálogo”, razão por que “o significado está afastado do diálogo”.

Portanto, uma teoria de tradução baseada em uma noção de significado está se prendendo a um nível semântico que não produz sentido na comunicação concreta, que não contempla a possibilidade infinita dos usos, pois está sempre presa ao reiterável, dentro de uma concepção da palavra como unidade da língua, e não como palavra viva, cujo sentido/tema se atualiza a cada novo enunciado e é construído justamente nessas relações dialógicas.

Isso afeta também diretamente estudos sobre a terminologia, cuja função é justamente tentar definir uma palavra no âmbito de um campo de estudos, lutando contra a proliferação dos sentidos. A própria ideia do *termo* acaba sendo, de certo modo, sempre uma abstração, pois é uma tentativa de cristalizar um dado sentido, tornando-o significado estável, independente do contexto. É possível — e talvez até imprescindível — tentar fazer isso, como se tem feito nas áreas especializadas, mas a criação do termo não garante estabilidade de sentido, como se vê muito na própria linguística e até mesmo nas ciências exatas, quando muitas vezes um termo não é aceito consensualmente para nomear um fenômeno natural. Também ocorre o contrário: um fenômeno nomeado, embora continue sendo chamado pelo mesmo termo, vai sendo gradualmente compreendido de forma diferente através dos séculos, ainda que retenha o mesmo termo, como é o caso do conceito de gravidade, que mudou bastante desde que foi formulado por Isaac Newton³⁹.

Vemos que é extremamente problemático tratar uma unidade da comunicação como simples unidade da língua. Para Bakhtin (2010, p. 278), ao fazer isso, “deturpamos a natureza [da oração] (e ao mesmo tempo também a natureza do enunciado, gramaticalizando-o)”. Daí que o autor faça diversas críticas a Saussure (que ele cita nominalmente) e aos linguistas estruturalistas, como no trecho que diz: “A maioria dos linguistas, se não na teoria, na prática está na mesma posição [de Saussure]: veem no enunciado apenas uma combinação individual de formas puramente da língua (léxicas e gramaticais)” (BAKHTIN, 2010, p. 286). E Volóchinov reconhece o fato de que a reificação da palavra é mais acentuada na tradução:

O linguista adota uma posição diametralmente oposta à compreensão viva dos locutores que participam de um determinado fluxo verbal. O filólogo-linguista, comparando os contextos de uma determinada palavra, dá prioridade aos usos idênticos, pois o importante para ele é extrair essa palavra dos contextos comparados e atribuir a ela uma definição fora de contexto, isto é, torná-la uma unidade lexical. Esse processo de isolar essa palavra e estabilizar sua significação fora de contexto é reforçado ainda mais quando se comparam línguas diferentes, isto é, na busca de uma palavra equivalente para uma palavra em outra língua (VOLÓCHINOV, 2010a, p. 285).

³⁹ Ver, por exemplo, a dissertação de Roger Feeley (University of Maine, USA) intitulada *Identifying students concepts of gravity* (2007). <http://www.umaine.edu/center/files/2009/12/Feeley_Thesis.pdf>

É importante reiterar que o enunciado nunca pode ser visto isoladamente (sob pena de torná-lo oração), pois, como diz Bakhtin (2010, p. 297), “os enunciados não são indiferentes entre si nem se bastam cada um a si mesmos; uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns nos outros”. Além das relações dialógicas, o enunciado está intimamente ligado à situação enunciativa: ele nasce numa situação extraverbal da vida e se mantém conectado a ela, ou seja, o discurso está vinculado à vida, não podendo ser desvinculado dela sem perder sua significação (VOLOSHINOV, 1981a, p. 188-189)⁴⁰. Por isso, precisamos discutir um pouco aqui essa situação extraverbal, essa realidade a que se liga o enunciado (que podemos chamar de *contexto*). Segundo Volóchinov (1981a, p. 191), não se trata de uma força que determina de que forma se dará a enunciação, “a situação se integra ao enunciado como parte constitutiva essencial da estrutura de sua significação”. No texto *A estrutura do enunciado*, Volóchinov (1981b, p. 2) diz: “O que nós designamos pelo termo *situação*, em nosso artigo precedente, não é outra coisa senão a efetiva realização, na vida concreta, de uma determinada formação, de uma determinada variação de comunicação social”.

Assim, para Volóchinov (2010a, p. 315, 317), o enunciado está intimamente ligado ao contexto mais imediato e ao contexto mais amplo, que ele entende como sendo o conjunto das condições de uma determinada comunidade falante. Além disso, ainda de acordo com o autor russo (2010a, p. 297), é preciso supor um dado *horizonte social* que também entra na composição do enunciado, orientando a criação ideológica do grupo social e da época aos quais pertencemos — nós nos dirigimos a um contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito. É essa relação íntima com a realidade (situação extraverbal) que torna o enunciado irrepetível: é possível repetir a oração, pronunciá-la infinitas vezes, mas o enunciado (que se constrói a partir da língua e do contato com a realidade) é único e exclusivo.

Apesar desse contato intrínseco entre o enunciado e uma dada realidade, é preciso lembrar que, para Bakhtin e Volóchinov, o ser humano não tem acesso imediato ao mundo. Esse contato é sempre mediado semioticamente pela linguagem. Em *A teoria do romance*, Bakhtin (2015, p. 48) diz que, entre o discurso e seu objeto e entre o discurso e o falante, existe um meio de difícil penetração,

⁴⁰ Usamos a tradução de Faraco & Tezza a partir do inglês. Embora muito difundida, ela permanece não publicada. Assim, fica a referência da versão francesa. Cf. Referências Bibliográficas.

composto dos discursos alheios a respeito do mesmo objeto, ou seja, “no mesmo tema”. No mesmo trecho, Bakhtin basicamente resume o funcionamento da natureza dialógica do discurso:

Ora, todo discurso concreto (enunciado) encontra o objeto para o qual se volta sempre, por assim dizer, já difamado, contestado, avaliado, envolvido ou por uma fumaça que o obscurece ou, ao contrário, pela luz de discursos alheios já externados a seu respeito. Ele está envolvido e penetrado por opiniões comuns, pontos de vista, avaliações alheias, acentos. O discurso voltado para o seu objeto entra nesse meio dialogicamente agitado e tenso de discursos, avaliações e acentos alheios, entrelaça-se em suas complexas relações mútuas, funde-se com uns, afasta-se de outros, cruza-se com terceiros [...].

Assim, quando se dirige qualquer discurso a um objeto, isto é, quando se fala de qualquer coisa ou pessoa, o discurso encontra esse “alvo” envolvido por valorações prévias e adentra esse meio, estabelecendo relações com os discursos de outros (as relações dialógicas) e projetando neles julgamentos de valor, através da entonação expressiva a que nos referimos acima. Ainda de acordo com Bakhtin (2010, p. 294), tanto a palavra alheia quanto a minha palavra são expressivas, e essa expressividade “nasce do ponto de contato da palavra com a realidade concreta e nas condições de uma situação real, contato esse que é realizado pelo enunciado individual”. É a expressividade que acentua as palavras e agrega um caráter discursivo ao objeto. Podemos resumir com as palavras de Cunha (1992, p. 33), para quem todo enunciado é marcado por essa “pluriacentuação da palavra em função da situação onde o sujeito falante emprega concretamente as formas que a língua coloca à sua disposição”.

Uma consequência do fato de não podermos ter acesso ao real do objeto pelas palavras é que não é possível dirigir o discurso ao objeto sem refratá-lo (isto é, sem uma interpretação) “na dinâmica da história e do caráter sempre múltiplo e heterogêneo das experiências concretas dos grupos humanos [...] com suas inúmeras contradições e confrontos de valorações e interesses sociais”), como diz Faraco (2009, p. 51).

Com isso, fica excluída por princípio a possibilidade (aventada muitas vezes no âmbito dos estudos da tradução, como faz Nida) de “dizer a mesma coisa” em qualquer situação, ou seja, de retomar um enunciado (texto, obra, fala, etc.) e reproduzi-lo sem interferir nele, sem reacentuá-lo de algum modo. O ato concreto de enunciação é sempre único e irrepetível, pois cada enunciado é uma atualização do material verbal (unidade da língua) na corrente infinita de enunciados, situado nas condições de enunciação (horizonte social, contexto histórico, endereçamento a um

terceiro, situação mais imediata, etc.). É por essa razão que Bakhtin afirma (2010, p. 289) que **“um enunciado absolutamente neutro é impossível”**.

Segundo Faraco (2009, p. 20-21), a insistência de Bakhtin na natureza singular e irrepetível do enunciado tem origem na reflexão sobre a existência do ser como um indivíduo que ocupa um lugar no espaço-tempo que nunca foi nem será ocupado por outro indivíduo, pois “este sujeito não pode ficar indiferente à sua unicidade; ele é compelido a se posicionar, a responder a ela: não temos álibi para a existência”. Daí poderíamos partir para uma investigação ética no âmbito do pensamento de Bakhtin, mas não é nosso objetivo aqui. Para fins desta pesquisa, basta a ideia de que o sujeito — esse ser responsável — jamais está dissociado de seu discurso.

Com tudo o que foi exposto até aqui, acreditamos que já existe fundamentação suficiente para discutir as consequências da visão dialógica da linguagem para a tradução e de que forma se pode conceber a tradução sob essa ótica. Antes, porém, precisamos introduzir duas noções que decorrem da visão dialógica: *ponto de vista* e *nominação*.

1.3.2 Ponto de vista

“Quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. [...] Quando nos olhamos, dois diferentes mundos se refletem na pupila de nossos olhos.”

M. Bakhtin, *Estética da Criação Verbal*

Assim como Bakhtin, Frédéric François entende o sujeito como alguém que enuncia de um lugar único, com todas as contingências que isso envolve, o que fornece um ponto de contato relevante para trabalharmos as visões de ambos e as consequências para a tradução. Para começar a discutir essa noção, podemos tomar o que diz Cunha (2015, p. 96), também baseada no dialogismo:

O mesmo objeto em um espaço único será visto de modo diferente em decorrência do campo de visão das pessoas que o observam. Vale dizer que essa diversidade não diz respeito somente ao espaço físico, que não pode ser separado do tempo, mas da pluralidade de “visões de mundo”, de pontos de vista.

Sobre visões de mundo, Bakhtin (2010, p. 189) diz que:

A visão de mundo constrói as atitudes (sendo que tudo pode ser compreendido por dentro como atitude), dá unidade à orientação semântica progressiva da vida, unidade de responsabilidade, unidade de sobrepujança de si mesmo, de superação da vida por si mesma.

A partir da visão dialógica, François (1994) desenvolveu a noção de “ponto de vista”, isto é, de que se fala sempre de um lugar sócio-histórico e axiológico único, que condiciona as escolhas discursivas. Ele opõe a ideia de “ponto de vista” à de “objetividade”. Para ele, existe, por um lado, uma realidade comum aos falantes e, por outro, uma diferença de ponto de vista, e essa relação é essencial ao estudo desse tema, pois, sem algo em comum e sem diferença, não há ponto de vista (FRANÇOIS, 2015). De fato, Bakhtin (2010, p. 21-22) afirma que:

Essa distância concreta só de mim e de todos os outros indivíduos — sem exceção — para mim, e o excedente de minha visão por ele condicionado em relação a cada um deles [...] são superados pelo conhecimento, que constrói um universo único e de significado geral, em todos os sentidos totalmente independente daquela posição única e concreta ocupada por esse ou aquele indivíduo; [...] “eu e o outro” para o conhecimento, por serem concebidos, constituem uma relação relativa e reversível, uma vez que o sujeito do conhecimento como tal não ocupa um lugar concreto determinado na existência. [...] [Porém,] a percepção efetiva de um todo concreto pressupõe o lugar plenamente definido do contemplador, sua singularidade e possibilidade de encarnação; o mundo do conhecimento e cada um de seus elementos só podem ser supostos.

Siblot (2004, p. 334), outro autor que adota a base dialógica nesse tema, também endossa essa posição quando explora as consequências da polissemia e conclui que um mesmo objeto pode ser visto sob diferentes ângulos, sob “pontos de vista que privilegiam um ou outro aspecto, um ou outro uso, uma ou outra intenção”.

É por essa razão que insistimos em discutir o prejuízo da abordagem cientificista que discutimos anteriormente. Para Bakhtin (2010, p. 54), “o cientificismo positivista reduziu definitivamente o *eu* e o *outro* a um só denominador”, e isso para ele é problemático, pois nesse processo o sujeito é subsumido numa consciência única. Ou seja, não há como enxergar alteridade dessa perspectiva, não há como haver a dubiedade das diferentes posições sociais e axiológicas.

Mas foi justamente essa característica que atraiu as ciências humanas, pois isso é o que teoricamente possibilitaria um exame objetivo do real, qualidade atribuída às ciências naturais e, em vários momentos, desejada pelas ciências humanas. Nessa visão, o conhecimento é algo estanque, que pode ser alcançado (e não construído) e ser abstraído do acontecimento real, pois independe do humano. Nessa linha de pensamento, tomemos o que diz o filósofo russo (2010, p. 80-81):

Essas teorias empobrecedoras, que tomam por base da criação cultural a rejeição ao lugar único que ocupo e à minha contraposição aos outros, a *incorporação a uma*

consciência única, a solidariedade e até a fusão [...] encontram explicação no gnosiologismo de toda a cultura filosófica dos séculos XIX e XX; a teoria do conhecimento tornou-se modelo para todas as teorias de todos os outros domínios da cultura [...], e o sujeito, participante do acontecimento, torna-se o sujeito de um conhecimento puramente teórico sem participação no acontecimento.

Segundo Bakhtin (2010, p. 81), “A consciência gnosiológica, a consciência da ciência, é uma consciência única e singular (ou melhor, uma consciência só)”, ou seja, não admite outra consciência autônoma além de si própria, assim: “Essa consciência única cria e forma seu objeto somente enquanto objeto, e não enquanto sujeito, e o sujeito não passa de objeto para ela”.

Como já discutimos, seria desastroso para a ciência humana tratar o sujeito como objeto, no sentido de excluir aquilo que faz dele uma consciência autônoma, que pode dialogar. No entanto, a busca por uma verdade no âmbito do discurso é exatamente isso: uma objetificação do sujeito sob uma semântica conteudística, que vê as palavras apenas como sinais portadores de significados decodificáveis, independentes dos sujeitos falantes, herméticas e impermeáveis a quem as usa. Essa postura exclui a possibilidade de existência de um enunciador/tradutor e do seu ponto de vista singular. Muito se fala sobre ética da tradução, questionando-se afiliações teóricas e ideológicas dos tradutores. Como seria possível, então, sob a ótica de uma teoria cientificista da tradução, investigar essas posturas, isto é, esse lugar de onde fala o tradutor, essas tomadas de posição? Simplesmente não seria possível, pois a voz enunciativa está excluída nessa visão.

Sendo a natureza da linguagem dialógica, é impossível assumir uma postura desse tipo em relação à linguagem e, por conseguinte, à tradução. Primeiro, porque da ótica cientificista o enunciado é algo autossuficiente (como unidade da língua, “oração”), desprezando-se portanto um fator constitutivo da linguagem — o fato de que um enunciado sempre dialoga com outros enunciados; segundo, porque exclui os sujeitos do acontecimento (no caso em estudo, o autor, o tradutor e o público-alvo); se o enunciado não faz parte do diálogo social, se ele pode ser isolado, fica excluída a possibilidade da existência de vozes enunciativas do(s) sujeito(s), especialmente na tradução. Terceiro, porque o cientificismo ignora a apreciação valorativa, que já vimos ser parte inerente a qualquer enunciado da vida real, uma vez que resulta da entonação expressiva que expressa os valores (certo, errado; verdade, mentira) do sujeito concreto da enunciação.

Faz sentido que Bakhtin rejeite completamente a possibilidade da fusão entre sujeitos, consequência dessa postura gnosiológica. Disso se conclui, por oposição, que ele valoriza a multiplicidade de pontos de vista, como diz no trecho abaixo:

O que enriqueceria o acontecimento se eu me fundisse com outra pessoa, se de *dois* passássemos a *um*? Que vantagem teria eu se o outro se fundisse comigo? Ele veria e saberia apenas o que eu vejo e sei, ele somente reproduziria em si mesmo o impasse de minha vida; é bom que ele permaneça fora de mim, porque dessa sua posição ele pode ver e saber o que eu não vejo nem sei a partir de minha posição, e pode enriquecer substancialmente o acontecimento da minha vida. Se *apenas* me fundo com a vida do outro, não vou além de aprofundar a sua inviabilidade e duplicá-la numericamente. [...] [Assim,] minha vida é vivenciada empaticamente por ele em nova forma, em nova categoria axiológica como vida do outro, que tem colorido axiológico diferente e é aceita e justificada diferentemente da própria vida dele (BAKHTIN, 2010, p. 80).

Para não restarem dúvidas: nenhuma dessas posturas científicas abarca a complexidade do funcionamento concreto (e não abstrato) da linguagem viva. No funcionamento da linguagem, os incontáveis fios dialógicos são acionados a cada nova enunciação de um sujeito, e a retomada do enunciado provoca um conflito de enunciações entre as vozes de vários sujeitos, sendo o ponto de vista apenas uma consequência direta do lugar discursivo de onde o tradutor fala e da posição assumida no ato da enunciação.

Voltando à questão principal desta seção, podemos dizer (embora Bakhtin não se refira diretamente a isso) que o ponto de vista é resultante do *excedente de visão*, um conceito muito caro à filosofia desse autor.

Esse *excedente* da minha visão, do meu conhecimento, da minha posse — *excedente* sempre em face de qualquer outro indivíduo — é condicionado pela singularidade e pela insubstituíbilidade do meu lugar no mundo: porque nesse momento e nesse lugar, em que sou o único a estar situado em dado conjunto de circunstâncias, todos os outros estão fora de mim (BAKHTIN, 2010, p. 21).

Para Bakhtin (2010, p. 190), isso tem consequências seriíssimas, pois o fato de estarmos situados em um lugar único no mundo implica que nossa existência é única, donde ele conclui que “não podemos mostrar nosso álibi no acontecimento de existir”; para ele, em qualquer circunstância em que se tenta usar de álibi no enunciado, isto é, esvaziá-lo do sujeito ou abstraí-lo do real, “não pode haver nada de responsável, sério nem significativo”.

Cunha (2015, p. 95) oferece um comentário sobre essa “não coincidência de visões”, explicando que não podemos ter a mesma percepção, os mesmos sentimentos, desejos, valores — em suma, os mesmos pontos de vista — do outro, sendo possível haver apenas haver semelhanças e diferenças entre pontos de vistas de diferentes sujeitos.

A nosso ver, considerar a existência de um ponto de vista é uma consequência lógica (e inescapável até) do fato de que não temos acesso ao mundo real e material senão através de nossa própria experiência — é somente porque existe um real que pode existir um ponto de vista em relação a ele. Nesse sentido, François (2015, p. 6) pondera que se pode falar em “diferenças de orientação”, “modos de considerar os problemas”, “acentuações” ou “panos de fundo” nesse mesmo sentido em que ele explora a noção de *ponto de vista*, que ele considera uma *tomada de posição* em relação ao mundo. Comentando a abordagem de Ducrot sobre o tema, Cunha (2015, p. 89) também aproxima as noções de *ponto de vista* e *tomada de posição* e afirma que o locutor não fala do mundo como tal, mas o faz de um ponto de vista que nem sempre está explícito (CUNHA, 2015, p. 92). O importante, como diz François (2015, p. 8), é que, através do dito, se manifesta uma espécie de “atitude global”, uma forma de se relacionar com o mundo⁴¹. É isso que uma análise que tem como objeto os pontos de vista busca desvendar, embora sabendo que não há como apreender de forma exata, apenas ler indícios (ou, como diz Cunha, “marcas linguísticas”) desses pontos de vista.

Não podemos perder de vista que toda experiência e, portanto, todo enunciado concreto estão imbuídos de um tom emotivo-volitivo de corrente dos modos de percepção, do *background* e dos valores de cada sujeito. O que terá a consequência fundamental para a tradução de não existirem enunciados neutros, como já vimos antes.

A noção de ponto de vista também desestabiliza a semântica conteudista. Cunha (2015, p. 97) aponta que essa noção está ligada à de linguagem como um lugar heterogêneo, onde o uso das unidades da língua produz sentidos diferentes de acordo com a situação, contexto, recepção e o horizonte no qual se encontra. Isso parece claro, tendo em vista que, na visão dialógica, o enunciado concreto é situado por uma série de “parâmetros” (não deterministas, claro), entre os quais estão os sujeitos e a situação mais imediata. Não quer dizer que haja um total relativismo do sentido, do contrário não haveria comunicação. Existe, como já explicamos antes com base em Volóchinov, o significado enquanto instância inferior da capacidade de significar. Mas os significados cristalizados são apenas carregados de potencial, ou seja, “o texto não é uma unidade em que já há sentidos prontos e acabados, mas feixes de possibilidade de sentido”, como diz Sobral (2008, p. 58).

⁴¹ François também avança a possibilidade de se falar em “modos de estruturação da experiência”, uma formulação que nos parece muito adequada.

Em suma, como explica François (2015, p. 14), os usuários da língua não se reportam ao “significado” das palavras. A questão é que, ao enunciar o sujeito enquanto falante parte desses usos prévios para produzir sentidos, acentuando suas palavras a partir de seu ponto de vista, de sua visão de mundo, através da entonação expressiva do enunciado.

Para resumir, podemos dizer que estamos sempre diante de pontos de vista, que são nossa maneira de ser, de sentir, de pensar, de dizer, como define François (apud CUNHA, 2015, p. 98).

Passemos a discutir um pouco a questão da nominação, que é importante para nossa hipótese de que a tradução trabalha com relações dialógicas (tendo a palavra como “arena”) e está relacionada à do ponto de vista, como se verá.

1.3.3 Nomenclatura

“Quando usamos uma palavra, damos a ressoar,
por assim dizer, sua inteira vida pregressa.”

George Steiner, *Depois de Babel*

Uma parte relevante da produção do conhecimento envolve o uso de palavras específicas — comumente chamadas de *termos* —, a definição desses termos e a associação de conceitos a eles. Vale a pena nos debruçarmos aqui sobre esse ato de nomear e os fatores nele implicados.

Como foi dito, a tradição cientificista busca uma relação direta entre o real e a linguagem. Por isso, uma visão essencialista da palavra (*grosso modo*, a visão de que a palavra tem uma relação direta e única com sua “referência”) sempre teve grande adesão. Segundo Siblot (1998b, p. 24), é no nome que se concentra a reflexão teológica, filosófica e, depois, linguística sobre os problemas de simbolização pela linguagem — é graças ao nome que o teólogo e o filósofo desenvolvem seu pensamento (SIBLOT, 1998b, p. 25).

Obviamente, não foi com a ciência moderna que essa concepção surgiu. Ainda Siblot (1998b, p. 25) aponta que as reflexões sobre o assunto sem dúvida remontam a bem antes do Crátilo, desde as primeiras reflexões metalinguísticas sem dúvida e certamente desde os primeiros textos sacros.

O autor chama a atenção para o fato de que essa visão está cravada até mesmo no termo *substantivo*, que remete a *substância* — a hipóstase que fica “sob o nome” e que o “exprime” — na sua acepção de *essência* (SIBLOT, 1998, p. 25).

No caso dos textos epistêmicos (em especial nas ciências exatas), a intenção de quem nomeia é justamente capturar uma essência, cristalizar um sentido e blindar o termo contra a ambiguidade, mas mostramos que a natureza dialógica da linguagem dificulta essa pretensão de objetividade. Ainda que o termo se mantenha na forma, muda o contexto, muda o entendimento do fenômeno, mudam os sujeitos envolvidos. Afinal, como diz Sobral (2008, p. 58), “o texto não é uma unidade em que já há sentidos prontos e acabados, mas feixes de possibilidade de sentido”.

Krieger & Finatto (2004, p. 95), especialistas em terminologia⁴², afirmam: “Ao apreciarmos a mutabilidade de um conjunto de definições de termos científicos ao longo do tempo, perceberemos as diferentes trajetórias dos conhecimentos científicos”. No entanto, no campo da história da ciência, o estudo da linguagem usada na produção do conhecimento ainda não tem espaço significativo, como aponta Gutiérrez Rodilla (2003, p. 454):

Apesar de a ciência ter sido explicada, em seu sentido de operação cognoscitiva, como criação e uso de uma linguagem específica para captar a realidade e explicá-la, a lexicografia histórico-científica é um campo de trabalho muito relegado por aqueles que se dedicam a reconstruir e compreender o passado da ciência, talvez porque acreditem que a história da linguagem científica não seja de fato história da ciência. Como se houvesse discurso científico sem linguagem⁴³.

Voltando à questão da historicidade dos termos, Siblot (1998b, p. 26) também aponta, à semelhança de Krieger & Finatto acima, que a verdadeira forma de articulação entre sentido lexical e “extralinguístico” se verifica na “análise da evolução histórica da semântica de um termo”, através das práticas sociais, e que a “monossemia lexical” é uma exceção das terminologias especializadas, constantemente ameaçada e protegida a duras penas. É por isso que o autor francês afirma que um estudo sobre a dinâmica dos processos de produção do sentido não pode acomodar o princípio da imanência do sentido na língua de forma estável e independente das atualizações discursivas (SIBLOT, 1998b, p. 24).

⁴² Terminologia entendida como “conjunto das unidades lexicais típicas de uma área científica, técnica ou tecnológica” (Krieger & Finatto, 2004, p. 13).

⁴³ Como bem resume Araújo (2004, p. 19), nossa configuração de saber (episteme) é linguística; no entanto, diz ela: “A linguagem foi praticamente ignorada até o século XIX, uma vez que seu papel era confundido com o de *logos*, de ideias na mente, de *cogito*”. Apesar de alguns esforços em outras direções (como o nominalismo), o pensamento era o fator predominante na filosofia do conhecimento desde a Antiguidade até fins do século XVIII.

Podemos aproximar essa visão do que diz Foucault (2009, p. 4-5):

Deslocamentos e transformações dos conceitos: [...] a história de um conceito não é, de forma alguma, a de seu refinamento progressivo, de sua racionalidade continuamente crescente, de seu gradiente de abstração, mas a de seus diversos campos de constituição e validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída sua elaboração.

Ainda assim, há um grande esforço em preservar essa ideia de precisão e objetividade. É por essa razão que Krieger & Finatto (2004, p. 99) afirmam que:

[...] pouco se tem tratado do sujeito em Terminologia, de modo que a linguagem científica ou técnica tende a ser apresentada como algo relacionado com um saber sem autoria definida, como se fosse feito por si próprio. Esse tipo de compreensão “asséptica” das linguagens científicas revela a persistência da ideia de “neutralidade científica”, o que, via de regra, tem sido observado, por exemplo, pela ausência de pronomes como *eu* ou *nós* em textos científicos.

Essa questão é essencial na ciência, como explica Benveniste (2006, p. 252):

A constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando, assim, um momento decisivo de sua história. Poder-se-ia mesmo dizer que a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de uma denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o [...]. Denominar, isto é, criar um conceito, é, ao mesmo tempo, a primeira e última operação de uma ciência.

Diante disso, é quase imperativo falar sobre *termo* e *conceito* no âmbito das ciências. Como coloca Foucault (2009, p. 212): “Trata-se de saber, por exemplo, como um conceito — carregado ainda de metáforas ou de conteúdos imaginários — se purificou e pôde assumir *status* e função de conceito científico”. Para tanto, devemos discutir ao menos o ato de *nomear*. É possível que esse ato seja objetivo, isento de posicionamentos discursivos, impenetrável às relações dialógicas?

Partindo da visão de Siblot (1998a, 2004), isso não seria possível. Antes de tudo, o autor faz uma distinção entre *denominação* e *nominação*: a primeira, na tradição gramatical e na lexicologia, está relacionada a uma espécie de “etiquetagem”, a um uso da língua como nomenclatura, isto é, abstração da realidade e das práticas languageiras (SIBLOT, 2001, p. 12), na tentativa de impor um sentido fixo à língua. A *nominação*, por outro lado, é entendida como *ato de fala do sujeito em situação de comunicação*, consequência do fato de nossas palavras não virem do abstrato, mas dos discursos (2004, p. 334-335), como discutimos na concepção dialógica.

Ainda definindo esse processo, podemos citar Moirand (2011, p. 170), quando diz que nomear se torna uma *construção discursiva que se elabora no fio do texto ou da interação*, observada através das *atividades verbais dos atores sociais*. Segundo a autora (2007), esse processo envolve (1) a representação que temos dos sujeitos e dos objetos; (2) os nossos conhecimentos partilhados e os que estão em nossa memória; e (3) os conhecimentos que temos dos discursos anteriores. Para isso, usamos palavras estocadas na memória que têm uma história e carregam sentidos de outros discursos e outras situações que atravessaram, dos grupos sociais que cruzaram e dos sujeitos que as usaram.

Disso, Cordeiro (2011, p. 73) conclui que:

Falar de *nominação*, portanto, no lugar de *denominação*, é marcar expressamente a opção de uma linguística da produção do sentido [...]. Por isso, é preciso retornar ao ato de fala de “nominação” como aquele que considera o contexto de produção e de comunicação; situa as tensões dialógicas do interdiscurso; é apreendido no processo de atualização.

O mais importante é que, retomando Siblot (2004, p. 334), o sujeito que nomeia fala de si mesmo, *tomando uma posição* em relação a outras nomeações possíveis para o mesmo objeto — disso deriva a noção de *ponto de vista*. É nessa perspectiva que tratamos o ato de nomear na tradução epistêmica, principalmente porque o ato de traduzir um termo é muitas vezes, fundamentalmente, nomeá-lo em outra língua. Faz sentido, portanto, que Krieger & Finatto (2004, p. 72) afirmem que este é um dos momentos em que o tradutor “atua como terminólogo”, visto que “responde por criações neológicas particulares”.

Vale também destacar a importância da definição no âmbito da filosofia e da ciência. Sobre isso, Auroux (2009, p. 86) diz que: “Há sistemas nos quais as *definições são criadoras*, o que equivale a dizer *nos quais o poder de dedução do sistema pode mudar segundo as definições introduzidas*: antes e depois da introdução da definição, não se deduzem os mesmos teoremas”.

E, apesar de buscar a univocidade e a monossemia, a postura científica quase sempre se depara com o caráter polissêmico da palavra. Siblot (2004, p. 334) diz justamente que não se pode considerar a polissemia como um defeito no sistema linguístico, mas como consequência normal do modo de constituição de categorias nas línguas naturais.

Nesse sentido, lembramos com Krieger & Finatto (2004, p. 102) que diferentes escolas de pensamento produzem definições diferentes para um termo:

Não raro, encontramos diferentes e multiplicadas definições de um mesmo termo em apenas uma área ou especialidade, e isso acontece tanto nas ciências “exatas” quanto nas ciências sociais e humanas. Mas, bem sabemos, esse tipo de fenômeno, contrário ao ideal de uma comunicação profissional absolutamente precisa e totalmente unívoca tem sido historicamente atribuído principalmente às ciências sociais.

Corroborando o que prevê a visão dialógica da linguagem, as autoras (2004, p. 14) dizem que “[...] a definição terminológica é considerada como um texto perpassado por marcas enunciativas mesmo no âmbito das ciências exatas” e que “[...] cada vez mais, se reconhece a influência tanto de sujeitos-autores-especialistas como de seus pontos de vista sobre os enunciados definitórios”. Para Krieger & Finatto (2004, p. 95), “elementos como valores culturais, ideologias e correntes de saber científico podem ser depreendidos de determinadas definições”. Disso, elas (2004, p. 96) concluem que:

[...] o enunciado definitório, de qualquer tipo ou origem, por sua própria natureza multifacetada e poliédrica, é também **uma interação entre as posições discursivas dos que participam da interlocução que ela instaura** sendo resultado de um comportamento linguístico específico que a identifica no universo da comunicação. [grifo nosso]

Existe uma reação por parte dos órgãos reguladores para conter essa multiplicidade, especialmente no âmbito da tradução. A Organização Internacional de Normalização (ISO), por exemplo, possui um comitê técnico somente para a Terminologia. Em alguns países, como França e Canadá, há políticas linguísticas normalizadoras, objetivando preservar a identidade de seus idiomas. É comum haver padrões de estruturas neológicas para se traduzir termos, bem como recomendações de uso de determinados termos em detrimento de outros na intenção de padronizar o léxico, impedir a entrada de estrangeirismos e de neologismos criados indiscriminadamente. Relacionado a isso, é propício retomar o que diz Harden (2010, p. 13-14) sobre o já citado Nogueira da Gama:

[...] a criação de neologismos na tradução de textos científicos e técnicos é mais que uma prerrogativa do tradutor: é quase um dever. [...] manter termos estrangeiros em textos em português equivalia [à época] a negar à nação portuguesa a prerrogativa de construir seu próprio discurso científico. Assim, a tradução é tida como elemento de renovação e fortalecimento da língua vernácula.

Nesse sentido, é preciso destacar que, na tradução, diante da impossibilidade de se re-enunciar com as palavras do outro, já que elas estão em outra língua, temos de admitir que a tradução se dá com nossas próprias palavras, diz Mossop

(1983, p. 251)⁴⁴. É o que podemos chamar de obstáculo da materialidade da língua. Sendo assim, considerando a sua natureza dialógica, a tradução é um processo que necessariamente vai estabelecer novas relações discursivas para o termo em questão, ainda que ele seja mantido na sua língua original, pois está chegando a um novo quadro de enunciação.

Além disso, considerando nossa visão de tradução como re-enunciação, isto é, uma modalidade de transmissão do discurso alheio em que usamos nossas palavras, recorremos a Bakhtin (1998, p. 142) para ressaltar que esse tipo de transmissão é, até certo ponto, um relato bivocal. Diz Bakhtin (1998, p. 127) que, no discurso da bivocalidade,

[...] há duas vozes, dois sentidos, duas expressões. Ademais, essas vozes estão dialogicamente correlacionadas, como se conhecessem uma à outra (como se réplicas de um diálogo se conhecessem e fossem construídas sobre esse conhecimento mútuo), como se conversassem entre si. O discurso bivocal é sempre internamente dialogizado.

Nesse contexto, a palavra do outro re-enunciada não se reduz a informações, indicações, regras, modelos: ela tenta determinar as próprias bases de nossas inter-relações ideológicas com o mundo e do nosso comportamento, surgindo ou como *palavra autoritária* ou como *palavra interiormente persuasiva*, diz Bakhtin (1981, p. 342)⁴⁵. Não se trata aqui de uma simples dicotomia, mas de um *continuum* das formas de relação entre nosso discurso e o de outrem.

Segundo Bakhtin (1998, p. 145), a palavra persuasiva interior, por ser afirmada no processo de assimilação, entrelaça-se estreitamente com a “nossa palavra”, que é “elaborada gradual e lentamente a partir das palavras reconhecidas e assimiladas dos outros”; as fronteiras entre elas são tênues, quando não apagadas. Em vez de permanecer isolada e imóvel, entra numa inter-relação com outras palavras interiores, pois sua estrutura semântica não é terminada, mas aberta a novas possibilidades semânticas em novos contextos (BAKHTIN, 1987, p. 346).

Sobre o segundo tipo de palavra, diz Bakhtin (1998, p. 143):

A palavra autoritária exige de nós o reconhecimento e a assimilação [...]; nós já a encontramos unida à autoridade. [...] Ela já foi reconhecida no passado. É uma palavra encontrada de antemão. [...] Ela pode tornar-se objeto de profanação. Aproxima-se do tabu, do nome que não se pode tomar em vão. [...] ela exige distância em relação a si mesma [...] poder-se-ia dizer que ela exige não apenas aspas, mas um destaque mais monumental, por exemplo, uma escrita especial.

⁴⁴ É por essa razão que tentamos, sempre que possível, usar formas alternativas ao discurso direto quando traduzimos citações de autores neste trabalho: para não alimentar a ilusão de que a tradução é *ipsis litteris* — ideia que vai radicalmente contra o que defendemos aqui.

⁴⁵ As traduções de Bakhtin alternam entre *palavra* e *discurso* para verter o termo *slovo*. Como a tradução por *palavra* é muito difundida no Brasil, adotamos essa neste caso.

Do ponto de vista da tradução, podemos ver que o texto-fonte historicamente foi ganhando contornos de *palavra autoritária* (tal como a palavra religiosa, política, moral, etc.) na sua relação com a atividade tradutória. Nesse sentido, vale retomar o que diz Grigoletto (2005, p. 14):

É interessante notar que, embora religião e ciência pareçam contraditórias, elas produzem, a partir da materialidade de seus discursos, efeitos muito parecidos, como é o caso do efeito de verdade, de neutralidade, de objetividade, entre outros.

A autoridade do discurso religioso e do discurso científico derivam em grande parte desse efeito, mas são também “as instituições, entre outros elementos da ordem social e histórica, que conferem poder e autoridade aos discursos que nelas se materializam” (GRIGOLETTO, 2005, p. 27).

Bakhtin (1998, p. 143) também faz uma nota em que diz: “Frequentemente, a palavra autoritária é a palavra de outrem em língua estrangeira”, percebendo a relação que a palavra estrangeira guarda para com outras de uma cultura distinta da sua. Na nossa própria língua, temos a vigilância daqueles que entendem obras de referência que registram usos (dicionários, enciclopédias, glossários, gramáticas, etc.) como instrumentos regulatórios, aos quais se deve seguir sem questionamento e pelos quais nosso próprio uso é legitimado.

De fato, a força da palavra do “autor” (uma comunidade linguística, por exemplo) é tão grande que o tradutor muitas vezes sente necessidade de recorrer a outras autoridades para lidar com ela, conforme diz Mossop (1983, p. 254):

Novos tradutores e estudantes que descobriram a necessidade de pesquisar há pouco tempo frequentemente buscam “autoridades” para quase toda palavra que escrevem. [...] Parecem ter medo de usar suas próprias palavras.

Algo semelhante diz Mittmann (2003, p. 67): “No processo tradutório, é comum a busca em dicionários, enciclopédias, livros de temas específicos e até outras traduções já realizadas”. Esse repertório de usos contribui para a profusão de vozes e relações dialógicas manifestas no texto-alvo. Mas é preciso ficar claro que o dicionário é uma espécie de museu da língua: ele preserva usos passados, cristalizados pelas práticas discursivas, mas jamais poderá prever todos os usos futuros — reúne o que há de reiterável (o significado, tal como enxerga Bakhtin). Nesse sentido, o dicionário representa a tradição, uma voz de autoridade na cultura.

Já falamos em outro trabalho (COSTA E SILVA, 2011) sobre como a relação de autoridade com o autor (palavras que não por acaso têm a mesma raiz latina: *auctor*, *auctoris*) está arraigada na concepção da “fidelidade” que circula até hoje, a ideia de que se deve ser fiel para se obter a única tradução que seria autêntica.

Folkart (1991, p. 12) explica que essa ideologia da fidelidade acaba se tornando uma mistificação — uma reapropriação que nega o ato de reapropriar, um trabalho que não se reconhece enquanto trabalho. A consequência da visão tradicional da tradução, defendida por tantos autores, é que o tradutor sempre acaba como *infiel*, *traidor*. Segundo Coracini (2005, p. 107), sempre vai dever fidelidade (*fidelis* > *fiel*), contraindo uma dívida que não pode pagar — em suma, mesmo tentando ser “fiel”, nunca poderá fugir ao estigma de traidor.

Essa visão é tão comum que Pagano (2003), em livro voltado para a formação de tradutores organizado junto com Alves e Magalhães, coloca entre as crenças mais comuns sobre tradução a frase “O tradutor é um traidor, e toda tradução envolve certo grau de traição”, a fim de que os alunos respondam se concordam ou discordam. O questionamento da autora sobre essa crença se coaduna com o que já dissemos várias vezes aqui e muitos outros autores também:

A ideia de “traição” pressupunha, dentre outras coisas, uma outra crença também ainda bastante disseminada, de que se traduz num vácuo temporal e cultural, no qual uma ideia formulada numa língua pode ser automaticamente transposta para outra língua como se se tratasse de uma operação matemática de equivalências entre palavras mediada por um dicionário. Esse pressuposto levava a acreditar que haveria uma transposição ideal e única que seria, então, a tradução perfeita (PAGANO, 2003, p. 14).

Nesse mesmo espírito, Coracini (2005, p. 105) questiona: “Mas fiel a quê ou a quem?”. Acrescentamos: ser fiel como? Para a autora (2005, p. 106), a fidelidade implica “desejo de completude”, “tradução perfeita”, “o encontro com ‘reais’ intenções do autor” — coisas que, no fim das contas, implicam a impossibilidade da tradução.

Na ânsia de alcançar esse objetivo, o tradutor se esforça em não digerir a palavra alheia para não “corrompê-la”. No entanto, diz Arrojo (2000, p. 41 e 44),

[...] mesmo que tivermos como único objetivo o resgate das intenções originais de um determinado autor, o que somente podemos atingir em nossa leitura ou tradução é expressar *nossa* visão desse autor e de suas intenções [...]. Em outras palavras, nossa tradução será fiel não ao texto “original”, mas àquilo que considerarmos ser o texto original, àquilo que consideramos constituir-lo, ou seja, à nossa interpretação do texto de partida, que será, como já sugerimos, sempre produto daquilo que somos, sentimos e pensamos.

Entendemos, porém, que o tradutor só é “infiel” quando visto dentro de uma concepção que estabelece parâmetros incompatíveis com a natureza da língua e do ser humano — ou seja, uma visão em que seria possível se apagar do texto. Se,

conforme a visão dialógica, o tradutor for reconhecido como voz da re-enunciação, esses estigmas simplesmente não se aplicam⁴⁶.

Assim, a nosso ver, noções como “fidelidade”, “correspondência” ou “equivalência” são insuficientes para dar conta dos conflitos enunciativos que se dão na tradução. Podemos endossar, então, a conclusão de Fawcett quando diz que os vários conceitos e taxonomias de equivalência, considerada a “diretriz científica da tradução correta”, revelam uma fundação teórica tão frágil quanto os conceitos de tradução “literal”, “fiel” e “livre” (FAWCETT, 2003, p. 62).

Aliás, a expressão “tradução livre”, muito encontrada em artigos na imprensa, não tem um sentido claro que vá além de “tradução não oficial”, sendo a nosso ver apenas uma estratégia de proteção por parte de quem está traduzindo — a fim de evitar escrutínio ou questionamento da escolha que foi feita. Nesse uso cotidiano, a expressão em si não possui uma definição clara ou sequer uma definição que explique que tipo de tradução seria essa, do ponto de vista de suas características.

A instabilidade que acomete esses termos correntes (*livre*, *literal*, *fiel*, etc.) decorre da incompatibilidade entre as dicotomias limitantes em que se baseiam e a própria natureza dinâmica da linguagem. Mais especificamente, do fato de que a palavra é por natureza polivalente no enunciado concreto, como já discutimos, e na tradução ela é o centro dessas vozes que se entrecruzam e confrontam. A palavra é um signo ideológico onde ênfases multidirecionadas — que podemos entender como pontos de vista das mais diversas naturezas (sociais, ideológicos, axiológicos, teóricos, etc.) — se entrecruzam (VOLÓCHINOV, 2017, p. 113) e com que o tradutor precisa lidar em cada tradução que se propõe a fazer.

1.4 A TRADUÇÃO NA PERSPECTIVA DIALÓGICA

“O traduzir inevitavelmente se confronta com uma reflexão sobre a linguagem.”

Henri Meschonnic

Vimos que o maior problema dessa visão cientificista da tradução é que sua base é uma visão da linguagem que pode ser classificada objetivista e abstrata, que incluem posturas como o estudo puramente estrutural das línguas.

⁴⁶ Lefevere (2007, p. 75) argumenta que, para todos os efeitos práticos, na cultura-alvo a tradução tem *status* de “original”. Vemos corroboração disso no fato de que é prática comum em trabalhos acadêmicos e traduções em geral que seja usada a versão traduzida de obras (filmes, livros, etc., inclusive citações) sempre que houver uma tradução preexistente.

Fawcett (2003, p. 145) diz que essas teorias linguísticas da tradução que criticamos antes se baseiam em comparações muitas vezes confinadas à gramática e à semântica e que deveriam avançar para o funcionamento sociocultural da tradução, inclusive como a tradução é condicionada pelo espaço e pelo tempo em que está situada. A visão cientificista, como dissemos, exclui da compreensão a entonação expressiva, que é o que dá ao enunciado sua apreciação valorativa. Outro ponto é que a palavra é vista como algo que contém um núcleo semântico duro, fixo, “literal”, hermeticamente fechado em si. Ao conceber a língua como um sistema de formas fixas, essas teorias passam a compreender a tradução como um intercâmbio transparente de formas ou mensagens entre duas ou mais línguas. Não é à toa, porém, que essa visão tem força: ela favorece a construção da credibilidade através de uma ilusão de verdade absoluta, tal como no positivismo científico.

Já vimos, através do próprio Bakhtin, que essa visão não dá conta da complexidade da linguagem. As palavras jamais serão genéricas ou neutras quando estiverem em uma enunciação concreta. Como diz Borutti (2013, p. 27), se a tradução não é uma passagem entre nomenclaturas diferentes aplicadas a uma base comum de dados (ideia que podemos enxergar nas concepções tradicionais), pode-se concluir que ela diz respeito à língua, ao mundo, aos sentidos dos sujeitos que se confrontam, assim a tradução se torna o nó de situações cognitivas cruciais.

De fato, como vimos, na visão dialógica todo enunciado é uma tomada de posição, uma vez que, no ato da enunciação, concretiza-se uma postura global em relação à língua, à visão de mundo, aos conhecimentos, a outros discursos e a si mesmo. Sendo um enunciado, a tradução logicamente possui também essa propriedade, bem como outras propriedades do enunciado que Bakhtin aponta.

Tudo isso nos leva também à conclusão óbvia de que a tradução também se dá no âmbito do discurso e que, portanto, também estabelece relações dialógicas com outros discursos. Sendo assim, podemos endossar a afirmação de Mittmann (1999, p. 225) quando diz que “o processo tradutório é um processo de produção do discurso da tradução, [...] em que se estabelecem relações de sentido com outros discursos, dentre eles o discurso dito *original*”. Disso decorre, então, que tradutores enunciam de determinada posição discursiva, influenciada por seus valores, suas crenças e seus conhecimentos.

Está claro, portanto, que, enquanto enunciado, a tradução partilha de certas propriedades, mas quais são as características específicas da tradução? Enquanto

fenômeno da linguagem, como podemos entender o funcionamento da tradução? Seria possível classificá-la em algum tipo de subcategoria de enunciado? Com base nos autores que utilizamos, podemos afirmar de início que a tradução é similar ao discurso reportado (DR). Vejamos como se pode estabelecer essa analogia.

O primeiro a falar da tradução como discurso reportado foi Jakobson. Em *On linguistic aspects of translation*, seu clássico texto de 1959, ele já afirmava que a tradução interlingual é discurso reportado, no sentido de que a tradução é um processo de transmissão da mensagem de outro falante, envolvendo *mensagens* equivalentes em *códigos* (línguas) distintos (JAKOBSON, 2000, p. 114). Claramente essa definição de Jakobson tem base no funcionalismo e nos esquemas abstratos de comunicação. Em última instância, é uma versão das concepções científicas que apresentamos no início deste trabalho. Nesse modelo, tradutor seria um mero receptor/transmissor envolvido em algum processo quase mecânico de recodificação, como bem aponta Mossop (1983, p. 249).

Foi Mossop (1983) quem primeiro apresentou uma visão de tradução como DR fundamentada em Volóchinov e, posteriormente, em Bakhtin (MOSSOP, 1998). No texto de 1983, buscando uma forma de aprimorar o trabalho dos tradutores, ele começa com uma pergunta: “o que o tradutor está fazendo quando traduz?”. Ele critica as respostas que tendem para “substituição” de palavras e frases entre línguas através da busca de equivalências — o tradutor como processador de texto — dizendo que elas não dão conta do processo, mas apenas prescrevem qual deve ser o resultado final (“texto-alvo equivalente ao texto-fonte”). A nosso ver, pensar no processo tem a ver com investigar a própria natureza da tradução.

Mossop (1983, p. 246), então, propôs um novo modelo de tradução como discurso reportado (Fig. 1), que tem como foco os interlocutores envolvidos: vemos na figura que *X reporta para C o que A escreveu para B*. Além disso, segundo ele, esse modelo supera duas falsas implicações do modelo de mera transposição ($\text{texto}_x \rightarrow \text{“significado”} \rightarrow \text{texto}_y$): (1) a ideia de que o autor do texto-fonte está se dirigindo ao tradutor; (2) a ideia de que o autor do texto-fonte está se dirigindo ao interlocutor do texto-alvo. Isso porque, de modo geral, o

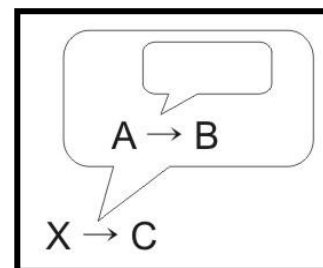


Fig. 1. Modelo de Mossop (1983)

tradutor não faz parte da audiência⁴⁷, sendo alguém que vem de fora no processo para reportar o texto-fonte para C, que por sua vez também está fora dessa audiência do texto-fonte.

Uma consequência disso é que, nesse modelo, não há como o autor do texto-fonte (A) ser visto como autor da tradução, isto é, como alguém que se dirige ao interlocutor-alvo (C) através do tradutor (X) — cenário em que X seria um mero receptor, recodificador e transmissor (MOSSOP, 1983, p. 246), o que é incompatível com uma visão concreta da linguagem. Segundo Mossop (1983, p. 246 e 249), nesse modelo o tradutor é um participante pleno da interação social em questão, pois X é o *reportador* em cuja voz *reportante* escutamos a voz *reportada* de A.

Ele faz a ressalva de que esse não é especificamente um modelo de tradução, pois a língua em que X reporta a C pode ser ou não a mesma que A usou com B. O autor não conclui essa ideia, mas entendemos que esse seria um modelo de re-enunciação, tal como a definimos aqui. Então, se a língua for a mesma de $A \rightarrow B$ ⁴⁸, o enunciado produzido em $X \rightarrow C$ será um DR; se for uma língua diferente, esse enunciado será uma tradução — e o tradutor será, como diz Mossop no título do artigo, um “*rapporteur*”, isto é, alguém que reporta. Mossop (1983, p. 256) entende também que X e A ocupam espaços enunciativos diferentes, mesmo se $A = X$ (isto é, se o autor é o próprio tradutor), uma vez que A estará em outra interação verbal em outro momento, de modo que nunca poderá reproduzir o que disse antes, pois o enunciado (e o próprio sujeito) é único e irrepetível, como já discutimos.

Outra consequência é que, para Mossop (1983, p. 266), no modelo em que a tradução é um ato de reportar, não há espaço para o “significado” enquanto entidade abstrata. Ele aponta que perguntas como “O que essa expressão significa?” implicam a existência (independentemente das situações comunicativas $A \rightarrow B$ e $X \rightarrow C$ em questão) de respostas universalmente válidas, que só precisam ser encontradas. Segundo ele o reportador perguntaria “Que palavras eu usaria para me dirigir a C de forma adequada neste ponto deste parágrafo desta tradução?”.

⁴⁷ Pode-se argumentar que, em determinadas situações (como em versões), o tradutor pode ser um nativo, sendo pois “parte” da audiência original. Entendemos, porém, que o papel do sujeito enquanto leitor é distinto do espaço enunciativo que ele vai ocupar como tradutor, já que terá que pensar em uma audiência não nativa.

⁴⁸ A seta aqui é apenas uma indicação do endereçamento do discurso, e não uma representação da língua, pois, como já ressaltamos, a comunicação do ponto de vista dialógico envolve uma *compreensão responsiva ativa*.

Sempre voltando ao seu foco de formação de tradutores, Mossop (1983, p. 259) também comenta sobre o valor pedagógico que o conceito de “reportar” tem, tendo em vista que reportar é parte da experiência de todos os falantes. A partir disso, ele argumenta que nossa experiência com discurso reportado (respondendo perguntas como “O que fulano disse a beltrano?”) pode ajudar a definir que latitude temos em relação à tradução, em outras palavras, quando o tradutor está intervindo de maneira inapropriada naquilo que reporta com seus sentimentos e ideias. Mas, ao contrário do que parece, o autor não enxerga isso de maneira negativa: ele entende que não há como eliminar essa intervenção e que não há porque minimizar isso. Para ele, deve haver uma *intervenção positiva* por parte do tradutor/reportador, caso contrário a tradução pode ficar subdesenvolvida ou equivocada. Essa visão antecipa de certo modo, mas com propósito diverso, a proposta de Venuti (1997, 2002) de que deve haver uma agência consciente por parte do tradutor⁴⁹. É verdade que as visões são opostas no campo ideológico e na finalidade: no caso de Venuti, o foco é majoritariamente político e voltado para a estrangeirização⁵⁰; no de Mossop, o foco é pragmático (a atividade do tradutor) e voltado para a domesticação e a fluência, mas em ambos os casos: há a quebra do paradigma do tradutor como alguém que não se coloca no texto; a intervenção seria uma decisão intencional; abre-se espaço para a subjetividade. De nossa parte, vemos a escolha voluntária de se colocar no texto apenas como parte da questão, talvez a menos relevante aqui, porque não podemos, enquanto analistas, alcançar essas intenções. Interessa-nos, para além disso, como o dialogismo inerente à linguagem afeta o processo tradutório, tanto em termos da voz do tradutor no texto como das relações dialógicas que se dão nele, pois o tradutor não fica indiferente às vozes e discursos que circundam seu objeto.

Aliás, uma crítica que podemos fazer a Mossop (1983) é que, apesar de reconhecer que é impossível o tradutor ser um mero receptor/transmissor e que a visão tradicional (busca de equivalências) não dá conta do processo tradutório, ele ainda coloca os modelos como sendo opções de postura à escolha do tradutor. Entendemos que isso se dá porque, embora recorra a Volóchinov, ele não parte explicitamente da concepção dialógica da linguagem. Suas conclusões sobre a insuficiência do modelo abstracionista, além das discussões sobre significado, nunca entram na questão da natureza da linguagem.

⁴⁹ Além disso, a clara valorização de Mossop do texto-alvo, nesse texto (1983) e em outros (1987, 1998), mostra uma aproximação com os estudos de tradução descritivos que começaram a ganhar vulto nessa época, em especial a corrente de Toury, Even-Zohar, Hermans e Baker.

⁵⁰ Para críticas a Venuti, ver a resenha *Venuti's visibility*, de Anthony Pym (PYM, 1996).

Por outro lado, Mossop tem o mérito de ter introduzido na discussão uma noção fundamental de Volóchinov: a ideia de que o discurso reportado é uma análise avaliativa por parte de quem reporta. O autor canadense apenas não explorou isso como aspecto inerente à língua nesse primeiro momento (1983), o que levaria a uma base mais sólida para abordar a tradução como discurso reportado. No artigo de 1998, Mossop menciona que derivou sua ideia de Bakhtin, comentando sobre a natureza dialógica da linguagem e que, na visão de Bakhtin, todo texto é um mosaico de citações no sentido de que ecoa e responde ao que foi dito/ouvido antes (MOSSOP, 1998, p. 264). O autor canadense destaca que as citações não são imitativas e estão sujeitas à reacentuação. Mas Mossop acaba por considerar a abordagem de Bakhtin ampla demais para fins de uma teoria de produção da tradução⁵¹. Nesse ponto, obviamente discordamos do autor, pois é justamente a partir dessa perspectiva que viemos trabalhando até aqui. Ficamos então com a noção de tradução como DR, mas cabe discutir essa definição.

Costuma-se pensar em DR em termos dos recursos formais que são usados para retomar o que outro falante disse, tais como discurso direto e indireto. No entanto, na perspectiva dialógica, essa retomada nunca é apenas formal, pura e simples, no sentido de reportar as palavras do outro objetivamente, sem interferir nelas — o que seria impossível. Mesmo quando se trata de uma forma como o *discurso direto*, não há transmissão pura e simples do conteúdo citado, pois, de acordo com Cunha (1992, p. 38), toda citação mergulha num enredamento dialógico que não é mais aquele do original.

Assim, segundo a autora, por mais que tente ser “literal”, essa retomada envolve um posicionamento por parte de quem re-enuncia, pois o fato de as palavras terem sido extraídas de seu contexto para serem colocadas em um outro contexto modifica a orientação dessas palavras. Basta pensarmos em como cada sujeito reacentua aquilo que reporta de acordo com seu ponto de vista. Daí que, para Volóchinov (2017, p. 249), o discurso reportado (na nova tradução, “discurso alheio”) seja “o discurso dentro do discurso, o enunciado dentro do enunciado, mas ao mesmo tempo é também o discurso sobre o discurso, o enunciado sobre um enunciado”. Foi nessa noção dialógica de reacentuação que Mossop se baseou.

⁵¹ No mesmo artigo, porém, Mossop continua trabalhando com a noção de citação, definindo *tradução* como *a citação, de forma sequencial, de fragmentos que constituem um texto escrito, oral ou de sinais, com propósito imitativo*.

Folkart (1991), por sua vez, baseou-se em Mossop (1983) para partir da tradução como DR. Ela entende que tanto a tradução quanto o discurso reportado são retomadas de enunciados anteriores em um contexto distinto, sendo, portanto, uma re-enunciação (FOLKART, 1991, p. 17). Podemos somar essa afirmação à definição de Cunha (1992, p. 39), que compreende que o *discurso reportado* é um processo de *retomada-modificação*⁵². Essa concepção deriva da própria natureza da re-enunciação tal como vista da ótica da dialogismo, assim podemos considerar todos fenômenos de retomada-modificação como sendo tipos de **re-enunciação**.

Entendemos *re-enunciação* como uma categoria prototípica, isto é, uma categoria em que os membros não são necessariamente definidos por uma única característica em comum, compartilhada por todos, mas cujos membros têm certo grau de parentesco. Na re-enunciação, estariam incluídos a própria tradução, a paráfrase e os vários tipos de discurso reportado.

Sendo modalidades de re-enunciação, podemos avançar no sentido de afirmar que tradução e DR partilham certos traços. O primeiro ponto, já citado de certo modo, é a questão da reacentuação. Segundo Faraco (2009, p. 140), o DR é um fenômeno que “não se esgota na citação, mas deve ser considerado um ato que revela também uma apreensão valorada da palavra de outrem”, mesmo aspecto levantado por Mossop quanto à tradução. Já discutimos extensamente a questão da entonação expressiva e da tomada de posição no capítulo sobre a concepção dialógica da linguagem, de modo que não nos estenderemos mais aqui.

Um segundo ponto é o endereçamento para um interlocutor distinto da enunciação-fonte, a quem se destina essa nova re-enunciação. A orientação para um terceiro, um falante distinto daquele do enunciado que a re-enunciação retoma, reforça a influência das forças sociais organizadas sobre a percepção do discurso (VOLÓCHINOV, 2017, p. 252). Sobral (2008, p. 70) também aponta como especificidade da tradução o fato de que o discurso passa a ter, “além do locutor e dos interlocutores ‘originais’, um interlocutor que também é locutor (o tradutor) e outro grupo de interlocutores (os leitores da tradução)”.

⁵² Como se pode ver, a definição de *re-enunciação* de Folkart é análoga à de *retomada-modificação* de Cunha. Mas a visão de *enunciado* de Folkart é mais estrita, porque se baseia em Ducrot. A definição de Cunha se baseou no dialogismo e em François. Para efeito deste trabalho, contudo, consideramos esses termos como sinônimos, adotando preferencialmente *re-enunciação*.

Vale lembrar, retomando o modelo de Mossop, que esse público da re-enunciação não é o mesmo do enunciado-fonte. Mossop (1998, p. 241) faz questão de comentar, porém, que esses interlocutores em seu modelo são apenas projetados pelo tradutor. Isso está de acordo com a visão proposta por Volóchinov de que há sempre um ouvinte presumido, que a palavra é dirigida a um ouvinte projetado, um representante do grupo social do locutor. Mossop (1998, p. 243) diz ainda que A, B, X e C não são indivíduos, mas papéis comunicativos — por isso, um indivíduo pode ocupar mais de um papel nesse modelo. Mossop, porém, apenas resvala na questão da compreensão responsiva ativa, tão fundamental para o dialogismo. Ele diz apenas que, ao contrário da resposta *antecipada*, a resposta real dos ouvintes é irrelevante para a produção da tradução (MOSSOP, 1998, p. 243). A resposta antecipada seria a dialógica, que estaria presente no re-enunciado.

Outro traço comum às formas de re-enunciação é o fato de necessariamente se dar, em termos cronológicos, após a enunciação que ela reporta. Isso pode parecer óbvio, mas se consideramos que duas enunciações proferidas ao mesmo tempo não podem jamais citar uma à outra, vemos que isso não se aplica a qualquer enunciado. Ou seja, nem todo enunciado posterior é uma re-enunciação, mas toda re-enunciação é posterior ao enunciado que reporta. Aubert (1993, p. 15) observa que, entre o ato comunicativo do texto-fonte e o da tradução (na verdade, da re-enunciação de modo geral), decorre impreterivelmente algum intervalo de tempo (desde segundos, no caso de um intérprete, até dias, meses, anos, séculos). Na mesma linha, Steiner (2005, p. 49) diz que “cada ato de linguagem tem um determinante temporal”. Podemos complementar a questão do intervalo temporal com Mossop (1998, p. 240), quando comenta que nenhuma tradução pode ocorrer antes de ao menos uma parte de $A \rightarrow B$ (Fig. 1) ter se concretizado. O autor ressalta ainda que as possibilidades de selecionar e reportar algo que foi dito em outro lugar e outro tempo foram multiplicadas com o advento das formas de registro (escrita, gravação de áudio, etc.) (MOSSOP, 1998, p. 236), aumentando ainda mais o tempo que pode se interpor entre o texto-fonte e a tradução.

Obviamente, embora partilhe muitos traços com o discurso reportado, a tradução se diferencia dessa e de outras formas de retomada-modificação do discurso alheio, como a paráfrase, com a qual também guarda semelhanças. Fuchs (1985, p. 133), aliás, afirma que “a paráfrase (intra-língua) se assemelha [...] à tradução (inter-línguas)”, classificando ambas como “reformulações”. Em outra obra,

a autora (1982, p. 49) aponta um paradoxo na paráfrase: ao dizer a “mesma” coisa, terminamos dizendo “outra” coisa. Paradoxo semelhante é enfrentado pela tradução.

Fuchs (1982, p. 50-51) também afirma que a paráfrase é considerada uma relação de identidade de sentido cuja apreensão é feita de modo intuitivo e sobre a qual não há questionamento — ou seja, dessa perspectiva, as paráfrases seriam frases que têm o mesmo sentido (ou quase), de modo análogo aos sinônimos lexicais. Isso seria mais um ponto em comum com a tradução, da qual se espera e se cobra essa mesma relação de identidade impossível, como já discutido. Para Fuchs (1982, p. 177), a paráfrase seria um julgamento de caráter metalinguístico feito por sujeitos numa dada situação e “uma relação atualizada no discurso” (1985, p. 133); seria uma atividade que gera uma ilusão de transparência da língua. Portanto, em decorrência de uma visão em que a língua é um meio transparente, são criadas expectativas ilusórias em relação à tradução e à paráfrase. Assim como a tradução, a paráfrase também foi abordada em termos de equivalência, especialmente apontando para a ideia lógica de “valor de verdade”, mas a autora ressalta que esse conceito “se aplica com muita dificuldade aos enunciados da língua” e que “a perspectiva lógica conduz a um desconhecimento da especificidade do sentido” (FUCHS, 1985, p. 130).

Mas a tradução pode ser considerada uma forma diferente de re-enunciação por pelo menos duas razões: (1) ser interlingual; (2) não ter um discurso que lhe sirva de “moldura”⁵³ — como verbos *discendi* ou formas de introdução da paráfrase.

É claro que, envolvendo mais de uma língua, a tradução jamais pode repetir *ipsis litteris* o enunciado alheio — não poderia usar as palavras de outra língua, à exceção de um ou outro termo isolado, em contextos muito específicos (termos já consagrados em uma área, empréstimos linguísticos já incorporados, entre outros casos). Assim, Mossop (1983, p. 251) chama a atenção para um fato óbvio, mas que parece passar despercebido por adeptos da visão da tradução como transporte de significados: o fato de que o tradutor não pode, a rigor, dizer o que o autor disse na língua-fonte, pois o tradutor tem de usar *suas próprias palavras*, as palavras da língua-alvo, com tudo que isso implica. Assim, toda re-enunciação tradutória é mediada pelas palavras do sujeito que cita, só que em outra língua.

⁵³ Pode-se argumentar que paratextos (apresentação, prefácio, notas, etc.) fariam esse papel, mas é preciso convir que seria uma forma diferente da que ocorre no discurso reportado.

A questão da “moldura” tem a ver com a forma de apresentação do discurso do outro: a tradução geralmente se apresenta como um texto autônomo, como a palavra de um só autor, no máximo acompanhado de paratextos — mas isso não é suficiente para quebrar (pelo contrário, muitas vezes reforça) a ilusão de que ela é o próprio texto-fonte. O discurso reportado, quer na forma, quer pelo contexto, acaba revelando essa retomada de forma mais ou menos explícita. É por isso que Folkart (1991, p. 218) diz que a tradução busca a ilusão de transparência (ou seja, de que não é retomada do discurso do outro, mas o *próprio* discurso do outro), enquanto o DR não. Isso é uma diferença fundamental entre DR e tradução. Levando em consideração essa diferença, Taivalkoski-Shilov (2002, p. 85) dirá que a tradução *faz parte* do DR, e não que a tradução é uma forma DR.

Aqui temos uma divergência com a autora finlandesa, pois ela define o DR como retomada das palavras de outrem de forma geral (TAIVALKOSKI-SHILOV, 2003, p. 22), incluindo a tradução como pertencente a esse campo. Nós, como já foi dito antes, consideramos que a categoria prototípica seria a re-enunciação, que abarcaria essas formas de retomada do discurso do outro. Nesse aspecto, nossa posição está mais próxima da adotada por Folkart.

A enunciação tradutória é uma “experiência individual e única, não reproduzível nem mesmo pelo próprio receptor-tradutor em outro momento ou sob outras condições de recepção” (AUBERT, 1994, p. 75), o que torna possível a existência de várias traduções, pois “cada tradução de um texto marcará também suas diferenças, pois será resultado de novas condições de produção de discurso, de diferentes relações de sentido” (MITTMANN, 1999, p. 226).

A mesma ideia tem Sobral (2003, p. 202), para quem a tarefa do tradutor envolve estruturar o mundo por meio da “linguagem viva”, dirigida a alguém, e não rígida, “em estado de dicionário”. Em outra obra, o mesmo autor diz:

[...] a interação, que ocorre num contexto, é a vida da língua, e que o momento da língua fixado nas gramáticas e dicionários não basta para tornar a tradução possível. Porque são as relações que se estabelecem por meio dos textos, numa dada situação de interação, que permitem a tradução (SOBRAL, 2008, p. 42).

Nesse sentido, é pertinente o comentário de Amorim (2004, p. 47) ao afirmar que: “As significações são construções culturais que não podem ser reduzidas a componentes ou elementos primitivos postulados por uma metalinguagem. Elas guardam a memória dos textos e dos contextos em que ocorreram”, o que está em consonância com a visão bakhtiniana de que o enunciado é único, como já vimos.

Um exemplo que encontramos em Fawcett (2003, p. 28) pode mostrar como nem mesmo a escolha baseada no dicionário está livre disso. O autor conta que em uma tradução sobre o Holocausto, estudantes se depararam com o trecho *la déportation des Juifs* e encontraram no dicionário bilíngue as palavras inglesas *imprisonment* e *internement*, as quais os estudantes adotaram pensando se tratar de um “termo equivalente”. Fawcett aponta que *internement* tem um sentido específico para os nipo-americanos por conta dos campos de concentração criados pelos Estados Unidos em solo norte-americano para prender imigrantes japoneses e até descendentes deles durante a Segunda Guerra.

Isso mostra como o dicionário ainda é palavra de autoridade. Tanto é que Mittmann (2003, p. 149) afirma: “As definições apresentadas no dicionário são tomadas como o sentido próprio da palavra, uma verdade irrefutável, que existe por si, é evidente e neutra”. Como argumentamos acima, porém, isso não passa de uma ilusão, a palavra só pode ser abstrata no campo teórico, pois possui uma memória que tem a ver não simplesmente com significados, mas com práticas e usos concretos. Quando retomada num contexto, a memória da palavra é ativada e pode fazer o texto remeter a outros discursos que não estavam previstos.

Voltando à tradução como re-enunciação, é preciso destacar que a tradução envolve, segundo Folkart (1991, p. 353), deslocamentos. Esses deslocamentos são resultado do trabalho de reapropriação que ocorre no processo de re-enunciação. O duplo trabalho da tradução — interpretação e produção — é medido justamente por esse deslocamento. Fazendo uma analogia com a física, Folkart (1991, p. 354) diz que não há trabalho sem deslocamento. A fidelidade máxima seria o não trabalho, o decalque, a reprodução integral. Obviamente, não é possível se chegar a esse “grau zero” de deslocamento — uma tarefa quixotesca e utópica como a de Pierre Menard no conto de Jorge Luís Borges.

Além de não ser possível na tradução, esse não trabalho não é possível em qualquer processo enunciativo, já que seria então um processo que não produz deslocamento em relação à “realidade” que apreende. Como já discutimos extensamente, essa forma não mediada de apreensão da realidade é impossível de acordo com a visão dialógica. É essa, porém, a pretensão daqueles que defendem a tradução como algo que não interfere no texto-fonte — a transparência total. Para Folkart (1991, p. 12), essa pretensão de transparência, deriva da naturalização sofrida pela tradução ao longo dos tempos. Hermans (1996b, p. 7), por sua vez,

entende que as razões por trás da ideia da tradução como meio transparente são de ordem histórica e hierárquica. Segundo o autor, a ideologia da transparência e da invisibilidade do tradutor permite manter a ilusão de que, no texto traduzido, há uma voz única cuja origem é imediatamente identificável. Para Folkart (1991, p. 360), a pretensão de transparência também abre espaço para o mito da retrotradução (*backtranslation*): a ideia de que a tradução ideal, se for traduzida de volta à língua-fonte, resultaria no texto-fonte. Desnecessário dizer que esse tipo de visão, além de totalmente utópica, joga sobre a tradução e o tradutor uma tarefa impossível pela própria natureza da linguagem. A nosso ver, o inegável trabalho de deslocamento⁵⁴ desempenhado pela tradução já torna impossível esse “voltar ao lugar anterior”.

Para Folkart (1991, p. 376), esses mitos carregados pelo discurso da tradução não resistem ao fato de que a tomada de qualquer objeto por um sujeito constitui, na verdade, uma interação desse sujeito com o objeto em questão. A própria escolha de uma modalidade de re-enunciação, diz Folkart (1991, p. 380), é ela mesma produtora de valores e portadora de sentido.

O que Folkart diz de certo modo encontra corroboração na visão de Volóchinov (2017, p. 255): para ele, as formas de transmissão da palavra do outro eram estudadas de forma errada por tentar isolá-las do contexto de transmissão — definindo-as de modo estático e imóvel, típico da abordagem científica. Pelo contrário, ele defende que o objeto de estudo deve ser justamente a inter-relação dinâmica entre discurso reportado e contexto, já que ambos só existem e se constituem nessa interação. Assim, qualquer retomada do discurso alheio (seja qual for a forma de transmissão) envolverá uma inter-relação que nunca pode ser neutra e estática; pelo contrário, será sempre dialógica.

Volóchinov (2017, p. 255) fala de tendências que ele enxerga na dinâmica de relações entre as formas de retomar a palavra de outrem — ou seja, as dinâmicas de inter-relação entre o discurso de quem reporta e o discurso reportado. Segundo ele, há duas tendências (que foram batizadas a partir de técnicas artísticas). Primeiramente, *estilo linear*, uma forma de transmissão do discurso alheio que pode conservar a alteridade e autenticidade da palavra do outro, que tende a protegê-la de penetração de entonações próprias do autor e a estabelecer uma separação clara entre a palavra do outro e a palavra daquele que cita. O grau de autoritarismo

⁵⁴ Isso, aliás, nos parece outra forma de dizer que o enunciado concreto é único. Tanto é que a autora depois vai falar da “singularidade do evento enunciativo” (FOLKART, 1991, p. 363).

e dogmatismo percebido nessa palavra alheia influencia a forma como ela será reportada, como diz o autor: “À medida que o dogmatismo da palavra aumenta e a percepção compreensiva e avaliativa deixa de admitir matizes entre a verdade e a mentira, o bem e o mal, as formas de transmissão do discurso alheio se despersonificam” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 256). Assim, essa relação linear entre os discursos pode ser associada a uma tentativa de afastamento entre os sujeitos.

A outra tendência da dinâmica entre discursos é chamada pelo autor russo de *estilo pictórico*. Ela se aproxima do comentário e envolve a absorção do discurso citado, no apagamento de suas fronteiras e na penetração de réplicas e comentários nesse discurso (VOLÓCHINOV, 2017, p. 258) para lhe dar novas entonações, podendo até enfraquecer o dogmatismo autoritário e racional da palavra alheia — a tal ponto de o “centro de gravidade” discursivo, se podemos chamar assim, passar para o discurso citante, ou seja, de este se tornar mais forte que aquele. Vale dizer que, a despeito dos esforços do estilo linear em preservar as fronteiras da palavra alheia, ambas as tendências estão sujeitas à inscrição de julgamentos de valor do re-enunciador, apenas em graus diferentes.

Podemos correlacionar essas duas tendências novamente com Folkart (1991, p. 384), para quem a escolha de uma modalidade de re-enunciação, longe de ser inocente, neutra ou determinada pela natureza do objeto retomado, constitui desde o início intervenção do sujeito re-enunciador. Entendemos que essa escolha, da mesma forma que a escolha de pender mais para o estilo linear ou para o pictórico (como polos opostos de um *continuum*), é parcialmente condicionada por ambos os lados apontados por Volóchinov e Folkart: o grau de dogmatismo/autoritarismo da palavra retomada se impõe tanto quanto a posição axiológica do sujeito que a retoma, de modo que o cerne da questão está na relação entre os sujeitos e entre os discursos envolvidos no processo de re-enunciação. O estilo de apreensão da palavra alheia resultante dependerá, portanto, dessa relação.

Folkart também discute as implicações da inscrição subjetiva do re-enunciador no seu texto de chegada, abordando a mesma questão que Hermans (1996) discute em relação ao fato de que o tradutor nunca está simplesmente traduzindo, no sentido de que tem sempre projeto em relação àquilo que re-enuncia. Sobre isso, diz a autora:

Nenhuma citação, nenhuma paráfrase, nenhuma tradução é, de fato, inocente. Nós citamos, parafraseamos, traduzimos sempre por interesse. De modo ainda mais essencial, nós citamos, parafraseamos, traduzimos sempre a partir de uma posição no espaço sociocultural, temporal, geográfico. Nós não saberíamos re-enunciar sem nos inserirmos nesse processo (FOLKART, 1991, p. 14).

Entendemos que essa posição tem como consequência um ou mais pontos de vista de quem re-enuncia sobre o que é re-enunciado. Isso, aliás, é uma crítica que cabe ao modelo de Mossop, e o próprio autor admite que seu modelo reflete apenas a posição comunicativa do tradutor no momento da re-enunciação, deixando de fora a posição social e geográfica do tradutor, bem como suas relações econômicas, culturais e políticas na cultura-alvo (MOSSOP, 1998, p. 241), mas o autor também diz que todos esses fatores são vitais para fins de descrição e análise — de fato, é algo que nos interessa muito aqui.

Baseado no dialogismo, Sobral (2008, p. 33-34) reconhece essa importância:

Enunciamos a partir de uma dada posição, que é tanto pessoal como social, tanto biológica como histórica, tanto psíquica como intersubjetiva. E a partir dessa posição avaliamos aquilo que vamos enunciar, e em função dessa posição e dessa avaliação enunciamos de uma dada maneira, que depende de nossa posição social (da posição social do autor traduzido) e de sua relação social com a posição social das pessoas com quem falamos (ou com quem o autor de um texto traduzido fala).

Essa posição do re-enunciador se manifesta pela voz do tradutor. Na nossa opinião, é Folkart (1991, p. 458) quem melhor define o que seria essa voz:

A voz, ou isotopia subjetiva, é o conjunto de lugares não formalizados onde o enunciador se inscreve, enquanto subjetividade, no enunciado que ele produziu. Ela se manifesta no sintagma [textualidade do enunciado] através de marcadores sociolinguísticos, de qualidades retóricas e estilísticas, da ideologia, da axiologia, etc.

A autora também diz que a voz emerge da *verbalização*, entendida como maneira de conceber e exprimir o mundo e de comunicar a visão de mundo (FOLKART, 1991, p. 387). A partir disso, podemos aproximar a noção de voz da noção de ponto de vista, que trabalhamos na primeira parte. Para reforçar essa aproximação, vale citar Cunha (2015), quando diz que os pontos de vista, mesmo quando não explícitos, estão associados a “marcas linguísticas”. Outra aproximação entre voz e ponto de vista também é possível através da axiologia, já que Cunha também coloca o aspecto axiológico como componente do ponto de vista. Em suma, entendemos que a voz do tradutor é a expressão de seu ponto de vista, ainda que contingente⁵⁵, já que se posiciona em relação ao objeto de seu enunciado. Podemos relacionar isso com a ideia de Hermans (1996, p. 15) que sempre traduzimos *de acordo com e para dentro* do nosso conceito de tradução. O tradutor sempre traduz no contexto de certas concepções e expectativas sobre tradução, fazendo escolhas

⁵⁵ A dúvida é posta por François (2015): um ponto de vista é específico da situação na qual se manifesta (verbalmente ou não) ou, ao contrário, exprime uma postura relativamente constante, uma *orientação geral*, que poderia ser encontrada em outros pontos de vista da mesma pessoa?

e assumindo posições porque tem objetivos, interesses, causas. Em outras palavras, assim como qualquer (re-)enunciação, a tradução envolve uma apreensão do discurso a partir de determinado ponto de vista, conforme foi discutido.

Assim, a re-enunciação, para Folkart (1991, p. 398), é uma apropriação exercida por uma subjetividade, que se manifesta através de uma voz enunciativa. Ela entende que a presença do re-enunciador se manifesta no enunciado que produz por meio de “desvios”, sendo por isso uma noção *diferencial* — uma soma de diferenças relativamente minúsculas, dissonâncias intermitentes, como vibrações não harmônicas de duas ondas de frequência parecida (FOLKART, 1991, p. 394-396). Ressaltamos, porém, que a noção de deslocamentos na tradução nos permite dizer que, mesmo quando não se percebe “dissonâncias”, há tomadas de posição. Podemos dizer de outro modo, retomando Hermans (1996b, p. 16), que a presença discursiva existe — não apenas em circunstâncias excepcionais, mas sempre.

Resumindo, o fato de o enunciado ter uma entonação expressiva e uma dimensão axiológica e de haver um processo de deslocamento (um trabalho) leva à conclusão de que a re-enunciação nunca é neutra, conforme Taivalkoski-Shilov (2003, p. 43), mesmo quando tenta reproduzir simplesmente o texto-fonte. A tese de Folkart (1991) é que, na tradução, o processo de re-enunciação provoca um conflito interno entre as vozes do autor e do tradutor — um *conflito de enunciações*. Diríamos também que há um conflito de pontos de vista, pois cada enunciado parte de posições discursivas, uma “atitude global”, diria François. Veremos nas análises que os pontos de vista de autor e tradutor se encontrarão tanto de forma dissonante como harmônica ao longo da obra traduzida.

De acordo com Hermans (1996a, p. 4), as traduções transformam textos que, por sua vez, são transformações de outros textos, amplificando a plurivocalidade. Isso é nitidamente uma visão dialógica da tradução. Nesse sentido, Taivalkoski-Shilov (2010, p. 5) diz também que tanto na citação quanto na tradução, a voz de quem re-enuncia está mesclada com a do autor e a quantidade e qualidade de vozes presentes no texto-alvo nunca são as mesmas do texto-fonte. Assim, para Hermans (1996a, p. 6), a tradução tem sempre vozes e ressonâncias discursivas, nem sempre claramente identificáveis, mas indubitavelmente presentes.

Ainda Hermans (2009, p. 96-97) resume a noção de re-enunciador tal como proposta por Mossop e Folkart dizendo que, dando voz a novos textos, os tradutores estabelecem uma posição no discurso que enunciam, produzindo uma tradução em

que diversas vozes e perspectivas se entrelaçam. Partindo de Bakhtin, ele então conclui que a posição e a ideologia do tradutor estão inelutavelmente inscritas no texto traduzido. Ele também aponta um fator que nos parece relevante e que já mencionamos *en passant* no início deste trabalho: a visão do tradutor como re-enunciador e sujeito discursivo do texto traz à tona questões éticas.

O autor holandês não se aprofunda no tema, mas entendemos que as consequências éticas que se aplicam à tradução seriam as mesmas que Bakhtin aponta para o enunciado e que já abordamos na seção sobre a concepção dialógica: o sujeito não pode se eximir de sua existência e, portanto, do seu enunciado concreto. A visão abstracionista da tradução não abre espaço para essa discussão — pelo contrário, até permite que sujeitos envolvidos no processo atribuam ao significado ou a outro fator supostamente neutro da língua consequências éticas de seus enunciados.

Podemos, então, resumir as posições adotadas com base no que foi exposto nesta seção. Primeiro, definimos *tradução* como uma re-enunciação (retomada-modificação) interlingual, que não pode jamais ser neutra. Segundo, afirmamos que no texto traduzido se manifesta uma *voz enunciativa*⁵⁶ — a voz do tradutor — que está em diálogo com a voz do autor e outras vozes evocadas pelo texto (razão pela qual o tradutor não pode ser “invisível”), trazendo em si pontos de vista e posições axiológicas de quem re-enuncia sobre o que é re-enunciado. Terceiro, a partir das propriedades dialógicas do enunciado, concluimos que cada tradução é única, pois é situada pelo conjunto do contexto e dos interlocutores a quem é endereçada (compreensão responsiva ativa). Por fim, entendemos que a tradução, sendo um novo enunciado dirigido a um objeto, necessariamente envolve relações dialógicas, que podem influenciar o próprio processo de tradução.

Como consequência dessas posturas teóricas, temos que o processo tradutório é um diálogo heterogêneo (com diversas vozes e posições discursivas) e multilateral (que se relaciona com vários enunciados prévios), e não simplesmente uma relação bilateral, exclusiva e hermética entre texto-fonte/texto-alvo.

Como deve ter sido possível perceber a esta altura, o que tentamos aqui, recorrendo a esses autores, é fundamentar uma visão de tradução baseada no dialogismo e, ao mesmo tempo, desestabilizar a ilusão gerada pela concepção de

⁵⁶ Como já definido, um conjunto de marcadores sociolinguísticos, retóricos, estilísticos e axiológicos.

linguagem de base cientificista à qual nos contrapomos. A intenção é que a retomada do discurso alheio, em especial a tradução, seja encarada de forma mais humana, menos categórica, para que não sejam ignorados aspectos fundamentais desse fenômeno languageiro, como as entonações expressivas e avaliações que permeiam toda nova enunciação sobre qualquer objeto. Isso é fundamental para que possamos enxergar, não apenas em nossas análises, mas em toda tradução que chegar às nossas mãos enquanto leitores, os diálogos que se estabelecem entre esse enunciado tradutório e os discursos que circulam. Somente saltando as armadilhas da preconcepção, é possível fazer uma leitura mais rica da tradução — algo que a ilusão de transparência nos nega.

2 METODOLOGIA

Voltamos agora para as questões práticas da pesquisa: para atingir os objetivos propostos, fizemos uma análise qualitativa cujo aspecto metodológico é baseado em dois aparatos teóricos que partilham a mesma fundamentação. O primeiro é a análise dialógica do discurso (ADD), uma abordagem baseada na concepção de linguagem bakhtiniana, que expusemos no Capítulo 1. O segundo, que deriva também da mesma concepção, é o método comparativo diferencial, elaborado por Heidmann. Passamos a discutir brevemente esses dois aparatos, focando no aspecto da relação do pesquisador com o *corpus*, ou seja, no tipo de abordagem que realizamos neste trabalho — princípios epistemológicos que norteiam um olhar sobre o *corpus*.

2.1 ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO (ADD)

Podemos dizer que, de modo geral, a ADD é fundada na disciplina que Bakhtin chamou de *metalinguística*, cujo objeto são as *relações dialógicas* que todo e qualquer *corpus* apresenta, visto que o dialogismo está nas próprias fundações da linguagem, como explicamos anteriormente. Podemos, então, passar a discutir a forma de pesquisar pelo viés de uma teoria dialógica.

Em artigo sobre “caminhos possíveis” na pesquisa com ADD, Rohling (2014, p. 45) destaca que esse tipo de investigação tem conceitos básicos (alguns dos quais já discutimos), como *enunciado*, *sujeito*, *dialogismo*, *gêneros do discurso* e o próprio *discurso*, com destaque para este último.

Segundo Brait (2006), o que ocorre na ADD é um movimento de recuperação desses conceitos construídos ao longo dos textos bakhtinianos, que têm orientado os estudos da linguagem de caráter histórico e social. Nesse sentido, Rohling (2014, p. 49) afirma que, na ADD:

[...] é preponderante tomar a língua no seu aspecto histórico e concreto, uma vez que o discurso não se constrói sobre uma determinada realidade, mas, sim, na relação de responsabilidade a outro discurso. Não há um acesso à realidade em si, mas a um universo discursivo, que é histórico, concreto e circunscrito a uma dada situação de interação discursiva. Reiteramos, então, que [a ADD] é sempre mediada pela linguagem e realizada *sobre* a linguagem, pois o sentido se constrói nas relações dialógicas. [grifo da autora]

Esse caráter histórico e situado da linguagem é também a razão pela qual, no âmbito da ADD, o pesquisador parte de práticas discursivas concretas, isto é, enunciados reais, ao mesmo tempo em que leva em conta contextos mais amplos de produção e circulação dos discursos (ROHLING, 2014, p. 47). Embora isso seja prática em outras áreas da linguística e de análise do discurso, no caso da ADD isso tem uma fundamentação filosófica: Bakhtin entende o mundo da teoria e o mundo da vida como sendo indissociáveis, ao mesmo tempo que não podemos chegar diretamente ao real, à vida, mas somente por uma mediação semiótica característica do humano, também não se pode simplesmente teorizar sobre a vida, sob pena de torná-la estanque, esvaziada.

Em suas observações sobre a metodologia da análise que faz em *Problemas da Poética de Dostoiévski*, Bakhtin (2011, p. 181) fala que a metalinguística seria o estudo dos aspectos da vida da palavra que excedem as fronteiras da linguística. A primeira não pode ignorar a última, devendo inclusive fazer uso dos resultados linguísticos, mas ele destaca que a linguística e a metalinguística estudam o mesmo fenômeno concreto, altamente complexo e multifacetado — a palavra —, mas o fazem de pontos de vista diversos. Como já dissemos, a linguística abstrata não dá conta dos aspectos dialógicos da linguagem.

Em *Metodologia das Ciências Humanas*, Bakhtin (2010, p. 401) diz que:

O texto só tem vida contatando com outro texto (contexto). Só no ponto desse contato de textos eclode a luz que ilumina retrospectiva e prospectivamente, iniciando dado texto no diálogo. Salientemos que esse contato é um contato dialógico entre textos (enunciados), e não um contato mecânico de “oposição”, só possível no âmbito de um texto (mas não do texto e dos contextos) entre os elementos abstratos (os signos no interior do texto) e necessário apenas na primeira etapa da interpretação (da interpretação do significado e não do sentido). Por trás desse contato está o contato entre indivíduos, e não entre coisas (no limite). [...] A coisificação completa, extrema levaria fatalmente ao desaparecimento da infinitude e da insondabilidade do sentido (de qualquer sentido).

Assim, temos um aparato de análise bem definido, mas que não estabelece categorias estáticas. Segundo Rohling (2014, p. 47), na ADD, “as categorias emergem das relativas regularidades dos dados, que são observadas/apreendidas no percurso da pesquisa”. Isso permite ao pesquisador enxergar aspectos regulares sobre os quais pode levantar hipóteses e elaborar conclusões. Acreditamos que, dependendo do tipo de fenômeno, é possível extrapolar essas conclusões para um nível em que possamos chegar a uma compreensão, não só do caso específico em estudo, mas da linguagem de modo amplo.

Assim, adotamos a visão de Amorim (2004, p. 18) quando diz que, “se não há pretensão universalizante, não há objeção possível”, ou seja, se o pesquisador expressa única e exclusivamente sua visão, não é possível haver contestação — não haveria espaço para discussão, objeção e, portanto, alteridade na pesquisa.

Dentro desse tema, já falamos sobre como, na visão de Bakhtin, não pode haver a coisificação do sujeito/objeto em ciências humanas. Para Amorim (2003, p. 89), “o pesquisador e o sujeito de pesquisa estão em condição de intersubjetividade, onde necessariamente não há um eu que não se constitua em relação a um tu”. Ela conclui então que “A pesquisa em ciências humanas é entendida enquanto texto que se produz sempre como intertexto” (AMORIM, 2003, p. 89).

Isso se coaduna com o método de investigação da metalinguística bakhtiniana, que é de natureza dialógica, “constituído pelo diálogo entre sujeito-pesquisador e o sujeito-autor do texto estudado”, como aponta Grillo (2006, p. 122). Para tomar as palavras do próprio Bakhtin (2010, p. 319):

A investigação se torna interrogação e conversa, isto é, diálogo. Nós não perguntamos à natureza, e ela não nos responde. Colocamos as perguntas para nós mesmos e de certo modo organizamos a observação ou a experiência para obtermos a resposta. Quando estudamos o homem, procuramos e encontramos signos em toda parte e nos empenhamos em interpretar seu significado.

É por isso que não podemos deixar de refletir sobre as consequências da teoria dialógica da linguagem para o próprio pesquisador, uma vez que as relações dialógicas são justamente o que está para além da materialidade verbal, ou seja, não é apenas algo que o investigador vai procurar no interior do texto, mas algo que permeia o mundo humano. Sendo assim, esse sujeito que pesquisa é alguém constituído na e pela linguagem, sócio-historicamente, e sua relação com o objeto de pesquisa será sempre, do mesmo modo, dialógica, valorativa e nunca neutra. Isso quer dizer que o objeto não é dado previamente, mas construído no processo de pesquisa. Mas qual a consequência prática disso? Uma delas é que a pesquisa é um recorte feito do ponto de vista do pesquisador que usa como lente o aparato teórico para observar o objeto. Outra consequência é que a forma de se colocar no texto é levada em consideração. Além da tradição do gênero textual, a escolha do plural de modéstia (com seus prós e contras) na escrita deste trabalho foi ponderada e assumimos a responsabilidade dos efeitos que aponta Amorim (2004, p. 100):

[...] o nós do orador ou do autor atenua a afirmação categórica de um eu, por prudência ou por modéstia, numa expressão mais ampla e difusa. Donde sua alternância com o uso do se (acredita-se...), marca de terceira pessoa que exprime uma indefinição de

pessoa. O caráter de polidez dessas formas resulta do fato de que elas atenuam a focalização sobre a pessoa estrita e sua singularidade, e protegem de uma atitude invasiva da intimidade e do âmbito pessoal.

Isto posto, concordamos com Rohling (2014, p. 47-48) quando afirma que “o trabalho do pesquisador se inscreve na posição de um observador atencioso; ele é um outro (não neutro) no diálogo com os dados (discursos)” e também quando diz que “estabelecer o objeto, gerar os dados de pesquisa e circunscrever os espaços de pesquisas (suas delimitações) constitui um trabalho teórico-metodológico do pesquisador cuja base é de natureza dialógica e axiológica”.

Assim, “na pesquisa de cunho dialógico há, sim, análise das marcas linguísticas. Contudo, trata-se de um olhar para a língua vista na condição de discurso”, isto é, uma análise que “leva em conta as relações extralinguísticas, históricas e concretas, que se materializam nos enunciados, com vistas a construir compreensões sobre os sentidos promovidos no bojo das relações dialógicas” (ROHLING, 2014, p. 49).

Nesse sentido, François (2015, p. 35) aponta como opção para a pesquisa:

[...] explicitar os movimentos do texto, em particular a forma como se articulam os movimentos locais e a totalidade do texto. É um dos aspectos conhecidos do que chamamos de *interpretação*. Isso partindo da distinção entre as significações ditas “frontalmente” pelos enunciados e as que são indicadas, desenhadas, por movimentos do texto, seus modos de repetição ou, ao contrário, suas mudanças de perspectiva.

Buscamos adotar essas abordagens para nossa pesquisa, partindo de marcas linguísticas presentes no texto, explicitando movimentos discursivos, para chegar a explicações mais amplas, que levam em conta as relações dialógicas, buscando compreender a construção de sentidos e os fatores axiológicos.

Diante do que foi apresentado, podemos retomar os parâmetros que Rohling (2014, p. 50) apresenta, a partir das análises dos próprios autores estudados, como possíveis elementos balizadores de uma pesquisa que adote a ótica dialógica:

- O estudo da esfera da atividade humana em que se dão as interações discursivas em foco.
- A descrição dos papéis assumidos pelos participantes da interação discursiva, analisando as relações simétricas/assimétricas entre os interlocutores na produção do discurso.
- O estudo do cronotopo (o espaço-tempo discursivo) dos enunciados.
- O estudo do horizonte temático-valorativo dos enunciados.
- A análise das relações dialógicas que apontam para a presença de assimilação de discursos já-ditos e discursos prefigurados, discursos bivocais, apagamentos de sentidos, contraposições, enquadramentos, re-enunciação de discursos e reacentuações de discursos.

É claro que diferentes pesquisas podem se concentrar mais em determinados elementos, ou seja, não necessariamente aparecem todos ao mesmo tempo. O importante é que tais parâmetros não devem ser examinados isoladamente, pois são facetas do discurso que situam o texto social, histórica e culturalmente. No nosso caso, a análise tem como foco as relações dialógicas para entender melhor a tradução como uma esfera da atividade humana que tem interações discursivas específicas, envolvendo interlocutores que ocupam espaços discursivos distintos e têm suas próprias vozes, valores, crenças, critérios, etc.

Para olharmos especificamente a tradução, precisamos complementar nosso aparato metodológico com algo mais direcionado a ela, embora ainda partindo da mesma visão de linguagem. Assim, chegamos ao método comparativo.

2.2 MÉTODO COMPARATIVO DIFERENCIAL

Heidmann (2005, 2010a, 2011) propõe um método de comparação que aplica tanto à literatura quanto à tradução. O termo “diferencial” não é à toa: trata-se de um aparato que se concentra na diferença, isto é, na compreensão das particularidades de cada cultura e de cada língua, mas partindo do texto. A autora compartilha da visão de Borutti quando esta diz que não podemos nos apartar da língua, já que “habitamos radicalmente nossa própria língua, seus jogos linguísticos, suas teorias e trazemos em nós as reificações, as ontologias, as formas de construção do mundo” (apud Heidmann, 2010b, p. 63). Por isso, Heidmann critica abordagens que perdem de vista o texto, como nos Estudos Culturais. Ela se preocupa primordialmente com o texto enquanto discurso, adotando a definição de Maingueneau (2008, p. 172) de que discurso é uma “maneira de apreender a linguagem”.

Na exposição desse método, a autora destaca os princípios epistemológicos fundamentais, que passamos a apresentar sucintamente agora. O primeiro ponto que Heidmann (2005, p. 102) destaca é o fato de que comparar, por definição, implica que os fenômenos ou textos são de algum modo diferentes. Isso é fundamental também para a nossa abordagem aqui, visto que partimos do princípio de que tradução e texto-fonte são dois enunciados distintos, conforme discutimos anteriormente (COSTA E SILVA, 2011). Segundo Borutti (2013, p. 25-26), a tradução é, no fundo, mostrar e aceitar a diferença e, ao mesmo tempo, tem como tarefa fundamental estabelecer uma comunicação dinâmica entre as diferenças.

O segundo é que é preciso conceber a abordagem comparativa como um ato de construção. Para Heidmann (2011, p. 354), esta evidência epistemológica é frequentemente esquecida em favor de uma essencialização ou reificação dos conceitos. Heidmann retoma então o pressuposto, com o qual concordamos, de que “todas as teorias, todas as noções e unidades de análise e todas as identidades são construções de objeto” (HEIDMANN, 2005, p. 103). É a tese já relativamente difundida de que a neutralidade científica é um mito, pois nossa própria abordagem condiciona a análise do objeto; pelo fato de que, como já dissemos neste texto, não temos acesso direto à realidade. Por isso, como diz Heidmann (2005, p. 103), importa explicitar as razões de ser e os pressupostos dessa construção para que seja o mais pertinente e fecunda possível no plano heurístico. E, no caso de uma abordagem comparativa diferencial, importa também construir um eixo de comparação suficientemente pertinente e complexo para dar conta ao mesmo tempo dos traços comuns que observarmos e das diferenças fundamentais dos fenômenos a serem comparados (HEIDMANN, 2005, p. 103).

O terceiro ponto crucial é que, nesse eixo de comparação construído por nós, os textos estejam “em um mesmo plano, isto é, em uma relação não hierárquica”, em que os critérios de comparação não privilegiem nem um nem outro texto; caso contrário, “não estamos mais em um processo de comparação, mas de avaliação ou hierarquização”, diz ela (2010b, p. 67). Isso porque, para Heidmann (2011, p. 357):

O pressuposto hierárquico deixa logo em desvantagem um dos textos ou um dos termos da comparação e não permite mais uma verdadeira análise comparativa. Essa análise exige como eixo de comparação um critério que atribui aos enunciados e textos a serem comparados a mesma atitude de construir efeitos de sentido⁵⁷.

Em outras palavras, quando avaliamos, um dos textos torna-se parâmetro estático de comparação, objeto monolítico que o outro texto deve espelhar. Portanto, não podemos em nossa análise “avaliar” a tradução em relação ao texto-fonte, pois isso impediria uma análise comparativa que observe essa construção de sentidos em ambos os textos. Além do mais, uma consequência ainda mais grave de se fazer uma avaliação é que com isso estaríamos admitindo a existência de uma única “interpretação correta” desse “original” hierarquicamente superior, o que seria admitir também a existência de uma única tradução “verdadeira” para cada texto, argumento que já questionamos antes (COSTA E SILVA, 2011).

⁵⁷ “Falar de ‘efeitos de sentido’ é dizer que não há sentidos fixos numa língua que seriam equivalentes a outros sentidos fixos em outra língua” (SOBRAL, 2008, p. 82).

Uma vez que, de acordo com Heidmann (2010b, p. 86-87), “toda concepção de linguagem e de literatura que instaura hierarquias de *valor* impossibilita uma verdadeira comparação interlinguística e intercultural”, torna-se indispensável uma concepção que não incorra nesse entrave epistemológico. A autora (2010b, p. 70) conclui então que:

Para uma comparação que respeite o princípio da relação não hierárquica, é necessário, portanto, mudar de ótica e focalizar em uma dimensão tão pertinente para o texto de partida quanto para o texto da tradução. A *enunciação* é uma dessas dimensões. O texto primeiro é, com efeito, enunciado em um contexto espaço-temporal específico e é em interação com este que ele produz efeitos de sentido singulares. Isso vale igualmente para o texto da tradução que se enuncia em um contexto linguístico e cultural diferente, produzindo obrigatoriamente efeitos de sentido próprios e diferentes. Podemos, então, comparar dois textos em uma relação não hierárquica com a condição de considerá-los cada um como uma enunciação singular que constrói seus efeitos de sentido ligando-se de forma significativa a seu próprio contexto sociocultural e linguístico.

Dentre as possíveis teorias da enunciação, a autora evoca particularmente a visão de Bakhtin. A concepção dialógica, segundo Heidmann (2010a, p. 82), “torna possível uma comparação diferencial que respeite as exigências epistemológicas inerentes à comparação como método e como instrumento heurístico”. Em outro texto, a autora (2011, p. 351) explica sua opção por essa concepção:

Nesta ótica, cada texto, enquanto enunciado e discurso, constrói seus efeitos de sentido *em resposta* a outros textos e discursos, ou seja, em resposta ao que se disse, anteriormente, em um jogo perpétuo de diferenciação, de variação e de renovação de sentido.

De fato, a natureza dialógica da linguagem nos permite colocar ambos os textos envolvidos na tradução (fonte e alvo) em um mesmo plano. Em termos bakhtinianos, podemos dizer que ambos são enunciados que retomam o já-dito e se dirigem a um ouvinte ativo, sendo elos da cadeia infinita da comunicação humana. Assim, como conclui a própria autora (2010a, p. 82), “nessa perspectiva, comparar quer dizer, então, *fazer dialogar*”.

Portanto, sendo também uma enunciação, a tradução põe-se naturalmente em diálogo com o texto-fonte que ela re-enuncia, mas também estabelece um diálogo com outros textos e seu próprio contexto — diálogos estes que pretendemos observar e examinar neste trabalho. O que o método comparativo permite concretamente é comparar “a *forma* de criar efeitos de sentido do texto a traduzir com a de criar efeitos de sentido próprios da tradução”; em outras palavras, “podemos comparar duas formas, necessariamente diferentes, de significar” (HEIDMANN, 2010b, p. 87).

Expusemos e comentamos até aqui os principais princípios do método comparativo tal como proposto por Heidmann. Para fins de clareza, podemos resumir nos seguintes pontos as razões pelas quais consideramos esse método como o mais adequado para a abordagem que pretendemos empreender:

- Na elaboração do método comparativo, Heidmann baseou-se em P. V. Zima, estudioso checo que pensou a abordagem comparativa como instrumento heurístico não somente para a literatura, mas também para as ciências religiosas, políticas, sociais e econômicas (Heidmann, 2005, p. 101). Isso torna o método ainda mais relevante para o nosso objeto, que consiste em texto acadêmico.
- O método comparativo prevê que os objetos a serem comparados são diferentes entre si — sejam a tradução e seu texto-fonte, sejam duas traduções de um mesmo texto. O reconhecimento da diferença, isto é, de que a tradução não é “o mesmo texto em outra língua”, é fundamental para que se possa enxergar as diferentes formas pelas quais eles foram construídos.
- Admitindo que nossos objetos de pesquisa são sempre de algum modo construídos, vemos no método proposto por Heidmann a melhor forma de construir esses objetos comparáveis, principalmente porque está definida nossa opção teórica de entender a tradução como re-enunciação, o que não nos permitiria tentar analisá-la sob perspectivas tradicionais como a equivalência, por exemplo.
- O método comparativo requer que os textos sejam vistos sob uma concepção não hierarquizante da linguagem, razão pela qual é baseado em parte visão dialógica proposta por Bakhtin — concepção esta que é também a base do nosso trabalho investigativo.
- Apesar de tê-lo usado primeiramente na literatura comparada, a autora enxergou no método potencial para abordagem da tradução, inclusive de textos traduzidos não literários, como mostra em Heidmann 2005, 2010b.

Portanto, o método comparativo é um conjunto de princípios epistemológicos norteadores da análise — e é justamente esse método que possibilita uma análise focada nas relações dialógicas e nas formas de construir sentidos dos textos em questão (que é, de modo mais geral, o que pretendemos investigar).

3 CORPUS

3.1 POR QUE AUSTIN? POR QUE *HOW TO DO THINGS WITH WORDS*?

Nossa proposta de pesquisa colocou diante de nós o desafio de estabelecer critérios para encontrar um corpus composto de obra e tradução/traduições que permitisse investigar os fenômenos languageiros que nos interessam sob a perspectiva teórica adotada. Assim, após avaliações do projeto e da pesquisa, chegamos aos seguintes reflexões e critérios para seleção do *corpus*:

- O primeiro critério é que a obra deveria ser de caráter epistêmico, já que nos propomos a observar as relações dialógicas e processos de nomeação em áreas do conhecimento. Assim, o foco recaiu sobre obras publicadas por pesquisadores de universidade.
- O segundo critério é que a obra fosse de uma área do conhecimento que pudéssemos analisar. Visto que nossa pesquisa envolve estudar o discurso, é preciso compreender a obra⁵⁸. Com isso o espectro se restringiu às áreas de linguística, tradução e filosofia da linguagem.
- O terceiro critério foi a quantidade de edições da obra. Para fins de pesquisa com tradução, quanto mais edições revistas e/ou ampliadas de uma obra, mais difícil é saber exatamente qual tradução foi feita a partir de qual edição, o que tornaria a análise inviável.

Outros fatores favoráveis para escolha da obra incluem: (a) ter introduzido uma terminologia própria, de preferência com neologismos; (b) ter gerado estudos e causado impacto em seu campo — obras assim despertam uma quantidade e variedade de discursos, potencializando as possibilidades de relações dialógicas com a tradução; (c) se possível, ser da nossa própria área (Letras/Linguística) para que a análise da tradução pudesse contribuir para esse campo de estudo. Tendo em vista esses critérios e benefícios, chegamos à obra em questão: *How to do things with words*, de J. L. Austin — obra de agora em diante referida como *HTW*.

HTW obviamente atendeu a todas as exigências, mas especialmente ao primeiro critério de seleção, pois essa obra só teve duas edições: a primeira em

⁵⁸ No início do processo, buscamos textos de várias áreas, mas algumas (como física e matemática) se provaram herméticas demais para quem não tem conhecimento avançado nelas. Isso causaria imenso prejuízo à pesquisa.

1962; a segunda, revista, em 1975. Além disso, só existe uma única tradução de *HTW* para o português e uma única para o francês, e essas traduções não foram editadas/alteradas (apenas reimpressas em novas tiragens) desde que foram publicadas pela primeira vez. Detalhamos a questão das edições da obra e das traduções mais adiante.

Antes das análises em si, façamos um sucinto percurso histórico sobre o autor, a obra e as traduções. Esse percurso tem o objetivo de situar esses elementos (autor, obra, traduções) para dar subsídios que ajudem, a nós e aos interlocutores desta tese, a compreender e desvelar os fios dialógicos entre tradução, obra e entorno teórico, pois uma proposta como a nossa não raras vezes envolve conhecer o lugar discursivo de onde cada sujeito fala. Além disso, o percurso é um recurso metodológico para mostrar como a obra se enquadra nas exigências que instituímos, de modo que esperamos, ao final desta parte, ter deixado clara a relevância desse autor e de sua obra para a filosofia e a linguística, bem como o impacto que suas ideias causaram nessas áreas do conhecimento.

3.2 RELEVÂNCIA DA OBRA E DO AUTOR

John Langshaw Austin (1911–1960), nascido em Lancaster, formou-se em *Literae Humaniores* — curso da Universidade de Oxford que incluía estudos dos clássicos da Antiguidade romana, grega e latina, além de Filosofia. Assumiu suas primeiras cadeiras de ensino em 1935. Seus principais interesses incluíam Platão, Aristóteles, Kant e Leibnitz, mas também foi influenciado por contemporâneos como George E. Moore, J. Cook Wilson e H. A. Prichard, filósofos que ficariam conhecidos por seguir a subcorrente filosófica do chamado Realismo de Oxford, cuja preocupação maior eram os julgamentos (STANFORD, 2015).

Mais envolvido no ensino, Austin publicou poucos textos até 1939. Durante a Segunda Guerra Mundial, ele serviu no serviço de inteligência britânico (MI6), recebendo condecorações da Inglaterra, da França e dos EUA. Após a guerra, retornou a Oxford assumindo a cadeira de Filosofia Moral. Somente em 1946, o filósofo realmente começou a publicar com frequência, alcançando o auge da produtividade na década de 1950. Nesse período, mais precisamente em 1955, ele foi convidado a dar um ciclo de palestras na Universidade de Harvard, como parte

das conhecidas William James Lectures⁵⁹. Austin viria a falecer de câncer de pulmão em 1960, com apenas 48 anos de idade, em pleno auge da produção. Embora prolífico, morreu sem ter publicado obras. Para Searle (2001, p. 227), a relutância de Austin em publicar tinha origem em parte na cultura de Oxford à época, onde pensadores não costumavam publicar em vida, e parte na personalidade do próprio Austin. Diante disso, surgiu um forte interesse em divulgar suas ideias. Assim, após a morte de Austin, J. O. Urmson e G. J. Warnock se encarregaram de organizar a publicar a obra dele. Na mesma época, além de *HTW* (1962), publicaram outros dois livros de Austin: *Philosophical papers* (1961) e *Sense and sensibilia* (1962).

HTW foi organizado a partir das notas que Austin tinha preparado para as William James Lectures, sendo o primeiro livro (de uma série de 19 obras) publicado a partir do conteúdo apresentado por um convidado de Harvard. Em seu prefácio à primeira edição, J. O. Urmson (1962, p. v) diz que, segundo o próprio Austin, as ideias ali apresentadas ganharam corpo em 1939. Urmson acrescenta que as notas das aulas/palestras que abordavam esses conceitos foram sendo gradualmente revistas e apresentadas em eventos a partir de 1946, indo até 1955.

Ainda no prefácio, Urmson destaca que tentou usar as notas de Austin o mais literalmente possível, mas que as notas por vezes perdiam a forma de texto corrido, exigindo uma edição. Para fins de conferência com o conteúdo das notas de Austin, foram usadas também anotações de ouvintes das palestras, bem como a gravação em áudio de uma conferência dada por Austin em 1959. O resultado, conclui Urmson (1962, p. vi-vii), é que aqui e ali pode ter sido usada uma frase que Austin não teria gostado, mas que é muito improvável que qualquer aspecto das principais linhas do pensamento de Austin tenha sido representado equivocadamente.

Uma década depois da primeira edição, Urmson retornou a *HTW* junto com Marina Sbisa para uma revisão, trabalho que incluiu uma nova comparação da edição de 1962 com notas e glosas do próprio Austin, resultando na segunda e última edição, publicada 1975. Nessa edição, foi incluído um apêndice onde estão indicados comentários, reconstruções de frases e exemplos inseridos, fazendo-se o registro de que essas fontes secundárias foram usadas apenas para fins de conferência, visto que o texto original de Austin precisava de poucos acréscimos,

⁵⁹ *The William James Lectures* é um programa da Universidade de Harvard iniciado nos anos 1930 pelos Departamentos de Filosofia e Psicologia. Entre os palestrantes figuram nomes célebres como J. Dewey, B. Russell, B. F. Skinner, K. Popper, R. Oppenheimer, H. P. Grice, A. J. Ayer e M. Foucault. Apesar de mais esporádico, o evento ainda existe. A conferência mais recente foi realizada em 2012.

sendo mais completo do que outras fontes. Para os editores (URMSON & SBISÀ, 1975, p. v), esse novo texto ficou mais claro, mais completo e ao mesmo tempo mais fiel às notas que Austin escreveu.

O fato é que a obra introduziu, na filosofia e na linguística, ideias que representaram um marco de ruptura com a tradição lógica da Filosofia Analítica. O livro consolidou postulados teóricos e terminologia que resistiram às críticas e às décadas. Isso é referendado por autores como Hacking (1999, p. 185), que considera Austin “o filósofo quintessencial da linguagem”. Longworth (2011, p. 103) também destaca que seu trabalho com atos de fala causou um impacto significativo e duradouro no mundo filosófico como um todo.

Não cabe neste trabalho, a não ser quando necessário para a compreensão das análises, explicar a teoria contida em *HTW*. Porém, é importante assinalar que, apesar de ter se inserido na tradição linguística, o diálogo da obra de Austin é majoritariamente com a tradição filosófica analítica. A proposta austiniana das condições de felicidade, por exemplo, representou um contraponto à tradição das condições de verdade que dominavam o campo e ganharam força com filósofos como Gottlob Frege, Bertrand Russell e o Wittgenstein do *Tractatus*. Como se sabe, o valor de verdade, vindo da lógica, era a forma usada pela filosofia analítica para avaliar se uma proposição era verdadeira ou falsa partindo-se de seu “significado linguístico”, expressão usada por muitos desses filósofos e que indicava que a análise da língua excluía por princípio fatores externos que não fossem o objeto referenciado pelo significado de uma expressão. Para Austin, uma declaração como “O atual rei da França é careca” (para usar o exemplo clássico da filosofia analítica) não seria verdadeira nem falsa, mas simplesmente um ato de fala infeliz.

Embora nem todas as ideias de Austin tenham tido a mesma aceitação que a teoria dos atos de fala, o livro teve alcance mundial⁶⁰, sendo traduzido para diversas línguas, como francês, alemão, espanhol e português. No Brasil, uma pesquisa rápida no currículo de cursos de Letras e Filosofia mostra que é difícil encontrar, principalmente nas universidades mais importantes do País, cursos que não incluam a Teoria dos Atos de Fala.

⁶⁰ O Google Scholar, que contabiliza referências em textos acadêmicos, registra mais de 30 mil citações da obra em inglês, quase 3 mil da versão francesa, cerca de 2.500 da tradução para o espanhol e perto de mil da edição brasileira.

Como se sabe, é creditado a Austin, bem como a Ludwig Wittgenstein (cada um em sua linha, como apontam Cohen, 1997, p. 36, e Searle, 2010), o pioneirismo na chamada *filosofia da linguagem ordinária*. A vertente que se desenvolveu em Oxford envolvia, além de Austin, nomes como Gilbert Ryle e Alfred Jules Ayer já nos primórdios e, posteriormente, Peter Strawson, Richard Hare, entre outros. No caso de Austin, o principal fator para essa “virada” talvez seja o mote que permeia sua obra: sua rejeição em avaliar enunciados simplesmente em verdadeiro ou falso, como fazia a filosofia analítica. Segundo Cohen (1997, p. 36), a filosofia da linguagem ordinária forneceu o primeiro sistema de ideias frutífero para as bases da pragmática⁶¹. Searle (2001, p. 226-227) diz que Austin ofereceu um novo modelo de fazer filosofia, mas que este não achava que seu método fosse a única forma correta de abordar o assunto.

Austin tinha uma preocupação particular com as palavras. Em seu texto *A plea for excuses* (1961), em que analisa expressões usadas pelas pessoas para se justificarem, ele faz observações sobre as palavras (AUSTIN, 1970, p. 181):

Em primeiro lugar, as palavras são nossas ferramentas, e, no mínimo, deveríamos usar ferramentas limpas: deveríamos saber o que queremos dizer e o que não queremos, e temos que nos resguardar contra as armadilhas que a língua arma para nós. Segundo, as palavras não são (a não ser no seu cantinho particular) fatos ou coisas: temos então que arrancá-las do mundo, para mantê-las afastadas dele e contra ele, para que possamos perceber as inadequações e arbitrariedades delas, aí podemos olhar novamente para o mundo sem antolhos. Terceiro, [...] nosso estoque comum de palavras incorpora todas as distinções que os homens acharam que valia a pena no curso da vida de muitas gerações.

Essa ideia de afiar, limpar, como metáfora para definir e precisar sentidos pode ser encontrada em vários pontos da obra de Austin, pois era algo fundamental na visão dele. A definição, diz Austin (1970, p. 189), deve estar no topo de nossos objetivos. E nisso o filósofo tinha uma preocupação também etimológica e histórica⁶², pois defendia a tese de que uma palavra raramente se livra de sua etimologia e de sua formação, a despeito de todas as extensões e acréscimos aos seus sentidos (1970, p. 201).

⁶¹ A pragmática deu seus primeiros passos como área com Charles Morris, contemporâneo de Austin. Em 1938, na esteira de J. Locke e C. S. Pierce, Morris estabeleceu como ramos da semiótica (ciência dos signos) a sintaxe, a semântica e a pragmática (LEVINSON, 2007, p. 1).

⁶² Em *A plea for excuses* (1970, p. 182), Austin diz que preferia que esse campo já não estivesse tão saturado na filosofia tradicional e que até a filosofia ordinária muitas vezes era “infectada” pelo “jargão de teorias extintas” e também por “nossos próprios preconceitos”. Ele sugere que melhor seria, “ao menos uma vez”, não ter que pensar em Kant, Aristóteles ou Platão para abordar certos tópicos.

Essa preocupação com a precisão de sentido é apontada também por Searle (2001, p. 222), quando diz que é característico da abordagem de Austin mostrar que o que parecem dois sinônimos (ou quase sinônimos) são na verdade bem diferentes, assim como prestar atenção aos mínimos detalhes da linguagem (p. 226). Aliás, a sua filosofia é baseada nisso: Austin defendia que o primeiro passo da filosofia deveria ser uma análise extremamente cuidadosa do uso ordinário das expressões linguísticas.

Não é à toa que, ao criar a terminologia de sua teoria de atos de fala, Austin redefiniu termos conhecidos, adotou palavras pouco usuais em inglês ou até mesmo criou novas palavras, muitas vezes com raízes no grego ou no latim, como revelam as notas de rodapé de *HTW* — fato que também pesou para este livro se tornar *corpus* da nossa pesquisa.

Nos últimos anos, Austin vem ganhando novamente destaque com coletâneas de ensaios como *The Philosophy of J. L. Austin* (GUSTAFSSON & SORLI, 2011), publicado pela Universidade de Oxford; *Symposium on J. L. Austin* (FANN, 2012), republicação da editora Routledge; e *J. L. Austin on Language* (GARVEY, 2014), da Palgrave Macmillan, incluindo textos de J. Searle e M. Sbisà. Isso mostra o quanto a obra e a filosofia de Austin de modo geral ainda são consideradas relevantes.

3.3 A TRADUÇÃO E O TRADUTOR

Nesta pesquisa fizemos uso das duas edições de *HTW* (1962 e 1975) e da edição brasileira *Quando dizer é fazer: palavras e ação* (1990), tradução com introdução e notas de Danilo Marcondes de Souza Filho. Durante nossa análise, constatamos que a tradução brasileira utilizou a primeira e a segunda edições de *HTW*. Comparando as três obras, pudemos identificar claramente e isolar os casos em que houve alterações decorrentes de questões editoriais.

Considerando que o objetivo aqui é observar não apenas as relações dialógicas estabelecidas textualmente, mas também o ponto de vista do tradutor (o lugar de onde fala, como já dissemos), é necessário discorrer um pouco sobre o perfil dele, sua formação teórica e sua atuação acadêmica.

Danilo Marcondes⁶³, como é mais conhecido, tem graduação (1975) e mestrado (1977) em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Fez o doutorado (1980) na Universidade de St. Andrews, Grã-Bretanha. Fez o pós-doutorado (2009) na Universidade Brown, nos Estados Unidos. Foi diretor de estudos associado na Maison des Sciences de l'Homme (Paris, França) e professor-visitante na Universidade de Paris X. Também foi coordenador da área de Filosofia/Teologia da Capes entre 2011 e 2014. Desde 1983 é professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). É ainda professor titular do Departamento de Filosofia da PUC-Rio. Suas áreas de atuação incluem filosofia da linguagem (pragmática e análise do discurso), história da filosofia, filosofia moderna e ética aplicada. Suas obras giram em torno da ética, pragmática, filosofia e linguagem, além de livros voltados para o ensino ou para fins introdutórios. Para fins desta abordagem, vale destacar sua tese, publicada na forma de livro sob o título *Language and action: a reassessment of speech act theory* (1984), *Dicionário básico de Filosofia* (1990), *A pragmática na filosofia contemporânea* (2005) e *As armadilhas da linguagem – significado e ação para além do discurso* (2017).

Enquanto os editores consideram o livro uma fonte segura para as ideias de Austin, Marcondes considera que, por não ter passado pela revisão do autor, a Teoria dos Atos de Fala foi apenas esboçada na obra.

3.3.1 Sobre um trabalho preexistente

Antes de procedermos às análises, é preciso abordar um artigo com que nos deparamos no decorrer da pesquisa, intitulado *Como criar identidades com traduções, ou quando traduzir é intervir numa teoria* (2005), de Daniel Silva. Nele, o autor propõe uma análise crítica da tradução que Danilo Marcondes fez de *How to do things with words*. Como se pode perceber, o artigo em questão aborda, de certa forma, o objeto desta tese, de modo que é preciso discutirmos esse texto aqui, bem como as conclusões a que o autor chega a fim de constatar se e em que medida o texto avança no sentido do nosso alvo, isto é, de compreender como se dão as relações discursivas na tradução.

⁶³ A certa altura, ele adotou “Danilo Marcondes” como nome de autor. É por isso que nas referências há obras de MARCONDES e SOUZA FILHO. Nas menções, usamos o adotado atualmente, mas as referências permanecem como publicadas, deixando sempre claro de que se trata da mesma pessoa.

O objetivo do artigo é “demonstrar que a tradução empreendida por Danilo Marcondes pode ser situada [no] movimento de intervenção” (SILVA, 2005, p. 134) em que, de acordo com Silva, se inserem autores como John Searle, Émile Benveniste, Shoshana Felman e Judith Butler, entre outros que reformularam a Teoria dos Atos de Fala. Segundo Silva (2005, p. 131 e 129), “o fato é que o conceito [dos atos de fala], tal como se nos apresenta hoje em muitos textos de filosofia e linguística, foi de fato re-elaborado” e, para ele, “os tradutores de seus trabalhos para diferentes línguas também participam da interpretação do trabalho de Austin e, portanto, da construção da teoria dos atos de fala”.

Silva (2005, p. 130) afirma de início que a tradução de Marcondes “parece ser mais um gesto de interpretação e intervenção no pensamento de Austin, tendo em vista a reivindicação de certa identidade para o filósofo inglês e para sua teoria”.

Concordamos com a hipótese de que os tradutores são parte constituinte dessa tradição que participa da construção e interpretação da teoria austiniana, tendo em vista toda a concepção dialógica do enunciado e a visão de tradução que apresentamos. Aceitamos ainda a visão que Silva (2005, p. 141), baseado em Arrojo, apresenta sobre tradução, qual seja: a de que não existe um original estável e de que a tradução não é um transporte de uma “essência” para outra língua.

As ressalvas começam, porém, com a escolha de certas palavras por parte do autor: expressões como *intervir* e *intervenção*, que ele usa em vários momentos do seu artigo (inclusive no título), presumem uma concepção de texto como um todo homogêneo, um “original estável” — coisa que o autor negou existir, como vimos acima. A ideia de “intervir” é incompatível com a visão de Arrojo (endossada pelo autor): se a tradução for vista como intervenção, estamos de volta ao conceito do “tradutor infiel”, que traiu o “original”. Nessa visão, a não ser em casos que dificilmente seriam considerados “tradução” (casos em que o discurso não foi re-enunciado, mas renegado em favor de outro diferente ou até contraditório), não faz sentido falar que o tradutor “alterou” o texto-fonte. Contudo, é justamente essa ideia de “alteração” que se pode entrever no discurso de Silva (2005, p. 135) quando ele tenta explicar o que seria a “intervenção” do tradutor:

Mas a sua [do tradutor] intervenção não se restringe aos textos que escreveu sobre Austin, mas também, e é nesta hipótese que este trabalho investe, no que ele escreve *em* Austin. Em outras palavras, a tradução para o português de [*How to do things with words*] não foi, por assim dizer, “apenas” uma tradução, mas um gesto de intervenção no pensamento de Austin.

O rótulo *intervenção* (e o comentário do autor sobre isso) sugere que a possibilidade de existir um tradutor que só altera o texto-fonte se assim desejar. O autor usa aspas em “apenas” — um gesto que revela desconforto com a ideia que está sugerindo e, portanto, certa fragilidade no argumento dele: afinal, o que seria uma tradução que é “apenas” tradução? Tudo indica que, para Silva, uma tradução que é “apenas” tradução é aquela que não faz “intervenção”, que não muda nada, isto é, que não trai o original. No discurso do autor, paira a ideia de que a tradução poderia ter se mantido “fiel” se o tradutor tivesse de algum modo agido diferente. Vale reiterar que isso não é compatível com as ideias de Arrojo trazidas pelo próprio autor. Como já vimos, a tradução não é uma transposição tal e qual.

Assim, parece-nos temerário e contraditório afirmar (como faz o autor) que:

é possível aventar a hipótese de que, em se tratando do desenvolvimento da heterogênea tradição intelectual vinculada ao pensamento de John L. Austin, os verbos interpretar/intervir/traduzir (Austin) se tornam sinônimos, assim como os sintagmas “partindo de Austin”, “sobre Austin” e “em Austin” (SILVA, 2005, p. 130).

Se para o autor, como citado no trecho anterior, uma intervenção não é “apenas” uma tradução, como poderiam então os verbos *interpretar*, *intervir* e *traduzir* serem sinônimos aí? Desde já, parece-nos haver uma postura um tanto quanto confusa em relação ao que de fato Silva entende por *tradução*.

Seguindo adiante, Silva (2005, p. 135) afirma que o trabalho de Marcondes é “uma tradução (realizada por um filósofo) de ideias e estilo [de Austin] que, segundo a prática da filosofia, precisam ser filtrados e mesmo domesticados”, no sentido de que o tradutor está a serviço de uma Filosofia tradicional, que se coloca, ao menos em parte, contra a ruptura proposta por Austin. No entanto, vimos o contrário nas análises e na leitura dos textos de Marcondes⁶⁴: ele adere profundamente à teoria austiniana. Tanto é que Nicholas Fotion, na resenha que faz da tese de Marcondes publicada em livro, aponta que é a tradição do ato de fala, com um aceno para Wittgenstein, que é a força motriz da obra (FOTION, 1987, p. 433), chegando a afirmar que não há muito de novo.

No entanto, apesar de fazer menção às ideias de Austin e de afirmar durante todo o texto que a tradução brasileira intervém na teoria de Austin, a análise de Silva nunca entra diretamente nesse mérito ou mostra como isso de fato se deu. De modo geral, a relação que ele tenta estabelecer é de que a teoria de Austin é materializada em sua escrita. Assim, Silva opta por partir da comparação de estilo para apontar —

⁶⁴ Ver SOUZA FILHO, 1984, 1986, 1990.

através de alguns excertos da tradução — que o tradutor apagou metáforas de Austin, que tornou o texto mais impessoal ou que o texto final ficou mais sério, entre outras coisas. Quanto a esses três pontos, uma rápida observação dos excertos permite ver alguns percalços nas conclusões do autor.

Em relação às metáforas, embora Marcondes de fato pareça evitar certas formulações de Austin⁶⁵, parece-nos que Silva entreviu mais do que o texto revela. Ao argumentar que Austin faz “usos metafóricos que remetem ao prazer do riso (*real fun*), da comida (*digest*) e até do sexo (*excited*)”, Silva (2005, p. 137) diz que “o tradutor, em geral, recorre a usos literais (*verdadeiro interesse, estimulado*) ou de usos metafóricos ‘mais amenos’ (*assimilar*)”.

É de estranhar que Silva fale em “usos literais”: primeiro, porque o uso desse termo remete a uma visão da linguagem em que existe um significado fixo da palavra, coisa que o próprio Silva rejeita quando diz que não enxerga a tradução como “transporte estável de palavras”; segundo porque, mesmo se avaliadas sob a ótica dessa visão que ele diz rejeitar, as traduções que Silva destacou (*real fun* > *verdadeiro interesse*; *excited* > *estimulado*) não seriam de modo algum “literais”, pois se afastam de formas morfológicamente semelhantes e de usos dicionarizados, fatores que costumam ser levantados pelos defensores da existência de uma literalidade (exemplos de traduções “literais” seriam “diversão real” e “excitado”).

Ao afirmar que os verbos *digest* e *excite* remetem, respectivamente, a comida e sexo como se fossem os únicos sentidos possíveis, Silva desconsidera o fato de que a acepção *compreender/assimilar* para *digest* é tão comum (praticamente uma metáfora morta no âmbito acadêmico) tanto quanto o sentido *digerir/digestão* em situações cotidianas; ainda mais evidente é o fato de que *empolgar/estimular* é sem dúvida a acepção mais usual de *excite*, cujo sentido de *excitar/provocar desejo sexual* ocorre muito pouco (*arouse* ou *turn on* são os mais comuns nesse caso).

Mas esse não é o problema principal da análise de Silva. Mesmo que o tradutor estivesse evitando sistematicamente metáforas (o que, a julgar por esses excertos, não foi o caso), seria um largo salto argumentativo concluir a partir disso, como o faz Silva, que “Marcondes, ao fazer essas escolhas, parece compartilhar da

⁶⁵ Silva mostra escolhas do tradutor como “I leave to my readers the **real fun** of applying it to philosophy” por “Mas **seu verdadeiro interesse** começa quando passamos a aplicá-la à filosofia” e “[...] though **it is pleasant** to investigate them [...]” por “[...] embora **seja de interesse** investigá-las”.

crença, consagrada durante muito tempo na filosofia, de que a metáfora é um recurso acessório e mesmo um embuste ou um abuso” (SILVA, 2005, p. 137).

Nesse tipo de suposição, é possível compreender que o rótulo *intervenção* dado por Silva tem sentido pejorativo: a “intervenção”, que ele a princípio diz considerar orgânica à tradução, parece algo indevido quando (se é que isso de fato se dá...) Marcondes faz a leitura pela ótica da filosofia. Podemos concluir, então, que, para o autor, além de serem possíveis traduções que são “apenas” traduções, ainda haveria “intervenções” que seriam legítimas e outras que seriam ilegítimas? Ao que parece, sim. Isso pode ser visto até quando Silva explica sua proposta de análise como sendo não normativa:

Propor uma investigação que denuncie tão-somente os momentos em que Danilo Marcondes trai Austin não seria senão investir na possibilidade de uma leitura realmente objetiva, de uma interpretação logocêntrica e racional, de uma tradução supra-humana, enfim (SILVA, 2005, p. 135).

No trecho acima, uma vez mais o posicionamento do autor fica confuso. Tentemos compreender o que propõe: para Silva, uma investigação que se limite a “denunciar” a “traição” do tradutor estaria baseada na premissa de que é possível uma leitura objetiva, etc., ou seja, ao dizer que a investigação não pode ser “tão-somente” isso, Silva deixa entrever que a “denúncia da traição” é possível, mas que a investigação teria que ir além dessa denúncia. Mas a ideia de *denúncia*, bem como a de *traição* já não apontam por si sós para uma visão de tradução em que existe uma verdade absoluta a ser traída? Não estaria esse tipo de investigação admitindo a tradução como algo que deveria ser transparente? Como, do ponto de vista do autor, pode essa denúncia (ainda que seja só o princípio da investigação) ser coerente com as bases que Silva toma de Arrojo, que diz não existir original estável? Ao nosso ver, isso não é possível — são posturas incompatíveis.

Silva (2005, p. 141) conclui dizendo que:

A domesticação do humor e do estilo de Austin, além das outras estratégias de que o tradutor brasileiro lança mão, como a adaptação do título, a criação de subtítulos, entre outras, marcam a intervenção de Danilo Marcondes, filósofo e tradutor, no texto e no fazer filosófico de Austin. Tal intervenção se dá em consonância com o funcionamento mesmo da tradução enquanto atividade de leitura e interpretação, portanto um trabalho ideológico, como indica Arrojo (1990). [...] O que está em jogo nessa tradução é o trabalho de interpretação das ideias de Austin, tendo em vista que esse trabalho se deu, para além do conhecimento das línguas e da teoria, numa matriz de poder, no caso, a filosofia, que autoriza certos dizeres e não outros, certas maneiras de dizer e não outras, certos gêneros e não outros. Ou seja, o que está em jogo é a reivindicação de certa identidade para uma filosofia e para um autor, na linguagem, ou melhor na tradução.

Fica claro que Silva acredita que o tradutor usou de sua posição para “domesticar” Austin, filósofo que Silva tem em alta conta, intervindo em seu “fazer filosófico”. Em outras palavras, como diz o próprio Silva (2005, p. 142), Marcondes “reivindicou a identidade de Austin que, dado o seu compromisso com a filosofia, lhe era *conveniente*”. Vemos também que Silva desaprova de forma veemente essa suposta má conduta (uma espécie de abuso de poder) de Marcondes.

O fato é que não encontramos no artigo dados suficientes que comprovem essas conclusões, talvez porque a escolha de Silva tenha sido tentar enxergar no estilo indícios⁶⁶ de que o tradutor fez uma intervenção. Além disso, apesar de em vários momentos do texto Silva fazer ressalvas — como “Não se trata de reivindicar fidelidade ao texto original que Danilo Marcondes não conseguiu alcançar em sua versão para o português” (p. 135) — suas análises e suas premissas apontam para uma visão de tradução ainda apegada à fidelidade a um “original”.

Ao usar palavras como *intervenção*, *denúncia*, *trair*, entre outras, Silva revela sua própria postura em relação à obra de Austin e à tradução como atividade: uma postura de sacralizar o texto-fonte e desconsiderar que a tradução necessariamente vai se posicionar em relação a ele. Apreciações valorativas como “O texto austiniano realmente combina a erudição e o melhor do humor inglês”, a “beleza das palavras [de Austin]” e o “*ethos* descontraído e faceto” revelam que Silva tem apreço pelo estilo de Austin, algo que considera ter se perdido na tradução de Marcondes. Para Silva, isso não só é condenável, mas também representa uma intervenção direta na própria teoria dos atos de fala — algo que, reiteramos, não ficou provado no artigo.

Vale destacar que o próprio Silva considera — e diz isso em vários momentos de seu texto — que Austin não chegou a propor uma teoria “bem delineada”, “sistemática”, “rigorosa”, pois não estava interessado em propor uma teoria fechada, indo de encontro à tradição filosófica com uma teoria em constante transformação, tendo inclusive sido “re-elaborada” e “refinada” pelos seus leitores e estudiosos. Nesse cenário de uma teoria “não fechada”, é difícil determinar o que é “intervenção” na obra de Austin. Explicando as contribuições de Searle, Butler e Felman, Silva (2005, p. 134) diz: “[...] essas diferentes interpretações do pensamento austiniano consistem, também, em intervenções no seu pensamento”. A ideia de “intervenção”,

⁶⁶ Diz ele sobre o método chamado *leitura indiciária*, proposto por C. Ginzburg: “o paradigma indiciário é um modelo epistemológico que busca, nos pormenores negligenciáveis, nos dados marginais, nos indícios, nas pistas, evidências de fenômenos de grande alcance”. (SILVA, 2005, p. 134)

tal como Silva apresenta, atribui à *teoria dos atos de fala* um acabamento que Austin, Marcondes e até o próprio Silva negam que exista.

Resumindo nossa crítica o texto de Silva: embora partindo de uma hipótese relevante (a de que o tradutor é co-partícipe na construção da teoria), a proposta de mostrar “quando traduzir é intervir numa teoria” não se concretiza. Silva não chega a mostrar em que parte ou de que modo a tradução de Marcondes reconstrói, modifica ou reelabora a teoria austiniana.

O que vimos nesse artigo é apenas a demonstração de que a tradução de Marcondes é simplesmente isso: uma tradução — no sentido de que não é (nem pode jamais ser) o “original”, mas uma re-enunciação daquela obra, feita por um sujeito enunciador que não pode se apagar.

Tendo exposto todas questões preliminares, em que buscamos mostrar que o trabalho de Austin ganhou reconhecimento e teve importância suficiente para justificar uma pesquisa que tem como objeto sua tradução, bem como a indispensável discussão do artigo de Silva, podemos passar às nossas análises — nelas será possível ter uma ideia de como Marcondes enxerga a teoria de Austin e como dialoga com ela.

4 ANÁLISES

Como já foi explicado, nosso *corpus* contém basicamente dois tipos de material: o texto traduzido e os paratextos. Os paratextos, neste caso, são a apresentação e as notas do tradutor. A primeira etapa é então a análise dialógica do discurso do tradutor nesses paratextos. Antes, cabem aqui umas poucas palavras sobre o que é paratexto e por que isso interessa.

Para Genette (1997, p. 2), o paratexto⁶⁷ seria uma espécie de *umbral* (ou limiar), um “vestíbulo”, que oferece ao mundo a possibilidade de entrar ou dar meia volta. Numa definição mais funcional, o autor diz que os paratextos cercam e ampliam o texto para apresentá-lo e, ao mesmo tempo, torná-lo presente, ou seja, viabilizar no mundo a presença, a recepção e o consumo do texto na forma de livro (GENETTE, 1997, p. 1). Essa relação de subordinação está na própria essência dos elementos paratextuais, como fica claro quando Genette (1997, p. 12) diz que:

o paratexto, em todas as suas formas, é um discurso que é fundamentalmente heterônomo, complementar e dedicado ao serviço de algo fora de si mesmo que constitui sua razão de ser. Esse algo é o texto. Seja qual for o investimento estético ou ideológico do autor no elemento paratextual, [...] este está sempre subordinado ao “seu” texto e sua funcionalidade determina a essência de seu apelo e sua existência.

Esse “lugar privilegiado em termos de pragmática e estratégia” (como diz o autor) não é uma terra de ninguém: segundo ele, por definição, um conteúdo só é um paratexto se o autor ou um de seus associados aceitar responsabilidade por ele, embora o grau de responsabilidade possa variar (GENETTE, 1997, p. 9). Essa responsabilidade é um dos nossos principais interesses aqui: para além de sua função, o paratexto é caracterizado por uma intenção autoral e uma tomada de responsabilidade (GENETTE, 1997, p. 3). Apesar de saber que existe a intenção, não podemos cair, como aponta Fawcett (2003, p. 82), na falsa crença de que a intenção autoral pode ser recuperada de um texto, por isso direcionamos nossa análise para o que se pode depreender do texto-alvo. Mossop (1998, p. 239) entende que, enxergando a tradução como DR, contorna-se esse problema, pois o que é reportado é o que outro disse (tal como reapropriado pelo tradutor), e não a intenção. Inclusive, o tradutor pode re-enunciar até sentidos não pretendidos.

⁶⁷ Genette (1997) inclui como paratexto praticamente todo texto que aparece desde a capa do livro (datas, títulos, informações de publicação, prefácios, notas, dedicatórias, epílogos, etc.) até elementos externos, como entrevistas e fortuna crítica. Aqui examinamos apenas a apresentação e as notas, visto que são os textos que podem render mais frutos à nossa pesquisa.

Contudo, os paratextos que analisamos são do tradutor, de modo que, na análise do discurso dele, ficamos atentos também a esse caráter autoral e à responsabilidade dele.

Passemos então a comentar os paratextos publicados na edição traduzida. Voltaremos a discutir características dos paratextos conforme for necessário explicitar algum aspecto que seja relevante para a nossa análise.

4.1 APRESENTAÇÃO

O texto introdutório de Danilo Marcondes, como ele diz logo nas primeiras linhas, tem uma finalidade didática mais ampla do que introduzir a teoria de Austin:

Esta apresentação não pretende ser uma síntese do pensamento filosófico de Austin em geral, ou mesmo das ideias desenvolvidas na presente obra em particular, já que **seria impossível superar, em rigor e concisão, a apresentação do próprio autor**. Meu objetivo é, antes, situar a teoria dos atos de fala dentro da chamada “virada linguística”, característica de grande parte da atividade filosófica de nosso século, bem como traçar o percurso desta teoria, desde sua gênese — em sua motivação filosófica inicial, explicitando os elementos fundamentais do método proposto e empregado por Austin — até as teses por ele defendidas na presente obra (SOUZA FILHO, 1990, p. 7)⁶⁸.

Nota-se que o tradutor circunscreve seu texto ao âmbito filosófico, estabelecendo desde já seu ponto de vista e o local de onde ele fala. Ele parte então para situar Austin na tradição filosófica, mais especificamente “tradição britânica da filosofia analítica”, iniciada por G. E. Moore, Bertrand Russell e Ludwig Wittgenstein (I) — na esteira de Gottlob Frege —, explicando que surgiu em contraponto ao idealismo e ao empirismo que dominavam os estudos filosóficos na Grã-Bretanha e partiu de uma concepção realista. A preocupação desses filósofos da chamada *semântica formal* era analisar de forma lógica e linguística (intrafrásica) as sentenças a fim de decompô-las em unidades mais basilares e elucidar obscuridades que atingiam o pensamento filosófico, tentando explicar a relação entre linguagem e real.

Vale apontar também que desde aí o tradutor estabelece uma relação hierárquica entre seu texto e o de Austin, sendo este último insuperável “em rigor e concisão”. É curioso que essa relação se estabeleça mesmo quando o livro não foi exatamente escrito pelo autor em questão — afinal, trata-se de uma edição que reuniu palestras com base em anotações do autor, mas também de alunos e outros documentos relacionados. Mesmo com esse senão, a relação hierárquica perdura.

⁶⁸ Negritos serão sempre nossos.

Essa visão da relação entre texto-fonte e texto-alvo traz a primeira revelação sobre como o tradutor enxerga o processo da tradução: algo secundário, nunca à altura do “original”. Essa é também a primeira das várias apreciações valorativas positivas que Marcondes faz de Austin, bem como de suas ideias e métodos.

Prosseguindo, Marcondes diz que os trabalhos de Austin, situados no que se chama de *filosofia da linguagem ordinária*, “se caracterizam por suas discussões, de grande sutileza e penetração, de certos problemas centrais da tradição filosófica” (SOUZA FILHO, 1990, p. 8). Percebe-se no comentário “de grande sutileza e penetração” mais uma vez o tom apreciativo⁶⁹ positivo que expressa a admiração do tradutor por Austin. Encontramos esse mesmo tom apreciativo ao falar de Austin em outras obras escritas por Marcondes. Nesse sentido, vale destacar que, segundo Lefevere (1992, p. 1), a tradução também tem a ver com autoridade, legitimidade e, em última instância, poder. O mesmo Lefevere afirma (2007, p. 85) que, quanto mais prestígio tiver o original (ex.: Bíblia, Corão⁷⁰, clássicos), “mais ‘gramatical e lógica’ será a tradução” e que esse tradutor usará ‘notas explicativas’ para garantir que o leitor leia a tradução da maneira correta”.

Esse é o caso aqui: a apreciação valorativa de Marcondes aponta que, na visão dele, a obra de Austin tem valor canônico (como ocorre com a tradução de outras obras), o que pode justificar o grande número de notas do tradutor (buscando balizar a interpretação do leitor), tal como indicou Lefevere.

Ele prossegue dizendo:

Austin julgava ser capaz de clarificar e desmistificar estes problemas tradicionais, situando-os em um plano menos abstrato, genérico e formal e, por conseguinte, tornando possível uma análise e compreensão destes problemas sem recurso a pressupostos metafísicos tradicionais que, inevitavelmente, gerariam novos problemas e novas discussões.

No último trecho desse período, é possível entrever o discurso da crítica à metafísica. Tanto é que, apoiado em Wittgenstein, Marcondes diz em sua tese que a investigação do filósofo não vai encontrar resposta na especulação metafísica, mas no exame do uso real da linguagem (SOUZA FILHO, 1984, p. 5).

⁶⁹ Usamos *tom apreciativo* ou *juízo apreciativo* no mesmo sentido de *entonação expressiva*, qual seja: “a relação subjetiva emocionalmente valorativa do falante com o conteúdo do objeto e do sentido do seu enunciado” (BAKHTIN, 2010, p. 289).

⁷⁰ A autoridade afeta até a definição de tradução. Mossop (1998, p. 237) comenta que, se o Corão for vertido para outra língua, muçulmanos falantes dessa língua-alvo chamarão essa atividade de “adaptação” ou “interpretação”, negando que seja uma tradução, enxergando essa versão como um guia para o original em árabe, que seria o único a ser considerado a verdadeira palavra de Deus. Os não muçulmanos, por outro lado, não teriam problema em chamar isso de “tradução”.

Após explicar o método de Austin a partir de exemplos do texto *A plea for excuses*, Marcondes (SOUZA FILHO, 1990, p. 9) enseja um resumo:

O método de Austin revela, pelo recurso a exemplos, seu interesse pelas regras de uso da linguagem, pelo que se pode ou não dizer, enfim pela “gramática”. **A finalidade da análise não é, está claro, empírica.** O recurso a exemplos, reais ou imaginários, **é apenas uma forma de tornar a reflexão mais concreta, mais precisa, mais próxima de nossa experiência de falantes**, apoiando-se no **caráter intersubjetivo da linguagem** e assim fazendo com que suas conclusões tenham a ver mais diretamente com o **nosso universo de discurso** e nossa prática cotidiana. Assim, todo problema filosófico fica sistematicamente restrito a um “campo semântico” bem delimitado, no contexto do qual o uso de certas expressões deve ser examinado, levando-se em conta quando, como, por que e por quem determinadas expressões podem ser usadas e outras não.

O primeiro aspecto que chama atenção é o uso das aspas, que foram colocadas em dois termos mais usados no campo da linguística (*gramática* e *campo semântico*). Parece-nos que isso está relacionado com o fato de Marcondes ser proveniente e falar como um estudioso da filosofia, embora tenha conhecimento da linguística. Elas revelam até onde vão fronteiras discursivas do tradutor e, portanto, as fronteiras de sua tradução. É difícil enxergar nessas aspas algo que não seja um certo distanciamento, uma forma de usar um termo sem se comprometer com ele.

Outro aspecto que se observa é uma defesa do método austiniano no que toca ao uso de exemplos. Marcondes faz dois movimentos discursivos⁷¹ nesse sentido: primeiro, antecipa-se enfaticamente a possíveis questionamentos quanto a esse uso (“A finalidade não é, está claro, empírica”) — o que faz sentido, visto que o empirismo é uma tradição filosófica que não se coaduna com uma teoria da ação, por isso Marcondes desde o início apontou a postura antiempírica de Austin; segundo, ele justifica esse uso com uma modalização (“é apenas...”).

Apenas nesse trecho, o tradutor revela vários de seus pontos de vista: (1) sua concordância com o método de Austin; (2) sua própria postura antiempírica; (3) uma visão de linguagem não estruturalista; (4) sua preferência por uma filosofia delimitada (o que se harmoniza com as críticas à metafísica, que ele cita antes).

É possível enxergar melhor a visão de linguagem de Marcondes quando ele explica “a necessidade de se levar em conta o contexto” e afirma que “a linguagem não deve ser considerada em abstrato, em sua estrutura formal apenas”. Mas vale notar que ele não faz distinção entre língua e linguagem, o que fica claro quando

⁷¹ Visto que um texto só pode fazer sentido num tempo, François (2015) propõe a noção de movimento discursivo como característica principal do enunciado vivo, por oposição ao aspecto estático do que se pode isolar sob o termo “língua”.

conclui (SOUZA FILHO, 1990, p. 10): “Desta forma, superam-se as barreiras entre linguagem e mundo, entre sistema de signos sintaticamente ordenados e a realidade externa a ser representada”, estabelecendo um paralelismo entre “linguagem” e “sistema de signos”. Logo no parágrafo seguinte, Marcondes (SOUZA FILHO, 1990, p. 10-11) resume sua postura linguística e filosófica:

Podemos afirmar, então, que quando analisamos a linguagem nossa finalidade não é apenas analisar a linguagem enquanto tal, mas investigar o contexto social e cultural no qual é usada, as práticas sociais, os paradigmas e valores, a “racionalidade”, enfim, desta comunidade, elementos estes dos quais a linguagem é indissociável. A linguagem é uma prática social concreta e como tal deve ser analisada. Não há mais uma separação radical entre “linguagem” e “mundo”, porque o que consideramos a “realidade” é constituído exatamente pela linguagem que adquirimos e empregamos.

Falando em primeira pessoa (plural de modéstia), o tradutor inclui-se entre outros que fazem esse tipo de análise, filiando-se ele próprio à tradição filosófica de Austin e compartilhando dessa postura teórica, qual seja: “um novo paradigma teórico que considera a linguagem como ação, como forma de atuação sobre o real, e portando de constituição do real, e não meramente de representação ou correspondência com a realidade” (SOUZA FILHO, 1990, p. 10). Vemos mais dessa postura nos enunciados assertivos que já abraçam a visão teórica de Austin:

O ponto central da concepção de Austin e sua principal contribuição à filosofia da linguagem parece-me ser a ideia de que a linguagem deve ser tratada essencialmente como uma forma de ação e não de *representação* da realidade. O significado de uma sentença não pode ser estabelecido através da análise de seus elementos constituintes, da contribuição do sentido e da referência das partes ao todo da sentença, como quer a tradição inspirada em Frege, Russell e Moore, mas, ao contrário, são as condições de uso da sentença que determinam seu significado.

Explicando a proposta de Austin, Marcondes (SOUZA FILHO, 1990, p. 12-13) ressalta que essa redefinição na forma de ver a linguagem tem ainda como objetivo realizar uma “elucidação filosófica de certos termos e expressões” e para isso “depende de um modelo teórico de linguagem que forneça os critérios para realizar esta análise”. Ou seja, “Não se trata, portanto, de uma ruptura com a proposta anterior [a Austin] de elucidação mediante a análise linguística, agora substituída por um interesse meramente teórico sobre a linguagem”, diz ele (SOUZA FILHO, 1990, p. 13). E prossegue: “Pelo contrário, trata-se da busca de uma forma mais eficaz e rigorosa de se realizar esta análise e esta elucidação, que agora passa a se fundamentar em uma teoria sobre a linguagem [teoria dos atos de fala]”.

Marcondes (1990, p. 11) retoma o tom de defesa logo em seguida, ao fazer a seguinte ressalva quanto às análises elucidativas de termos que Austin propõe:

Não se encontra, entretanto, nestes primeiros trabalhos, uma preocupação em fundamentar teoricamente estas “análises conceituais”, nem em elaborá-las mais sistematicamente, já que é próprio ao método o caráter provisório e relativo da elucidação obtida.

O tradutor claramente se antecipa e dialoga com possíveis críticas a Austin por este não apresentar resultados definitivos ou uma fundamentação teórica. Essa não é somente uma explicação do tradutor sobre a visão austiniana, mas a própria postura não positivista e não empírica dele, como ele afirma explicitamente no trecho que diz:

Não há soluções definitivas em filosofia, uma vez que as mesmas questões sempre podem ser retomadas e reexaminadas sob novos ângulos, seja pelo estabelecimento de novas relações, seja pela consideração de outros aspectos do uso até então não examinados.⁷²

Além de suas posturas teóricas e de sua visão de linguagem, Marcondes também começa a apresentar a terminologia de Austin através da sua tradução. Falando de expressões usadas para “realizar um ato”, ele diz: “Por isso [Austin] as chama de expressões *performativas*, aquelas que, ao serem usadas em determinadas sentenças, constituem ‘proferimentos performativos’”.⁷³

Marcondes (SOUZA FILHO, 1990, p. 13) faz ainda uma apreciação valorativa positiva da obra quando se aproxima do fim da apresentação:

Quando dizer é fazer. Palavras e ação é, portanto, uma obra inovadora e que abre novas perspectivas em filosofia da linguagem para novas investigações pelo estabelecimento de elementos teóricos que desenvolvidos, muitas vezes criticamente, por autores como P. F. Strawson, H. P. Grice e, principalmente, J. R. Searle, deram origem à teoria dos atos de fala. Suas implicações, repercussão e interesse percorrem, como anteviu Austin, todos os domínios da filosofia, bem como de áreas afins, como a linguística, a psicologia, a antropologia, etc.

Estamos citando esses trechos apreciativos para mostrar que visão o tradutor tem da obra e de seu autor. De fato, Marcondes já tinha afirmado a magnitude da ruptura da proposta de Austin em texto anterior, quando diz: “[...] assim como a filosofia da linguagem representou uma ruptura com a filosofia da consciência, a teoria da ação representa uma ruptura com a teoria do significado” (SOUZA FILHO, 1986, p. 84). Como se verá, essa posição avaliativa refratou a recepção da obra por parte do tradutor e marcou a tradução.

⁷² Marcondes expressa a mesma posição em entrevista à TV PUC-Rio exibida em 28/08/2011. Disponível em: <<http://tvpuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=6&infol=361>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

⁷³ Discutiremos a escolha do termo *proferimento* mais adiante, quando analisamos as notas de rodapé.

Para finalizar nossa análise dessa apresentação, reproduzimos o penúltimo parágrafo de Marcondes, quando ele fala justamente de questões da tradução.

O texto de Austin apresenta ao tradutor duas dificuldades básicas, raramente encontradas ao mesmo tempo em um mesmo texto. Em primeiro lugar, **trata-se de um texto em linguagem coloquial, idiomático e fluente, exatamente na medida em que é derivado de conferências proferidas por Austin** na Universidade de Harvard. Fica assim óbvio seu propósito de servir mais à exposição oral do que à leitura. Por outro lado, **por se tratar de uma obra original e polêmica, o texto contém um conjunto de termos técnicos, conceitos teóricos e mesmo neologismos, cunhados pelo autor, de importância fundamental para os objetivos a que se propõe, mas de difícil adaptação para nosso idioma.** Não desejo com estas ressalvas eximir-me da responsabilidade pelas eventuais falhas que todo tradutor inevitavelmente comete, mas apenas indicar as dificuldades inerentes ao texto, para que o leitor as tenha em mente durante sua leitura. Finalmente, **procurei sempre, na medida do possível, conservar os traços característicos do estilo coloquial de Austin, adaptando para o português, quando isto se impunha, seus exemplos e as expressões idiomáticas utilizadas. Quanto aos termos técnicos introduzidos por Austin e aos conceitos teóricos de que lança mão, procurei torná-los mais claros ao leitor que se inicia através de notas explicativas, para fazer com que o texto seja mais acessível.** (MARCONDES, 1990, p. 14)

Este parágrafo é muito importante para identificarmos dois fatores que nortearam a tradução de Marcondes. O primeiro ponto a ressaltar é o fato de o tradutor reconhecer que se trata de uma transposição do oral para a escrita, com estilo “coloquial, idiomático e fluente”. Como já foi dito, esse fato passou despercebido por Silva no artigo que discutimos acima, mas é muito relevante para explicar escolhas feitas pelo tradutor, especialmente no sentido de tornar o texto mais tipicamente escrito. Marcondes diz que tentou conservar o estilo coloquial, o que buscamos observar no corpo do texto. O segundo ponto é o da terminologia, aspecto central aqui. Marcondes revela as dificuldades na “adaptação”, principalmente pelos neologismos. A já citada preocupação de Austin com o uso preciso das palavras tem forte impacto aqui: quando ele não cria neologismos, usa as palavras conhecidas em sentidos bem determinados. Nesse ponto, Marcondes revela outro princípio que guia sua tradução: ele visa principalmente “o leitor que se inicia”, ou seja, sua tradução tem objetivos didáticos. Como vimos na biografia do tradutor, Marcondes tem ampla experiência em livros didáticos e de sala de aula.

Do ponto de vista de sua visão de tradução, pode-se dizer que, ao falar em “falhas que todo tradutor inevitavelmente comete”, Marcondes mostra uma visão de tradução unívoca, uma crença de que seria possível achar uma palavra “correta” para cada termo de Austin. Note-se que ele não está se referindo a erros do processo editorial ou gramaticais, pois esse trecho está inserido no movimento discursivo que ele faz para antecipar e justificar “a difícil adaptação [dos

termos/conceitos] para nosso idioma”. É a mesma visão que autoras como Coracini e Bohunovsky (supracitadas) detectaram por parte de muitos tradutores — a da tradução que deveria ser um correspondente enunciativo homogêneo de um texto de partida — e a mesma que transparece na relação hierárquica que mostramos logo nas primeiras linhas da apresentação do próprio Marcondes.

Após o texto de apresentação, Marcondes incluiu uma extensa bibliografia dos trabalhos de Austin que foram publicados, bem como de outros autores sobre o próprio Austin e sobre a teoria dos atos de fala. Note-se que a bibliografia não é citada por ele na apresentação, foi realmente acrescida como complemento; nela não consta nenhuma obra brasileira sobre Austin ou atos de fala. Por fim, uma “nota biográfica” resume a trajetória de vida do filósofo inglês. Essas inclusões reforçam o caráter didático da obra traduzida, confirmando o que já constatamos antes.

4.2 NOTAS DO TRADUTOR

Segundo Genette (1997, p. 319), uma nota é um enunciado de comprimento variável (uma palavra basta) *conectada* a um segmento de texto mais ou menos definido. Parece óbvio, mas muitas vezes o leitor esquece que a nota de tradução (NT) é externa: se está ligada ao texto, é porque não é o texto em si — o que, aliás, contribui para a ilusão criada na tradução⁷⁴. Por isso é importante destacar que “o sujeito enunciativo da NT é o mesmo do texto da tradução: o tradutor” (MITTMANN, 2003, p. 133). No corpo do texto se dá o encontro das vozes enunciativas de autor e tradutor; nas notas, o discurso do autor não está sendo re-enunciado, embora a nota sempre responda, complementa, conteste o discurso do autor.

Além disso, para Genette (1997, p. 320), muitas vezes as notas de uma obra apresentam uma relação de continuidade e homogeneidade com o discurso de outros paratextos, especialmente o prefácio⁷⁵, retomando de forma pontual considerações que foram feitas de forma geral no prefácio. Veremos que muitos dos comentários feitos pelo tradutor realmente retomam seu próprio discurso e seu próprio ponto de vista detalhado anteriormente em sua Apresentação.

⁷⁴ “O tradutor circunscreve um espaço, ao pé da página, para o seu dizer [...], o que sustenta a ilusão de que no texto da tradução, quer dizer, fora da NT, quem fala é o autor” (MITTMANN, 2003, p. 137).

⁷⁵ Genette (1997, p. 161) chama de *prefácio* todo tipo de texto introdutório, pois considera que, apesar das nuances, as diferentes nomenclaturas (apresentação, prólogo, aviso, preâmbulo, etc.) são menos importantes que as características que estes textos partilham.

Apresentar e analisar notas exige mais organização visual e contextualização do que o texto da apresentação. Desse modo, trouxemos as notas da seguinte forma: cada nota é antecedida pelo respectivo trecho em português em relação ao qual foi inserida. Para facilitar a visualização, a nota foi colocada em uma caixa de texto logo abaixo da parte do texto a que se refere.

As notas do tradutor (“N. do T.”) não estão numeradas no livro, mas marcadas só por **asterisco** — as notas de autor e editor é que possuem numeração. Para fins de nossa análise, no entanto, atribuímos um algarismo apenas para indicar a ordem em que aparecem. Nesta primeira parte não analisamos a tradução do trecho em si, mas o discurso do tradutor nas notas com base nas relações dialógicas que são estabelecidas, nos processos de nominação e no ponto de vista do tradutor.

Não trouxemos para este capítulo de análise todas as notas de rodapé do tradutor, mas apenas aquelas que apresentaram algo que consideramos relevante dentro dos nossos objetivos. Não obstante, recorremos a vários desses paratextos nas análises que fizemos da tradução propriamente dita.

A primeira nota do tradutor é a que requer talvez a análise mais detalhada e longa, pois é nela que Marcondes explica sua tradução para alguns dos principais termos da obra de Austin.

Nota 1 (AUSTIN, 1990, p. 21):

Por mais tempo que o necessário, os filósofos acreditaram que o papel de uma declaração* era tão-somente o de “descrever” um estado de coisas, ou declarar um fato, o que deveria fazer de modo verdadeiro ou falso.

* Traduzimos *statement* por “declaração”, *sentence* por “sentença”, e *utterance* por “proferimento”. A sentença é entendida aqui como uma unidade linguística, possuindo uma estrutura gramatical e dotada de significado, tomada em abstrato. A declaração seria então o uso da sentença para afirmar ou negar algo, podendo ser falsa ou verdadeira. O proferimento é a emissão concreta e particular de uma sentença, em um momento determinado, por um falante determinado. Assim, a sentença da língua portuguesa, “A rosa é vermelha” pode ser usada para afirmar uma característica (ser vermelha) de um objeto (a rosa), o que pode ser verdadeiro ou falso, quando proferida por alguém em um contexto determinado. Estas distinções são objeto de inúmeras controvérsias em Filosofia da Linguagem, havendo extensa literatura a respeito. As definições que adotamos correspondem ao emprego feito por Austin. (N. do T.)

Logo na primeira nota de rodapé do texto, Marcondes explicita algumas de suas escolhas terminológicas. O primeiro aspecto que descobrimos é que as escolhas do tradutor para verter os termos *statement*, *sentence* e *utterance*

provavelmente foram baseadas no artigo *A teoria da linguagem ordinária*, de Paulo Alcoforado, publicado em 1980, a quem aliás Marcondes faz um agradecimento explícito na apresentação.

Vejamos algumas das escolhas de Alcoforado (1980, p. 15) no trecho abaixo:

Como acabamos de ver a teoria do uso [de Wittgenstein] oferece sérias dificuldades. No entanto, um passo muito importante para contornar esses impasses foi dado por J. Austin inicialmente em um famoso artigo [...] onde desenvolve a concepção segundo a qual alguns verbos são usados para *dizer* (ou descrever ou relatar algo), mas não, em certo sentido, para *fazer* algo. [...] Enunciados deste tipo, Austin denomina de **enunciados constataativos** (constative statements). Outros verbos, no entanto, não são usados para *dizer*, mas para *fazer* algo. [...] Enunciados que realizam ações são denominados por Austin de **enunciados performativos** (performative statements). [negritos nossos, itálicos do autor]

Vê-se que Alcoforado introduz a tradução *enunciado* para *statement*. Ocorre que, logo no parágrafo seguinte, o autor usa *proferimentos performativos*; daí por diante, o uso oscilará sempre entre esses dois termos — *enunciado* e *proferimento* — para se referir aos *performativos* e *constataativos*, de forma claramente intercambiável. Mais adiante, explicando as contribuições de Searle, Alcoforado (1980, p. 25) fala em “*atos de proferimento (utterance acts)*”. Como se pode perceber, o autor utilizou *proferimento* para traduzir tanto *utterance* como *statement*, tendo usado também a palavra *enunciado* para esta última.

Aqui cabe uma observação: na década de 1980, Marcondes organiza o livro *Significado, verdade e ação* (SOUZA FILHO, 1986), que reúne seis artigos de filosofia analítica da linguagem. Entre eles, foi reeditado o texto que Alcoforado publicou em 1980. Mas com uma diferença crucial: Marcondes elimina a mistura terminológica que citamos acima, empreendendo um esforço de consistência terminológica. Por exemplo, onde Alcoforado (1980, p. 15) diz: “**Enunciados** que realizam ações são denominados por Austin de **enunciados performativos** (performative **statements**)”, na versão de 1986 (p. 46) do mesmo artigo se lê: “**Proferimentos** que realizam ações são denominados por Austin de **proferimentos performativos** (performative **utterances**)”. Em outra passagem, Alcoforado (1980, p. 16) explica: “O **enunciado** performativo é elemento constitutivo do ato”; na versão editada por Marcondes (ALCOFORADO, 1986, p. 46), lemos: “O **proferimento** performativo é elemento constitutivo do ato”.

Como veremos adiante nas análises da tradução da obra de Austin, esse esforço empreendido por Marcondes enquanto organizador e editor não é um fato isolado, mas um traço característico dele: uma tendência a consolidar terminologia.

Voltando à questão da tradução dos termos, é importante dizer que, das três palavras, apenas *utterance* não tem uma história forte na Filosofia, pois *statement* e *sentence* são termos consagrados nesse campo. Para comprovar isso, basta consultar dicionários⁷⁶ de Filosofia: em nenhum deles consta *utterance* como verbete, enquanto a maioria contempla *statement* e *sentence*, geralmente associados a um terceiro termo: *proposition*.

A razão para isso é que estas três últimas palavras estão há muito tempo no centro da discussão da Lógica e da Filosofia Analítica. Assim, *statement* e *sentence* ganharam traduções canônicas (*declaração*, *sentença*), isto é, bastante difundidas na Filosofia em português. Por outro lado, *utterance*, que tem relativa importância na Linguística, não é um termo (no sentido que já definimos) na Filosofia, mas uma palavra usada para se referir a qualquer oração ou ao ato de dizê-la. Com Austin, porém, *utterance* torna-se parte de uma terminologia filosófica — ao menos da filosofia da linguagem ordinária. Caso tivesse adotado a tradução *enunciado*, ou *enunciação*, Marcondes estaria estabelecendo um uso específico em uma nova situação enunciativa, distinto da tradição linguística. Desse modo, essa Nota 1 mostra o quanto o lugar de onde o tradutor fala fica marcado na sua re-enunciação.

Esse ponto de vista da Filosofia, nas escolhas de Marcondes, sobre a obra de Austin veio se contrapor a um outro, já existente no Brasil. Ocorre que, bem antes da tradução de Marcondes (a primeira e única edição brasileira de *How to do things with words*), as teorias de Austin já haviam chegado em terras brasileiras. Em sua tese *Os marcadores da enunciação*, de 1980, a autora Antonina Coelho Pinto (p. 47) coloca um subtópico intitulado *Os enunciados performativos*. Mas de onde teria vindo essa tradução? A autora cita Austin através de Benveniste, com seu clássico *Problemas de Linguística Geral*, cuja edição brasileira foi lançada em 1976 pela Editora Nacional, de São Paulo. Essa versão brasileira optou por *enunciado* seguindo Benveniste, que traduziu o termo *utterance* de Austin por *énoncé*.

Vale destacar que a opção de Gilles Lane, na tradução francesa *Quand dire, c'est faire* (1970), é diferente da que Benveniste adota em sua obra de 1966. Lane (1970, p. 169) diz explicitamente que optou por *énonciation* para traduzir *utterance*:

⁷⁶ Consultados: *The Concise Encyclopedia of Western Philosophy* (1960), *A Dictionary of Philosophy* (1976), *The Routledge Dictionary of Philosophy* (1976), *The Cambridge Dictionary of Philosophy* (1995), *The Oxford Dictionary of Philosophy* (1996), *Dictionary of World Philosophy* (2001), *The Blackwell Dictionary of Western Philosophy* (2004), *The Shorter Routledge Encyclopedia of Philosophy* (2005), *Encyclopedia of Philosophy* (2006), *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (online).

L'énonciation [utterance], comme nous le verrons de mieux en mieux, **doit évoquer la simple production d'un acte linguistique**, abstraction faite de son « contenu » et des modalités de son émission vocale. Elle n'est, en effet, ni la simple production de sons (comme le « mot » : va, que produirait un singe, par exemple) ; ni une phrase dont on puisse dire qu'elle est vraie ou fausse. C'est pourquoi une énonciation, bien que *pouvant* être un énoncé (vrai ou faux), n'en est pas nécessairement un. (Une promesse, par exemple, n'est pas un énoncé — à moins qu'on tienne absolument à dire qu' « en un sens », on « énonce » une promesse —, mais plutôt une énonciation que l'on produit.) Austin tient à distinguer dès le début le **statement (affirmation ou énoncé)** de l'énonciation dont il n'est qu'une instance.⁷⁷ [negritos nossos, colchete do autor]

A nota de Lane reforça o que dissemos antes: *utterance* evoca a produção de um “ato linguístico”, remetendo aos usos comuns no âmbito das obras filosóficas. Vemos que tanto Lane quanto Marcondes procederam à tradução de *utterance* partindo do mesmo ponto de vista, a saber, o do filósofo, que não faz uso do termo em acepções da linguística da enunciação francesa (em especial, de Benveniste). Lane usa *énoncé* como sinônimo de *affirmation/statement*, diferenciando-os de *énonciation*. Mas houve quem não levasse em conta essa explicação.

Temos conhecimento de pelo menos mais um trabalho brasileiro dessa época que usa o termo *enunciado*: uma dissertação da Unicamp datada de 1981, de autoria de Josefa Freixa Pascual Rizzo, intitulada *O papel da entonação do português brasileiro na descrição de atos de fala*. Apesar de indicar justamente a tradução Lane na bibliografia, Rizzo refere-se sempre a *enunciado*, e não *enunciação*, como seria de se esperar a partir da versão em francês e da nota de Lane que reproduzimos acima.

Essa curtíssima arqueologia do uso do termo *enunciado*⁷⁸ no contexto das obras de Austin tem como objetivo apenas mostrar que já existiam usos no Brasil antes do advento de uma tradução “oficial”. A palavra *enunciado* em relação à teoria dos atos de fala já circulava há pelo menos dez anos quando a tradução de Marcondes veio à luz — e, no âmbito da linguística, circulava há muito mais tempo, tendo se consolidado com a tradução dos escritos de Benveniste e de outros autores das teorias da enunciação⁷⁹. Isso talvez explique porque existam, mesmo após a tradução *Quando dizer é fazer: palavras e ação*, obras sobre Austin que usem *enunciado*, e não *proferimento*, como propõe Marcondes, ou *enunciação*, por influência da tradução francesa de Lane.

⁷⁷ Tendo em vista que se trata de apenas de cotejamento com o *corpus* da pesquisa e que estamos apenas pinçando alguns termos claramente identificáveis, optamos por não traduzir a nota de Lane.

⁷⁸ O termo *enunciado* foi opção na tradução da obra de Austin para o espanhol (*Cómo hacer cosas con palabras: palabras y acciones*, 1971), de Genaro R. Carrió e Eduardo A. Rabossi, mas não para traduzir *utterance* (foi usado *expresión*), e sim *statement*, enquanto *sentence* ficou como *oración*.

⁷⁹ Para um apanhado histórico dessas teorias, veja-se a obra *Introdução à linguística da enunciação* (2005), de Valdir Flores e Marlene Teixeira.

Fica evidente a quantidade de relações dialógicas que se estabelecem nas obras e traduções através da escolha por *enunciação*, *enunciado* ou *proferimento*: cada uma dialoga com tradições, referências ou teorias próprias. É nesse âmbito (do discurso, das relações dialógicas) que se dão as escolhas.

Nota 2 (AUSTIN, 1990, p. 25):

[...] Quando digo, diante do juiz ou no altar, etc., “Aceito”, não estou relatando um casamento, estou me casando. Que nome daríamos a uma sentença ou a um proferimento deste tipo? Proponho denominá-la *sentença performativa* ou *proferimento performativo*, ou, de forma abreviada, “um performativo”. O termo “performativo” será usado em uma variedade de formas e construções cognatas, assim como se dá com o termo “imperativo”. Evidentemente que este nome é derivado do verbo inglês *to perform*, verbo correlato do substantivo “ação”, e indica que ao se emitir o proferimento está-se realizando uma ação, não sendo, consequentemente, considerado um mero equivalente a dizer algo. Muitos outros termos podem ser sugeridos, cada um cobrindo uma ou outra classe mais ou menos ampla de performativos. Por exemplo, muitos performativos são “contratuais” (“Aposto”), ou “declaratórios” (“Declaro guerra”). Mas nenhum termo de uso corrente que eu conheça é suficiente para cobrir todos os casos. [...] Preferi assim um neologismo ao qual não atribuiremos tão prontamente algum significado preconcebido, embora sua etimologia não seja irrelevante*.

* Consideramos o termo “performativo” **preferível ao seu equivalente** mais próximo em português que seria “realizativo”, correspondente à ideia de ação. Como o termo já se acha **consagrado na literatura especializada** e como se trata de **termo técnico e neologismo** cunhado por Austin, optamos por manter o original, adaptando-o para o português. (N. do T.) [grifos nossos]

É relevante comentar alguns pontos desta nota: (a) o tradutor adota um discurso para se prevenir⁸⁰ contra expectativas tradicionais em relação à tradução, daí que a primeira frase seja uma justificativa para usar não usar o “equivalente” — essa observação revela uma visão da palavra como algo que carrega o significado em si própria; (b) Marcondes considera relevante o fato de *performativo* já estar “consagrado na literatura especializada” sem dar pistas das obras a que está se referindo exatamente, mas já vimos que há pelo menos um artigo que ele usou como referência — o supracitado texto de Alcoforado (1980 e 1986); em todo caso, constatamos que o tradutor não teve a mesma preocupação em relação a *utterance*, que vimos já ter uma tradição de ser vertido por *enunciado* na linguística com as traduções francesas e publicações brasileiras baseadas nestas; (c) ao categorizar como “termo técnico” e “neologismo”, o tradutor busca legitimar uma escolha que ele próprio considera ousada (por não ser o “equivalente”, por ser uma adaptação).

⁸⁰ O que se costuma chamar de “proteção de face” em linguística, mas não é nosso foco abordar a questão a partir da ótica da polidez.

Nesses pontos, vemos que o tradutor não age como se suas escolhas estivessem isoladas de um contexto discursivo: pelo contrário, ele leva em conta sua cultura-alvo, preocupando-se com as relações discursivas que este ou aquele termo estabelecerá, com usos prévios, com possíveis respostas. O que nos interessa aqui é que esses fatores que balizam suas escolhas e seu discurso em relação a elas são da ordem das relações dialógicas, e não do nível da oração e da palavra isolada.

Nota 3 (AUSTIN, 1990, p. 32-33):

A seguir devemos tentar esclarecer, no que diz respeito aos desacertos, a distinção geral entre os tipos A e B. Nos dois casos classificados como A existe uma *má invocação* de um procedimento, seja porque não há, de modo geral, um procedimento, seja porque o procedimento em questão não consegue efetivar-se de maneira satisfatória. Daí as infelicidades do tipo A poderem ser chamadas de “más invocações”. Dentre elas podemos arrazoadamente batizar o segundo tipo (isto é, A.2) — em que existe um procedimento, mas que não foi aplicado como se pretendia — de “má aplicação”. Infelizmente, porém, não consegui encontrar um bom nome para o primeiro tipo (isto é, A.1). Em contraste com A, o procedimento nos casos B é correto e válido, mas a execução do ritual, por ter sido prejudicada, gera consequências mais ou menos desastrosas. Assim, os casos B, em oposição aos casos A, serão chamados “más execuções”, em oposição a “más invocações”. O ato pretendido fica prejudicado por uma falha ou tropeço na condução da cerimônia. A classe B.1 é a das *falhas*, e a classe B.2 é a dos *tropeços*.

Assim, temos o seguinte esquema:^{2*}

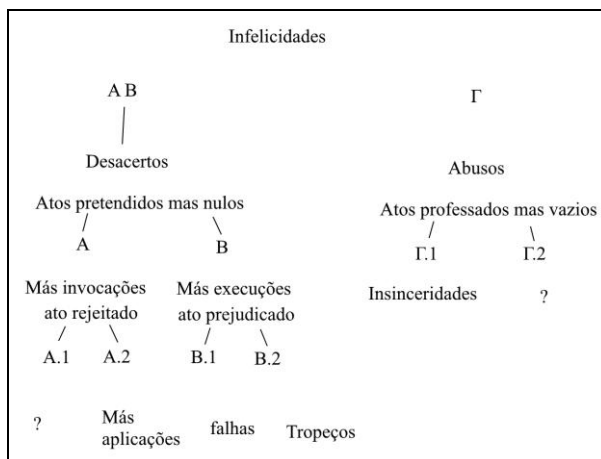


Fig. 2. Esquema de Infelicidades

² Austin de vez em quando usa outros nomes para as diferentes infelicidades. Por serem de interesse alguns são registrados aqui. A.1 não-atuação, A.2 má atuação; B. fracassos, B.1 más execuções, B.2 não-execuições, Γ. desrespeitos, Γ.1 dissimulações, Γ.2 não realizações, deslealdades, infrações, indisciplinas, rupturas. (N. de J. O. Urmson).

* Austin joga com o prefixo inglês *mis*, indicativo de erro, falha ou falta. ao formular a maioria destes conceitos. Assim temos: *misfire* (desacerto), *misinvocation* (má invocação), *misexecution* (má execução) e *misapplication* (má aplicação). Entretanto, como o próprio Austin assinala, estes **termos** não devem ser tomados **em seu sentido literal**, mas de acordo com **a definição dada no texto**. (N. do T.) [grifos nossos]

Novamente vemos por parte do tradutor um certo movimento no sentido de antecipar uma crítica focada no sentido específico dos termos, recorrendo à *autoridade* de Austin enquanto *autor* da obra para proteger suas opções de tradução desses termos. Austin, por sua própria proposta de não fechar uma teoria, é muito menos rigoroso com a escolha desses termos, variando bastante no decurso da obra. Desse modo, a nota do tradutor serve muito mais à tradução do que à obra original. É possível ver nessa postura a influência da visão logocêntrica que discutimos em seções anteriores — admitindo a existência de uma denominação abstrata para os termos, algo que poderia ser usado para questionar soluções de tradução. Como diz Siblot (2004, p. 331), a produção de conhecimento com pretensões científicas envolve “terminologias especializadas” que visam controlar o conteúdo de termos técnicos, “com a intenção de fixá-los de forma absoluta”. Moirand (2004, p. 32) também aponta que, em textos científicos e técnicos, há uma exigência denominativa. Ambos, como vimos, questionam a ideia da denominação enquanto algo abstrato, apontando que não existe denominação sem que haja ao mesmo tempo alguém que enuncia alguma coisa.

Cabe-nos apenas apontar que, ao considerar a possibilidade de um “sentido literal” e ao sentir necessidade de circunscrever os sentidos ao que está “dado no texto”, o tradutor revela uma postura de tentar lidar com o problema do sentido como algo que poderia estar fixado previamente. Por que isso é relevante para os fins deste estudo? Porque esse ponto de vista do tradutor pode ser visto ao longo de toda a sua tradução, especialmente na forma como ele tenta lidar com os termos de Austin e dar certa conformação à obra em termos de consistência terminológica.

Nota 4 (AUSTIN, 1990, p. 36):

Em segundo lugar, os performativos enquanto proferimentos herdam também outros tipos de males que infectam *todo* e *qualquer* proferimento. Estes, porém, embora possam ser enquadrados em uma regra mais geral, foram, no momento, deliberadamente excluídos. O que quero dizer é o seguinte: um proferimento performativo será, digamos, sempre vazio ou nulo *de uma maneira peculiar*, se dito por um ator no palco, ou se introduzido em um poema, ou falado em um solilóquio, etc. De modo similar, isto vale para todo e qualquer proferimento, pois trata-se de uma mudança de rumo em circunstâncias especiais. Compreensivelmente a linguagem, em tais circunstâncias, não é lavada ou usada a sério, mas de forma parasitária em relação a seu uso normal, forma esta que se inclui na doutrina do *estiolamento* da linguagem*. Tudo isso fica excluído de nossas considerações. Nossos proferimentos performativos, felizes ou não, devem ser entendidos como ocorrendo em circunstâncias ordinárias. (p. 36)

* O termo “estiolamento” **significa literalmente** perda de cor e vitalidade, definhamento, enfraquecimento, e é aplicado por Austin para caracterizar o “**enfraquecimento**” que um ato de fala sofre ao ser utilizado **em um contexto não-litera**l, de “faz-de-conta”, como o teatro, a ficção, etc. (*N. do T.*).

O tradutor recorre novamente à ideia de literalidade para explicitar o uso específico que está fazendo desse termo e esclarecendo a metáfora. Volta aqui a mesma questão da denominação que discutimos antes, de modo que não se faz necessário estender um comentário nesse sentido. Por outro lado, o uso do termo *enfraquecimento* merece atenção, pois introduz indiretamente o conceito de *força*, que só vai aparecer depois na obra (apenas na página 43).

A primeira coisa a observar nesse sentido é que, embora fale bastante em “força”, Austin não chega a conceituar exatamente o que entende por ela. Marcondes, por outro lado, dedica uma seção inteira de sua tese à distinção entre significado e força no contexto da teoria do ato de fala, apontando três vertentes de interpretação em relação a esse tema e concluindo em favor de uma visão próxima do próprio Austin, enquanto contesta outros autores, como Cohen e Searle. Assim, a escolha do tradutor por *enfraquecimento* pode ter sido motivada pela importância que ele atribui à noção de força ilocucionária do ato de fala.

Portanto, ao mesmo tempo que segue uma indicação de Austin quanto à metáfora (*etiolation* > *estiolamento*, termo que aliás tem apenas essa menção na obra), o tradutor atualiza o trecho em questão com o contraponto fraco/forte, ativando sentidos relacionados a um aspecto mais relevante da teoria. Embora não seja necessário conhecer a intenção para constatar essa conexão, não é demais apontar que isso é consistente com o ponto de vista desse tradutor, que tem conhecimento teórico e é especialista em filosofia da linguagem e na teoria da ação.

Nota 5 (AUSTIN, 1990, p. 53):

1. Implicação Lógica*

A declaração “Todos os homens enrubescem” implica logicamente que “alguns homens enrubescem”. Não se pode dizer que “todos os homens enrubescem”, mas que alguns homens não o fazem, e tampouco se pode dizer que “o gato está sob o tapete e sobre o tapete”, ou que “o gato está sob o tapete e não está sobre o tapete”. Nestes casos, a primeira sentença implica logicamente a contraditória da segunda. (p. 53)

* Austin distingue três tipos de relação entre sentenças: *entails*, que traduzimos por “implica logicamente”, mas que também poderia ser traduzido por “acarreta” ou “segue-se”; *implies*, que traduzimos por “implica”; e *pressupposes*, que **não apresenta nenhum sentido especial** e pode ser traduzido pelo **termo correspondente** em português, “pressupõe”. O termo “*entail*”, introduzido por G. E. Moore (1919, “External and Internal Relations”, *Proceedings of the Aristotelian Society*), representa a noção de implicação lógica ou consequência lógica. Isto significa que a sentença A implica logicamente a sentença B, se não é possível que A seja verdadeira e B falsa. A relação de implicação lógica é formal no sentido de que se dá entre duas sentenças independentemente de seu conteúdo significativo, mas em virtude apenas de *sua forma lógica*. E a implicação lógica é uma relação necessária, no sentido precisamente de que *não é possível* que A seja verdadeira e B falsa (veja-se C. I. Lewis e C. H. Langford, *Symbolic Logic*, N. York, 1932).

A rigor, entretanto, se examinamos os exemplos dados, vemos que Austin não interpreta a implicação lógica como meramente formal. Pode-se considerar que “todos os homens enrubescem” implica logicamente “alguns homens enrubescem”, já que o que se afirma de todos os indivíduos de uma espécie deve-se afirmar também de alguns, independentemente de quais sejam esses indivíduos e do que se afirma. Logo, a segunda sentença não pode ser falsa, sendo a primeira verdadeira. No segundo exemplo, entretanto, não se trata, estritamente falando, de implicação lógica, já que a implicação se dá em virtude do significado dos termos “sobre” e “sob”, o que contraria o caráter formal da relação (abstração feita do conteúdo significativo). Trata-se, na realidade, de um recurso à noção de analiticidade, já que o termo “sob” é, por definição, a negação do termo “sobre”. O terceiro exemplo seria um caso legítimo de implicação lógica, já que esta se dá em virtude apenas da relação de conjunção entre duas sentenças, sendo uma a negação da outra, independentemente de seus significados.

A *implicação* é uma noção mais fraca, já que a asserção implica a crença no asserido, mas a negação da crença no asserido não implica a negação do asserido. O valor de verdade de “eu creio que o gato está sobre o tapete” não é determinado pelo valor de verdade de “o gato está sobre o tapete”.

Nesta nota, é possível ver explicitamente algo que constatamos em outras partes da tradução: as relações dialógicas que estão em ação durante o processo tradutório do texto epistêmico. Assim como os exemplos que demos na introdução, este é um caso em que o tradutor explica suas razões e indica que ligação o termo escolhido tem com outras obras e autores da mesma área. Com argumentos como “não apresenta nenhum sentido especial” e “termo correspondente”⁸¹, Marcondes mostra que está menos limitado pelas amarras que enxerga nos outros dois termos.

A visão de nominação que abraçamos fica nítida aqui: ao nomear, o tradutor toma uma posição em relação a outras denominações possíveis do mesmo termo. Ao mesmo tempo que afirma que *entails* poderia ser traduzido por “acarreta” ou “segue-se”, ele opta por uma locução (*implicação lógica/implica logicamente*), rejeitando as outras opções. Não podemos apontar o que exatamente o tradutor tinha em mente, mas podemos observar que efeito de sentido isso produz: ao inserir o termo

⁸¹ Também é consistente com o ponto de vista que vimos no tradutor: a visão cientificista da tradução.

“logicamente” ele estabelece uma relação com a Lógica Formal, mas isso seria perceptível ao leitor familiarizado com a tradição de Frege e Russell ainda que o tradutor não tivesse colocado uma nota explicativa. Não apenas isso: a expressão “implica logicamente” é típica do ensino de lógica, enquanto as outras, ainda que também sejam usadas, poderiam não remeter tão diretamente quanto esta. Ou seja, a opção de Marcondes reforça o diálogo do texto com os interlocutores principais de Austin, mas também atualiza esse diálogo para os estudiosos da lógica no Brasil.

Mas, em termos de processo linguístico, como isso se dá?

Primeiro, retomando a metáfora de Volóchinov, é preciso lembrar que a palavra é uma arena onde disputam espaço diversas vozes. Segundo, tomemos também Bakhtin (2015, p. 232) quando diz que um membro de um grupo falante “recebe [a palavra] da voz de outro e repleta da voz de outro”. Essas vozes existem porque a palavra tem uma espécie de “memória”. Isso fica mais claro quando Bakhtin (2015a, p. 232) explica a natureza da palavra:

A palavra não é um objeto, mas um meio constantemente ativo, constantemente mutável de comunicação dialógica. Ela nunca basta a uma consciência, a uma voz. Sua vida está na passagem de boca em boca, de um contexto para outro, de um grupo social para outro, de uma geração para outra. Nesse processo ela não perde o seu caminho nem pode libertar-se até o fim do poder daqueles contextos concretos que integrou.

A partir da concepção bakhtiniana da palavra, Moirand (2004, p. 49) conclui que *a própria palavra é “habitada” por discursos outros* e que *as palavras possuem uma “memória”*. A autora diz ainda que o uso que fazemos dos nomes participa ao longo do tempo da construção dos domínios de memória a curto e longo prazo (MOIRAND, 2004, p. 56). Portanto, é essa memória discursiva da palavra que permite ativar as relações dialógicas na língua-alvo.

O tradutor, então, dialoga simultaneamente com a memória, com as vozes, de ambas as línguas, acatando, divergindo, comentando, mas nunca indiferente. Sua palavra sempre estará trespassada de relações dialógicas. É por essa razão que entendemos que a tradução é um processo discursivo heterogêneo e multilateral, por oposição à visão de que a tradução seria apenas uma relação binária entre autor e tradutor ou entre texto-fonte e texto-alvo — ou, pior, uma relação unilateral, hierarquizada. Quando toma decisões, o tradutor do texto epistêmico leva em conta bem mais do que o significado da palavra — ele evita determinadas palavras e abraça outras, contestando ou endossando pontos de vista, antecipa ponderações de especialistas, considera dificuldades de leigos, introduz alusões, etc.

Nota 6 (AUSTIN, 1990, p. 87):

Aqui não importa muito a questão sobre quando um “pheme” ou um “rheme” é o *mesmo* que outro, seja enquanto “tipo” ou enquanto instância particular*, nem a questão sobre no que consiste um único “pheme” ou “rheme”. Mas, naturalmente, é importante lembrar que o mesmo “pheme” (instância do mesmo tipo) pode ser utilizado em diferentes ocasiões de proferimento com diferentes sentidos ou referências, e assim constituir-se num “rheme” distinto. Quando diferentes “phemes” são usados com o mesmo sentido e referência, podemos falar de atos reticamente equivalentes (em certo sentido, “a mesma declaração”) mas não podemos falar do mesmo “rheme” ou dos mesmos atos céticos (que constituem a mesma declaração em outro sentido que envolve o uso das mesmas palavras). (p. 87)

* Os termos “*type*” (tipo genérico) e “*token*” (instância particular) são utilizados em filosofia da linguagem para distinguir uma sentença ou expressão linguística, tomada em abstrato, de seu proferimento concreto em um contexto determinado. Toda expressão linguística, com exceção talvez de nomes próprios *stricto sensu*, tem um caráter genérico e usos concretos específicos. A mesma sentença pode, por exemplo, ser proferida em um mesmo momento por pessoas diferentes, bem como pode ser proferida em momentos e contextos diferentes. Assim, no exemplo de Strawson (citado acima, p. 19) a “sentença-tipo” “O atual Rei de França é sábio” pode ser proferida com referência em 1789 e sem referência no período contemporâneo. (N. do T.)

Vimos até aqui que o teor das NTs de Marcondes segue na direção a que ele se propõe em sua apresentação: introduzir Austin ao leitor leigo, estudante da filosofia. Mas não apenas isso. É possível que Marcondes tenha uma preocupação maior de não deixar passar a oportunidade de dar mais informações ao leitor. Essa postura diz muito sobre o tradutor, visto que não é muito tradicional. Mittmann (2003) faz uma longa taxonomia e revisão teórica sobre as notas de rodapé e em dado momento resume a perspectiva tradicional dizendo:

Podemos observar que a N.T., por esta primeira perspectiva, compartilhada por vários autores [entre eles Paulo Rónai], é um recurso para resolver problemas de tradução que não foram resolvidos no próprio texto, servindo então como instrumento facilitador da leitura do texto da tradução, já que se pressupõe que ela esclareça o sentido. Não é lugar para manifestação da subjetividade do tradutor, já que as explicações e os esclarecimentos devem ser objetivos, não cabendo opiniões [...]. Além disso, podemos perceber que estes autores manifestam a necessidade do limite, da norma e da classificação das notas (MITTMANN, 2003, p. 118).

Os autores citados veem a nota como um mal necessário, que deve ser usado com moderação, “procurando omiti-la, limitar seu uso ou prescrever sua forma” (MITTMANN, 2003, p. 119), pois é algo que quebra a ilusão da tradução.

Em texto curto intitulado *Notas do tradutor – Sempre uma calamidade?*, o tradutor Boris Schnaiderman comenta sua posição sobre a questão:

Estou plenamente de acordo com a afirmação de Guimarães Rosa, numa carta a seu tradutor alemão, Curt Meyer-Clason, sobre a necessidade de explicar o menos possível uma tradução. Lembro-me, além disso, do que falou alguém sobre o caráter pernicioso de qualquer nota de tradutor. Eu mesmo já cheguei a escrever que, devido a essas notas, num texto ficcional acaba aparecendo, além do tempo da enunciação e do tempo do enunciado, o tempo da tradução (SCHNAIDERMAN, 2017, p. 60).

Embora fale do texto literário, é possível ver que, de modo geral, Schnaiderman se opõe ao aparecimento do tradutor no texto e à quebra de ilusão que pode advir de qualquer revelação de que o texto é uma tradução (seja revelação do sujeito, seja do tempo da tradução).

Não parece ser o caso de Marcondes: embora tente não aparecer no texto (vide seus argumentos sobre como seguiu Austin, etc.), ele não tenta esconder as notas, ao contrário usa tanto espaço quanto necessário, e suas notas não apenas esclarecem — elas discutem, dialogam com a teoria, acrescentam uma visão.

No caso da nota acima, ao ressaltar que “Os termos ‘*type*’ (tipo genérico) e ‘*token*’ (instância particular) são utilizados na filosofia da linguagem”, o tradutor legitima suas escolhas com o recurso a uma autoridade invocando a difusão dos termos no campo de estudo, mas também inicia uma exposição relativamente longa e de caráter mais didático/informativo, cuja função (normalmente atribuída à NT) não se resume simplesmente à explicitação de algo no texto.

Na nossa visão, a nota de rodapé é uma janela que se abre permitindo enxergar não apenas parte dos mecanismos internos do processo tradutório (como a justificativa de escolhas), mas também o ponto de vista que o tradutor tem sobre o autor e o tema em questão, além da própria concepção de tradução dele. Por essa janela, entram outras vozes e outros discursos, que o tradutor orchestra sob sua voz enunciativa, muitas vezes tentando criar um contraste com o corpo do texto para reforçar a ideia de não interferência.

Pelo que vimos até aqui, Marcondes é um tradutor com profundo conhecimento do campo que está traduzindo. Não só isso: tem posições estabelecidas sobre as teorias e os teóricos desse campo. Sempre que possível, ele expõe esse repertório em suas notas e observações, mostrando-se nesse ponto descolado da tradição teórica da tradução (majoritariamente literária, é verdade). Por

outro lado, quando se trata de sentidos do texto, Marcondes é bem mais cauteloso, buscando discursos de fora ou do próprio Austin para justificar suas escolhas.

Passemos agora à análise do corpo do texto, onde discutimos mais esses argumentos que temos colocado até aqui, pois é no texto da tradução que buscamos encontrar os conflitos entre vozes enunciativas, as relações dialógicas constitutivas, as posições não verbalmente expressas pelo tradutor em seu discurso.

4.3 CORPO DO TEXTO (TRADUÇÃO)

Na análise da tradução, é fácil cair na armadilha de procurar algo fora do padrão, um descuido do tradutor, como um equívoco ou um “erro”. Toda atividade humana está sujeita a equívoco, o que não nos interessa aqui enquanto evento isolado. A despeito disso, é preciso observar, segundo André Lefevere (2007, p. 156), se o que está sendo chamado de *erro* é um incidente repetido e regular, porque “um erro isolado é apenas isso, mas uma série recorrente de ‘erros’ aponta mais para um padrão, que é a expressão de uma estratégia”. A própria existência do “erro” deve ser considerada com cautela: quanto mais o reconhecimento do erro se afasta do puramente estrutural (ortografia, gramática convencional, etc.), mais há o risco de se cair em uma cruzada em busca do que seria a tradução “correta”, no sentido utópico de ser a única realmente perfeita se os significados fossem “transportados” — algo cuja existência já negamos ao longo deste trabalho.

É por isso que adotamos como norte os princípios tomados de Heidmann e explicitados na Metodologia. Para o tipo de análise a que nos propomos, é preciso colocar os textos (fonte e alvo) em pé de igualdade, o que a visão dialógica da linguagem por si só já possibilita. A não hierarquização defendida por Heidmann é, na nossa visão, apenas consequência lógica do que defendemos neste trabalho: que o tradutor não lida única e exclusivamente com um “original” a quem deve reverência, mas com um meio intrincado de discursos que já foram dirigidos ao objeto — e isso é ainda mais forte no caso da tradução de cunho epistemológico, visto que o tradutor geralmente é um especialista que dialoga intensamente com outros autores, correntes e visões sobre o objeto da obra traduzida. Enxergando texto-fonte e texto-alvo como manifestações discursivas que vêm interagir com outros discursos sobre um tema, podemos interpretar as soluções do tradutor como um diálogo entre o ponto de vista dele próprio e todo um campo de conhecimento.

Partindo do critério de observar padrões, pudemos selecionar, dentre o que foi encontrado no *corpus*, o que mereceria ou não ser objeto de análise. Pode ser, obviamente, que algum caso com potencial relevância tenha sido desprezado indevidamente por falha nossa, mas de modo geral a frequência e consistência dos fenômenos foram critérios seguros. Assim sendo, foram desconsiderados:

- **Erros:** Casos isolados, claramente identificados como engano (p. ex.: “sempre ocorreram[ão] casos”), como equívocos de digitação ou revisão, palavras trocadas, incorreções do processo editorial, etc. A tradução contém muito poucos erros desse tipo, mas eles existem, como é natural.
- **Itálicos:** Embora haja muitos itálicos no texto-fonte, o texto-alvo nem sempre aplica os mesmos itálicos ou aplica os itálicos nos mesmos lugares. Não pudemos detectar um padrão para esses usos.
- **Aspas:** As aspas em geral são um aspecto frutífero para a análise dialógica. Neste caso, porém, elas muitas vezes foram utilizadas como forma de destaque, no lugar de itálicos, mas também acrescentadas ou suprimidas sem que ficasse nítido, ainda que relativamente, um uso consistente desse recurso tipográfico, razão pela qual optamos por não fazer uma análise desses usos.
- **Reorientação cultural:** Trata-se do recurso tradutório comum de adaptar aspectos culturais. No caso de Austin, podemos citar os exemplos tirados do beisebol, que foram adaptados para o futebol.
- **Autorreferência linguística:** ou em que há uma espécie de curto-circuito linguístico gerado por uma referência da língua a si mesma, por exemplo: *the expression ‘I do’ > a expressão “Aceito” (I do)*⁸².
- **Referência ao falante/ouvinte:** Tendo sido originário de palestras, o texto de Austin apresenta muitas vezes o uso dos pronomes *I, you, he* nos exemplos. Como visto na apresentação, Marcondes se propõe a lidar com esse traço oral — e de fato usa muitas vezes expressões como “a pessoa que proferiu” ou “aquele que falou” ou “o falante” em lugar de pronomes. No entanto, isso não é feito de forma consistente e há até casos em que o procedimento é invertido, com expressões descritivas (p. ex.: *the original speaker*) tornando-se pronomes pessoais (*eu, ele*) na tradução.

⁸² Assim como a reorientação cultural, já abordamos essa categoria em COSTA E SILVA (2011, p. 97), já que são fenômenos que causam disrupção na ilusão de transparência, revelando a voz do tradutor. Para os objetivos desta pesquisa, porém, não teriam o mesmo grau de relevância.

- **Diferenças editoriais:** Apesar de incorporar trechos da 2ª edição, a tradução de Marcondes foi majoritariamente baseada na 1ª edição de HTW. Assim sendo, como foi dito, identificamos e excluímos do *corpus* todas as alterações, supressões e acréscimos decorrentes dessas diferenças entre edições. De todo modo, não há um número extenso de casos nessa situação.

Esclarecidos esses pontos, passemos aos fenômenos que entendemos como relevantes para a hipótese desta pesquisa.

Os casos considerados relevantes foram divididos em três categorias, que envolvem desde procedimentos e estratégias comuns em tradução até situações discursivas muito particulares e reveladoras. As três categorias são:

1. Expansão

Incluímos nesta categoria as situações em que o tradutor acrescenta ou insere operadores argumentativos, explica, exemplifica, etc. A identificação desse tipo de fenômeno obviamente requer um foco maior na materialidade do texto. Em alguns casos, as expansões podem ser consideradas *didáticas*, porque quase sempre têm a finalidade de tornar o texto mais claro. Como o próprio tradutor diz explicitamente na sua apresentação (p. 14), ele quer tornar o texto mais acessível ao leitor iniciante. Isso não surpreende considerando que o tradutor já escreveu uma vasta quantidade de livros didáticos e introdutórios em seu campo de estudo.

2. Condensação terminológica

Esta categoria concentra mais a tradução de termos. Como vimos em relação ao artigo de Alcoforado, também na tradução de Austin o tradutor empreendeu um esforço de consistência terminológica. O procedimento usado pelo tradutor e que, a nosso ver, transparece esse objetivo é o que chamaremos aqui de *condensação terminológica*: basicamente, verter os termos de Austin (que, como se sabe, tinha uma tendência à profusão) usando uma variedade menor de termos na língua-alvo. Por outro lado, não há tanta consistência na tradução de certas palavras, no que enxergamos uma certa posição adotada pelo tradutor — a saber, de tratar algumas palavras como *termos* e outras não, como mostramos nas análises adiante.

3. Reacentuação

Conforme definimos em outra pesquisa (COSTA E SILVA, 2011, p. 97), a **reacentuação** é a presença visível de certo ponto de vista do tradutor sobre o discurso do autor, gerando uma mudança na intensidade do enunciado (ênfase ou eufemismo) e/ou ressaltando um aspecto particular. Nessa categoria, incluem-se modalização (no sentido comum), mudanças de tom, redução ou ampliação de possibilidades, suavização/exclusão de metáforas. De modo geral, são acentos apreciativos que atuam sobre o enunciado.

Como ocorre em qualquer categorização, surgem casos limítrofes que ou não cabem bem em nenhuma categoria ou ficam entre duas categorias estabelecidas, frequentemente obrigando a análise a pender para um aspecto. Por exemplo, as expansões que apresentam acento apreciativo específico foram colocadas sob a categoria de reacentuação. Em alguns casos, temos dois ou mais tipos de fenômeno em um mesmo excerto. É por isso que não visualizamos essas categorias como algo determinista e estático, mas apenas como forma de agrupar movimentos tradutórios que seguem tendências relativamente perceptíveis, que encontram explicação no ponto de vista do tradutor em relação à obra traduzida.

Antes de passarmos às análises em si, algumas observações sobre a apresentação dos excertos e o que há de relevante neles. Aliás, *excerto* (ou *amostra*) é como chamamos cada conjunto texto-fonte/texto-alvo. O excerto é identificado por uma nomenclatura composta: o texto-fonte (*How to do things with words*) é indicado pela sigla HTW, seguida de um número de ordem para fins de referência, no formato “HTW012”, por exemplo. O mesmo se dá com o texto-alvo (*Quando dizer é fazer*), cuja sigla é QDF, à qual se soma o mesmo número indicado no texto-fonte (ex.: QDF012). Assim, a identificação completa do excerto seria “HTW012/QDF012”. No interior da amostra, haverá sempre algo marcado com negrito (todos os negritos são nossos), o que estamos chamando de *fragmento* — isto é, uma parte mais ampla que tem relevância na análise. Além disso, aquilo que tiver sido acrescentado estará indicado pelo sinal de mais, desta forma: **+acrescentado+**. Se algo tiver sido suprimido, estará indicado por chaves, do seguinte modo: **{suprimido}**. Colchetes são usados do mesmo modo como são em

qualquer trabalho acadêmico (citações abreviadas, etc.), não tendo nenhuma relevância especial. Dentro de cada excerto estão indicadas as páginas onde o excerto pode ser encontrado em cada uma das obras, respectivamente.

4.3.1 Expansão

Na tradução, encontramos algumas formas de expansão, geralmente com função de esclarecer, como já foi dito. A maioria das ocorrências aqui caberia na ideia da explicitação. Segundo Fawcett (2003, p. 100), o teórico checo Jiri Levý concluiu, em suas pesquisas na década de 1960, que os tradutores tendem a “intelectualizar” a tradução, deixando-a mais lógica e explicitando o implícito.

Blum-Kulka (2000) foi uma das primeiras a reforçar a hipótese de Levý quando, baseada em suas pesquisas, apresentou a “hipótese da explicitação”. Embora a explicitação já tivesse sido comentada por autores como Nida, era de um ponto de vista prescritivo, ou seja, de estratégias que deveriam ser adotadas para uma boa tradução. Para Blum-Kulka, o processo de interpretação por parte do tradutor pode gerar redundância no texto-fonte e, portanto, um aumento no nível de explicitação coesiva, concluindo que a explicitação é vista por ela como inerente ao processo tradutório (BLUM-KULKA, 2000, p. 293).

Na década de 1990, já dentro da corrente dos Estudos Descritivos da Tradução (DTS), Mona Baker e Gideon Toury também abordaram a questão. Fundamentada em pesquisas de linguística de *corpus*, Baker (1993, p. 243-244) coloca, entre o que considera características universais da tradução, “um maior grau de explicitação em relação ao texto-fonte”, além de outras tendências como desambiguação, simplificação, tendência a evitar repetições, preferência por estruturas linguísticas mais convencionais. Na perspectiva dos DTS, retomando textos seminais de Toury, Baker (1993, p. 239-240) explica que a tradução tende a apresentar normas, que seriam estratégias de tradução mais frequentemente adotadas em dada cultura, em detrimento de outras disponíveis.

Toury (1995, p. 267), por sua vez, apresentou suas duas leis da tradução⁸³: a lei da padronização crescente e a lei da interferência. A primeira envolve a hipótese de que, diante de escolhas a serem feitas, o tradutor tenderá a escolher opções mais habituais da língua-alvo e para um nível menos específico, apontando também uma inclinação para evitar a ambiguidade e para a simplificação. A segunda envolve a ideia de que características do texto-fonte tendem a ser trazidas para o texto-alvo (como paragrafação, p. ex.), ou seja, seria “interferência” nesse texto de chegada. A explicitação estaria dentro da primeira. Pym (2008, p. 318) resume bem ao dizer que a explicitação seria um tipo de simplificação que reduz a complexidade distribuindo a carga semântica em uma porção maior de texto.

Há várias críticas e discussões sobre as propostas desses autores (ver, por exemplo, PYM, 2008; KAMENICKÁ, 2007). Tanto Baker, que vem da linguística de *corpus*, quanto Toury, dos supracitados DTS, vêm de correntes que questionam a primazia do texto-fonte, então atrelam a postura do tradutor ao prestígio da língua e do texto-fonte (especialmente na perspectiva de polissistemas, teorizada por Even-Zohar e Toury nos anos 1980). Pym tenta unificar as hipóteses buscando outro fator: para ele, o tradutor tende a padronizar ou diversificar dependendo do risco comunicativo envolvido.

Concordamos com Pym na questão do risco. Mas, na nossa visão, o tradutor faz suas escolhas de um determinado ponto de vista, considerando que seu enunciado é sempre situado e que ele é um re-enunciador cujas soluções refletem um horizonte social — o que, de certo modo, pode estar relacionado com o fato de a tradução ser um sistema mais ou menos periférico dentro de uma cultura (conforme teoria de polissistemas). Não obstante a explicação atribuída ao fenômeno, os levantamentos feitos pelos autores aqui citados apontam para essa tendência de explicitação e mostraremos que os excertos desta primeira seção reforçam isso.

Começemos pelo tipo que consideramos o mais simples, que envolve basicamente recursos anafóricos e poderiam se enquadrar no que Fawcett (2003, p. 92) chama de “coesão por repetição” quando explica soluções de tradução. Vejamos alguns exemplos:

⁸³ Apesar do nome *lei*, Toury (1995) abordou a questão de uma perspectiva descritiva e ressaltava o caráter probabilístico, por isso entendia as “leis” como valores partilhados por uma comunidade em relação ao que se deve ou não se deve fazer (adequado/inadequado) em determinadas situações.

HTW001/QDF001

Doubtless, too, both grammarians and philosophers have been aware that it is by no means easy to distinguish even questions, commands, and so on from statements by means of the few and jejune grammatical marks available, such as word order, mood, and the like: though perhaps it has not been usual to dwell on the difficulties which this fact obviously raises. **For how do we decide which is which?** What are the limits and definitions of each? (p. 1-2)

Tampouco se duvida que tanto os filósofos quanto os gramáticos sempre perceberam não ser fácil distinguir até uma pergunta, ou ordem, etc. de uma declaração, utilizando-se os poucos e incipientes critérios gramaticais disponíveis como a ordem das palavras, modos verbais, etc.; mas, talvez, não tenha sido dada, com frequência, a atenção devida às dificuldades que esse fato obviamente apresenta. **Permanece a dúvida sobre como decidir qual é a pergunta, qual é a ordem, qual é a declaração.** Quais são os limites e as definições de cada uma? (p. 22)

A anáfora, como se sabe, é um processo de retomada da referência feita anteriormente, geralmente através de pronomes e outros recursos dêiticos. Uma prática muito comum de Marcondes é repetir o que foi dito anteriormente em vez de fazer a retomada anafórica — ou seja, fazendo a retomada explícita. Ele também costuma evitar palavras-ônibus, como por exemplo no trecho que diz: “many **things** which would have been accepted without question as statements [...]”, que foi traduzido como “muitas **das sentenças** que antigamente teriam sido aceitas indiscutivelmente como ‘declarações’”. É justo que o leitor questione qual a relevância discursiva desse tipo de procedimento. A resposta está no ponto de vista. O fato de empregar consistentemente essa estratégia tradutória é coerente com discurso do tradutor a respeito de direcionar o texto para um leitor iniciante. Isso também está relacionado com o fato de que ele enxerga o “propósito [do texto de Austin] de servir mais à exposição oral do que à leitura” como uma “dificuldade básica” (SOUZA FILHO, 1990, p. 14).

O fato de haver muitos outros exemplos desse tipo, espalhados por todo o *corpus*, fortalece a ideia de que o tradutor queria um texto muito mais explícito, talvez didático, o que reforça a conclusão de que sua visão dessa tradução é difundir e ensinar a teoria de Austin. O mesmo tipo de situação se pode ver abaixo:

HTW002/QDF002

We shall be in apparent danger of bringing in many formulas which we might not like to class as performatives; for example 'I state that' (to utter **which** is to state) as well as 'I bet that'. (p. 65)

Corremos o risco aparente de incluir fórmulas demais que poderíamos não querer qualificar de performativas. Por exemplo, “Afirmando que...” (pronunciar **estas palavras** é declarar, da mesma forma que “aposto que...” **+é apostar+**). (p. 64)

HTW003/QDF003

It is fairly easy to make allowances for certain normal enough but different uses of the first person of the present indicative active even with these verbs, which may well be constative or descriptive, that is, the habitual present, the 'historic' (quasi-) present, and the continuous present. But then, as I was hastily mentioning, in conclusion, there are still further difficulties: we mentioned three as typical.

- (1) 'I class' or perhaps 'I hold' seems in a way **one**, in a way the **other**. Which is it, or is it both?
- (2) 'I state that' seems to conform to our grammatical or quasi-grammatical requirements: but do we want it in? Our criterion, such as it is, seems in danger of letting in **non-performatives**.

(p. 68)

É relativamente fácil aceitar certos usos bastante normais, embora diferentes, da primeira pessoa do presente do indicativo da voz ativa, mesmo com esses verbos que podem muito bem ser constatativos ou descritivos, isto é, verbos no presente habitual, no presente "histórico" e no presente contínuo. Mas ainda assim, como já haviam [sic] mencionado rapidamente ao concluir a conferência anterior, há outras dificuldades adicionais. Mencionei três delas como sendo típicas:

- (1) "Classifico" ou talvez "Considero" parecem por um lado **constatativos**, por outro lado **performativos**. Qual dos dois seriam? Ou seriam ambos?
- (2) "Declaro que..." parece adequar-se às nossas exigências gramaticais ou "como que gramaticais", mas desejamos de fato incluí-lo? Nosso critério, tal como o expusemos, corre o risco de incluir **+expressões+ não performativas**.

(p. 67)

Em QDF002 e QDF003, o tradutor retoma o que havia sido referenciado através de anáforas (*which*, *one*, *other*). Mas também faz acréscimos. Em QDF002, o acréscimo cria um paralelismo ("é declarar"/"é apostar"), que também é um recurso didático. Em QDF003, o acréscimo qualifica como "expressões", evitando a confusão com outros termos, como *sentença* e *declaração*. Tanto as retomadas explícitas quanto os acréscimos têm o mesmo objetivo: deixar o texto mais claro. É importante ressaltar que o que nos importa aqui é o fato de que isso é um procedimento usado de forma consistente, o que revela uma postura tradutória, um ponto de vista sobre o fazer tradutório — aliás, isso de certo modo está revelado no discurso do tradutor que vimos na apresentação da obra traduzida.

Vejamos mais dois exemplos desse tipo:

HTW004/QDF004

But we cannot **in the other case** say 'it may be the case at once that the cat is on the mat but the mat is not under the cat'. Or again, here it is saying that 'the cat is on the mat', which is not possible along with saying 'I do not believe that it is'; the assertion implies a belief. (p. 50)

Mas, **no caso da implicação lógica**, não podemos dizer "pode ocorrer que o gato esteja sobre o tapete e ao mesmo tempo que o tapete não esteja sob o gato". O que não é possível aqui é dizer "o gato está sobre o tapete", e acrescentar "mas, não creio nisso". A asserção implica a crença **+no que foi asserido+**. (p. 55)

HTW005/QDF005

Where there is *not*, in the verbal formula of the utterance, a reference to the person doing the uttering, and so the acting, by means of the pronoun 'I' (or by his personal name), then in fact he will be 'referred to' in one of two ways [...] (p. 60)

Quando, na fórmula verbal da expressão, não há uma referência à pessoa que a profere e assim realiza o ato, **+isto é, quando não há uma referência a ela+** por meio do pronome "eu" (ou por seu nome próprio), então "far-se-á referência" à dita pessoa por meio de uma dessas fórmulas [...] (p. 62)

Em QDF004, há novamente uma retomada explícita seguida de um acréscimo. Esse acréscimo, assim como o que se vê em QDF005, entra como consequência lógica do que está sendo dito, mas do mesmo modo que os outros serve ao propósito de tornar o texto mais didático.

É claro que acréscimos (ou supressões) de cunho explicativo não são o foco principal deste trabalho. Importa identificar que tipo de uso está sendo feito e que implicações isso pode ter. Assim, passemos a observar alguns acréscimos um pouco mais complexos:

HTW006/QDF006

We have cases of suiting the action to the word: thus I may say 'I spit me of you' or *j'adoube* said **when I give check** [...] (p. 65)

Temos casos de adequação da ação à palavra. Assim, posso dizer "rio-me de você" **+e imediatamente rir+**; ou dizer "acomodo" **+numa partida de xadrez, quando toco numa peça apenas para acomodá-la bem+** [...] (p. 64)

Neste excerto, os fragmentos acrescentados já não são mais mera consequência lógica dos enunciados anteriores, não podem ser inseridos como resultado de uma indução racional. No primeiro acréscimo, o tradutor quis explicitar que a ação estaria associada àquele ato de fala, visto que o objetivo aí é exemplificar como seria um caso de adequação da ação à palavra. O segundo, o fragmento sobre o xadrez, requer um conhecimento do jogo, e na verdade o acréscimo dá uma explicação um pouco diferente do que Austin fala em HTW006, quase como uma correção. Em QDF006, é explicado não o ato de dar cheque, mas de acomodar a peça.

HTW007/QDF007

(b) the perlocutionary act may include what in a way are consequences, as when we say 'By doing x I was doing y': we do bring in a greater or less stretch of 'consequences' always, some of which may be 'unintentional'. (p. 106)

(b) O ato perlocucionário pode incluir o que, de certo modo, são consequências, como quando dizemos: - "Ao fazer x estava fazendo y" **+(no sentido de que como consequência de haver feito x pode fazer y)+**. Sempre introduzimos nesse caso uma gama maior ou menor de "consequências", algumas das quais podem ser "não intencionais". (p. 93)

O tradutor-especialista começa a emergir de forma mais clara. Sua voz se manifesta mais nitidamente ao fazer um comentário complementar. O importante aqui é que esse acréscimo não é apenas uma explicitação para dar conta de sentidos correntes na língua inglesa que podem passar despercebidos ao leitor. A distinção que Austin faz entre as preposições *by* e *in* é sutil — e de difícil apreensão —, mas fundamental para o argumento que ele quer apresentar. Em nota de rodapé em outra parte, Marcondes chega a apontar essa dificuldade (AUSTIN, 1990, p. 87).

O caso (b), de atos heterogêneos à margem da nossa classificação, apresenta maior dificuldade. O seguinte poderia ser um teste possível: onde pudermos colocar o verbo correspondente ao Y num tempo em que não apareça o particípio presente, como o presente ou o pretérito, ou onde pudermos mudar “ao” para “por(que)” conservando ao mesmo tempo o particípio presente, então o verbo Y não é o nome de uma ilocução. Assim, em vez de “Ao dizer aquilo ele estava cometendo um erro”, poderíamos colocar, sem mudança de sentido, ou “Ao dizer que ele cometeu um erro” ou “Por dizer que ele estava cometendo um erro”. Por outro lado, não é o mesmo dizer “Ao dizer isto eu estava protestando” e dizer “Ao dizer isso protestei”, nem “Porque disse isso estava protestando”. * (p. 105-106)

* A diferença não fica muito clara em português. No original temos “*But we do not say “In saying that I protested” nor “By saying that I was protesting”*”.

Em QDF007, o tradutor então dialoga com autor e tenta contribuir para que essa distinção fique mais acessível. Vale notar que o tradutor não faz muitos acréscimos desse tipo ao longo da obra, de modo que isso por si só já indica um certo grau de importância dado a esse ponto do argumento, visto que mereceu um comentário por parte do tradutor.

HTW008/QDF008

But we cannot say that the illocutionary verb is always equivalent to trying to do something which might be expressed by a perlocutionary verb [...]. For firstly, the distinction between doing and trying to do is already there in the illocutionary verb as well as in the perlocutionary verb; we distinguish arguing from trying to argue as well as convincing from trying to convince. Further, many illocutionary acts are not cases of trying to do any perlocutionary act; for example, to promise is not to try to do anything. (p. 126)

Mas não podemos dizer que o verbo ilocucionário é sempre equivalente a tratar de fazer algo que pudesse ser expressado por um verbo perlocucionário [...]. Porque, em primeiro lugar, a distinção entre fazer e tratar de fazer já está presente no verbo ilocucionário, assim como no verbo perlocucionário. Distinguimos argumentar de tratar de argumentar, assim como convencer de tratar de convencer. Além do mais, muitos atos ilocucionários não são casos de tratar de fazer algum ato perlocucionário. Por exemplo, prometer não é tratar de fazer coisa alguma **+que possa ser descrita como objeto perlocucionário+**. (p. 106)

HTW009/QDF009

But we may still ask whether we may possibly use 'in' with the perlocutionary act; this is tempting when the act is not intentionally achieved. But even here it is probably incorrect, and we should use 'by'. Or at any rate, if I say, for example, 'In saying x I was convincing him', I am here accounting not for how I came to be saying x but for how I came to be convincing him; this is the other way round from the use of the formula in explaining what we meant by a phrase when we used the 'in saying' formula, and involves another sense ('in the process' or 'in the course of' as distinct from 'a criterion') from its use with illocutionary verbs. (p. 127)

Mas ainda nos podemos perguntar se é de todo possível usar a fórmula "ao" com o ato perlocucionário. Isso é tentador quando o ato não se concretiza de maneira intencional. Mas, mesmo nesse caso, o uso de tal fórmula é provavelmente incorreto, e deveríamos dizer "por(que)". Em todo caso, se digo, por exemplo, "Ao dizer X eu o estava convencendo", não estou levando em conta como cheguei a dizer-lhe X, mas como cheguei a convencê-lo. Esta situação é inversa àquela em que usamos a fórmula "ao dizer" para explicar o que queríamos significar com a frase, e supõe outro sentido distinto do que a frase tem quando usada com os verbos ilocucionários (**+isto é, o sentido que supõe é o de+** "no processo de", "no decurso de", **+"enquanto dizia"+**, como coisa distinta de "um critério"). (p. 106-107)

Nos dois excertos acima, temos a expansão através do acréscimo de fragmentos que se pode considerar como “de conteúdo”. O tradutor continua engajado em ajudar o leitor a compreender não meramente o texto, mas a teoria de Austin. Em HTW008, a oração “to promise is not to try to do anything” poderia dar a entender que não há intenção envolvida no ato. A questão é que, na visão de Austin, o ato de fala envolve intencionalidade, de modo que *prometer* necessariamente é tentar fazer alguma coisa — nesse caso, assumir um compromisso. Ao adicionar “que possa ser descrita como objeto perlocucionário” em QDF008, o tradutor busca restringir o sentido — isto é, não é que *prometer* não tente fazer algo, mas não tenta atingir um fim perlocucionário (como *persuadir*, *emocionar*, etc.). Com isso, parece tentar afastar uma interpretação que fuja ao quadro teórico do ato de fala.

Efeito semelhante é obtido em HTW009/QDF009: ao adicionar os fragmentos em destaque, Marcondes busca tornar mais acessível, dentro do contexto da teoria, a questão de *by* e *in* em relação ao ato perlocucionário — na verdade, Austin argumenta que *in* não poderia ser usado nesse caso, como discutimos na amostra abaixo. O tradutor acrescenta, então, mais uma expressão (“enquanto dizia”), que explicita o caráter específico do verbo ilocucionário como elemento crucial do ato de fala. Esse tipo de acréscimo só poderia ser feito por alguém que estuda a teoria.

HTW010/QDF010

When the 'in saying' formula is used with perlocutionary verbs, on the other hand, it is used in an 'in the process of' sense (α I), but it accounts for B, whereas the locutionary verb case accounts for A. So it is different from both the locutionary and the illocutionary cases. (p. 128)

Quando a fórmula "ao dizer" se emprega com verbos perlocucionários, por outro lado, é empregada no sentido de "no processo de", **+"como parte do ato de"+** (a. 1), mas ela explica B, ao passo que o caso do verbo locucionário explica A. Assim, é diferente tanto do caso locucionário quanto do caso ilocucionário. (p. 108)

Nesse ponto da obra, Austin está explicando por que a fórmula "ao dizer" (*in saying*) funciona de modo diferente com atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Segundo o autor, no caso do locucionário, a fórmula explica apenas proferimento das palavras; nos ilocucionários, a fórmula explica a convenção que está em funcionamento no ato. Em trecho anterior, Austin (1990, p. 106) diz que, embora tentador, o uso da fórmula nessa situação "é provavelmente incorreto, e deveríamos dizer 'por(que)'".

A expansão feita pelo tradutor reforça essa ideia, introduzindo uma explicação que requer um conhecimento e uma visão particular da teoria, a saber que a fórmula não funciona porque o ato perlocucionário *não faz parte* do ilocucionário. Segundo Marcondes explica em sua tese, o perlocucionário é constituído do efeito não convencional que o ato tem sobre o ouvinte, já que o efeito convencional é, por definição, parte do ato ilocucionário (SOUZA FILHO, 1984, p. 33). Portanto, se a expressão "ao dizer" ganha o sentido de "como parte do ato de", não poderia mesmo se aplicar ao ato perlocucionário. Com esse tipo de expansão, vemos como o tradutor dialoga, dando espaço à sua voz mesmo em momentos de harmonia com o autor, fornecendo sua interpretação de uma questão teórica.

HTW011/QDF011

A **sound** initial objection to them may be this; and it is not without some importance. In very many cases it is possible to perform an act of exactly the same kind *not* by uttering words, whether written or spoken, but in some other way. (p. 8)

Uma primeira objeção **ponderável ou importante** seria a seguinte: é possível realizar-se um ato do tipo a que acima nos referimos *sem* proferir uma única palavra, seja escrita, seja oral, mediante outros meios? (p. 26)

HTW012/QDF012

(3) Furthermore, there may be some things we 'do' in some connexion with saying something which do not seem to fall, intuitively at least, exactly into any of these roughly defined ' classes, or else seem to fall vaguely into more than one; [...] A further example is **evincing** emotion. We may **evince** emotion in or by issuing an utterance, as when we swear [...]. (p. 105)

(3) Além do mais, podem haver algumas coisas que "fazemos" em alguma conexão com o dizer algo que não parecem se encaixar, pelo menos intuitivamente, em nenhuma dessas classes esquematicamente definidas, ou que, então, parecem pertencer vagamente a mais de uma delas. [...] Outro exemplo é o **demonstrar ou exteriorizar** emoções. Podemos **revelar** emoção ao emitir o proferimento ou porque o emitimos, como quando insultamos. (p. 92)

HTW013/QDF013

But this formula will not give us a watertight test, for we can say many things with it; thus we can say 'To say that was to convince him' (a proleptic use?) although 'convince' is a perlocutionary verb. (p. 131)
--

Mas esta fórmula não nos fornece um teste a toda prova, pois podemos dizer muitas coisas com ela. Assim, podemos dizer "Dizer isso foi convencê-lo" (uso proléptico +ou antecipante+ ?), embora "convencer" seja um verbo perlocucionário. (p. 109)
--

Como já abordamos em trabalho anterior (COSTA E SILVA, 2011, p. 108-109), é muito comum o emprego de pares de expressões para tentar dar conta do sentido do texto-fonte. Delisle & Woodsworth (1995, p. 37) apontam que essa prática era usual nas traduções do grego e do latim para o francês desde antes do século XV. Segundo elas, era comum o uso de combinações de expressões, como, por exemplo: *selon la manière et coustume du pays* (algo que poderia ser traduzido como “de acordo com os hábitos e costumes do país”). A técnica foi muito difundida e chegou até os dias de hoje, tanto que traços dela ainda podem ser vistos em francês e português em expressões como *sain et sauf* (são e salvo).

Aqui estão reunidos vários excertos em que o tradutor usa desse recurso. Em QDF011, “sound” é traduzido por “ponderável ou importante”, numa tentativa de dar conta do sentido. Em QDF012, o tradutor tenta explorar possíveis formas de traduzir *evince*. Em QDF013, ele acrescenta uma palavra à existente com a mesma intenção de comunicar uma ideia através de várias expressões.

Mittmann (2003, p. 164) discute o constante embate do tradutor com a falta ou o excesso na hora de traduzir determinadas palavras, apontando que o tradutor geralmente é tachado de incompetente se o resultado não for uma tradução considerada “linear”, “fiel”, “equivalente”. Mas aponta também que “o equívoco, o deslizamento de sentidos é constitutivo de toda língua, de toda interpretação e, portanto, de todo processo tradutório”.

O ponto mais relevante para nós é o tratamento que o tradutor dá a umas palavras, mas não a outras: aqui ele utilizou duas ou até três palavras para traduzir uma mesma palavra em um mesmo parágrafo, mas nem sempre é o caso. Nesse ponto, nossa hipótese — a qual tentamos consolidar na seção sobre terminologia — é que ele considera certas expressões como *termo* (um conceito relativamente bem definido para expressar uma ideia complexa), outras não. Aos termos, Marcondes tenta dar consistência, reduzindo a variedade com que são traduzidos.

Já dissemos antes (ver Capítulo 1) que, na busca pela precisão, há quase sempre desejo por atingir a monossímia. Um dos recursos usados com esse fim é a repetição do termo: é definida uma palavra para nomear o conceito, e essa palavra é sempre usada nos contextos onde se fizer referência a tal conceito. Ao fazer esse julgamento, o tradutor opta por dar mais peso a um dentre dois fatores: consistência ou compreensão. Enquanto a consistência obriga a restringir, dar mais peso à compreensão permite traduções mais expansivas, visando mostrar facetas da palavra. Vejamos mais uma situação em que o tradutor utilizou esse recurso.

HTW014/QDF014

'In saying x I was doing y' or 'I did y', 'By saying x I did y' or 'I was doing y'. For it was because of the availability of these formulas which seem specially suitable, the former (in) for picking out verbs which are names for illocutionary acts, and the latter (by) for picking out verbs which are names for perlocutionary acts, that we chose in fact the names <i>illocutionary</i> and <i>perlocutionary</i>. (p. 122)
"Ao dizer X estava fazendo Y" ou "Fiz Y" "Por fazer X fiz Y" ou "Estava fazendo y". Foi por dispormos destas fórmulas que nos parecem particularmente adequadas que escolhemos os nomes ilocucionário e perlocucionário. A primeira fórmula "ao" +(em inglês in)+ e serve para designar verbos que indicam atos ilocucionários. A segunda é a fórmula "por" ou "porque" +(em inglês by)+ e serve para identificar verbos que designam atos perlocucionários. (p. 104)

Nesta amostra, é possível ver recursos de expansão usados para dar conta do sentido, o que por sua vez revela o grau de importância atribuído pelo tradutor à distinção em questão. Ambos constituem um esforço de chegar em algum lugar mais próximo do que o autor pretendia e, como já foi dito, são recursos muito comuns em tradução. Senão, vejamos: primeiro, o recurso de deixar os termos da língua-fonte (*in/by*); segundo, o recurso de usar um par de expressões (*por/porque*). Depois de alguns usos de “por ou porque”, o tradutor eventualmente acaba adotando “por(que)” como tradução para *by* — abrindo, assim, duas possibilidades.

O fato de Marcondes ter chegado à solução “por(que)” é muito consistente com sua postura geral de não permitir variedade quando se trata de palavras-chave, mas permitir quando não considera uma expressão como chave. Note-se que, pela decisão dele em condensar em um só termo (ainda que híbrido), entendemos que *by* é um termo para ele, portanto não poderia variar — ou deveria variar o mínimo possível. Esse tipo de postura confirma o que dizem Krieger & Finatto (2004, p. 72) sobre o tradutor atuar como um terminólogo, respondendo por criações neológicas particulares. Discutimos mais as questões terminológicas na próxima seção.

HTW015/QDF015

Whatever we may think of any particular one of these views and suggestions, and however much we may deplore the initial confusion into which philosophical doctrine and method have been plunged, it cannot be doubted that they are producing a revolution in philosophy. If anyone wishes to call it the greatest and most salutary in its history, this is not, if you come to think of it, a large claim. It is not surprising that beginnings have been piecemeal, with *parti pris*, and for extraneous aims; this is common with revolutions. (p. 3-4)

O que quer que pensemos sobre todas essas concepções e sugestões, ou por mais que julguemos deplorável a confusão inicial em que mergulharam a doutrina e o método filosófico, não cabe dúvida de que estão produzindo uma revolução em filosofia. Se alguém quiser considerá-la a maior e mais saudável das revoluções da história da filosofia, não será, se pensarmos bem nisso, um exagero. Não é de surpreender que o início tenha sido fragmentário, com *parti pris* e com motivos extrínsecos, +já que+ isso é comum às revoluções. (p. 23)

HTW016/QDF016

None of the utterances cited is either true or false: I assert this as obvious and do not argue it. It needs argument no more than that 'damn' is not true or false: it may be that the utterance 'serves to inform you'— but that is quite different. (p. 6)

Nenhum dos proferimentos citados é verdadeiro ou falso; considero isto tão óbvio que sequer pretendo justificar. +De fato+, não é necessário justificar, assim como não é necessário justificar que "Poxa!" não é nem verdadeiro nem falso. Pode ser que estes proferimentos "sirvam para informar", mas isso é muito diferente. (p. 24-25)

HTW017/QDF017

Above all all must not be put into flat factual circumstances; for this is subject to the old objection to deriving an 'ought' from an 'is'. (Being accepted is *not* a circumstance in the right sense.) (p. 29)

Mas, acima de tudo, não podemos reduzir as considerações acima a meras circunstâncias factuais, pois estaríamos sujeitos à velha objeção de termos derivado um "dever" de um "ser" — +pois+ ser aceito não é uma circunstância, em sentido estrito. (p. 41)

Os três excertos acima servem como exemplos de um procedimento recorrente na tradução: o acréscimo de articuladores argumentativos ao texto. Observando essas várias ocorrências, não pudemos constatar algo que fosse muito além da concatenação de ideias dentro do texto — ou seja, um recurso de coesão textual. Ainda assim, consideramos o fenômeno digno de registro na nossa análise. Primeiro, por se enquadrar claramente na categoria de expansão, inclusive estando previsto como estratégia de tradução por Fawcett (2003); segundo, por vê-lo como indicativo de postura geral do tradutor: sua proposta de lidar com o fato de que o texto-fonte tem o “propósito de servir mais à exposição oral do que à leitura”, como afirma o próprio tradutor na apresentação (SOUZA FILHO, 1990, p. 14).

HTW018/QDF018

6. The circumstances of the utterance

An exceedingly important aid is the circumstances of the utterance. Thus we may say 'coming from him, I took it as an order, not as a request'; similarly the context of the words 'I shall die some day', 'I shall leave you my watch', in particular the health of the speaker, make a difference how we shall understand them. But in a way these resources are **over-rich**: they lend themselves to equivocation and inadequate discrimination; and moreover, we use them for other purposes, e.g. insinuation. The explicit performative rules out equivocation and keeps the performance fixed, relatively. The trouble about all these devices has been principally their vagueness of meaning and uncertainty of sure reception [...] (p. 76)

6. As circunstâncias do proferimento

Uma ajuda extremamente importante resulta das circunstâncias do proferimento. Assim, podemos dizer: "Vindo dele, interpretei aquilo como uma ordem e não um pedido". Do mesmo modo, o contexto das palavras: "morrerei um dia", "te deixarei o meu relógio" e, em particular, o estado de saúde da pessoa que fala, são relevantes para determinar como estas palavras devem ser interpretadas. Mas, de certo modo, tais recursos são **excessivamente ricos +em significado+**. Prestam-se a equívocos e a distinções errôneas e, além do mais, são utilizados também para outros propósitos, como, por exemplo, a insinuação. O performativo explícito exclui os equívocos e mantém a realização relativamente estável. A dificuldade com esses elementos consiste principalmente no fato de ser vago o seu significado e incerto o resultado de sua recepção. (p. 72)

Esse acréscimo merece um olhar mais detido. Quando Marcondes fala em “significado”, pode-se ter a impressão de que está introduzindo um corpo estranho no discurso de Austin, afinal existe uma forte tradição do termo na filosofia. Aqui vale apenas retomar a já citada corrente que tem como expoente Frege, pois é com essa que Marcondes dialoga, como veremos. Sobre a importância de Frege, Costa (2002, p. 11) afirma: “A principal contribuição de Frege à filosofia da linguagem consistiu na criação de uma teoria esclarecedora da natureza do significado”, baseada “na distinção por ele introduzida entre o significado — para o qual ele usava a palavra ‘sentido’ (em alemão *Sinn*) — e referência [...] (*Bedeutung*)”⁸⁴.

Como é de conhecimento geral, a filosofia da linguagem fregeana, derivada da lógica, tem como base uma semântica formal. Nessa visão, “a semântica faz abstração de variações de uso específicas e considera o significado dos termos independentemente dos usos” (MARCONDES, 2005, p. 10).

Em obra anterior, Marcondes (SOUZA FILHO, 1986, p. 78) havia dito:

Esta visão parece-me baseada essencialmente na concepção de que é a relação entre linguagem e realidade o elemento central e definidor da própria natureza e função da linguagem, i.é., da sua função de descrever, representar o real, e está relacionada exatamente à interpretação da filosofia da linguagem de Frege [...].

Assim, para Marcondes, um dos principais males da filosofia da linguagem fregeana era buscar definir o significado nos termos “da relação entre linguagem e

⁸⁴ Não cabe aprofundar, mas para um panorama sucinto e comentado desse campo recomendamos as obras homônimas *Filosofia da Linguagem*, de Claudio Costa (2002) e Sylvain Aurox (2009).

realidade, em detrimento da questão da comunicação, do uso, da atividade linguística” (SOUZA FILHO, 1986, p. 78-79). É por essa razão que ele afirma na mesma obra (1986, p. 82): “A teoria do significado concebida como teoria da compreensão de sentenças implica a tese fregeana da autonomia da linguagem”, ou seja, para Frege “uma determinada expressão tem um sentido e uma referência independentemente de quem as usa e de seu contexto de uso” (1986, p. 78).

A menção ao “uso” não é gratuita: enquanto filósofo, Marcondes subscreve em grande parte às ideias de Wittgenstein, em quem enxerga “pontos em comum” com Austin, entre eles a questão da relação entre linguagem e “mundo”, ou realidade. Aliás, Marcondes dedica as primeiras seções de sua tese (SOUZA FILHO, 1984) justamente à questão da concepção de linguagem e da relação entre realidade e linguagem. De fato, Marcondes posteriormente dirá que “a linguagem é uma forma de ação, e não de descrição do real” (MARCONDES, 2005, p. 12).

A conclusão a que Marcondes chega em relação à visão fregeana é que “partindo de uma teoria do significado com estas características, não me parece que se possa chegar a uma teoria da atividade linguística” (SOUZA FILHO, 1986, p. 82).

Se é assim, porque Marcondes teria acrescentado o termo “significado” em um trecho que Austin fala das circunstâncias do proferimento? Primeiro, obviamente, para complementar textualmente a expressão “excessivamente ricos”, numa tentativa de precisar o sentido. Segundo, porque, na verdade, ele não quer defender “a eliminação da teoria do significado, mas sim indicar a necessidade de considerar o problema do significado a partir do conceito de ação” (SOUZA FILHO, 1986, p. 84).

Nesse sentido, ele propõe como projeto filosófico “questionar o tratamento autônomo da linguagem e a redução da língua à compreensão do significado” e “questionar o privilégio da sentença assertórica como forma ou modelo básico da estrutura da linguagem, em favor de noções como ato de fala e jogo de linguagem” (1986, p. 84-85). Para ele, “isto corresponderia à passagem da análise da *sentença* para a análise do *ato de fala*, do *uso linguístico*” (SOUZA FILHO, 1986, p. 84).

Podemos, então, resumir a visão de Marcondes com o que ele diz na apresentação (SOUZA FILHO, 1990, p. 11):

O significado de uma sentença não pode ser estabelecido através da análise de seus elementos constituintes, da contribuição de sentido e da referência das partes ao todo da sentença, como quer a tradição inspirada em Frege, Russell e Moore, mas, ao contrário, são as condições de uso da sentença que determinam seu significado.

Assim, “a investigação filosófica sobre a linguagem deveria realizar-se não em uma *teoria do significado*, mas em uma *teoria da ação*” (SOUZA FILHO, 1986, p. 73). Como seria essa abordagem? Segundo Marcondes, trata-se de encarar “o conceito como expressão linguística, e não como entidade mental ou objeto lógico, e procurando elucidá-la — isto é, estabelecer sua definição ou significado — a partir das condições de uso desta expressão”, mas essa elucidação teria “caráter provisório e relativo” (SOUZA FILHO, 1990, p. 11).

Como se pode ver, Marcondes não abandona a noção de significado, embora reconheça que, na visão austiniana endossada por ele, “o conceito mesmo de significado se dissolve, dando lugar a uma concepção de linguagem como um complexo que envolve elementos do contexto, convenções de uso e intenções dos falantes” (SOUZA FILHO, 1990, p. 11).

Diante de toda a atenção que Marcondes dedicou em seus textos em torno do significado e dos discursos da filosofia da linguagem que se mobilizam quando o termo é usado, é possível ver como o acréscimo de QDF018 foi calculado e está profundamente intrincado com o tema tratado por Austin no excerto HTW018 — a questão das circunstâncias do proferimento, ou seja, o contexto de uso, que não por acaso é, na visão do tradutor, o que determina o significado de uma sentença.

4.3.2 Condensação terminológica

HTW019/QDF019

First and most obviously, many 'statements' were shown to be, as KANT perhaps first argued systematically, strictly **nonsense**, despite an unexceptionable grammatical form: and the continual discovery of fresh types of **nonsense**, unsystematic though their classification and mysterious though their explanation is too often allowed to remain, has done on the whole nothing but good. Yet we, that is, even philosophers, set some limits to the amount of **nonsense** that we are prepared to admit we talk [...] (p. 2) The type of utterance we are to consider here is not, of course, in general a type of **nonsense**; though misuse of it can, as we shall see, engender rather special varieties of '**nonsense**'. [...] We shall take, then, for our first examples some utterances which can fall into no hitherto recognized *grammatical* category save that of 'statement', which are not **nonsense** [...] (p. 4).

Em um primeiro momento e de forma mais óbvia, mostrou-se que muitas “declarações”, como Kant* primeiro sustentou de maneira sistemática, eram estritamente **sem sentido**, apesar de sua forma claramente gramatical; e a contínua descoberta de novos tipos de **sentenças sem sentido** resultou, a grosso modo, em um bem, por mais assistemática que fosse sua classificação e misteriosa sua explicação. Contudo, até mesmo nós, os filósofos, estabelecemos certos limites para a quantidade de **sentenças sem sentido** que estamos dispostos a admitir. (p. 22) [...] o tipo de proferimento que vamos aqui considerar não consiste obviamente em um caso de **falta de sentido**, embora o seu uso inadequado possa gerar, como veremos, variedades muito especiais de “**falta de sentido**” (**nonsense**). [...] (p. 23) Como primeiros exemplos vamos tomar alguns proferimentos que não podem ser enquadrados em nenhuma das categorias gramaticais reconhecidas, exceto a de “declaração”; tampouco constituem casos de **falta de sentido** (p. 24)

Neste primeiro excerto da categoria *Terminologia*, vale retomar para início de análise algo que já foi citado quando vimos as amostras QDF011 a QDF013: a forma como Marcondes lida com *termos* e *não termos*. Basta um exame visual para constataremos que Marcondes não tentou impor à palavra *nonsense* uma única forma traduzida, mas deixou que se formasse um mosaico de soluções mais direcionadas à adequação caso a caso, mantendo a ideia geral.

Não se podemos deixar de levar em consideração o fato de que a questão do *nonsense* tem uma memória em filosofia da linguagem: os positivistas adotavam *nonsense* para se referir a sentenças que não fossem verificáveis empiricamente; enquanto os lógicos usavam essa expressão (ou *meaningless*) para categorizar as sentenças às quais não se pudesse considerar verdadeiras ou falsas — e é isso que Austin está comentando em HTW019.

Note-se que Marcondes em duas ocasiões usou *sentenças*, e não *declarações*, como no começo do parágrafo. Há dois motivos para isso: (1) como já vimos, ele estabeleceu na primeira nota de tradutor que a tradução de *statement* seria *declaração*; e de *sentence*, *sentença*; (2) porque trata-se de uma crítica à semântica formal, que fragmentava a linguagem em *sentenças* para analisar *proposições* (*propositions*) expressas por elas. Não caberia, portanto, outro termo.

Esse caso remete novamente à questão da memória da palavra. Nesse sentido, retomemos também um princípio fundamental da visão dialógica da linguagem, nas palavras de Amorim (2004, p. 133):

[...] todo enunciado, que ele saiba ou não, que ele queira ou não, responde a enunciados anteriores. O objeto de que se fala já foi falado antes. A palavra com que se fala já foi utilizada antes. E, de acordo com Bakhtin, ambos trazem sempre com eles suas respectivas memórias. A pluralidade de contextos de enunciação habita assim cada texto e suas vozes serão tanto mais audíveis quanto o permita a memória discursiva do leitor.

Assim, ao explicitar o termo “sentença” no contexto da crítica de Austin, Marcondes mobiliza essa memória — esses discursos da semântica formal de Frege e Russell —, contextualizando ainda mais a crítica. Ao mesmo tempo, o tradutor se coloca como crítico junto com Austin, apartando ainda mais a abordagem da teoria da ação de outras abordagens filosóficas. O que estamos entrevendo aqui são justamente as relações dialógicas, lembrando que, como diz Grillo (2006, p. 126), “essas relações são de natureza axiológico-semântica, ocorrem entre enunciados e

também no interior de um mesmo enunciado”. Em outros termos, há uma questão valorativa envolvida aí, uma adesão e uma não adesão a determinados pontos de vista e discursos sobre um objeto.

Além da questão discursiva, voltaremos a abordar a tendência ao uso consistente ou não de certas formas. Nas próximas análises, isso ficará mais claro.

HTW020/QDF020

Besides the uttering of the words of the so-called performative, a good many other things have as a general rule to be right and to go right if we are to be said to have happily brought off our action. What these are we may hope to discover by looking at and classifying types of case in which something **goes wrong** and the act—marrying, betting, bequeathing, christening, or what not—is therefore at least to some extent a failure: the utterance is then, we may say, not indeed false but in general **unhappy**. And for this reason we call the doctrine of the *things that can be and go wrong* on the occasion of such utterances, the doctrine of the *Infelicities*. (p. 14)

Além do proferimento das palavras chamadas performativas, muitas outras coisas em geral têm que ocorrer de modo adequado para podermos dizer que realizamos, com êxito, a nossa ação. Quais são essas coisas esperamos descobrir pela observação e classificação dos tipos de casos em que algo **sai errado** e nos quais o ato — isto é, casar, apostar, fazer um legado, batizar, etc. — redunde, pelo menos em parte, em fracassar. Em tais casos não devemos dizer de modo geral que o proferimento seja falso, mas **malogrado**. Por esta razão chamamos a doutrina das *coisas que podem ser ou resultar malogradas*, por ocasião de tal proferimento, de doutrina das *infelicitades*. (p. 30)

HTW021/QDF021

Now if we sin against any one (or more) of these six rules, our performative utterance will be (in one way or another) **unhappy**. But, of course, there are considerable differences between these 'ways' of being **unhappy**—ways which are intended to be brought out by the letter-numerals selected for each heading. (p. 15)

Ora, se transgredirmos uma dessas seis regras, nosso proferimento performativo será, de uma forma ou de outra, **malogrado**. Mas é claro que há diferenças consideráveis entre as diversas "maneiras" de ser **malogrado** — maneiras que, esperamos, estejam assinaladas pelas letras e números selecionados para cada item. (p. 31)

HTW022/QDF022

We need names for referring to this general distinction, so we shall call in general those **infelicities** A.1-B.2 which are such that the act for the performing of which, and in the performing of which, the verbal formula in question is designed, is not achieved, by the name MISFIRES: and on the other hand we may christen those **infelicities** where the act is achieved ABUSES (do not stress the normal connotations of these names!) (p. 16)

Precisamos de nomes para nos referirmos a esta distinção geral, por isso chamaremos desacertos os atos **malogrados** do tipo A.1-B.2, em que não se consegue levar a cabo o ato para cuja realização, ou em cuja realização, é indispensável a forma verbal correspondente. Por outro lado, chamaremos de abusos aqueles atos **malogrados** **+(de tipo Γ)+** em que a ação é concretizada (obviamente não se devem enfatizar as conotações usuais destes termos). (p. 32)

HTW023/QDF023

When the utterance is a misfire, the procedure which we purport to invoke is disallowed or is botched: and our act (marrying, &c.) is **void** or without effect, &c. We speak of our act as a purported act, or perhaps an attempt—or we use such an expression as 'went through a form of marriage' by contrast with 'married'. On the other hand, in the Γ cases, we speak of our **infelicitous** act as 'professed' or 'hollow' rather than 'purported' or '**empty**' [...] (p. 16)

Quando o proferimento for um desacerto, o procedimento invocado é esvaziado de sua autoridade e assim nosso ato (casar, etc.) é **nulo** ou sem efeito. Em tais casos dizemos que nosso ato foi tão-somente intencionado ou, ainda, que foi uma mera tentativa; ou usamos expressões como: "foi uma forma de união" em oposição a "casamos". Por outro lado, nos casos de tipo Γ dizemos que o ato **malogrado** foi "professado" ou "vazio", em vez de dizer que foi "pretendido" ou "**nulo**". (p. 32)

Nos excertos acima estão destacados vários termos. É fácil notar que uma palavra predomina: *malogrado*. Um procedimento tão sistemático salta aos olhos. Embora o procedimento não tenha sido executado de modo absoluto, pois em ao menos uma ocorrência o tradutor deixou de “uniformizar”, fica clara a tendência do tradutor de condensar a terminologia.

TEXTO-FONTE	TEXTO-ALVO	PÁG.
[something] goes wrong	[algo sai] errado	14/30
unhappy [utterance]	[proferimento] malogrado	14/30
[things] go wrong	[coisas] malogradas	14/30
unhappy [utterance]	[proferimento] malogrado	15/31
[being] unhappy	[ser] malogrado	15/31
infelicities	[atos] malogrados	16/31
infelicities	[atos] malogrados	16/32
infelicitous [act]	[ato] malogrado	16/32

Tab. 1. Malogrado

Nesta parte, Austin introduz argumentos contra análise de declarações em termos de verdadeiro/falso. O efeito da escolha tradutória é que o foco se desloca da infelicidade enquanto fenômeno geral para o fato de o proferimento/ato em si ser “malogrado”, ou seja, malsucedido — uma noção mais palpável, remetendo à ideia de algo que foi tentado, mas falhou. Da ótica do nosso arcabouço teórico, o que isso nos diz sobre o tradutor? As escolhas apontam para uma visão específica do fenômeno, pois o tradutor fez a opção de nomear o ato com uma palavra de sentido menos metafórico do que a escolhida por Austin. Uma leitura nesse sentido se mostra coerente quando consideramos que a suavização de metáforas é algo recorrente ao longo da tradução, como se verá na seção de Reacentuação.

Cabe notar também que, em QDF022 o tradutor faz um acréscimo (“de tipo Γ ”) remetendo ao esquema de classificação de Austin para especificar o tipo de infelicidade. Além da nítida intenção de padronizar o uso do termo para essa categoria de infelicidade, Marcondes parece ter um projeto específico quanto à ideia da infelicidade do ato, mais relacionada à ação (tentativa de fazer algo com a linguagem), que ele considera ponto central da teoria.

Curiosamente, porém, essas ocorrências de *malogrado* estão concentradas somente na 2ª Conferência, em que Austin esboça uma taxonomia das infelicidades. No resto da tradução, não há mais qualquer menção ao termo *malogrado* — da 3ª Conferência em diante, há 14 ocorrências de *unhappy*, todas traduzidas por *infeliz(es)*. O adjetivo *infelicitous* aparece apenas mais uma vez na obra, em uma frase que diz “[...] it is **not infelicitous** in any of our senses” (1962, p. 43), que foi traduzida como “não se trata de **infelicidade** em nenhum dos sentidos que já vimos” (1990, p. 50). Aliás, todas as ocorrências de *unhappiness* foram consistentemente traduzidas como *infelicidade*.

A essa altura, é importante lembrar por que adotamos o método comparativo diferencial de Heidmann: somente com esse olhar teórico é possível colocar os dois textos, dois sujeitos, em diálogo, sem tornar essa análise uma avaliação do que o tradutor fez — isto é, sem hierarquizar. Isso se torna crucial no caso da tradução epistêmica, em que o tradutor geralmente também é um especialista em plenas condições de propor esse diálogo com o autor, como é o caso aqui.

Não se pode esquecer que o texto de Austin é um enunciado sobre um objeto de estudo — não é a primeira e nem será a última palavra sobre ele. Aliás, já vimos que Austin constrói sua teoria em diálogo com toda uma tradição filosófica, em especial com a semântica formal. Por sua vez, a tradução também é um enunciado e necessariamente irá se posicionar sobre esse mesmo objeto, mesmo que haja um esforço no sentido de “preservar o original”. Isso porque, na visão fundamentada no dialogismo, as palavras não nos chegam neutras e vazias, mas sempre carregadas de vozes e sentidos, fazendo parte de uma cadeia de enunciados — e nenhum esforço em contrário pode mudar isso, pois é da própria natureza da linguagem. As decisões tradutórias implicarão sempre palavras de uma língua-alvo que não é transparente nem abstrata: é uma língua usada no cotidiano, de onde carrega sentidos potenciais.

HTW024/QDF024

3. *Presupposes*

'All Jack's children are bald' presupposes that Jack has some children. We cannot say 'All Jack's children are bald but Jack has no children', or 'Jack has no children and all his children are bald'. There is a common feeling of **outrage** in all these cases. But we must not use some blanket term, 'implies' or 'contradiction', because there are very great differences. There are more ways of killing a cat than drowning it in butter; but this is the sort of thing (as the proverb indicates) we overlook: there are more ways of **outraging speech** than contradiction merely. The major questions are: how many ways, and why they **outrage speech**, and wherein the **outrage** lies? (p. 48)

3. Pressuposição

"Todos os filhos de João são calvos" pressupõe que João tenha filhos. Não podemos dizer "Todos os filhos de João são calvos, mas João não tem filhos" ou "João não tem filhos, mas todos os seus filhos são calvos".

Em todos esses casos há o sentimento comum de se estar cometendo um **abuso**, embora não possamos englobá-los sob um termo geral, como "implica" ou "contradição", por existir entre eles sensíveis diferenças. Há muitas maneiras de se matar um gato além de afogá-lo na manteiga, mas isto é o tipo de coisa (como indica o provérbio inglês) que nos passa despercebida. Há outras maneiras de se **cometer abusos linguísticos** além da contradição. Os principais tópicos a este respeito são: quantas são essas maneiras? Por que constituem um **abuso linguístico**? E em que consiste tal **abuso**? (p. 53-54)

O primeiro ponto a destacar nesse excerto é a tradução de *outrage*. É mais um caso em que o tradutor se empenhou por dar consistência terminológica à obra. Esse segmento apenas exemplifica, mas fazendo uma varredura em toda a obra pudemos constatar as seguintes traduções:

TEXTO-FONTE	TEXTO-ALVO	PÁG.
abuse	desrespeito	16/31
abuses	abusos	18/33
abuse	abuso	25/38
outrageously	abusivo	48/52
outrage	abuso	48/54
outraging	[cometer] abuso	48/54
outrage	abuso	48/54
outrage	abuso	48/54

Tab. 2. Abuso

Antes de mais nada, é preciso destacar que todas as buscas desta pesquisa foram feitas manualmente, observadas caso a caso, visto que é uma pesquisa de ordem qualitativa e, portanto, não pode prescindir de analisar o contexto. Foi por essa razão que excluímos da tabela uma ocorrência de *outrageous* traduzida como "absurdas" (AUSTIN, 1990, p. 35), visto que era um uso corriqueiro da palavra, que nada tinha a ver com a subcategoria da taxonomia das infelicidades austiniana.

Voltando à Tabela 2, é possível ver que apenas uma ocorrência de *abuse* foi traduzida por *desrespeito*. Cabe destacar que, em nota, o editor Urmson (AUSTIN, 1962, p. 18) diz que Austin em certos momentos usava outros nomes para as infelicidades, e *disrespect* é justamente um dos nomes alternativos para a subclasse que consta na árvore taxonômica de Austin como “Abuses”.

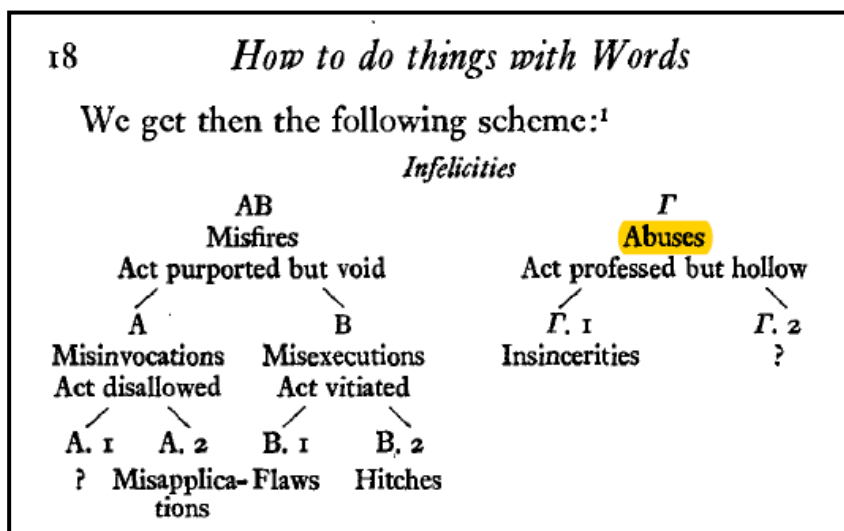


Fig. 3. Esquema de Infelicidades (em inglês)

Contudo, assim como ocorre com muitos outros termos lançados por Austin, essa é a única menção a *disrespect* na obra. É possível que tenha sido uma tentativa de nomear no início da tradução com base nessa abertura, mas é mais relevante para nós o fato de Marcondes condensar vários termos em um só. Como se sabe, a seleção lexical é um dilema frequente na tradução. Essas escolhas quase sempre têm motivo e muitas vezes revelam algo sobre a abordagem do tradutor.

Outro ponto que chama atenção no excerto HTW024/QDF024 é a tradução *speech* > *linguístico(s)*. Nos contextos em que não se trata de *speech act* (ato de fala), *speech* quase sempre foi traduzido como “linguístico”, como no excerto abaixo:

HTW025/QDF025

The 'I' who is doing the action does thus come essentially into the picture. An advantage of the original first person singular present indicative active form—or likewise of the second and third and impersonal passive forms with signature appended—is that this implicit feature of the **speech-situation** is made *explicit*. (p. 61)

O “eu” que está realizando a ação entra, assim, essencialmente na cena. Uma vantagem da forma com a primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa — e também das formas na voz passiva (na segunda e terceira pessoas e quando o verbo é “impessoal”), todas elas com a assinatura apostada — é que se torna *explícita* esta característica implícita da **situação linguística**. (p. 62)

Novamente aqui poderíamos chamar a atenção para o fato de que Marcondes condensa e consolida a terminologia. Por exemplo, quando o autor se refere ao uso de palavras, à chamada materialidade da língua, o tradutor opta por sintetizar no termo *linguístico* as expressões usadas por Austin no texto-fonte, demonstrando que a visão que ele possui desse vocábulo é de algo mais material, mais ligado às formas da língua — essa visão por sua vez se confrontará, na arena da palavra, com outras vozes e visões prévias e antecipadas.

Uma observação que talvez seja pertinente aqui é a que faz Mittmann (2003, p. 153), quando fala sobre as escolhas de tradução para uma palavra:

[...] o tradutor, ao atribuir — através do atravessamento de um outro discurso ou não — um sentido para a palavra, silencia os demais sentidos possíveis. O silenciamento, espontâneo ou não, mas sempre necessário para que se possa dizer algo, está diretamente ligado à tentativa de controle do discurso.

Essa ideia traz à tona também as implicações que já comentamos aqui nas considerações teóricas sobre nominação — o fato de que há um outro lado dessa moeda: o silenciamento não só cala discursos e ativa outros, como também muitas vezes revela a própria posição do tradutor.

HTW026/QDF026

But in written language—and even, to some extent, in spoken language, though there they are not so necessary—we rely on adverbs, adverbial phrases, or **turns of phrase**. (p. 74-75)

Na linguagem escrita — e, até mesmo, em certos casos, na linguagem falada, embora nesta isto não seja tão necessário — utilizamos advérbio e expressões adverbiais e certos **torneados linguísticos**. (p. 71)

HTW027/QDF027

We may accompany the utterance of words by gestures [...] or ceremonial non-verbal actions. These may sometimes serve without the **utterance of any words**, and their importance is very obvious. (p. 76)

Podemos acompanhar o proferimento com gestos [...] ou com atos cerimoniais não-verbais. Tais recursos, às vezes, podem ser usados sem o **proferimento linguístico**, e sua importância é muito óbvia. (p. 72)

HTW028/QDF028

For good value, I shall give you some lists to indicate the extent of the field. [...] An enormous number, such as 'question', 'ask', 'deny', &c., seem naturally to refer to **conversational interchange**: but this is no longer necessarily so, and all, of course, have reference to the communicational situation.

Apresentarei algumas listas [de verbos expositivos] para indicar a vastidão do campo. [...] Um grande número, tal como "questiono", "pergunto", "nego", etc., parece naturalmente referir-se à **troca linguística**, embora não necessariamente. E todos, naturalmente, são expositivos usados em situações de comunicação.

Neste último caso, o uso de “linguística” chama mais a atenção. Focar no aspecto linguístico da conversação é uma visão bem específica. Considerando que o tradutor é sistemático no uso dos termos e que *linguístico* foi usado em outras ocasiões, é de se supor que neste uso não seja gratuito. Foi possível encontrar em outros textos de autoria de Marcondes (2003, 2005, 2006, 2017) a expressão “troca linguística”, sempre no contexto das máximas conversacionais de Grice, ou seja, claramente o sentido de conversação, diálogo, etc.

Quando o termo *speech* está relacionado ao uso concreto da linguagem, o tradutor adotou outras opções para verter “speech” (entre elas, “linguístico” e “fala”). No excerto abaixo (HTW029/QDF029), podemos ver um exemplo disso. Nesse trecho, Austin está tentando definir o *rheme* — associado à “instância particular”, ou seja, “seu proferimento concreto em um contexto determinado”, como explica Marcondes (AUSTIN, 1990, p. 87, nota do tradutor). Esse uso de *speech* está mais próximo do contexto geral da obra, ou seja, à teoria do *ato de fala*.

HTW029/QDF029

The pheme is a unit of <i>language</i>: its typical fault is to be nonsense—meaningless. But the rheme is a unit of speech; its typical fault is to be vague or void or obscure, &c. (p. 98) [...] When we perform a locutionary act, we use speech. (p. 99)

O “pheme” é uma unidade da <i>linguagem</i>. Sua deficiência característica é carecer de sentido. Mas o “rheme” é uma unidade da fala. Sua deficiência característica é ser impreciso, vago ou obscuro, etc.
--

Apesar desses exemplos do esforço de consistência terminológica empreendido, é válido também observar casos em que Marcondes se desvia da consistência, pois essas situações podem revelar algo sobre o ponto de vista do tradutor — ainda que não alcançando as intenções, tentando enxergar seus efeitos, (ou, mais na linha do que diz Bakhtin, colocando perguntas e observando para obter as respostas).

HTW030/QDF030

The act of 'saying something' in this full normal sense I call, {i.e. dub,} the performance of a locutionary act, and the study of utterances thus far and in these respects the study of locutions, or of the full units of speech. (p. 94)

A esse ato de “dizer algo” nesta acepção normal e completa chamo de realização de um ato locucionário, e ao estudo dos proferimentos desse tipo e alcance chamo de estudo de locuções, ou de unidades completas do discurso. (p. 85)
--

Esse é justamente um dos casos em que o tradutor foge à própria regra. Mas o que essa opção tradutória deixa entrever? De início, podemos ver que essa acepção de *speech* deriva de “parts of speech”, conceito oriundo da tradição gramatical grega, que (como se sabe) influenciou estudos de gramática de muitas línguas. É possível afirmar que esse uso específico de “discurso” no caso presente tem a mesma origem, visto que o estudo das “partes do discurso” era de particular interesse dos filósofos como aponta Neves (2011, p. 643) em artigo sobre o legado grego na terminologia gramatical brasileira. Ainda hoje, é fácil encontrar artigos em filosofia que usam essa nomenclatura.

O que nos interessa aqui são justamente as relações dialógicas que estabelecem nesse momento de escolher que palavra será usada numa tradução. Como ressalta Amorim (2004, p. 128), “as relações dialógicas não são possíveis apenas entre enunciados completos, mas também em relação a toda parte significativa do enunciado, por exemplo, uma única palavra”.

Embora a expressão “parts of speech” não seja citada, o tradutor-filósofo, imerso nos usos e discursos da filosofia, percebeu a associação e fez uma escolha que estabelece relações com esse campo específico do conhecimento na sua própria cultura-alvo, evocando através do nome (*discurso*) a alusão a uma determinada abordagem da língua e da gramática que a tradição filosófica emprega, isto é, para se referir ao estudo puramente estrutural (“estudo das locuções”), relativo ao nível da *sentença*. De fato, o processo de nominação diz algo sobre quem nomeia — e quem nomeia aqui é um filósofo com conhecimento da tradição.

Nas escolhas que fez em ambos os casos, o tradutor revela justamente as relações dialógicas que estamos buscando, bem como um ponto de vista que, embora não determine, de certo modo condiciona essas escolhas.

HTW031/QDF031

A fourth test would be to ask whether what one says could be literally false, as sometimes when I say 'I am sorry', or could only involve insincerity (unhappiness) as sometimes when I say 'I apologize': these phrases blur the distinction between insincerity and falsehood.²

² There are parallel phenomena to these in other cases: for example a specially confusing one arises over what we may call **{dictional or}** expositive performatives. (p. 80)

Um quarto teste seria perguntar se o que a pessoa diz poderia ser literalmente falso, como ocorre às vezes quando digo “lamento”, ou se poderia apenas envolver insinceridade (infelicidade), como quando se diz, às vezes, “Peço desculpas”. Estas expressões obscurecem a distinção entre insinceridade e falsidade⁵.

⁵ Há fenômenos paralelos a estes em outros casos. Um exemplo realmente perturbador se dá com o que podemos chamar de performativos expositivos. (p. 74-75)

Consideramos relevante observar um último excerto para fechar a questão da condensação terminológica. Em HTW031, Austin, seguindo a sua linha de explorar neologismos e deixar a terminologia em aberto, propõe o termo *dictional* como denominação alternativa para os expositivos, sendo essa a única menção ao termo na obra. Mais adiante, Austin (1990, p. 78) dirá: “trata-se da classe que chamo de *expositivos* [expositives] ou *performativos exposicionais* [expositional]”. Com isso, seriam três termos para a mesma categoria. No fim, Austin acaba por adotar *expositivos* para esse tipo de proferimento.

Diante disso, é possível afirmar que a decisão de suprimir a palavra *dictional* representa mais um exemplo dos esforços de Marcondes no sentido de condensar a terminologia. Poderia esta decisão de excluir um termo introduzido por Austin estar relacionada ao grau de adoção desse termo em tempo posterior à obra? Uma consulta inicial na internet não revela sequer um resultado em que o termo “dictional” esteja associado a “performative” ou mesmo à teoria de Austin — a não ser pelo próprio trecho em que é citado em *HTW*. É de supor então que o termo realmente não tenha vingado nem mesmo na língua inglesa, o que poderia ter motivado a decisão de Marcondes. É claro que nem mesmo uma pesquisa exaustiva poderia revelar as intenções do tradutor, mas o efeito geral na tradução é que essa supressão reduz a profusão de termos da obra.

As próximas análises serão dedicadas a um caso que consideramos emblemático da questão terminológica da versão traduzida de *HTW*. Trata-se da tradução de *utterance*, um dos principais termos da obra e praticamente onipresente. Contabilizamos mais de 170 ocorrências de *utterance*. Dessas, 157 (mais de 90%) foram traduzidas por *proferimento*, tal como anunciado pelo tradutor na primeira nota de rodapé. É um grau altíssimo de consistência. Diante disso, torna-se ainda mais premente analisar e tentar interpretar os “desvios”, como já mencionamos antes. Entre eles, os mais relevantes são os casos em que *utterance* foi traduzida por *expressão* e os casos em que foi vertida por *declaração*.

HTW032/QDF032

There is something which is *at the moment of uttering* being done by the person *uttering*. Where there is *not*, in the verbal formula of the **utterance**, a reference to the person doing the **uttering**, and so the acting, by means of the pronoun 'I' (or by his personal name), then in fact he will be 'referred to' in one of two ways:

(a) In verbal **utterances**, *by his being the person who does the uttering*—what we may call the **utterance-origin** which is used generally in any system of verbal reference-co-ordinates.

(b) In written **utterances** (or 'inscriptions'), *by his appending his signature* (this has to be done because, of course, written **utterances** are not tethered to their origin in the way spoken ones are).

(p. 60-61)

Há algo que, *no momento em que se profere a expressão*, está sendo realizado pela pessoa que a **profere**.

Quando, na fórmula verbal da **expressão** não há uma referência à pessoa que a **profere** e assim realiza o ato, isto é, quando não há uma referência a ela por meio do pronome "eu" (ou por seu nome próprio), então "far-se-á referência" à dita pessoa por meio de uma dessas fórmulas:

(a) Nas **expressões** orais, *pelo fato de ser ela a pessoa que profere a expressão*, o que podemos chamar de *origem* do **proferimento**, que é usado geralmente em qualquer sistema de coordenadas-de-referência verbais.

(b) Nos **proferimentos** escritos (ou "inscrições"), *pelo fato de ser a dita pessoa que coloca a sua assinatura* (naturalmente que tem de fazer isso, já que as **expressões** escritas não estão ligadas à sua origem da mesma forma em que o estão as orais).

(p. 61-62)

Após boa parte da obra traduzindo *utterance* consistentemente como *proferimento*, chega um momento em que Marcondes adota opções que envolvem o termo *expressão* ou o verbo *proferir* + *expressão*, que neste trecho praticamente domina o uso, embora restem usos de *proferimento*. O que poderia levar o tradutor a essa solução de forma tão aparentemente abrupta e ao mesmo tempo pontual, considerando que são muito poucos os casos desse tipo no decorrer da obra?

O contexto desse excerto pode dar alguns indícios. Nesse ponto, mais precisamente a 5ª Conferência, Austin discute como considerações de felicidade e infelicidade podem infectar declarações e como avaliações de verdade e falsidade podem infectar os performativos. A certa altura, Austin (1990, p. 59) propõe:

Temos, então, que dar mais um passo à frente no deserto da precisão comparativa. Devemos perguntar: há alguma forma precisa para distinguir o proferimento constativo do performativo? E, em particular, deveríamos naturalmente indagar primeiro se existe algum critério *gramatical* (ou lexicográfico) para distinguir os proferimentos performativos.

Ele passa então a explorar que fórmulas linguísticas poderiam identificar de forma inequívoca o performativo, apontando logo de início o presente do indicativo na voz ativa como o que seria o tipo mais comum e mais explícito de performativo. Em suma, aqui Austin se concentra no aspecto linguístico, examinando formas verbais, sintaxe, elipse de palavras, etc. e usando palavras como *vocabulary*, *grammar* e *sentence*, que é usada para falar da dimensão locucionária.

Diante desse contexto, como compreender a opção de Marcondes? Bem, a princípio pode-se ver uma tentativa de descolar um pouco do sentido proposto por ele mesmo na fundamental nota em que define os termos (AUSTIN, 1990, p. 21): "O

proferimento é a emissão concreta e particular de uma sentença, em um momento determinado, por um falante determinado”. Essa definição delimita o proferimento à instância particular, especialmente ao contrapor este à noção de *sentença* (sendo esta algo mais material, mais próxima da *oração* tal como vista por Bakhtin).

Aliás, apesar de a nota afirmar que “as definições correspondem ao emprego feito por Austin”, o próprio tradutor diz que há inúmeras controvérsias em Filosofia da Linguagem quanto a isso. Assim, não nos parece que as definições de Marcondes sejam “correspondentes” às de Austin, mas na verdade bebem de uma fonte bem mais ampla — os discursos da filosofia. Tanto é que o tradutor não se mostra totalmente alinhado com os usos que Austin faz de seus termos-chave.

É relevante apontar aqui o que diz François (2015, p. 33):

Há algo como um diálogo entre nossa experiência atual e o que nos fica de nossas experiências passadas e, em última instância, de experiências possíveis, experiências imaginárias, experiências indiretas, através das narrativas ou comentários dos “outros”.

Esse diálogo, a que François se refere para explicar a noção de ponto de vista como heterogêneo, parece ocorrer nessa parte da tradução. Entendemos que Marcondes, assim como provavelmente outros tradutores fariam na mesma situação, dialoga não apenas com o autor, mas com várias fontes, para tomar suas decisões, além de antecipar na nota do início a possível resposta a situações desse tipo.

Como explicar o fato de que agora o termo *utterance* seja usado para falar do aspecto formal do proferimento? A escolha e, ainda por cima, a definição adotada pelo tradutor limitam o uso do termo *proferimento*. Por isso, Marcondes recorre a uma palavra externa à teoria — *expressão* — utilizando-a de forma bem próxima aos usos que o próprio Austin faz de *expression*, isto é, apenas para falar da forma da língua⁸⁵. Desse modo, o efeito resultante parece ancorar o conceito de proferimento mais na materialidade da língua, adequando-o ao contexto do capítulo.

Podemos observar essa mesma lógica operando no excerto abaixo, onde Austin usa *utterance* com um sentido muito mais material do que de costume. De fato, Doerge (2013, p. 211) afirma que o próprio Austin às vezes despreza a distinção entre as expressões (no sentido de *sentença*, *sequência de palavras*) e o proferimento (*utterance*) dessas expressões, abrindo espaço em alguns pontos da obra para leituras diversas e ambiguidades.

⁸⁵ Os usos de Austin incluem exemplos como: *the expression ‘explicit performative’*, *the expression ‘use of language’*, *the expressions ‘meaning’ and ‘use of sentence’*, etc.

Sobre isso, há na 2ª edição de *HTW* uma nota de rodapé de Austin (1975, p. 92) dizendo: “I use ‘utterance’ only as equivalent to *utteratum*: for *utteratio* I use ‘the issue of an utterance’”⁸⁶.

Doerge (2013, p. 249) aponta, porém, que Austin só introduz essa nota em um ponto avançado da obra, já depois de haver concluído sua exposição sobre performativos e constatativos, e que o autor repetidamente ignora a própria distinção mesmo após essa nota.

Realmente, em *HTW* encontramos apenas duas vezes a expressão “issue a [...] utterance” (1962, p. 6) e outras duas “the issuing of an utterance” (AUSTIN, 1962, p. 68 e p. 138), que Marcondes traduziu uma vez por “fazer um proferimento” (AUSTIN, 1990, p. 67) e as outras três por “emitir um proferimento” (1990, p. 25 e p. 115). Vemos que o tradutor se posiciona diante desse dilema, fazendo uma escolha que aparentemente seria uma quebra na consistência terminológica para usar a tradução *expressão*, dando um foco mais próximo da ideia de *sentença*.

HTW033/QDF033

Perhaps these distinctions are not important: but there are similar transitions in the case of performatives, as for example:
 'I quote': he quotes.
 'I define': he defines (e.g. x is y).
 'I define x as y'.
 In these cases the **utterance** operates like a title: is it a variety of performative? It essentially operates where the action suited to the word is itself a verbal performance. (p. 82)

Talvez tais distinções não sejam importantes, mas há transições semelhantes no caso dos performativos. Assim, por exemplo, quando se diz:
 "Cito", e faz-se uma citação.
 "Defino", e dá-se uma definição (por exemplo, "x é y").
 "Defino x como y".
 Nestes casos a **expressão** funciona como um título. Trata-se de um tipo de performativo? Essencialmente funciona assim quando a ação adequada à palavra é ela própria uma ação verbal. (p. 75-76)

Passando à análise dos casos em que *utterance* foi traduzido por *declaração*, observemos os dois excertos abaixo (HTW034/QDF034 e HTW035/QDF035) para entender como o processo de nominação durante a tradução nunca é algo isolado, mas sempre retoma o projeto que o tradutor vem empreendendo. E é a esse projeto que Marcondes remete ao fazer essas escolhas.

⁸⁶ Essa nota não aparece na edição brasileira. Como dito na seção sobre o *corpus*, embora contenha vários trechos e notas da 2ª ed. de *HTW*, a obra traduzida foi majoritariamente baseada na 1ª edição.

HTW034/QDF034

(l) Surely to state is every bit as much to perform an illocutionary act as, say, to warn or to pronounce. [...] 'Stating' seems to meet all the criteria we had for distinguishing the illocutionary act. Consider such an unexceptionable remark as the following:

In saying that it was raining, I was not betting or arguing or warning: I was simply stating it as a fact.

Here 'stating' is put absolutely on a level with arguing, betting, and warning. [...] Or to take a different type of test also used earlier, surely

I state that he did not do it
is exactly on a level with
I argue that he did not do it,
I suggest that he did not do it,
I bet that he did not do it, &c.

If I simply use the primary or non-explicit form of **utterance**:

He did not do it

we may make explicit what we were doing in saying this, or specify the illocutionary force of the **utterance**, equally by saying any of the above three (or more) things. Moreover, although the **utterance** 'He did not do it' is often issued as a **statement**, and is then undoubtedly true or false (this is if anything is), it does not seem possible to say that it differs from 'I state that he did not do it' in this respect.

[...]

So that there is no necessary conflict between

- (a) our issuing the **utterance** being the doing of something,
- (b) our **utterance** being true or false.

(p. 133-134)

(1) Sem dúvida que, até em seus mínimos detalhes, declarar algo é realizar um ato ilocucionário, como, por exemplo, avisar ou proclamar. [...] "Declarar" parece satisfazer todos os critérios que utilizamos para distinguir o ato ilocucionário. Consideremos a expressão seguinte, que nada tem de excepcional.

Ao dizer que chovia, eu não estava apostando, nem argumentando, nem prevenindo. [...]

Ou, para tomar um tipo de teste diferente, também usado anteriormente. Não há dúvida de que: Declaro que ele não o fez, está exatamente no mesmo nível que:

Sugiro que ele não o fez
Aposto que ele não o fez, etc.

Se uso simplesmente a forma primária ou não-explicita de **declaração**:

Ele não o fez

posso explicitar o que estávamos fazendo ao dizer isso, ou especificar a força ilocucionária da **declaração**, dizendo algumas dessas três (ou mais) coisas. Além do mais, embora o **proferimento** "Ele não o fez" seja com frequência emitido como uma **declaração**, caso em que seria indubitavelmente verdadeiro ou falso, não parece possível dizer que tal declaração difere de "Declaro que ele não o fez" a esse respeito.

[...]

De modo que não há necessariamente conflito entre:

- (a) o fato de ao emitirmos o **proferimento** estarmos fazendo algo;
- (b) o fato de nossa **declaração** ser falsa ou verdadeira.

(p. 112)

Embora a amostra contenha parte do contexto para compreendê-la, ressaltamos que neste ponto Austin está trabalhando o argumento que incluirá a declaração (e, portanto, o constativo) dentro do performativo. Austin opta por já tratar a declaração como proferimento, mas a versão de Marcondes opta por colocar

a declaração no centro da explicação, como resultado tem-se a impressão de que o contraste entre *proferimento* e *declaração* é muito mais agudo na versão traduzida.

Em especial, chama atenção a última ocorrência desse excerto: “o fato de nossa declaração ser falsa ou verdadeira”. Essa tradução passa a clara impressão de que a declaração, e não o proferimento, é que continua sujeita aos critérios de verdade e falsidade. A escolha do termo por Marcondes, isto é, a nominação desse conceito na língua de chegada, tem implicações dentro e fora da teoria. Austin, porém, com seus usos variados de *utterance*, não parece tentar proteger tanto assim o conceito, expondo-o à possibilidade dos critérios de verdade, algo que tem uma tradição imensa na filosofia analítica da linguagem. Mostramos, na seção sobre Reacentuação, que essa não foi a única instância em que Marcondes se posicionou dessa forma. O próprio excerto a seguir também segue na mesma linha.

HTW035/QDF035

[...] let us consider the question whether it is true that all snow geese migrate to Labrador, given that perhaps one maimed one sometimes fails when migrating to get quite the whole way. Faced with such problems, many have claimed, with much justice, that **utterances** such as those beginning 'All...' are prescriptive definitions or advice to adopt a rule. But what rule? This idea arises partly through not understanding the reference of such **statements**, which is limited to the known; we cannot quite make the simple statement that the truth of **statements** depends on facts as distinct from knowledge of facts. (p. 143)

[...] consideremos a questão de ser ou não verdade que todos os gansos migram para o Labrador, tendo em conta que talvez um deles se fira alguma vez e não chegue ao seu destino. Diante de problemas como esse, muitos têm afirmado, com muita justiça, que **declarações** iniciadas por "Todos..." são definições prescritas ou recomendações para se adotar uma regra. Mas que regra? Essa ideia se origina parcialmente da não-compreensão de que a referência dessas **declarações** se limita aos casos conhecidos. Não podemos afirmar simplesmente que a verdade das **declarações** depende dos fatos, independentemente dos conhecimentos destes. (p. 118)

A despeito do termo proposto por Austin, a escolha do tradutor-filósofo ressalta mais o fato de que esse “proferimento” específico é uma *declaração*, do tipo que pode ser submetida, na visão da lógica simbólica, a critérios de falsidade e verdade — tópico discutido nesse trecho. A questão é que nesse ponto da obra Austin está argumentando constatativos como tipos de performativo, sendo a declaração portanto um ato de fala. Marcondes opta por afastar o termo *proferimento* desse contexto, sendo coerente com sua definição de *declaração*: “uso da sentença para afirmar ou negar algo, podendo ser falsa ou verdadeira” (AUSTIN, 1990, p. 21), contrastando com a definição de *proferimento* que citamos mais acima.

O que cabe destacar aqui é que se pode entrever um processo em que a decisão não é tomada somente dentro dos limites da obra, em relação exclusiva com ela, mas levando em consideração a multiplicidade de discursos e saberes que circulam e circundam o objeto *statement* — não apenas no inglês, mas também na língua-alvo, com a ativação dos sentidos de *declaração*. Fica claro que a tradução não é passiva: ela responde, antecipa, contesta, como todo enunciado concreto.

HTW036/QDF036

We may call these polite phrases, like 'I have the honour to...'. It is conventional enough to formulate them in this way: but it is not the case that to say you have pleasure in is to have pleasure in doing something. (p. 81)

Chamamos estas expressões de frases de cortesia, como "Tenho a honra de", etc. É convencional formulá-las dessa maneira. Mas não se dá o caso de que dizer que se tem prazer seja de fato ter prazer em algo. Infelizmente. (p. 75)
--

No excerto acima, vemos novamente como as relações dialógicas influenciam a construção verbal que termina sendo escolhida para a tradução. A pergunta a ser feita na nossa abordagem sobre a tradução é sempre: por que essa opção e não outras? Não se trata de questão semântica, visto que outras traduções seriam perfeitamente adequadas e compreensíveis (p. ex., “não é o caso de que [...]”, “não é verdade que [...]”, “não é fato que [...]”, etc.), mas as locuções usadas por Austin e por Marcondes são típicas da filosofia (cada um na sua língua), especialmente na filosofia analítica e na lógica proposicional. Tanto é que é fácil achar essa expressão relativamente cristalizada em diversos autores e traduções da área, inclusive na versão traduzida do fundamental Aristóteles.

Nesse aspecto, podemos trazer a fala de Schnaiderman quando discute as “influências” do tradutor: “Influências? Não! Prefiro falar de vivências incorporadas. O tradutor carrega em si todas as vivências incorporadas pela leitura, há virtualidades que se efetivam no ato de traduzir” (SCHNAIDERMAN, 2017, p. 62-63). Da forma como enxergamos, essas “vivências” (não apenas da leitura, mas de todos os diálogos com a vida) se manifestam nesse ponto de vista, nessa voz que re-enuncia.

Tentando responder à pergunta, podemos dizer que, mais do que qualquer outra, é essa construção específica (*não se dá o caso*) que ativa os discursos da filosofia e identifica o tradutor como alguém que fala da posição da filosofia. Mesmo sem expressar isso explicitamente, o tradutor comunica seu ponto de vista e dialoga com seus pares, estabelecendo relações que vão muito além do sentido.

HTW037/QDF037

(3) The phatic act, however, like the phonetic, is essentially mimicable, reproducible (including intonation, winks, gestures, &c.). One can mimic not merely the **statement** in quotation marks 'She has lovely hair', but also the more complex fact that he said it like this: 'She has lovely hair' (*shrugs*). (p. 96)

(3) O ato fático, contudo, como o fonético, é essencialmente imitável, pode ser reproduzido (inclusive na entonação, caretas, gestos, etc.). Pode-se imitar não apenas o **proferimento** entre aspas "Ela tem um lindo cabelo", como também o fato mais complexo de que tal **proferimento** tenha sido feito assim: "Ela tem um lindo cabelo" (careta). (p. 86)

Do mesmo modo que vimos Marcondes contrapor suas escolhas no que se refere a *utterance*, aqui também ele confronta a escolha terminológica de Austin — desta vez em relação ao uso de *statement*. Trata-se do momento da obra em que Austin diferencia os atos fonético, fático e rético para introduzir a questão dos atos locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Na concepção de Austin, a emissão de sons (*fonético*), ainda que de conformidade com certa gramática (*fático*), faz parte, mas não é o performativo. A declaração (*statement*), dentro da visão de Austin, é um performativo do tipo constatativo, fruto de um ato rético, ou seja, com “sentido e referência mais ou menos definidos” (AUSTIN, 1990, p. 86), do contrário seria apenas uma sentença (*sentence*), que para ele é uma classe que deveria ser definida gramaticalmente (1990, p. 25), ou seja, isolada do uso⁸⁷. Além disso, a declaração, como já foi discutido amplamente, tem o caráter de poder ser analisada em termos de verdade e falsidade.

No caso em tela, não está em jogo a questão de se a afirmação “Ela tem um lindo cabelo” pode ou não sofrer considerações de verdade/falsidade, mas a questão de esse ato poder ser fisicamente reproduzido (inclusive nos gestos que o acompanham). A decisão tradutória aponta para um entendimento de que não é a *declaração* que é imitável, mas o *proferimento* dela (a emissão das palavras)⁸⁸ — o que levaria a uma escolha terminológica que difere daquela do autor. Como vimos, na sua nota do tradutor (AUSTIN, 1990, p. 21), Marcondes diz que tais distinções terminológicas “são objeto de inúmeras controvérsias em Filosofia da Linguagem” e que “[as] definições que adotamos correspondem ao emprego feito por Austin”. De modo geral, a tradução de Marcondes apresenta um quadro terminológico — e, portanto, uma configuração teórica — bem mais delimitada no sentido de um maior

⁸⁷ Na definição do tradutor: “[...] unidade linguística, possuindo uma estrutura gramatical e dotada de significado, tomada em abstrato” (AUSTIN, 1990, p. 21, nota do tradutor).

⁸⁸ Nesse sentido, uma tradução de *utterance* por *enunciado* aqui geraria um ruído forte com a tradição inaugurada por Benveniste.

acabamento, com certos termos sendo usados apenas em determinados sentidos, ainda que Austin não tenha feito de modo similarmente claro as mesmas distinções.

Não é sempre que se pode perceber de forma tão clara a posição do tradutor. Apesar de o texto traduzido ter contexto e língua (portanto, usos, memória, relações dialógicas...) distintos daqueles em que o texto-fonte foi escrito, de algum modo se sustenta a tradicional ilusão de transparência e a ilusão de que o tradutor é “neutro” e “invisível”. Estamos vendo nesses excertos, ao contrário, que o tradutor se posiciona a cada momento em relação ao que re-enuncia — só que na maior parte da obra sua voz segue em harmonia com a do autor, reforçando a impressão de invisibilidade. Quando surge a dissonância, sua voz parece subitamente irromper do meio do texto, quebrando a ilusão. Além disso, essa voz do tradutor claramente está dialogando com outros discursos, principalmente na hora de decidir como nomear um termo e até na hora de quebrar a regra que ele próprio estabeleceu.

HTW038/QDF038

(I) Unless a certain effect is **achieved**, the illocutionary act will not have been happily, successfully **performed**. This is to be distinguished from saying that the illocutionary act is the **achieving** of a certain effect. I cannot be said to have warned an audience unless it hears what I say and takes what I say in a certain sense. An effect must be **achieved** on the audience if the illocutionary act is to be carried out. (p. 116)

(I) A menos que se **obtenha** determinado efeito, o ato ilocucionário não terá sido **realizado** de forma feliz e bem-sucedida. Isso é diferente de dizer que o ato ilocucionário consiste na **realização** de um determinado efeito. Não se pode dizer que preveni um auditório a menos que este escute o que eu diga e tome o que digo num determinado sentido. Um efeito sobre o auditório tem de ser **conseguido** para que o ato ilocucionário seja levado a cabo. (p. 100)

HTW039/QDF039

A judge should be able to decide, by hearing what was said, what locutionary and illocutionary acts were **performed**, but not what perlocutionary acts were **achieved**. (p. 122)

Um juiz deveria ser capaz de decidir, ouvindo o que foi dito, que atos locucionários e que atos ilocucionários foram **realizados**, mas não que atos perlocucionários foram **produzidos**. (p. 104)

Já mostramos em vários momentos como o tradutor condensa certos conceitos em uma variedade menor de termos do que a apresentada no texto de Austin. Não seria estapafúrdio supor que o tradutor considera esses termos mais importantes que outros. Os dois excertos acima têm a intenção justamente de mostrar essa diferença de procedimento por parte do tradutor entre o que seriam *termos* (no sentido de conceitos-chave) e o que não seria. Ao longo da obra, encontramos várias palavras que, mesmo repetidas, não recebem tradução consistente. Uma dessas é *achieved*.

É visível nos excertos que há uma diversidade de traduções para a mesma palavra (*achieved* > *obtenha*, *achieved* > *conseguido*, *achieved* > *produzidos*). Vimos em outros excertos (como no exemplo de *malogrado*) que o tradutor costuma usar uma mesma tradução para uma ou mais palavras quando estão no mesmo contexto (o que chamamos aqui de *condensação terminológica*). O fato de o tradutor adotar um procedimento diferente aponta para a conclusão de que ele não considera essas palavras como termos-chave, preferindo explorar diferentes traduções para, através da diversidade de palavras, incrementar a compreensão.

Esse contraste de tratamento do termo com outras palavras fica nítido quando observamos o alto nível de consistência na tradução de *perform* por *realizar* ao longo da obra, visível também nestes dois excertos. Esse tratamento é o contrário da flexibilidade que o tradutor mostra quando se trata de verter *achieved*. Assim, tudo indica que há uma preocupação especial com o conceito atribuído a *perform*. De fato, *perform* está no centro da teoria do ato de fala (dizer é *realizar*), razão pela qual o tradutor reserva o termo *realizar* para o sentido específico do performativo.

Dito isso, podemos nos voltar para a tradução *achieving* > *realização*. Cabe perguntar: por que não seguir os verbos adotados (*obter/conseguir/produzir*) nas outras instâncias de *achieve* dos excertos em questão? Considerando a importância de *realizar* no âmbito da teoria, é de se supor que não seja gratuita essa “troca”. A opção do tradutor parece indicar uma dissonância em relação ao autor. Uma provável explicação é que isso advém de uma leitura teórica que entende que o efeito (ato perlocucionário) pode ou não ser *conseguido*, mas nunca *realizado*. Talvez por isso a tradução estabeleça que, no que toca ao ato ilocucionário, a relação proibida (expressa por “é diferente de dizer”) é entre “realizar (*perform*)” e “efeito”, não entre “obter/conseguir/produzir (*achieve*)” e “efeito”.

Nesse sentido, tomemos o que Marcondes (SOUZA FILHO, 1984, p. 139) diz em sua tese quando está expondo sua visão sobre a linguagem:

If we consider language as a set of activities governed by linguistic and extra-linguistic rules, and speech acts as **performed** in the context of these activities, we must conclude that these activities are **performed** with the objective of **achieving** certain *aims* and *goals*, of **obtaining** certain *results* and **producing** certain *effects*; that is, they have a more or less definite *purpose*, as pointed out before. Therefore, this conventional social behaviour which includes the use of language and the performance of certain speech acts can be considered as a *strategy* for the realization of this purpose.⁸⁹ [itálicos do autor]

⁸⁹ Como aqui interessam tanto as palavras usadas quanto a posição teórica de Marcondes, traduzimos: Se considerarmos a linguagem como um conjunto de atividades governada por regras

É possível ver que, no seu próprio texto, Marcondes traça um limite entre o que é *performed* (*realizado*, segundo a tradução que ele próprio usa para *HTW*) de *achieving*, *obtaining*, *producing* (*alcançar*, *obter* ou *produzir*, conforme usos que ele fez na tradução de *HTW*) com uma relação de causa e efeito em que é preciso primeiro realizar o ato de fala para depois se falar em efeitos. Tanto é que ele afirma que, a partir do momento que o falante realiza o ato ilocucionário, ele já está comprometido com o ato que pretende realizar.

Desse modo, voltando para o ponto principal no excerto, tudo aponta para a conclusão de que a tradução *achieving* > *realização* não foi um ato impensado ou gratuito, mas uma escolha consciente que leva em consideração não a palavra ou frase isolada, mas o contexto mais amplo do enunciado e, principalmente, a própria visão que Marcondes tem desse aspecto específico da teoria. Trata-se do resultado de um diálogo entre as vozes de Marcondes e Austin, em que o tradutor opta por não endossar, nesse ponto teórico específico, a fala do próprio autor.

Nos excertos desta seção, vimos como a palavra é um ponto fulcral de embate de discursos e de visões. Para retomar a questão por outro ângulo, podemos citar Magalhães (2015, p. 8) quando afirma:

[...] a palavra pode movimentar discursos que sustentam e são sustentados por valores constitutivos do grupo social que mobiliza a linguagem e, assim, introjetar, na memória da língua, não apenas formas linguísticas, mas juízo, visão de mundo.

Dito de outro modo, as relações aqui não são somente entre autor e tradutor, mas entre a tradução e enunciados/discursos prévios, principalmente da área do conhecimento na qual a obra se inscreve. E muitas dessas essas relações dialógicas são estabelecidas no processo de nominação que inevitavelmente ocorre durante a tradução. Lembrando que o re-enunciador não fica indiferente a esses discursos, podemos dizer que Marcondes se posiciona tanto em relação aos usos de Austin quanto em relação a outros, não explícitos.

linguísticas e extralinguísticas e atos de fala realizados no texto dessas atividades, temos que concluir que essas atividades são realizadas como objetivo de alcançar certas *metas* e *objetivos*, de obter certos resultados e produzir certos *efeitos*; ou seja, elas têm um *propósito* mais ou menos definido [...]. Assim, esse comportamento social convencional que inclui o uso da linguagem e a realização de certos atos de fala pode ser considerado como uma *estratégia* para a realização desse propósito.

4.3.3 Reacentuação

Nessa categoria, baseada na noção de ponto de vista (que François também chama de *modos de acentuação*), colocamos os casos em que tom enunciativo ficou diferente (mais ou menos assertivo, metafórico, agressivo, humorístico, etc.) e tentamos entender como essa mudança de tom afeta a versão traduzida quando posta em comparação diferencial com o texto-fonte. Em termos de marcas linguísticas, esse fenômeno muitas vezes se manifesta em formas de modalização⁹⁰.

Categorizar é sempre difícil, principalmente porque há casos limítrofes, como excertos que apresentam mudanças de tom em sentidos opostos. Ainda assim, tentamos organizar as amostras de modo a abordar primeiro os casos em que a tradução opta por um tom menos assertivo em relação a certas afirmações, depois os que trazem um tom mais assertivo, com os casos mistos entre os dois extremos.

HTW040/QDF040

The type of utterance we are to consider here is not, of course, in general a type of nonsense [...] Rather, it is one of our second class—the masqueraders. [...] Grammarians have not, I believe, seen through this 'disguise', and philosophers only at best incidentally.² (p. 4)

² Of all people, jurists should be best aware of the true state of affairs. Perhaps some now are. Yet **they will succumb** to their own timorous fiction, that a statement of 'the law' is a statement of fact.

O tipo de proferimento que vamos aqui considerar não consiste obviamente em um caso de falta de sentido [...] Trata-se sobretudo de um tipo de nosso segundo grupo — as expressões que se disfarçam. [...] Creio que os gramáticos **+ainda+** não perceberam tal "disfarce" e os filósofos só muito incidentalmente³. (p. 23)

³ Era de esperar-se que os juristas, mais que ninguém, se apercebessem do verdadeiro estado de coisas. Talvez alguns agora já se apercebam. Contudo, **tendem a sucumbir** à sua própria ficção temerosa de que uma declaração "de direito" é uma declaração de fato.

Algumas modalizações são claras, mas é sempre difícil afirmar com absoluta certeza a posição do tradutor em relação ao que está sendo enunciado, visto que suas intenções nos são inacessíveis. Os efeitos, porém, podem ser analisados.

Chama a atenção primeiro que, na tradução, apareça a palavra *ainda*. Esse acréscimo atenua a afirmação sobre os gramáticos, pois deixa espaço para uma descoberta que poderá vir no futuro, e situa ainda mais a obra em seu tempo, reavivando no leitor da obra traduzida o fato de que o livro é de 1962. Parece-nos que o tradutor se antecipa a quaisquer tipos de questionamento. Ele revela, porém, uma tendência a suavizar certas críticas, como vimos acima e veremos adiante.

⁹⁰ Há muitos estudos sobre o tema, mas estamos tomando o conceito aqui no seu nível mais básico (isto é, o de como as marcas do enunciado revelam a relação do falante com aquilo que diz).

Há outro destaque na nota traduzida. Nela, a afirmação de Austin sobre os juristas é modalizada com a ideia de “tender a”. Embora Austin seja especialista no discurso dos juristas, a afirmativa é uma generalização difícil de sustentar. Ao adotar a postura modalizadora, Marcondes atenua o que parece ser uma crítica de Austin. Como veremos, em muitos casos essa mudança de tom se dá pelo acréscimo ou supressão⁹¹ de algo pontual, geralmente um advérbio ou expressão qualificativa.

HTW041/QDF041

This topic is one development—there are many others—in the recent movement towards questioning an **age-old** assumption in philosophy—the assumption that to say something, at least in all cases worth considering, i.e. all cases considered, is always **{and simply}** to state something. (p. 12)

Este tópico é um desenvolvimento, entre outros, de uma tendência recente de questionar um **antigo** pressuposto filosófico: a ideia de que dizer algo, pelo menos nos casos dignos de consideração, isto é, em todos os casos considerados, é sempre declarar algo. (p. 29)

Esse excerto trata de um ponto fulcral da filosofia da linguagem: a questão da declaração como base da análise filosófica. Com seu tom tipicamente sarcástico, Austin usa uma hipérbole (*age-old*, que dá a ideia de algo que existe há eras) para caracterizar esse pressuposto filosófico. Marcondes assente que o pressuposto é “antigo”, mas evita o sarcasmo. Além disso, a tradução também evita a ideia colocada por Austin de que essa corrente filosófica simplificava demais o tema (passada pelo advérbio *simply*). O resultado é que a acidez da crítica feita por Austin é suavizada na re-enunciação de Marcondes. Vale notar que esta modalização segue a mesma linha de suavização que mostramos no excerto anterior.

HTW042/QDF042

B.1. *The procedure must be executed by all participants correctly.*

These are flaws. They consist in the use of, for example, wrong formulas—there is a procedure which is appropriate to the persons and the circumstances, but it is not gone through correctly. Examples are more easily seen in the law; they are **{naturally}** not so definite in ordinary life, where allowances are made. (p. 35-36)

B.1 O procedimento deve ser executado corretamente por todos os participantes.

Aqui se encontram os casos das falhas. Estas consistem no uso de, por exemplo, fórmulas erradas. Aqui o procedimento é adequado às pessoas e às circunstâncias, mas é executado incorretamente. Os exemplos mais claros de falhas se encontram no âmbito do Direito. Na vida cotidiana nem sempre são tão claros, já que neste se admitem concessões. (p. 45)

⁹¹ Falar de acréscimo ou supressão em tradução pode ser problemático, de modo que visamos apenas casos em que uma ideia expressa por Austin não se encontra verbalizada no texto-alvo.

Nesse caso, o fato de Austin usar o advérbio *naturally* dá a impressão de que a afirmação que ele faz (sobre a ocorrência das “falhas” no ato de fala serem menos frequentes na vida cotidiana) seria de algum modo lógica, natural ou óbvia. Marcondes evita essa ideia, talvez por não enxergar obviedade na asserção de Austin sobre a dificuldade de detectar esse tipo de infelicidade na vida cotidiana. Considerando o que vimos até aqui, é possível dizer que essa decisão está coerente com o que enxergamos ser o ponto de vista de Marcondes em relação a esse tipo de ênfase, muito usada por Austin na obra. Cada escolha feita pelo tradutor em situações desse tipo fornece mais subsídio para nossa tentativa de reconstruirmos a visão desse sujeito sobre a obra, a teoria e a tradução.

HTW043/QDF043

(b) We have distinguished roughly cases where you must have certain intentions from more particular cases where **you must intend** to carry out a certain further course of action, where use of the given procedure was **{precisely}** designed to inaugurate **it** (whether making it obligatory or permissive). Instances of this more specialized procedure are undertaking to perform an action, of course, and probably also christening. **The whole point of having such a procedure is {precisely}** to make certain subsequent conduct in order and other conduct out of order [...] (p. 44)

(b) Distinguimos sumariamente os casos em que uma determinada intenção é necessária de casos mais particulares, em que **é necessário algo mais** para levar a cabo um certo comportamento. Nestes últimos, o procedimento destina-se a introduzir este **comportamento adicional**, seja tomando-o obrigatório, seja permitido. Exemplos deste procedimento mais especializado seriam o compromisso de realizar uma ação e, provavelmente, o ato de batizar. **Para recorrer a tal procedimento é fundamental** fazer com que certa conduta subsequente seja correta, enquanto que outras não o sejam. (p. 50)

Este excerto não é exatamente uma reacentuação que torna o tom menos assertivo — não diretamente, pelo menos. Ocorre que aqui há uma mudança de foco: primeiro, da questão da intenção para “algo mais”; mais adiante, do propósito do procedimento para a forma de recorrer a ele.

Antes de mais nada, cabe dizer que na tradição da filosofia de viés pragmático há uma grande discussão sobre o papel de intenções e convenções no ato de fala. Não vamos entrar em detalhes da discussão, basta dizer que essa linha de interpretação dos atos de fala com foco em intenções deriva das discussões de Grice sobre significado com base em intencionalidade — e que Marcondes vai frontalmente contra essa visão.

Em sua resenha à tese de Marcondes, Fotion (1984, p. 433) diz que aquele dedica um tempo considerável à discussão do papel das intenções e convenções no uso da linguagem e que vê o brasileiro pender a favor das convenções. Fotion diz

ainda que o filósofo brasileiro não nega que as intenções desempenhem um papel, mas que certamente não tem simpatia pelas tentativas de Grice de explicar o uso da língua em termos do significado, e o significado em termos de intenções.

De fato, Marcondes levanta várias questões contra essa visão de Grice (p. ex., como as intenções seriam reconhecidas), concluindo que a análise do significado em termos de intenção não dá conta do aspecto ilocucionário do proferimento (SOUZA FILHO, 1984, p. 56). Ele propõe que, em vez disso, a força e o significado dependem de convenções linguísticas e convenções de uso, práticas habituais, background comum, etc. (1984, p. 56-57) e cita diversos trechos em que Austin argumenta em favor da convenção como fator crucial, como por exemplo quando o autor diz: “o ato é constituído não pela intenção ou pelo fato, essencialmente, mas pela convenção” (AUSTIN, 1990, p. 108).

A tradução parece deixar o enunciado mais aberto, optando por não colocar sobre a intenção toda a carga da realização do ato e do efeito perlocucionário, pois o ato na verdade estaria fundado na convenção⁹². Para o tradutor, os atos de fala são uma subclasse dos atos convencionais realizados em um contexto social (SOUZA FILHO, 1984, p. 87). Procedimentos aparecem sempre como algo ligado à convenção social. Desse modo, quando observamos a tradução “Para recorrer a tal procedimento [...]” em contraste com “The whole point of having such a procedure [...]”, é possível notar a citada mudança de foco, ou seja, uma inclinação da versão traduzida para a ideia de que o procedimento é algo que já está dado (convenção), algo a que o falante *recorre*. O foco de Austin não é a forma de se chegar a dado procedimento, mas que o propósito desse procedimento é justamente instituir certas atitudes relacionadas a ele como corretas e outras não (p. ex., se eu dou um conselho, não poderia depois censurar alguém por segui-lo), colocando inclusive uma ênfase (*the whole point*) nesse aspecto.

Por fim, vale apontar também a supressão da ideia de exatidão expressa por *precisely*, que aparece duas vezes no trecho do texto-fonte, mas não aparece no do texto-alvo. Pelos indícios que vimos nestes primeiros excertos analisados, há uma tendência de modalizar a tradução em alguns trechos evitando certas ênfases. Esse “silêncio” do tradutor ecoa em outros pontos da tradução.

⁹² O ponto principal da tese de Marcondes parece justamente trabalhar os aspectos sociais do uso da linguagem, ou, como ele mesmo coloca, a linguagem como ação no contexto social.

HTW044/QDF044

So much for this sort of problem, whether an apparent or suggested explicit performative verb itself operates, or operates sometimes or in part, as a description, true or false, of feelings, states of mind, frames of mind, &c. But this type of case suggests again the wider phenomenon to which attention has been drawn, where the whole utterance **seems {essentially} meant to be true or false** despite its performative characteristics. Even if we take as half-way houses, say, 'I hold that . . .' as said by a non-juryman, or 'I expect that. . .', it seems absurd to suppose that all they describe or state, so far as they do this or when they do, is something about the speaker's beliefs or expectations. [...] And when we come to pure explicit performatives such as 'state' or 'maintain', **surely the whole thing is true or false** even though the uttering of it is the performing of the action of stating or maintaining. (p. 89-90)

Já dissemos o suficiente sobre o tipo de problema em que um verbo performativo explícito aparente funciona, ao menos às vezes, no todo ou em parte, como uma descrição, verdadeira ou falsa, de sentimentos, estados mentais, atitudes, etc. Mas este tipo de caso sugere, por sua vez, o fenômeno mais amplo sobre o qual chamamos a atenção, em que o proferimento todo **parece ser verdadeiro ou falso**, apesar de suas características de performativo. Ainda que tomemos casos intermediários como, por exemplo, "Considero que...", dito por uma pessoa que não é juiz nem membro do júri, ou "Suponho que...", parece absurdo supor que tudo que tais proferimentos fazem, quando o fazem, é descrever ou relatar algo acerca das crenças ou expectativas de quem os usa. [...] Quando chegamos aos performativos explícitos puros, tais como "declaro" ou "sustento que", **seguramente trata-se de algo que pode ser falso ou verdadeiro**, ainda que neste caso o proferimento constitua a ação de declarar ou sustentar. (p. 81-82)

Os dois trechos em destaque nesse excerto apresentam o mesmo tipo de reacentuação: em ambos, a tradução é muito menos assertiva do que o autor havia sido. No primeiro, embora coloque um modalizador (*seems*), Austin comunica de forma direta a ideia de que mesmo um proferimento — a despeito de ter características performativas — em alguns casos parece estar destinado ou fadado (*meant to be*) a ser verdadeiro ou falso e ainda enfatiza com o advérbio *essentially*. De seu lado, o tradutor sintetiza e suaviza a ideia com “parece ser verdadeiro ou falso”, aproveitando a modalização de próprio Austin. No segundo, Austin afirma categoricamente que, em performativos explícitos puros como *state* (declarar, afirmar) e *maintain* (sustentar, defender), o proferimento como um todo, com certeza (*surely*), é verdadeiro ou falso. Vemos então um contorcionismo sintático que mostra o quanto o tradutor reluta com a ideia proposta por Austin: introduz a forma “trata-se de” tornando a afirmação mais indireta, particulariza a ideia de totalidade (*the whole thing*) usando “algo” e modaliza o caráter definitivo de “*is*” com “pode ser”.

Mas qual a razão de todo esse esforço?

Aqui é preciso um pouco de contexto: nesse ponto das conferências, Austin explora, ainda dentro da discussão sobre tipos constatativos e performativos, a possibilidade de um performativo estar sujeito a condições de verdade. É típico de Austin não fechar todas as portas, ainda mais durante o percurso dessas

conferências, mas esse parece ser um movimento retórico. Nos trechos em destaque, pode-se ver Austin sendo mais explícito em expor essa dúvida. Do outro lado, pode-se entrever o tradutor resistindo à ideia de dar espaço ao binarismo legado da lógica⁹³, ainda que no âmbito da especulação — o que poderia ser visto como contradição com a teoria do ato de fala.

Nas conferências finais, Austin de fato demonstra com bem mais clareza de que isso não é possível — ao menos não da forma antes proposta pelos filósofos. Marcondes aponta que Austin reconheceu que o valor de verdade não servia como critério para fazer a distinção entre constativo e performativo, pois todo uso da linguagem seria a realização de algum tipo de ação (SOUZA FILHO, 1984, p. 17). Com isso, encerra-se a possibilidade de se poder analisar um performativo sob critérios de verdadeiro/falso — a não ser em termos de conteúdo declarado, mas não do ato em si (SOUZA FILHO, 1984, p. 22).

Sobre isso, diz Ottoni (2002, p. 128): “À medida que Austin opõe, num primeiro momento, o enunciado constativo⁹⁴ ao performativo fazendo uma distinção entre o verdadeiro e o falso, ele já tinha em mente todo o ataque que faria ao enunciado constativo”. Mais adiante, após explanar o abandono, Ottoni (2002, p. 130) conclui: “*verdade e falsidade* são conceitos que não terão mais um papel relevante nem prioritário para Austin”.

A tradução, então, tenta evitar possíveis questionamentos, antecipando nas soluções o que Austin consolidará mais para o fim da obra e os desenvolvimentos futuros da teoria. Com isso, lembramos novamente de Aubert: há necessariamente um tempo decorrido entre a tradução e o texto-fonte. Isso deveria ser óbvio, mas a ilusão de transparência da tradução consegue apagar até o fator tempo. Não podemos esquecer que a tradução é um enunciado, portanto guarda marcas do contexto em que foi produzido. Vimos aqui justamente como esse olhar posterior do tradutor pode influenciar as soluções que adota, marcando ele próprio seu tempo, o que, por sua vez, é um elemento do que chamamos aqui de *ponto de vista*.

⁹³ Já expusemos as ressalvas dele contra a tradição da lógica formal. Ver Souza Filho 1984, 1986.

⁹⁴ Ottoni usa *enunciado* e *constativo*, enquanto Marcondes prefere *proferimento* e *constatativo*.

HTW045/QDF045

One technical term that comes nearest to what we need is perhaps 'operative', as it is used **{strictly}** by lawyers [...]. But 'operative' has other meanings, and indeed is often used nowadays to mean little more than 'important'. I have preferred a new word [performative], to which, though its etymology is not irrelevant, we shall **{perhaps}** not be so ready to attach some preconceived meaning. (p. 7)

O termo técnico que mais se aproxima do que necessitamos seria talvez “operativo”, na acepção em que é usado pelos advogados ingleses [...]. Mas “operativo” tem outros significados, e hoje é até mesmo usado para significar quase a mesma coisa que “eficaz”. Preferi assim um neologismo [performativo] ao qual não atribuiremos tão prontamente algum significado preconcebido, embora sua etimologia não seja irrelevante.* (p. 25)

* Consideramos o termo “performativo” preferível ao seu equivalente mais próximo em português que seria “realizativo”, correspondente à ideia de ação. Como o termo já se acha consagrado na literatura especializada e como se trata de termo técnico e neologismo cunhado por Austin, optamos por manter o original, adaptando-o para o português. (N. do T.)

Chegamos aos dois excertos em que há tanto movimentos de reacentuação no sentido de mais assertividade como também de menos assertividade. No caso acima, vemos mais uma vez a ideia expressa por um advérbio de modo ser suprimida, tornando a afirmação menos categórica. Note-se que, assim como nos anteriores, também aqui a modalização contribui para um menor compromisso com uma afirmativa. Austin diz que o termo em questão é usado estritamente por advogados — uma afirmativa um tanto ousada.

Por outro lado, Marcondes opta por não abrir espaço na tradução para a dúvida levantada pelo *perhaps* do texto-fonte: Austin não tem certeza se o neologismo (*performative*) que decidiu adotar evocará algum “significado preconcebido”, em particular por conta de sua etimologia (*to perform*). A razão do tradutor parece simples: os sentidos que poderiam ser ativados com *performative* em inglês não são os mesmos que em português — na língua portuguesa, aliás, “o termo já se acha consagrado na literatura especializada”, como diz Marcondes na nota de rodapé. Portanto, a modalização gerada no texto re-enunciado reflete não só uma postura teórica do tradutor, mas uma avaliação que ele fez dos discursos e usos existentes na cultura-alvo em torno do termo *performativo*.

HTW046/QDF046

First and most obviously, many 'statements' were shown to be, as Kant **{perhaps}** first argued systematically, strictly nonsense, despite an unexceptionable grammatical form: and the continual discovery of fresh types of nonsense, unsystematic though their classification and mysterious though their explanation is too often allowed to remain, has done on the whole nothing but good. Yet we, that is, even philosophers, set some limits to the amount of nonsense that we are prepared to admit we talk [...]. It has come to be commonly held that many utterances which look like statements are either not intended at all, or only intended in part, to record or impart straightforward information about the facts: for example, 'ethical propositions' are perhaps intended, solely or partly, to evince emotion or to prescribe conduct or to influence it in special ways. Here too KANT **was** among the pioneers. (p. 2-3)

Em um primeiro momento e de forma mais óbvia, mostrou-se que muitas "declarações", como Kant* primeiro sustentou de maneira sistemática, eram estritamente sem sentido, apesar de sua forma claramente gramatical; e a contínua descoberta de novos tipos de sentenças sem sentido resultou, a grosso modo, em um bem, por mais assistemática que fosse sua classificação e misteriosa sua explicação. Contudo, até mesmo nós, os filósofos, estabelecemos certos limites para a quantidade de sentenças sem sentido que estamos dispostos a admitir. (p. 22) [...] Passou-se geralmente a considerar que muitos proferimentos que parecem declarações não têm, ou têm apenas em parte, o propósito de registrar ou transmitir informação direta acerca dos fatos. Por exemplo, as "proposições éticas" talvez tenham propósito, no todo ou em parte, de manifestar emoção ou prescrever comportamento, ou influenciá-lo de modo especial. Aqui também Kant **deve ser considerado como** um dos pioneiros. (p. 22)

* Trata-se de uma referência à distinção feita por Kant, na *Crítica da razão pura*, entre os juízos da ciência, que representam conhecimento, e os juízos da metafísica especulativa, que seriam meras pretensões a conhecimento sem do fato virem a se constituir legitimamente em ciência. (N. do T.)

Aqui também temos duas situações em que o texto ficou mais e menos assertivo. Na primeira, novamente não foi traduzida a palavra *perhaps*, o que também tira qualquer dúvida antes deixada por Austin. Mas este caso é diferente do anterior. Talvez imbuído da condição de professor de filosofia, Marcondes assume a responsabilidade da afirmação, colocando inclusive uma nota para indicar em que obra de Kant o argumento citado por Austin aparece. Na segunda situação, o efeito é o inverso: a re-enunciação é bem menos categórica do que a afirmativa feita pelo autor. Observando casos anteriores de atenuação, percebemos um padrão: as afirmações modalizadas eram juízos apreciativos, coisas que não são passíveis de verificação. Quando decide dizer que Kant foi de fato o primeiro a propor tal ideia, Marcondes se baseia em uma fonte material e, provavelmente, no seu conhecimento de historiador da filosofia. Vejamos agora outros casos em que a re-enunciação foi mais assertiva e se podemos perceber também algum padrão nesse procedimento.

HTW047/QDF047

The name [performative] is derived, of course, from 'perform', the usual verb with the noun 'action': it indicates that the issuing of the utterance is the performing of an action—it is not **normally** thought of as just saying something. (p. 6)

Evidentemente que este nome é derivado do verbo inglês *to perform*, verbo correlato do substantivo "ação", e indica que ao se emitir o proferimento está-se realizando uma ação, não sendo, **consequentemente**, considerado um mero equivalente a dizer algo. (p. 25)

Nesta amostra, a ideia de frequência (dada pelo advérbio *normally*) dá lugar à conclusividade do advérbio *consequentemente*. Isso não muda apenas a relação sintática e argumentativa. Discursivamente, temos um enunciado muito mais forte e comprometido com o que está sendo afirmado. Não há como não entender isso como uma tomada de posição em relação ao que é dito. Não surpreende que a

afirmativa resultante esteja tão alinhada com o pensamento de Marcondes, para quem a principal contribuição da teoria da ação é afastar a ideia de que é possível simplesmente dizer alguma coisa. Como já vimos antes (quando falamos sobre a adoção do termo *linguístico* na tradução), para Marcondes o aspecto puramente linguístico da linguagem não passa de sentido abstrato, não é a linguagem em uso.

HTW048/QDF048

One could say that I ' went through a form of ' naming the vessel but that my 'action' was 'void' or 'without effect', because I was not a proper person, had not the 'capacity', to perform it [...] (p. 23)
--

Pode-se dizer que " fingir " [sic] ter batizado o navio, que meu ato foi "nulo" ou "sem efeito", por não ser eu a pessoa indicada ou não ter a "capacidade" de realizá-lo. (p. 37)

Decidimos colocar este excerto apenas como forma de reforçar um traço do tradutor: a tendência a ser direto e claro. A forma totalmente indireta que Austin usa (*I went through a form of*) dá lugar ao sintético e categórico “fingir”. A forma adotada na tradução salta direto para a conclusão — o fato de o navio não ter sido batizado porque a pessoa que realizou o ato não atendia às condições do ato (segundo a taxonomia austiniana, uma infelicidade do tipo A.2 – *má aplicação*). Pode-se levantar a ressalva de que “fingir” evoca insinceridade (ausência de intenção correta), que seria outro tipo de infelicidade, não relacionado ao problema citado no trecho. Por outro lado, alguém pode argumentar que esse tipo de ato não requer intenção. Ou seja, o tradutor certamente poderia argumentar, dentro da teoria, a solução adotada.

HTW049/QDF049

Last time we were considering cases of Infelicities: and we dealt with cases where there was no procedure or no accepted procedure: where the procedure was invoked in inappropriate circumstances; and where the procedure was faultily executed or incompletely executed. And we pointed out that in particular cases these can be made to overlap; and that they generally overlap with Misunderstandings, a type of infelicity to which all utterances are {probably} liable , and Mistakes. (p. 39)

Na conferência anterior consideramos casos de infelicidades, casos em que não havia procedimento ou não havia procedimento aceito, ou em que o procedimento era invocado em circunstâncias não apropriadas, ou ainda em que o procedimento era defeituoso ou incompletamente executado. Assinalamos que, em certos casos, esses tipos de infelicidade podem se sobrepor, e em geral se sobrepõem; tratam-se de (a) os Mal-entendidos, um tipo de infelicidade a que estão expostos todos os proferimentos ; e (b) os Enganos, ou as ações realizadas sob coação. (p. 47)

A amostra é mais um exemplo de como as escolhas do tradutor produzem um sentido mais direto, mais categórico. Suprimindo a dubiedade evocada pelo advérbio de modo *probably*, Marcondes re-enuncia de forma muito mais assertiva o que

Austin tentou dizer. Vale lembrar que essa é uma escolha de um tradutor que se especializou nessa teoria. Quando decide dar mais força ao enunciado, Marcondes passa mais assertividade à proposição teórica. Aliás, os três excertos acima apontam para uma tendência: a tradução tende a ser mais categórica quando o tradutor decide se posicionar quanto a questões teóricas. Os três excertos a seguir apresentam a mesma inclinação, como se poderá observar.

HTW050/QDF050

If performative utterances of {at least} some kinds are happy, for example contractual ones, then statements of the form that I ought or ought not subsequently to do some particular thing are true. (p. 53)
Se certos tipos de proferimentos performativos, por exemplo, os contratuais, são felizes, então são verdadeiras as declarações que afirmam que devo ou não devo fazer algo subsequentemente. (p. 57)

Como foi dito, esta amostra traz mais uma situação em que um modalizador colocado por Austin em uma afirmação de cunho teórico não é incluído na tradução de Marcondes. O efeito resultante é claramente reduzir o grau de dubiedade.

HTW051/QDF051

We took examples from the sphere of what may be called <i>behabitives</i> , a kind of performative concerned roughly with reactions to behaviour and with behavior towards others and designed to exhibit attitudes and feelings. (p. 83)
Selecionamos nossos exemplos na esfera do que chamamos "comportamentais", um tipo de performativo que diz respeito a reações ao comportamento dos outros e que se destina a expressar atitudes e sentimentos. (p. 77)

Vemos outra modalização que gera maior assertividade, revelando um movimento discursivo por parte do tradutor no sentido de apresentar a terminologia como sendo mais estável. Enquanto Austin (como de costume) ainda deixa espaço para a dúvida, Marcondes opta por estreitar as possibilidades — provavelmente considerando o fato de que o próprio Austin foi mais enfático quando mencionou os *comportamentais* pela primeira vez (AUSTIN, 1962, p. 81) e coloca o termo (*behabitives*) na classificação final (1962, p. 150), ainda que com certa resistência (ver análise do excerto mais abaixo).

HTW052/QDF052

We need not waste our time on the obvious exception of the first person plural, 'we promise . . .', 'we consent', &c. There are more important and obvious exceptions {all over the place} (some of which have already been alluded to {in passing}). (p. 57)
Não é necessário perder tempo com as exceções evidentes constituídas pelo uso da primeira pessoa do plural: "prometemos", "aceitamos", etc. Há exceções mais importantes e óbvias. Já nos referimos a algumas. (p. 60)

Aqui as reacentuações geradas na tradução pela supressão de certas ideias têm cunho ligeiramente das situações acima, mas também contribuem para o que acreditamos ser o efeito global da postura adotada por Marcondes: um texto que apresenta uma teoria mais acabada e mais sistematizada do que Austin apresentou. Enxergamos mais um indício dessa conclusão no caso a seguir:

HTW053/QDF053

However, looking at the matter from the side of performatives, we may still feel that they lack something which statements have, even if, as we have shown, the converse is not so. Performatives are, of course, incidentally saying something as well as doing something [...]. (p. 140)
--

Contudo, considerando a questão do ponto de vista dos performativos, ainda podemos ter a impressão de que a estes falta algo que as declarações têm, mesmo quando, como já vimos, o inverso não é verdade. É certo que os performativos consistem em se fazer algo, e também consistem, acessoricamente, em se dizer algo. (p. 115)

A escolha de Marcondes por *acessoricamente* aqui é muito significativa. A palavra usada no texto-fonte (*incidentally*) passa a ideia de que há algo de aleatório no performativo. Se era isso realmente que Austin quis dar a entender, não é possível ter certeza. Mas o fato é que a tradução opta não só por desfazer essa imagem de algo incidental, como também correlacionar os dois fatos (dizer e fazer), estabelecendo ainda uma hierarquia entre eles — na tradução, o performativo é primeiramente fazer algo, depois dizer algo, e não há nada de aleatório nisso. Por tudo que já foi dito e citado sobre a visão de Marcondes da teoria do ato de fala, fica nítida a posição assumida por ele aqui.

Podemos agora analisar algumas amostras que reacentuam o texto de um modo específico: a atenuação de metáforas e de juízos apreciativos do autor. Nesse sentido, lembramos do que Schnaiderman chama de “uma contradição dolorosa”:

[...] em princípio, para se traduzir bem um autor, é preciso identificar-se com o original, o texto traduzido é como que uma expressão de uma segunda natureza do tradutor. Mas, ao mesmo tempo, o autor da obra é um outro, **eu não posso encampar as suas idiossincrasias**, os seus rancores e preconceitos. [...] Por conseguinte, em lugar de uma simples identificação, acaba-se tendo uma relação de amor e ódio (SCHNAIDERMAN, 2017, p. 107) [grifo nosso]

Schnaiderman (que era judeu) fala de sua relação com Dostoiévski, a quem considera antissemita. É claro que a relação entre Marcondes e Austin não era tão intensa e visceral quanto essa, mas não deixa de ser verdade que existe uma relação emotivo-valorativa em toda tradução: afinal, são visões de mundo que se encontram — às vezes se harmonizam, às vezes se confrontam. Isso se deve ao

simples fato de que o tradutor não é, nem pode ser, o outro. Mesmo que tente honestamente, terá que colocar nas próprias palavras a visão de mundo de outra pessoa, o que sempre tem consequências.

HTW054/QDF054

Now if we **sin** against any one (or more) of these six rules, our performative utterance will be (in one way or another) unhappy. (p. 15)

Ora, se **transgredirmos** uma dessas seis regras, nosso proferimento performativo será, de uma forma ou de outra, malgrado. (p. 31)

Primeiro, uma metáfora de Austin usando o verbo *sin* (*pecar*) perde as conotações religiosas, sendo traduzida por *transgredirmos*. Consideramos isto como metáfora em inglês porque, embora a palavra também seja usada em contextos não religiosos, é algo bem mais raro e tem intensidade bem maior do que o nosso uso comum de *pecar* (“pecou pela desatenção”). Pode parecer desnecessário chamar atenção para isso, mas consideramos, assim como Siblot, que as denominações revelam algo sobre aquele que nomeia, não só em relação ao termo escolhido, mas também aos termos preteridos. Considerando o perfil que vem se delineando até aqui de Marcondes enquanto sujeito re-enunciador, não parece que a escolha seja gratuita. Mostramos nos exemplos abaixo que também aqui existe certo padrão.

HTW055/QDF055

If this is a clear notion¹ we see that the 'that' of *oratio obliqua* is not in all ways similar to the 'that' in our explicit performative formulas: here I am not reporting my own speech in the first person singular present indicative active. (p. 71)

¹ My explanation is very obscure, like those of all grammar books on 'that' clauses: compare their **even worse** explanation of 'what' clauses.

Se esta é uma noção clara¹ vemos então que o “que” do discurso indireto não é de modo algum semelhante ao “que” dos performativos explícitos. Nestes casos não estou relatando, na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa, o meu próprio discurso. (p. 68-69)

¹ Minha explicação é muito obscura, como as que os livros de gramática dão sobre frases iniciadas por “que”. Compare-se com isto a explicação **mais obscura** sobre as frases que contêm “o que”.

HTW056/QDF056

[...] since our emotions or wishes are not readily detectable by others, it is common to wish to inform others that we have them. Understandably, though for slightly different and perhaps **less estimable** reasons in different cases, it becomes *de rigueur* to 'express' these feelings if we have them, and further even to express them when they are felt fitting, regardless of whether we really feel anything at all which we are reporting. (p. 78-79)

[...] uma vez que nossas emoções e desejos não são facilmente detectáveis pelos demais, é comum que queiramos informar-lhes que os sentimos. É compreensível que, embora por razões um pouco diferentes e talvez **menos recomendáveis** em certos casos, se torne obrigatório “expressar” tais sentimentos, quando os temos, e até mesmo quando isso apropriado, quer os tenhamos ou não. (p. 73)

HTW057/QDF057

With this I agree: attempts to say that the use of the expression 'is true' is equivalent to endorsing or the like **are no good**. So we have here a new dimension of criticism of the accomplished statement. (p. 139)

Estou de acordo com isso; as tentativas de dizer que o uso da expressão "é verdade" é equivalente a endossar, ou coisa parecida, **não são acertadas**. Assim temos aqui uma nova dimensão de crítica da declaração realizada satisfatoriamente. (p. 116)

HTW058/QDF058

But, of course, it is both obvious and important that we can on occasion use the utterance 'go' to achieve practically the same as we achieve by the utterance 'I order you to go': and we should say **cheerfully** in either case, describing subsequently what someone did, that he ordered me to go. (p. 32)

Mas é tão óbvio quanto importante que possamos ocasionalmente usar o proferimento "Vá" para fazer praticamente o mesmo que fazemos com o proferimento "Ordeno-lhe que vá". E diríamos **sem hesitar** ao descrever subsequentemente o que alguém fez, que em ambos os casos ele nos ordenou que fôssemos. (p. 42)

Nos casos acima, temos expressões com certo tom apreciativo que foi reacentuado na tradução. Primeiro, *even worse* (uma avaliação depreciativa no sentido de *bem pior* ou *muito pior*) foi vertida por *mais obscura*, expressão que, quando associada a uma explicação, também tem tom negativo, mas é uma apreciação mais compartilhada, pois a razão para ser "pior" é explicitada, ainda que não fosse necessariamente essa a crítica de Austin. Esse caso condiz também com as primeiras reacentuações que analisamos, que envolviam suavizar críticas generalizadas a certo grupo de pessoas (gramáticos, juristas, advogados, etc.).

Segundo, *estimable* (que tem sentido de *digno de respeito*, *decente*) ganha contornos bem mais vagos na tradução *recomendáveis*, atenuando-se também o juízo apreciativo que Austin exprime ao insinuar que nem sempre os motivos para expressar os sentimentos são decentes.

Terceiro, a expressão *are no good* (uma forma de certo modo até rude de falar que algo não tem qualquer serventia) é re-enunciada na diplomática forma *não são acertadas*, passando a ter um tom apreciativo totalmente diferente.

Quarto, a ideia passada por *cheerfully* (algo que dá ideia de *com prazer* ou *com alegria*) não chega à tradução, surgindo em seu lugar *sem hesitar*, expressão que, além não passar leveza, ainda reforça o grau de assertividade do enunciado.

Do mesmo jeito que nem sempre é diplomático nas críticas que faz a outros autores e visões teóricas, Austin também não se poupa. Ao longo das conferências, vemos um filósofo que debocha da aparente precariedade da sua própria exposição, salpicando aqui e acolá tons de modéstia e insegurança. Seleccionamos abaixo dois excertos em que isso pode ser observado, bem como a solução do tradutor.

HTW059/QDF059

Will these linguistic formulas provide us with a test for distinguishing illocutionary from perlocutionary acts? They will not. Before I deal with this, though, let me make one general observation or confession. Many of you will be getting impatient at this approach-and to some extent quite justifiably. You will say 'Why not cut the **cackle**? (p. 123)

Cabe perguntar se tais fórmulas linguísticas nos fornecerão um teste para distinguir atos ilocucionários de atos perlocucionários. A resposta é não. Antes de ocupar-me disto, porém, permitam-me fazer uma observação geral, ou melhor, uma confissão. Muitos dos leitores já devem estar impacientes com esta maneira de encarar os problemas, e até certo ponto isso é justificável. Os leitores dirão: "Por que não terminar com esse **palavrório**? (p. 104)

HTW060/QDF060

I call then these classes of utterance, classified according to their illocutionary force, by **the following {more-or-less rebarbative} names:**

- (1) Verdictives.
 - (2) Exercitives.
 - (3) Commissives.
 - (4) Behabitives (a shocker this).
 - (5) Expositives.
- (p. 150)

Classifiquei essas classes de proferimentos em função de sua força ilocucionária, e lhes darei **os seguintes nomes:**

- (1) Verditivos
 - (2) Exercitivos
 - (3) Cornissivos
 - (4) Comportamentais (um horror este neologismo!)
 - (5) Expositivos
- (p. 123)

No primeiro, Austin debocha da própria forma de apresentação da teoria, insinuando que é verborrágica. Mas a palavra que ele usa (*cackle*) é quase pejorativa, remetendo ao cacarejar de uma galinha. Marcondes mantém a crítica, mas não chega a um grau de acidez tão alto quanto o de Austin.

No segundo excerto em questão, Austin classifica os termos que escolheu para sua categorização como *more-or-less rebarbative* (algo como *repugnante*, *questionável* ou *de gosto duvidoso*). O tradutor evita esse comentário, construindo um enunciado bastante discreto. Apesar disso, ele inclui na tradução um chiste como o que Austin faz com o neologismo *behabitives*.

Nesse ponto, vale trazer as palavras de Sobral (2008, p. 45), quando diz que:

o tradutor "responde" à entoação avaliativa do autor, ao que o autor "quer dizer", em vez de apenas ao que foi dito, já que essa avaliação altera o sentido do texto; do mesmo modo, a partir dessa sua "resposta", ele reúne dados para antecipar-se à responsividade ativa dos leitores do texto traduzido e, nesses termos, imprime ao texto uma avaliação que conserva a do autor, mas leva em conta um público a que esse autor não pode dirigir-se, simplesmente porque não pode conhecê-lo.

Podemos pensar também na citação de Ilari que apresentamos na introdução sobre os silêncios. O silêncio é uma posição. Quando o tradutor cala a respeito de alguma coisa ou de um aspecto do texto, também é possível ver uma tomada de posição, um ponto de vista a respeito daquilo que não está sendo re-enunciado.

HTW061/QDF061

Hence infelicities of this kind A may be called *Misinventions*. Among them, we may reasonably christen the second sort—where the procedure does exist all right but can't be applied as purported—*Misapplications*. But I have not succeeded in finding a good name for the other, former, class. (p. 17)

Daí as infelicidades do tipo A poderem ser chamadas de "más invocações". Dentre elas podemos arrazoadamente batizar o segundo tipo (isto é, A.2) — em que existe um procedimento, mas que não foi aplicado como se pretendia — de "má aplicação". **+Infelizmente+**, porém, não consegui encontrar um bom nome para o primeiro tipo (isto é, A.1). (p. 32)

Deixamos para o fim alguns casos mais isolados ou que nossa classificação não foi capaz de absorver sem percalços.

Esta foi a única situação em que o tradutor acrescentou algo exclusivamente com a finalidade de dar uma entonação expressiva ao enunciado⁹⁵. Contudo, nesse caso, a exceção parece comprovar a regra, em dois sentidos: primeiro, porque vimos várias supressões de advérbio para atenuar o tom, então faz sentido que, para reacentuar de modo mais valorativo, o tradutor acrescentasse um advérbio; segundo, porque o tom gerado na tradução é direcionado para lamentar o que poderia ser visto como uma falha no processo de construção de um aparato teórico (deixar de propor terminologia para um fenômeno categorizado). Não é demais supor que Marcondes considera isso uma falha de Austin e se sentiu motivado a proteger o autor. Independentemente dos processos mentais do tradutor, porém, o fato é que a re-enunciação ganhou uma coloração bem específica e claramente visível.

Examinando esses excertos e os anteriores, emerge um padrão claro: a tendência ao tom moderado, à austeridade, à atenuação da crítica, à pretensão de

⁹⁵ Vimos na seção de Expansão que os outros acréscimos tinham caráter explicativo ou teórico.

objetividade, evitando “juízos de valor” e recorrendo a palavras menos carregadas. Isso contribui para que a atmosfera geral da obra traduzida tenha seu próprio tom.

É importante fazer a ressalva, porém, de que falamos em “tendência” porque esses procedimentos não são implementados de forma mecânica nem absoluta. É claro que é possível encontrar casos em que Marcondes não suprimiu um chiste — como o de *behabitives*, acima — ou reacentuou uma metáfora, mas o fato de que ele fez isso em diversas situações é muito significativo.

HTW062/QDF062

In conclusion, we distinguished our performatives from:

- (1) Purely polite conventional ritual phrases such as 'I have pleasure in...'. These are quite **different**, in that, **although ritual and not called upon to be sincere**, they are according to all the four tests above not performatives.

(p. 84)

Em conclusão, distinguimos nossos performativos de:

- (1) Frases rituais convencionais usadas puramente como fórmulas de cortesia, tais como "Tenho o prazer de...". Estas são bem **típicas**, porque, **embora rituais, não necessitam ser sinceras**. Segundo os quatro testes sugeridos acima, não são performativos.

(p. 78)

Ainda dentro dos casos limítrofes, este excerto poderia ser caracterizado como uma correção, mas diferente de outras que apresentamos, pois não está associado a uma questão terminológica.

A questão aqui, para começar, é que a forma como Austin elabora esse trecho dá a entender que “ritual” e “não necessitar ser sincero” são características de ser performativo — ou seja, depreende-se que, apesar de certas frases serem rituais e não necessitarem ser sinceras, não são performativos. Mas isso seria flagrante contradição com os critérios do próprio Austin para um performativo feliz, como deixa claro em várias partes da obra e resume no trecho que diz:

Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então **aquele que participa do procedimento e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada** (AUSTIN, 1990, p. 31).
[grifos nossos]

Austin considera as insinceridades como um tipo de infelicidade, inserindo-as na categoria de abuso (“atos professados, mas vazios”). Assim sendo, a tradução de Marcondes, que estabelece uma relação adversativa diferente, faz sentido, pois o performativo é ritual, mas precisa ser sincero para atingir as condições de felicidade. Mas, se Austin as considerou “different”, por que “típicas”? Considerando essa

correção de conteúdo feita pelo tradutor, ao que parece ele quis dizer que essas “frases rituais convencionais” são proferimentos comuns — *típicas* no sentido de *ordinárias* —, pois não realizam ato. Ou seja, enquanto Austin quis ressaltar a diferença de substância entre essas frases rituais e os performativos, o tradutor contrastou o caráter ordinário dessas frases com o caráter especial (e, portanto, raro) do performativo.

HTW063/QDF063

Of course, this is bound to be a little boring and dry to listen to and digest; not nearly so much so as to think and write . The real fun comes when we begin to apply it to philosophy. (p. 164)
--

É claro que tudo isso é um tanto cansativo e árido para se ouvir e assimilar; mas não tanto quanto o foi conceber e redigir a teoria . Mas seu verdadeiro interesse começa quando passamos a aplicá-la à filosofia. (p. 132)
--

Propositalmente, deixamos para o fim o trecho que aparece na última página do livro de Austin. Os dois destaques são bem representativos do que é essa tradução de Marcondes. O primeiro aspecto é envolve comparar *think and write* com *conceber e redigir*. Na nossa opinião, os contrastes entre as duas expressões são emblemáticos do espírito desses dois sujeitos que travaram um diálogo ao longo de uma obra inteira: um usa palavras cotidianas e orais (*think, write*), o outro usa palavras sofisticadas e típicas da escrita (*conceber, redigir*). O segundo aspecto é que Marcondes explicita nesse enunciado “a teoria”, o que também é muito simbólico, pois em sua tradução ele tratou a obra como um conjunto coeso, fazendo sempre que possível os ajustes para consolidar ainda mais essa visão. O terceiro é que a expressão *real fun* é uma boa descrição para a abordagem de Austin em relação à sua teoria, enquanto *verdadeiro interesse* é a metáfora perfeita para a abordagem de Marcondes da mesma teoria, assim como o fato desta expressão estar no lugar daquela é uma metáfora perfeita para o processo todo de re-enunciação desta obra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes desta pesquisa, durante estudos, leituras e consultas, constantemente víamos casos esparsos do que pareciam pedaços de diálogos mais amplos: enunciados de tradutores sobre questões que aparentemente seriam nuances semânticas, explicações dirigidas a um público nem sempre muito claro, notas de rodapé apresentando um ponto de vista — casos como os que apresentamos na introdução. Isso aguçou a curiosidade e nos levou a uma hipótese: na tradução que aqui chamamos de *epistêmica*, estão em voga relações mais amplas do que uma simples correspondência entre texto-fonte e texto-alvo. A ideia de que, no processo tradutório, esse sujeito que traduz é confrontado com questões que envolvem muitos outros enunciados, muitas outras vozes — em alguns casos, séculos de tradição teórica — e se posiciona em relação a isso.

Esse claramente é um fenômeno que não pode ser abordado por uma visão estrita, muito menos estruturalista. Questões como correspondência e equivalência, frequentes em tradução, também são vagas demais e, ao mesmo tempo, restritas demais, no sentido de que mesmo em toda sua difusão teórica não conseguem fugir do campo de uma semântica muitas vezes reducionista. Mesmo quando tentam incluir fatores culturais, é sempre em uma perspectiva que parte do princípio de um tradutor autômato. Ao leitor, pode parecer que dedicamos tempo demais a combater essas propostas teóricas, mas a nossa convivência diária com tradutores (além das já citadas pesquisas feitas por autoras como Coracini e Bohunovsky) nos mostra que essa visão ainda está muito, muito viva.

Quando tecemos as críticas ao racionalismo enquanto modo de abordar a tradução, dissemos com base em Bakhtin que ele não poderia dar conta das implicações do fenômeno linguageiro. De fato, os aspectos analisados aqui vão muito além de questões de equivalência e fidelidade: estão relacionados com aspectos mais amplos e do campo do discurso, como memória da palavra, dialogismo da nomenclatura, ponto de vista, concepção de linguagem e tradução. Tudo isso tem uma grande influência sobre o processo tradutório e não poderia ser detectado por uma análise que não levasse em conta as relações dialógicas.

Além disso, fomos confrontados com nossas próprias limitações enquanto analistas do discurso, muitas vezes por conta do próprio aparato teórico: a proposta

bakhtiniana de uma ciência da linguagem estilhaça a ilusão de que podemos ser totalmente objetivos, de que podemos fazer o que foi consagrado como ciência. Resta-nos o desconforto (em relação à ilusão) de enunciar do nosso lugar ao mesmo tempo que tentamos chegar a respostas que não caiam em uma especificidade extrema, a ponto de servir única e exclusivamente ao caso estudado. Em termos bem claros, resta-nos a tentativa de poder dizer algo mais amplo, uma pretensão de que ali haja algo de universal, nem que seja em relação a um dado aspecto da linguagem. Afinal, o que não diz respeito apenas à visão do pesquisador é justamente o que pode ser questionado, discutido, como bem aponta Amorim (2004).

Mas é nesse desconforto que encontramos a motivação redobrada de buscar indícios que apontem na direção da nossa hipótese, ainda que nunca inquestionavelmente conclusivos. Sobre essa tarefa incômoda do pesquisador, tomamos as palavras de Grigoletto (2005, p. 257): “não é cômoda porque o analista do discurso trabalha justamente com aquilo que escapa da ordem da ciência”. Nesse sentido, tal como aponta François (2015, p. 178), falar de “ponto de vista” se opõe a certa imagem da ciência e também à questão do distanciamento dos monoteísmos e dos racionalismos que falam em nome da “verdade”; pelo contrário, equivaleria a renunciar à imagem da “verdade” em prol da possibilidade de uma racionalidade moderada, de uma linguagem cuja relação com o não linguístico nunca é garantida.

François (2015, p. 33) diz ainda que as ciências humanas, nas quais incluímos o tipo de pesquisa que fazemos aqui, fornecem explicações mais ou menos específicas, que não tentam se passar por realidade, mas ao menos apontam as condições de aparição de um fenômeno, ainda que sem deduzi-lo, pois o “mundo da vida” é um horizonte inescapável de nossos saberes e nossas reflexões.

Então, o que buscamos aqui foi justamente colocar questões e fornecer essas explicações com base no que enxergamos como relevante para os fins da pesquisa. Acreditamos, assim, que as análises trabalham em favor das hipóteses que foram levantadas: pudemos verificar a presença um sujeito tradutor com seus pontos de vista e as relações dialógicas agindo no processo tradutório, especialmente na tradução de termos. Ou seja, além da existência da voz do tradutor (a voz da re-enunciação), há também diversos discursos com os quais esse tradutor interage e dialoga quando traduz, revelando a tradução como um enunciado heterogêneo.

A cada excerto, a cada novo exemplo, vai ficando mais claro quem é o sujeito da re-enunciação: que ponto de vista ele tem, não apenas sobre a teoria, mas sobre

como deve ser um livro, como deve ser uma tradução, como deve ser um texto. Vemos um sujeito que está em profunda sintonia com Austin, mas não abre mão de dar consistência terminológica e conformidade teórica à obra, mesmo que isso implique romper com sua própria visão de tradução e sair da sombra gigantesca do autor — alguém que, segundo Marcondes, “seria impossível superar, em rigor e concisão” (SOUZA FILHO, 1990, p. 7). De certo modo, a tradução de Marcondes parece fazer um esforço para dar certo grau acabamento à obra: compactando exemplos, expandindo explicações, desfragmentando a terminologia, reacentuando assertivas teóricas e até confrontando escolhas do autor.

Através de soluções e usos, podemos entrever também em que discursos e tradições teóricas Marcondes está imerso, com quais dialoga (qual seu horizonte social, para usar um conceito de Volóchinov): seu confronto com a semântica formal de Frege e Russell, sua discordância com a intencionalidade de Grice, sua visão específica, ainda que próxima da proposta de Austin, da teoria dos atos de fala.

O olhar de Marcondes é o de um filósofo que, 30 anos depois, consciente de todas as ramificações e derivações que a teoria dos atos de fala gerou, olha novamente para as raízes dela e tenta re-enunciá-la, sem desconsiderar tudo que dela brotou depois. Seu ponto de vista e seu tempo estão marcados nessas páginas não só como alguém que tem como suas próprias bases teóricas a noção da linguagem enquanto ação, mas o de um professor que esteve todo esse tempo mergulhado nos discursos que abraçam, mas também nos que rejeitam essa visão. É de dentro desse mar de relações dialógicas que o tradutor tenta trazer a teoria do ato de fala à tona de uma cultura que tem sua própria tradição filosófica e linguística.

É virtualmente impossível deixar de reconhecer nisso o caráter dialógico e, portanto, heterogêneo, da tradução — ou seja, a relação entre tradutor e texto não é uma via de mão única ou sequer de mão dupla (autor-tradutor), pois envolve diversos discursos, atores e vozes. E a tradução epistêmica parece ser um lugar de excelência para observar e estudar esse fenômeno, pois geralmente envolve especialistas que, além de traduzir, produzem seu próprio conteúdo na área, dando aula, fazendo pesquisa, escrevendo ou editando obras. É claro que qualquer tradutor terá pontos de vista sobre aquilo que traduz, mas o tradutor-especialista traz uma bagagem ainda mais relevante.

Também não há como não considerar a centralidade discursiva dos termos dentro de uma obra, como lugar em que discursos circulam, vozes se confrontam,

pontos de vista disputam espaço. Muitas vezes, é na escolha das palavras, na nominação, que vemos emergirem os discursos e confrontos que mencionamos acima — o termo como palco das discussões teóricas, do embate de vozes.

Todos esses são fenômenos que dificilmente poderiam ser analisados de forma satisfatória no âmbito das principais correntes dos estudos da tradução, que abordam as questões apontadas, mas acabam sendo restringidas por seus próprios pressupostos teóricos. A perspectiva dos Estudos Descritivos de Tradução (DTS), por exemplo, tem como foco o texto-alvo, o que impossibilitaria a ideia de “pôr os textos em diálogo”, como propõe Heidmann — abordagem que consideramos essencial para nossa pesquisa. A possibilidade de não só colocar os textos em diálogo, mas também tratá-los em pé de igualdade pela concepção dialógica da linguagem, permite apontar certos aspectos e discutir certas questões que uma abordagem hierárquica só poderia avaliar ou julgar segundo determinado preceito.

Aliás certamente seria possível avaliar negativa ou positivamente a tradução de Marcondes, mas esse nunca foi o objetivo aqui, como deixamos claro. Ainda que fosse, a questão de avaliar traduções é mais complexa do que parece à primeira vista, pois envolve fatores como finalidade, cultura editorial, questão econômica, público-alvo (no sentido mercadológico). A figura do cliente ou do editor raras vezes é considerada na pesquisa acadêmica — ao passo que são extremamente relevantes na vida cotidiana. Por não adotarmos a perspectiva avaliativo-hierárquica, pudemos desconsiderar muitos desses fatores, ponderando apenas aquilo que poderia gerar possíveis explicações para os fenômenos que encontramos. Assim, afora divergências decorrentes das próprias edições do livro de Austin, que detectamos e eliminamos, conforme foi dito na Metodologia, vimos que Marcondes (ele próprio com experiência editorial) teve muita liberdade na tradução dessa obra. Não obstante, consideramos que o processo editorial — uma área pouco explorada, que ainda considera organizadores, revisores, copidesques, editores como personagens invisíveis e neutros — deveria ser objeto de pesquisas⁹⁶.

Podemos agora retornar ao trabalho de Silva (2005) que discutimos antes para refletir sobre algumas questões que foram levantadas naquele momento. Está

⁹⁶ Há poucos artigos sobre o tema, vale destacar: *A relação exemplar entre autor e revisor*, de R. Arrojo (2003); *A (não) relação entre tradutores e copidesques no processo de edição de obra estrangeira*, de F. C. Anderson (2005); *Reflexões acerca das práticas de tradução e revisão de textos*, Sant’Ana e Gonçalves (2010).

claro que não poderíamos encampar o mesmo objetivo de Silva, pois sua proposta era demonstrar que a tradução de Marcondes estaria situada no movimento de “intervenção” da teoria de Austin. Primeiro, porque honestamente não conhecemos com profundidade o que o autor classifica como “movimento de intervenção” em relação à tradição teórica dos atos de fala. Segundo, sobretudo, porque o rótulo “intervenção” não cabe na visão de tradução que adotamos, tornando a tarefa inexequível. O que podemos dizer é que nossas análises indicam que a tradução de Marcondes parte de um ponto de vista teórico que, de modo geral, abraça a visão de Austin para a teoria dos atos de fala (ou, de forma mais ampla, tal como o próprio Marcondes coloca, a teoria da linguagem como ação) — e não, por exemplo, a de Searle, autor que Marcondes critica em algumas obras (como SOUZA FILHO, 1986) e que Silva considera parte do “movimento de intervenção”. Em muitos momentos, o tradutor atua até como “guardião” da teoria, produzindo uma tradução que tenta dar mais acabamento à obra, em uma espécie de movimento retroativo que leva a visão de Austin nas últimas conferências para toda a obra. Assim, de nosso ponto de vista, não se confirma a hipótese levantada por Silva no título de seu artigo, de que no caso da edição brasileira, “traduzir é intervir numa teoria”. Também não entendemos que houve “reivindicação de certa identidade para uma filosofia [...] que autoriza certos dizeres e não outros”.

O que nos parece é que Silva considera que o texto traduzido só pode ser de uma única pessoa: ou é do autor, ou é do tradutor (neste caso, uma intervenção), cuja identidade unívoca é revelada nesse texto final. Como vimos, porém, o texto traduzido é um enunciado heterogêneo, onde convivem e se confrontam não apenas as vozes e posições do autor e do tradutor, mas várias outras. É preciso lembrar que o texto re-enunciado passa por um processo turbulento (traumático até), atravessando (e sendo atravessado) por diversos fatores, como tempo, espaço, língua, cultura, sujeitos, resultando em algo que não pode ser facilmente rotulado como uma coisa ou outra. Essa complexidade, no entanto, não nos exime de tentar compreender o fenômeno da melhor forma possível — já que, quando lemos um texto, não temos acesso direto ao psiquismo do autor, às suas intenções, muito menos motivações, mas ao nosso diálogo com ele (FRANÇOIS, 2015, p. 57).

Isso não quer dizer, porém, que não seja possível enxergar determinados pontos de vista nesse enunciado. Através das reacentuações, dos silêncios, das escolhas, pudemos entrever um sujeito enunciator, alguém cuja voz transparece

mesmo quando tenta se esconder. Ainda assim, temos que reconhecer, retomando François (2015, p. 60), que falar de ponto de vista envolve um risco, sendo um campo aberto à retificação.

Como em todo trabalho de pesquisa, há caminhos que não foram percorridos, digressões que poderiam ser abordadas com mais profundidade. Além de questões editoriais, há ainda um grande campo a ser explorado não apenas na análise dialógica da tradução, mas do próprio enunciado epistêmico na língua nativa no campo das ciências exatas. Analisar e discutir como esses pesquisadores comunicam ciência ao mesmo tempo que tentam dar conta do grau de teoricismo exigido nessas áreas pode ser um trabalho muito frutífero.

Ainda assim, esperamos que esta pesquisa forneça alguma contribuição relevante para outras pesquisas e abordagens que levem em consideração a dimensão discursiva da tradução como alternativa a perspectivas que ignoram aspectos fundamentais não apenas do texto traduzido, mas dos enunciados em geral; aspectos que, na verdade, dizem respeito àquilo que não pode ser descrito em ambiente controlado, dentro de um sistema estático, sob a tutela de constantes universais — enfim, aspectos que dizem respeito à vida concreta.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Paulo. *A teoria da linguagem ordinária*. **Acta Semiotica et Lingvistica**, v. 4, n. 1, Universidade Federal da Paraíba, 1980. p. 9-30.

_____. *A teoria da linguagem ordinária*. IN: SOUZA FILHO, D. M. de (org.) **Significado, verdade e ação**. Niterói: UFF-EDUFF, 1986. p. 41-57.

AMORIM, Marília. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa, 2004.

_____. *Para uma filosofia do ato: "válido e inserido no contexto"*. In: BRAIT, Beth. (org.). **Bakhtin, dialogismo e polifonia**. São Paulo: Contexto, 2009.

ANDERSON, Flávia Carneiro. *A (não) relação entre tradutores e copidesques no processo de edição de obra estrangeira*. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, n. 2, p.37-67, 2005.

ARAÚJO, Inês L. **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola, 2004.

ARROJO, Rosemary. **Oficina de tradução, a teoria na prática**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. *A relação exemplar entre autor e revisor (e outros trabalhadores textuais semelhantes) e o mito de Babel: alguns comentários sobre História do Cerco de Lisboa*, de José Saramago. **D.E.L.T.A.**, v. 19, Especial, p. 193-207, 2003.

AUBERT, Francis H. **As (in)fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor**. Campinas: Unicamp, 1994.

AUSTIN, John L. **How to do things with words**. Edited by J. O. Urmson. London: Oxford University Press/Amen House, 1962.

_____. **How to do things with words**. 2. ed. Edited by J. O. Urmson & Marina Sbisa. Harvard: Harvard University Press, 1975.

_____. **Philosophical papers**. 2. ed. Edited by J. O. Urmson & G. J. Warnock. London: Oxford University Press/Clarendon Press, 1970.

_____. **Quand dire, c'est faire**. Introduction, traduction et commentaire par Gilles Lane. Lonrai: Éditions du Seuil, 1970. 203p.

_____. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 136p.

AUROUX, Sylvain. **Filosofia da linguagem**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2009.

BAKER, Mona. *Corpus linguistics and translation studies: implications and applications*. IN: BAKER, M.; FRANCIS, G.; TOGNINI-BONELLI, E. (eds.). **Text and technology**. Philadelphia/Amsterdam: John Benjamins, 1993. p. 233-250.

BAKHTIN, Mikhail. **Toward a philosophy of the act**. Translation and notes by V. Liapunov. Edited by V. Liapunov & M. Holquist. Austin, TX: University of Texas Press, 1993.

_____. **Questões de estética e literatura**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004 [1929].

_____. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Problems of Dostoevsky's Poetics**. Edited and Translated by Caryl Emerson. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011 [1963].

_____. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução direta do russo, prefácio e notas de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015a.

_____. **Teoria do romance I: a estilística**. São Paulo: Editora 34, 2015b.

BARNEY, R. *Plato on conventionalism*. **Phronesis**. v. 42. n. 2. Brill, 1997. p. 143-162. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4182552>>

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. trad. E. Guimarães et al. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

BEZERRA, P. *Introdução*. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. IX-XII.

_____. *Prefácio*. In: **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução direta do russo, prefácio e notas de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015. p. V-XXII.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Trad. Desidério Murcho et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BLUM-KULKA, Shoshana. *Shifts of cohesion and coherence in translation*. In: VENUTI, L. (ed.). **The translation studies reader**. London: Routledge, 2000 [1986]. p. 290-305.

BOHUNOVSKY, Ruth. *A (im)possibilidade da "invisibilidade" do tradutor e da sua "fidelidade": por um diálogo entre a teoria e a prática de tradução*. In: **Cadernos de Tradução**, Florianópolis: Núcleo de Tradução [UFSC], v. 2, n. 8, p. 51-62, 2001.

BORUTTI, Silvana. *Traduction et experience, traduction et connaissance*. In: CHIURAZZI, G. (Ed.) **The frontiers of the other: ethics and politics of translation**. Berlin-Münster: Lit Verlag, 2013. p. 21-39.

BRAIT, Beth. *Análise e Teoria do Discurso*. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006. p. 9-31.

BRÉHIER, Émile. **História da Filosofia**. Tomo II, livro 4. Trad. Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Mestre Jou, [1932] 1980.

BRONCKART, Jean-Paul; BOTA, Cristian. **Bakhtin desmascarado**: história de um mentiroso, de uma fraude, de um delírio coletivo. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2012.

CEREJA, William. *Significação e tema*. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005, p. 201-220.

CHABÁS, José. *El lenguaje astronómico en castellano: del manuscrito a la imprenta*. In: GUTIÉRREZ RODILLA, B. (ed.) **Aproximaciones al lenguaje de la ciencia**. Colección: Beltenebros. n.1. Madrid: Instituto Castellano y Leonés de la Lengua, 2003. p. 239-263.

COHEN, L. J. *Ordinary Philosophy of Language*. In: LAMARQUE, P. **Concise Encyclopedia of Philosophy of Language**. Exeter, UK: Elsevier/Pergamon, 1997.

CORACINI, Maria José R. F. *(Auto-)representações do tradutor: entre a fidelidade e a traição*. In: **Tradução e Comunicação**, São Paulo: Unibero, n. 14, p. 91-108, 2005.

CORDEIRO, Rafaela Q. F. **A construção discursiva dos eventos pela mídia**: o processo de nomeação e representação do discurso outro. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE, 2011. 199 p.

COSTA, Claudio. **Filosofia da linguagem**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2002.

COSTA E SILVA, Heber de O. **Tradução e dialogismo**: um estudo sobre o papel do tradutor na construção do sentido. Recife: EDUFPE, 2011.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. **Discours rapporté et circulation de la parole**. Leuven/Louvain la Neuve: Peeters/Louvain-la-Neuve, 1992.

DELISLE, Jean; WOODSWORTH, Judith. **Translators through history**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

DENTITH, Simon. **The bakhtinian thought**: an introductory reader. London/New York: Routledge, 1995.

DOERGE, Friedrich C. *Performative utterances*. In: SBISÀ, M.; TURNER, K. (eds.). **The pragmatics of speech actions**. Handbooks of Pragmatics v. 2. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton, 2013. p. 203-256.

FARACO, Carlos A. **Linguagem & diálogo**: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.

FAWCETT, Peter. **Translation and language**: linguistic theories explained. London/New York: Routledge, 2003.

FEYERABEND, Paul. **Against method**. 3.ed. London/New York: Verso, 2010 [1975].

FIORIN, José Luiz. Resenha de: BAKHTIN, Mikhail M. Para uma filosofia do ato responsável. Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010, 160p. **Bakhtiniana**, São Paulo, v.1, n. 5, p. 205-209, 1. sem. 2011.

FOLKART, Barbara. **Le Conflit des enunciations**. Traduction et discours rapporté. Montréal: Éditions Balzac, 1991.

FOTION, Nicholas. *Perspectives and critical models*. **Language in Society**, Cambridge University Press, v. 16, n. 3, Sep. 1987, p. 433-435.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FRANÇOIS, Frédéric. **Morale et mise en mots**. Paris: L'Harmattan, 1994.

_____. *Introduction*. In: **Points de vue sur point de vue**. Ouvrage collectif. Limoges: Lucas-Lambert, 2015.

_____. *Quelques remarques pour ne pas conclure*. In: **Points de vue sur point de vue**. Ouvrage collectif. Limoges: Lucas-Lambert, 2015.

FUCHS, C. **La paraphrase**. Paris: Presses Universitaires de France, 1982.

_____. *A paráfrase linguística: equivalência, sinonímia ou reformulação?*. Tradução de João Wanderley Geraldi. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, n. 8, p. 129-134, 1985.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica – um espaço discursivo intervalar**. Tese de doutorado. Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2005.

GRILLO, Sheila. *A metalinguística: por uma ciência dialógica da linguagem*. **Horizontes**, v. 24, n. 2, p. 121-128, jul./dez. 2006.

GUSTAFSSON, M.; SØRLI, R. (eds.) **The philosophy of J. L. Austin**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

GUTIÉRREZ RODILLA, Bertha. *Los diccionarios, instrumentos importantes en la reconstrucción del lenguaje científico*. In: GUTIÉRREZ RODILLA, Bertha. (ed.) **Aproximaciones al lenguaje de la ciencia**. Colección: Beltenebros. n.1. Madrid: Instituto Castellano y Leonés de la Lengua, 2003. p. 453-463.

HACKING, Ian. **Por que a linguagem interessa à filosofia?**. Trad. Maria Elisa Marchini Sayeg. São Paulo: Unesp, 1999.

HARDEN, A. *Manoel Jacinto Nogueira da Gama: ciência e tradução no final do século XVII.* **Tradução em Revista**, v. 1, p. 01-19, 2010.

HATIM, Basil; Mason, Ian. **Discourse and the translator**. London/New York: 1990, Longman.

HEIDMANN, Ute. *Comparatismo e análise de discursos: a comparação diferencial como método*. In: RODRIGUES, Maria das Graças Soares; SILVA NETO, João Gomes da; PASSEGGI, Luis. (orgs.). **Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicações**. São Paulo: Cortez, 2010a. p. 61-82.

_____. *Pôr as diferenças em diálogo: o exemplo da tradução do projeto de constituição europeia*. In: RODRIGUES, Maria das Graças Soares; SILVA NETO, João Gomes da; PASSEGGI, Luis. (orgs.). **Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicações**. São Paulo: Cortez, 2010b. p. 83-92.

_____. *Textos e culturas: por uma comparação diferencial como método*. **Linha d'Água**, São Paulo, n. 24, v. 2, p. 347-362, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37363/40083>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

HERMANS, Theo. **Translation's other**. Inaugural Lecture, 19 March 1996, University College London. Não publicado. Disponível em: http://eprints.ucl.ac.uk/198/1/96_Inaugural.pdf. Acessado em 09/10/2012.

_____. *The translator's voice in translated narrative*. Versão fornecida pelo autor por meio digital em 11 ago. 2009. Original in: **Target: International Journal of Translation Studies**, v. 8, n. 1, p. 23-48, 1996.

_____. **Translation in systems: descriptive and system-oriented approaches explained**. Manchester: John Benjamins; Shanghai: Shanghai Foreign Language Education Press, 2004 [1999].

_____. *Translation, ethics, politics*. IN: MUNDAY, J. (ed.) **The Routledge companion to Translation Studies**. Routledge: London/New York, 2009. p. 93-105.

HOLQUIST, Michael. **Dialogism: Bakhtin and his world**. London/New York: Routledge, [1990] 2002.

_____. *Prefácio*. In: BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato**. Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza para fins acadêmicos a partir de *Toward a philosophy of the act*, University of Texas Press, 1993.

HOUAISS, Dicionário eletrônico da língua portuguesa. CD-Rom. Instituto Antonio Houaiss, 2001.

JAKOBSON, Roman. *On linguistic aspects of translation*. In: VENUTI, Lawrence (ed.). **The translation studies reader**. London: Routledge, 2000. p. 113-118.

KAMENICKÁ, Renata. *Defining explicitation in translation*. **Brno Studies in English**, v. 33, s13, 2007, p. 45-57.

KRIEGER, M.; FINATTO, M. **Introdução à Terminologia**. São Paulo: Contexto, 2004.

KUHN, Thomas. **The structure of scientific revolutions**. 4. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2012 [1962].

LAKATOS, Imre. *The methodology of scientific research programmes*. In: **Philosophical Papers**. v. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1989 [1978].

LEFEVERE, André. (ed.). **Translation/History/Culture**: a sourcebook. New York: Routledge, 1992.

_____. **Tradução, reescrita e manipulação da fama literária**. Bauru: Edusc, 2007.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. Trad. Luís Carlos Borges & Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LONG, Lynne. (ed.) **Translation and religion**: holy untranslatable?. Clevedon: Multilingual Matters, 2005.

LONGWORTH, G. *Austin*. In: LEE, B. (ed.) **Philosophy of language**: the key thinkers. London: Continuum, 2011.

LUCE, J. V. *Plato on truth and falsity in names*. **Classical Quarterly**. 19. 1969. p. 222-232.

MAGALHÃES, Anderson S. *A palavra, os discursos e a dinâmica das memórias*. **Gragoatá**, Niterói, n. 38, p. 7-28. 1º sem. 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso*. In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Coord. de Trad. Fabiana Komesu. 2. ed. Contexto: São Paulo, 2008.

MARCONDES, Danilo. *Sentido, verdade e argumentação*. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 35, p. 49-54, jul./dez. 1998.

_____. *Desenvolvimentos recentes na teoria dos atos de fala*. **O que nos faz pensar**, [S.l.], v. 13, n. 17, p. 25-39, dec. 2003. ISSN 0104-6675. Disponível em: <<http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnfp/article/view/179>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

_____. **A pragmática na filosofia contemporânea**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2005.

_____. *A teoria dos atos de fala como concepção pragmática de linguagem*. **Filosofia Unisinos**, v. 7, n. 3, p. 217-230, set./dez., 2006.

_____. **As armadilhas da linguagem**: significado e ação para além do discurso. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2017.

MEIZOZ, Jérôme; SÉRIOT, Patrick (eds.). **Traductions scientifiques & transferts culturels 1**: actes du colloque de relève organisé a l'Université de Lausanne le 14 mars 2008. Lausanne: UNIL, 2008.

MESCHONNIC, Henri. **Poétique du traduire**. Lonrai: Éditions Verdier, 2012.

MITTMANN, Solange. *Heterogeneidade e função tradutor*. **Cadernos de Tradução**, n. 4. Florianópolis: UFSC, 1999.

_____. **Notas do tradutor e processo tradutório**: análise e reflexão sobre uma perspectiva discursiva. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

MOIRAND, Sophie. *De la nomination au dialogisme: quelques questionnements autour de l'objet de discours et de la memoire des mots*. In: CASSANAS A. et al. (éds). **Dialogisme et Nomination**, Montpellier, Publications de l'université Paul Valéry, 2004, p. 29-61.

_____. *Responsabilité et énonciation dans la presse quotidienne: questionnements sur les observables et les catégories d'analyse*. **Semen**, v. 22, 2006. Disponível em: <<http://semen.revues.org/2798>>. Acesso em: 25/09/2012.

_____. *Le modèle du Cercle de Bakhtine à l'épreuve des genres de la presse*. **Linx**, v. 56, 2007. Disponível em: <<http://linx.revues.org/366>>. Acesso em: 22/09/2012.

_____. *Du sens tel qu'il s'inscrit dans l'acte de nommer*. IN: DAHLET, V. **Ciências da linguagem e didática das línguas**. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2011. p. 165-180.

MONDIN, Battista. **Introdução à filosofia**: problemas, sistemas, autores, obras. Trad. J. Renard. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

MOSSOP, Brian. *The translator as rapporteur: a concept for training and self-improvement*. **Meta**, 1983, v. 28, n. 3. p. 244-278.

_____. *Who is addressing us when we read a translation?*. **TextConText**, Heidelberg: Julius Groos Verlag, 1987, v. 2, n. 2, p. 1-22.

_____. *What is a translating translator doing?*. **Target**, n. 10, v. 2, p. 231-266, 1998.

MONTENEGRO, M. A. de P. *Linguagem e conhecimento no Crátilo de Platão*. **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 116, p. 367-377, 2007.

NEVES, Maria Helena de Moura. *O legado grego na terminologia gramatical brasileira*. Alfa, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 641-664, 2011.

NEWMARK, Peter. **Approaches to translation**. Oxford: Pergamon Press, 1981.

NIDA, Eugene. **Toward a science of translating**. Leiden: E. J. Brill, 1964.

_____. **Contexts in translating**. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

NIDA, Eugene; TABER, Charles. **The theory and practice of translation**. Leiden: E. J. Brill, 1982.

NIELSEN NETO, Henrique. **Filosofia básica**. 3. ed. São Paulo: Atual, 1986.

OTTONI, Paulo. *John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem*. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 117-143, 2002.

OUSTINOFF, Michaël. **Tradução**: história, teorias e métodos. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2011.

PAGANO, Adriana. *Crenças sobre a tradução e o tradutor*. In: PAGANO, A.; MAGALHÃES, C.; ALVES, F. (orgs.). **Traduzir com autonomia**: estratégias para o tradutor em formação. São Paulo: Contexto, 2003.

PECHEY, Graham. **Mikhail Bakhtin: the word in the world**. New York: Routledge/Taylor & Francis, 2007.

PINTO, Antonina Coelho. **Os marcadores da enunciação**: sua realização no discurso escolar. Dissertação apresentada à UFSC. Florianópolis, 1980.

PONZIO, Augusto. **A revolução bakhtiniana**. Coord. de Trad. Valdir Miotello. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

POPPER, Karl. **The logic of scientific discovery**. London/New York: Routledge, 2002 [1934].

PYM, Anthony. *Venuti's Visibility*. **Target**, v. 8, n. 1, 1996. p. 165-177. Disponível em: <http://usuaris.tinet.cat/apym/on-line/translation/1996_Venuti.pdf>. Acesso em: 27 dez 2017. Versão atualizada pelo autor em 2010.

RUSSELL, Bertrand. **História da Filosofia Ocidental**. Trad. Brenno Silveira. v. 3. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

RIZZO, Josefa F. Pascual. **O papel da entonação do português brasileiro na descrição de atos de fala**. Dissertação apresentada ao IEL-Unicamp. Campinas, 1981.

ROHLING, Nívea. *A pesquisa qualitativa e a análise dialógica do discurso: caminhos possíveis*. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília: UnB, n. 15, v. 2, p. 44-60, 2014.

SANT'ANA, Rivânia; GONÇALVES, José Luiz. *Reflexões acerca das práticas de tradução e revisão de textos e de parâmetros para a formação de tradutores e revisores*. **Scripta**, v. 14, n. 26, p. 225-234, 2010.

SEARLE, John. *J. L. Austin (1911–1960)*. In: MARTINICH, A. P.; SOSA, David. (eds.) *Blackwell Companions to Philosophy: A companion to Analytic Philosophy*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001. p. 218-230.

_____. **Philosophy of Language**. Course (Philosophy 133) of the University of California, Berkeley, 2010. Lectures 1-28. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Uk5plzCNOzU&list=PL8C19A595E537E3C9>>.

SEROT, Patrick. *Traduire la langue ou traduire le discours: à propos de Marxisme et philosophie du langage de Vološinov*. In: MEIZOZ, Jérôme; SEROT, Patrick. (eds.).

Traductions scientifiques & transferts culturels 1. Actes du colloque de relève organisé à l'Université de Lausanne le 14 mars 2008. Lausanne: UNIL, 2008.

SIBLOT, Paul. *De l'un à l'autre. Dialectique et dialogisme de la nomination identitaire.* In: Bres, J. et al. (Eds). **L'autre en discours.** Université Montpellier 3, 1998a.

_____. *Signifiante du praxème nominal.* **L'Information Grammaticale**, n. 77, 1998b, p. 24-27.

_____. *De la dénomination à la nomination.* Les dynamiques de la signifiante nominale et le propre du nom, **Cahiers de praxématique**, v. 36, 2001, p. 189-214. Disponível em: <<http://praxematique.revues.org/368>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

_____. *Du dialogisme de la nomination.* In: CASSANAS A. et al. (éds). **Dialogisme et Nomination**, Montpellier, Publications de l'Université Paul Valéry, 2004, p. 331-337.

SILVA, Daniel. *Como criar identidades com traduções, ou quando traduzir é intervir numa teoria.* **Tradução em Revista.** Número Especial, Letras – PUC-Rio, 2015. p. 129-145.

SNELL-HORNBY, Mary. **Translation studies:** an integrated approach. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins; Shanghai: Shanghai Foreign Language Education Press, 2001 [1995].

SOBRAL, Adail. **Dizer o “mesmo” a outros:** ensaios sobre tradução. São Paulo: Special Book Services Livraria, 2008.

SOUZA, L. F. de. **Platão - Crátilo:** estudo e tradução. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. 200 p.

SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. **Language and action:** a reassessment of speech act theory. Originally presented as the author's thesis (Ph.D. University of St. Andrews, Great Britain). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.

_____. *Filosofia da linguagem: da teoria do significado à teoria da ação.* In: SOUZA FILHO, D. M. de. (org.) **Significado, verdade e ação.** Niterói: UFF-EDUFF, 1986. p. 73-86.

_____. *Apresentação: a filosofia da linguagem de J.L. Austin.* In: AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer:** palavras e ação. Tradução e apresentação: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

STANFORD Encyclopedia of Philosophy. John Longshaw Austin. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/austin-jl/>>. Acesso em 07 nov 2015.

STEINER, George. **Depois de Babel.** Trad. Carlos Alberto Faraco. Curitiba : Editora da UFPR, 2005.

TAIVALKOSKI-SHILOV, Kristiina. **La tierce main:** discours rapporté, traduction et Fielding en France au XVIIIe siècle. Thèse pour le doctorat. Helsinki: Université de Helsinki, 2003.

TOURY, Gideon. **Descriptive translation studies – and beyond**. Revised edition. Philadelphia/Amsterdam: John Benjamins, 2012[1995].

ILARI, Rodolfo. *Nota do Tradutor*. In: TRASK, Robert L. **Dicionário de linguagem e linguística**. 2.ed. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2008.

UNESCO. *Recommandation sur la protection juridique des traducteurs et des traductions et sur les moyens pratiques d'améliorer la condition des traducteurs*. IN: **Actes de la conférence générale**. Dix-neuvième session. Nairobi, 26 octobre – 30 novembre 1976. Annexe 1. p. 41-45. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114038f.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

URMSON, John O. *Editor's Preface*. In: AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. London: Oxford University Press/Amen House, 1962.

VENUTI, Lawrence. **The translator's invisibility**. New York: Routledge, 1997.

_____. **Escândalos da tradução**. Tradução de Laureano Pelegrin, Lucinéia Villela, Marileide Esqueda, Valéria Biondo. Bauru: Edusc, 2002.

VOLOCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. Ensaio introdutório de Sheila Grillo. São Paulo: Editora 34, 2017.

VOLOSHINOV, Valentin. *Le discours dans la vie et le discours dans la poésie*. In: TODOROV, Tzvetan. **Mikhaïl Bakhtine**: Le principe dialogique. Paris: Éditions du Seuil, 1981a. p. 181-215.

_____. *Estrutura do enunciado*. Tradução de Ana Vaz para fins didáticos. Sem local: sem data. Tradução do texto publicado em: TODOROV, Tzvetan. **Mikhaïl Bakhtine**: Le principe dialogique. Paris: Éditions du Seuil, 1981b. p. 287-316.

_____. *Language, speech and utterance*. In: DENTITH, Simon. **Bakhtinian thought: an introductory reader**. London: Routledge, 1995. p. 105-141.

_____. *Discurso na vida e discurso na arte*. Trad. C. A. Faraco e Cristóvão Tezza. Sem local: sem data. Tradução para fins didáticos a partir da versão em inglês de I. R. Titunik. In: **Freudism**. New York: Academic Press, 1976.

VOLOŠINOV, Valentin. **Marxisme et philosophie du langage**: les problèmes fondamentaux de la méthode sociologique dans la science du langage. Édition bilingue traduite par Patrick Sériot et Inna Tylkowski-Ageeva. Limoges: Lambert-Lucas, 2010a.

_____. *Qu'est-ce que la langue et le langage?*. In: **Marxisme et philosophie du langage**. Traduite par Patrick Sériot et Inna Tylkowski-Ageeva. Limoges: Lambert-Lucas, 2010b. p. 519-565.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.